

ORGANIZADORES: VICTORIA RÉGIA ARRAIS DE PAIVA | EDUARDO VIVIAN DA CUNHA | MARIA ALANE PEREIRA DE BRITO

# SEMEANDO O ESPERANÇAR: DESAFIOS DA INCUBAÇÃO DE UMA OUTRA ECONOMIA





# **SEMEANDO O ESPERANÇAR:**

## **DESAFIOS DA INCUBAÇÃO DE UMA OUTRA ECONOMIA**

**ORGANIZADORES:**

**Victoria Régia Arrais de Paiva**

**Eduardo Vivian da Cunha**

**Maria Alane Pereira de Brito**

**Universidade Federal do Cariri**

**Juazeiro do Norte - CE**

**2021**

Capa

Jefferson de Lima Pontes

Revisão de texto

Luciana Bessa Silva

Diagramação

Francisco Flávio Alves Bezerra

Maria Alane Pereira de Brito

S471

Semeando o esperançar: desafios da incubação de uma outra economia [recurso eletrônico] / Victoria Régia Arrais de Paiva, Eduardo Vivian da Cunha e Maria Alane Pereira de Brito (organizadores) - Juazeiro do Norte: Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Populares da Universidade Federal do Cariri, 2021.

319 p.

ISBN 978-65-88329-16-0

Vários autores

1. Economia solidária.
2. Incubação.
3. Agricultura familiar.
4. Economia solidária - incubação.

I. Título.

CDD 334

# INCUBADORA TECNOLÓGICA DE EMPREENDIMENTOS POPULARES E SOLIDÁRIOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI.

## **Coordenação**

Victoria Régia Arrais de Paiva

Eduardo Vivian da Cunha

## **Bolsistas Técnicos (Proninc)**

Antônia Olga Correia de Moura

Cícero Silva Chagas

Francilene Pereira Oliveira

Maria Alane Pereira de Brito

Maria Isabel de Sousa Bezerra

Maria Lindicássia do Nascimento Mendes

## **Discentes Bolsistas**

### **Programas Institucionais de Extensão**

Elaine Wergila Santana da Silva

Julie Anne Pereira Cavalcante

## **Discentes Bolsistas**

### **Pró-Reitoria de Extensão**

Felipe Franca Correia

Luciana Melo de Medeiros Rolim Campos

Wilkson Colares Correia Pedrosa

Dedicamos essa obra à todos aqueles que acreditam numa sociedade onde o amor, a união, e a esperança são valores centrais para suas vidas.

Ao professor Augusto Tavares por acreditar e dedicar sua carreira à economia solidária, e assim a todos os professores e professoras que trilham esse caminho.

Aos bolsistas, técnicos e voluntários que com sua vivacidade e sede de aprender contribuem para o fortalecimento da ITEPS.

A todos os empreendimentos de economia solidária que a cada amanhecer sonham e trabalham com amor, acreditando na potencialidade do fazer solidário.

# SUMÁRIO

PREFÁCIO.....	8
---------------	---

*Washington José de Souza*

INTRODUÇÃO.....	11
-----------------	----

*Eduardo Vivian da Cunha; Maria Alane Pereira de Brito; Victoria Régia Arrais de Paiva.*

## PARTE I: SEMEANDO EM NOSSO SOLO: AS EXPERIÊNCIAS DOS PROJETOS INCUBADOS PELA ITEPS

---

### CAPÍTULO I:

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA EM ECONOMIA SOLIDÁRIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI À LUZ DA EXPERIÊNCIA DA INCUBADORA TECNOLÓGICA DE EMPREENDIMENTOS POPULARES E SOLIDÁRIOS.....	27
--	----

*Cícera Keliciane de Barros; Victoria Régia de Arrais Paiva*

### CAPÍTULO II:

EXPERIÊNCIAS AGROECOLÓGICAS PARA O BEM VIVER: A TRAJETÓRIA DO GRUPO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E TURISMO RURAL DA AGRICULTURA FAMILIAR - GESTRAF, BARBALHA/CE.....	49
---	----

*Maria Lindicássia do Nascimento Mendes; Ademar Maia Filho;  
Victória Régia Arrais de Paiva; Shara Maria de Oliveira Santos*

### CAPÍTULO III:

TEM UM PÉ DE ESPERANÇA NO QUINTAL DE MINHA CASA: A EXPERIÊNCIA DOS QUINTAIS PRODUTIVOS COM AS MULHERES DA COMUNIDADE BAIXIO DOS OITIS, EM CRATO - CE.....	65
---	----

*Francilene Oliveira Pereira; Maria Alane Pereira de Brito;  
Célida Socorro Vieira dos Santos; Eduardo Vivian da Cunha*

### CAPÍTULO IV:

AGROFLORESTANDO O CARIRI: A EXPERIÊNCIA DO CURSO SOBRE SISTEMA AGROFLORESTAL NO ESPAÇO XAMÂNICO MORADA DA JUREMA, NO SÍTIO BAIXIO DOS OITIS - CRATO/CE.....	82
---	----

*Maria Alane Pereira de Brito; Francilene Pereira Oliveira; Eduardo Vivian da Cunha*

### CAPÍTULO V:

CONSTRUÇÃO COLETIVA DE OUTROS SABERES: A EXPERIÊNCIA DO PERCURSO FORMATIVO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA E GESTÃO SOCIAL COM GRUPOS DE PRODUTORES RURAIS NA REGIÃO DO CARIRI - CE.....	98
--	----

*Maria Alane Pereira de Brito; Mônica Sales Barbosa; Fabrícia de Sousa Barbosa;  
Ives Romero Tavares do Nascimento*

### CAPÍTULO VI:

ESCOLA CARIRIENSE DE PERMACULTURA - ESCAPE: UMA EXPERIÊNCIA COLABORATIVA DE FORMAÇÃO EM PERMACULTURA NO CARIRI CEARENSE. ....	115
---	-----

*Paulo Eduardo Rolim Campos; Luciana Melo de Medeiros Rolim Campos;  
Marcelo Casimiro Cavalcante*

## PARTE 2: RAÍZES FORTES DA ESPERANÇA: A ECONOMIA SOLIDÁRIA NOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UFCA

---

### CAPÍTULO VII:

O TERRITÓRIO CARIRI E AS TECNOLOGIAS SOCIAIS: ANÁLISE DE INDICADORES DE INCLUSÃO SOCIAL E PRODUTIVA E DE SUPERAÇÃO DA POBREZA A LUZ DO EXERCÍCIO DO CONTROLE SOCIAL.....131

*Clébia Mardônia Freitas Rabelo*

### CAPÍTULO VIII:

O FÓRUM CARIRIENSE DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (FOCAES): UM OLHAR A PARTIR DAS EXPERIÊNCIAS, DESAFIOS E REDES DE COOPERAÇÃO SOLIDÁRIA.....156

*Altamira Vicente dos Santos; Francisca Laudeci Martins Souza;*

*Victoria Régia Arrais de Paiva; Eduardo Vivian da Cunha;*

*Iara Maria de Araújo*

### CAPÍTULO IX:

SUSTENTABILIDADE: UM CAMINHO EM CONSTRUÇÃO NO PROJETO PEQUI VIVO NOS SÍTIOS CRUZEIRO E JATOBÁ. ....172

*Ana Isabel Calixto Donelardy; Cláudia Araújo Marco*

### CAPÍTULO X:

AGRICULTURA FAMILIAR, ECONOMIA SOLIDÁRIA E A AGROECOLOGIA: UMA EXPERIÊNCIA ECONÔMICA E SOCIAL COM AS MULHERES FEIRANTES NO MUNICÍPIO DO CRATO. ....185

*Whanea Monteiro Viana Guimarães*

### CAPÍTULO XI:

ASSOCIAÇÃO DOS EMPREENDEDORES CRIATIVOS DO CARIRI: INSTITUCIONALIZAÇÃO, DESAFIOS E PERSPECTIVAS .....198

*Saymo Venício Sales Luna;*

*Cleonisia Alves Rodrigues do Vale*

### CAPÍTULO XII:

INCUBAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA E O SERVIÇO SOCIAL.....214

*Suzana de Alencar Cavalcante Lima;*

*Augusto de Oliveira Tavares; Maria Anelice de Lima*

### CAPÍTULO XIII:

DESAFIOS DA INCLUSÃO PRODUTIVA EM GRUPOS VULNERABILIZADOS INTEGRANTES DO CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL EM JUAZEIRO DO NORTE/CEARÁ. ....229

*Sara Magna Lacerda Feitosa;*

*Francisco Raniere Moreira da Silva*

CAPÍTULO XIV: PLANEJAMENTO PARA A GESTÃO PARTICIPATIVA DO FÓRUM CARIRIENSE DE ECOSOL: APRENDIZADOS E DESAFIOS DE UMA PESQUISA-AÇÃO. ....245

*Maria Dasdores Gonçalo Costa; Augusto de Oliveira Tavares;*

*Victoria Régia Arrais de Paiva*

## PARTE 3: ALIMENTO DA ESPERANÇA: A ABUNDÂNCIA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

---

### CAPÍTULO XV:

METODOLOGIA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO GRUPO DE EXTENSÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. ....273

*André Vasconcelos Ferreira; Talita Jéssica do Nascimento de Araújo;  
Lucas Ramiro Soares Fernandes; Luís Henrique Barbosa de Araújo*

### CAPÍTULO XVI:

A INCUBADORA UNIVERSITÁRIA DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO VALE DO ACARAÚ – SOBRAL/CE – IEES-UVA: HISTÓRICO E PRÁXIS PEDAGÓGICA. ....289

*Francisco de Assis Guedes Barros; Catiana Maria do Nascimento Marques;  
Antônia Fabrina Mendes dos Santos; José Inácio Pereira Rodrigues Neto;  
Leidiane Josué da Silva*

## EPÍLOGO

---

### CAPÍTULO XVII:

PANORAMA DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ESTADUAIS E O PAPEL DO DOS CONSELHOS NA SUA ESTRUTURA DE GESTÃO.....304

*Augusto de Oliveira Tavares;  
Cristiane Gomes Barreto;  
Geovani de Oliveira Tavares*



# PREFÁCIO

Caro leitor, cara leitora,

A presente obra reúne um conjunto de textos que, em essência, aborda casos do domínio da gestão social, quer pelo viés da dimensão socioambiental, quer pelo viés organizacional com ênfase na dimensão dialógica que tal domínio da Ciência Administrativa requer. Em 2007, com a realização do I Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social (Enapegs) – resultado do esforço e da capacidade de articulação de um conjunto de docentes do Curso de Administração Pública – a Universidade Federal do Cariri (UFCA) surgiu no cenário nacional como instituição de referência no domínio da gestão social. Desde então, a titulação entre os integrantes daquela equipe organizadora do I Enapegs avançou, e, com ela, a produção intelectual de um corpo docente que hoje tem reconhecimento nacional, notadamente entre nós que compomos a Rede de Pesquisadores em Gestão Social (RGS). A presente obra, organizada por Victoria Régia Arrais de Paiva, Eduardo Vivian da Cunha e Maria Alane Pereira de Brito, corrobora o entendimento do avanço ocorrido e aponta para a consolidação da presença da UFCA no domínio da gestão social.

*Semeando o esperançar: desafios da incubação de uma outra economia* reporta-se, como o próprio título sugere, à esperança, a utopias que se realizam no horizonte. A obra situa o esperançar em cenário de desafios, perseguindo, portanto, o entendimento de Eduardo Galeano (1940-2015): *A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar.*

No caminho da utopia, para não deixar de caminhar, a obra concilia dezessete textos em quatro partes. A primeira aborda o *Semeando em nosso solo* com base em experiências de projetos incubados pela Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Populares e Solidários (ITEPS/UFCA). Na Parte 1 estão capítulos com ênfase na extensão universitária para revelar interesses extensionistas atinentes ao Semiárido, com experiências agroecológicas para o *bem viver*, quintais produtivos, prática de agrofloresta no Cariri, construção coletiva de casa de sementes, biodigestor e fundo rotativo solidário

como tecnologias sociais e, ainda, uma abordagem de escola de formação em permacultura.

A Parte 2 reúne *raízes fortes da esperança* a partir do ensino de pós-graduação, avançando, portanto, para além da dimensão extensionista. Traz, no conjunto, interlocuções entre ensino de pós-graduação e a extensão, mediada pela pesquisa. Aqui estão, por um lado, enraizamentos da economia solidária no ensino de pós-graduação, e, por outro, a divulgação de possibilidades que apresentam as incubadoras de base social no cumprimento da função universitária de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Em oito capítulos, a Parte 2 agrupa produtos de atividades acadêmicas da pesquisa na Universidade Federal do Cariri (UFCA), vinculadas ao ensino, com casos originários do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável (PRODER) e de um Curso de Especialização de Inovação Social e Economia Solidária.

Esse segundo conjunto inicia abordando indicadores de inclusão social e produtiva e de superação da pobreza no Território do Cariri. Este, reporta resultado de estágio de pós-doutoramento realizado em projeto de pesquisa que ocorreu em consórcio liderado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) entre 2016 e 2021. Do referido consórcio participaram a Universidade Federal de Viçosa (UFV) e a própria UFCA com fomento do Programa de Apoio à Pós-Graduação e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Desenvolvimento Socioeconômico no Brasil da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (PGPSE/Capes). Reitera-se aqui a competência da equipe reunida na presente obra – cujo vínculo comum está na participação na Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Populares e Solidários (ITEPS/UFCA) – para trabalhos acadêmicos em rede, fato nacionalmente reconhecido desde a realização do I Enapegs em 2007.

Há também resultado de pesquisa no PRODER/UFCA, no âmbito do Fórum Cariense de Economia Solidária em perspectiva histórica, qualificando-o como agente catalizador de rede de cooperação local. Do PRODER/UFCA advém, também, resultados de outra pesquisa, reportando desafios da sustentabilidade em comunidades rurais que sobrevivem da coleta de pequi em sítios da cidade do Crato (município da Região Metropolitana do Cariri). Outra pesquisa com origem no PRODER aborda sustentabilidade a partir de interseções entre agricultura familiar, economia solidária e agroecologia ocorridas em feira de produtos agroecológicos na cidade do Crato/CE. O capítulo seguinte caminha para outro segmento produtivo, da cultura, com resultados de

pesquisa no referido Curso de Especialização de Inovação Social em Economia Solidária tendo como objeto a Associação de Empreendedores Criativos do Cariri – AECC.

O mesmo Curso de Especialização oportunizou vivência que resultou em relato de experiência de assistente social em trabalhos acadêmicos de incubação de empreendimentos econômicos solidários, pautando possibilidades e potencialidades da participação de profissional de Serviço Social na incubação de base social (capítulo 12). O serviço de assistência social está presente também no texto seguinte (capítulo 13) abordando o tema da inclusão produtiva em grupos vulnerabilizados integrantes do Centro de Referência da Assistência Social em Juazeiro do Norte. O último texto da Parte 2 pauta participação e controle social. No supracitado Curso de Especialização, aborda planejamento participativo do Fórum Cariense de Economia Solidária.

A Parte 3 é *alimento da esperança* com casos focados na *abundância da economia solidária*. Esse último bloco aborda metodologia para o desenvolvimento sustentável com base em experiências do Grupo de Extensão em Economia Solidária da Universidade Federal do Ceará (Gesol/UFC). Objeto com apelo similar aparece no seguinte, a partir de resgate da concepção e práxis pedagógica da Incubadora Universitária de Empreendimentos Econômicos Solidários da Universidade Estadual Vale do Acaraú (IEES/UVA).

A quarta parte trata-se do Epílogo, pautando o tema ambiental, mediante abordagem de unidades de conservação no Ceará mediada pelo papel dos conselhos na estrutura de gestão, resultado da pesquisa do professor Augusto Tavares.

Em síntese, temos aqui um conjunto de 17 textos situados no domínio da gestão social. Por um lado, os textos lançam luzes acerca de conteúdos e formas de atuação de Instituições de Ensino Superior (IES) no fomento ao desenvolvimento sustentável mediante percursos acadêmicos que ilustram a desejável indissociabilidade das funções ensino, pesquisa e extensão. Por outro lado, revelam experiências, avanços, desafios e possibilidades da atividade acadêmica em organizações do domínio da gestão social, do terceiro setor, quanto a práticas voltadas à superação de indicadores de desigualdade mediadas pelo ideal de justiça social.

Boa leitura!

Washington José de Souza

# INTRODUÇÃO

A Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Populares e Solidários (ITEPS) se iniciou, formalmente, no segundo semestre de 2008, como um projeto de extensão ligado ao então Campus do Cariri da Universidade Federal do Ceará (UFC). Este livro é lançado, assim, no ano em que esta ação completa 12 anos de atividades ininterruptas. Esta história, assim como este livro é uma conquista de todos nós, professores, estudantes, empreendimentos solidários, e todos os apoiadores que, de alguma forma, se aproximaram da incubadora neste período.

Nestes doze anos, diversos empreendimentos foram incubados, mais de uma centena de estudantes foram bolsistas ou voluntários nas ações da ITEPS, dezenas de professores e técnicos se envolveram direta ou indiretamente na execução destas ações. Quatro professores foram seus coordenadores neste período: o prof. Jeová Torres, em sua fase inicial de implantação, o prof. Eduardo Cunha, o prof. Augusto Tavares e a profa. Victória Régia. Todos eles mantêm um envolvimento com as práticas da incubadora, a exceção no nosso querido Augusto, que nos deixou em 2020 e a quem homenageamos com esta publicação. Foram também executados projetos a partir de financiadores diversos, dentre Etene/BNB, Proext/MEC, SENAES/MTE, CNPq (como é o caso da maior parte das ações aqui relatadas) e as próprias universidades que abrigam o programa, inicialmente a UFC e presentemente a UFCA.

Parte desta história foi relatada e analisada em dois outros livros anteriores: “Incubação em Economia Solidária: Reflexões sobre suas Práticas e Metodologias”, elaborado em 2012 e lançado em 2013 (CUNHA et al, 2013) e “Incubação em Economia Solidária: Contexto, Desafios e Perspectivas”, publicado em 2016 (TAVARES et al, 2016). Como pode ser percebido no percurso narrado nestes dois livros, bem como neste terceiro que ora apresentamos, as metodologias e todos os processos de incubação, assim como o perfil dos empreendimentos incubados foram se alterando, não necessariamente seguindo um percurso linear, mas sendo sempre o resultado de um aprendizado que vai, de alguma forma, se acumulando neste processo. Tiveram influência nesta construção o perfil de cada equipe atuando a cada momento, as demandas dos parceiros financiadores, os contextos políticos e governamentais, especialmente na esfera federal, e as demandas que nos foram sendo apresentadas pela sociedade.

A incubação em economia solidária guarda uma singularidade teórico-metodológica, pois atua no assessoramento aos empreendimentos econômicos solidários com vistas à geração de renda a partir do trabalho autogestionário, adotando os princípios da educação popular, sedimentada no pensamento freireano. Tais processos de incubação focalizam grupos produtivos praticantes de uma economia que preconiza o trabalho associado, a democracia e a solidariedade como elementos centrais.

De acordo com a análise dos relatórios e publicações da Iteps, esta atua em diversos segmentos sócio-produtivos, entre os quais se destaca: a agricultura de base agroecológica, o artesanato, as finanças solidárias, entre outros. Suas principais ações estão voltadas ao incentivo do associativismo e do cooperativismo, atuando com catadores de materiais recicláveis, agricultores familiares e artesãos, além do apoio à realização de feiras e aos fóruns e redes que agregam empreendimentos econômicos solidários e suas entidades de apoio e fomento. Duas experiências são exemplares deste último eixo de atuação: o apoio ao Fórum Cariense de Economia Solidária e à Rede de Feiras Agroecológicas e Solidárias do Cariri.

Os processos de incubação são implementados por meio de diversas ações dialógicas, em formato de círculos de cultura, em que os integrantes dos empreendimentos participam de formações voltadas ao desenvolvimento das suas próprias capacidades, combinadas com conhecimentos técnicos e acadêmicos, de acordo com as demandas identificadas.

O primeiro passo para incubar um grupo é a aproximação. Em geral, os grupos/empreendimentos buscam a incubadora e apresentam suas expectativas e demandas, e estas são transformadas num plano de ação, coletivamente elaborado. Desse modo, o plano de incubação considera o histórico do grupo, suas relações, seu modo de gerir, sendo elaborado mediante rodas de conversa, da qual participaram a equipe da Iteps e os integrantes do grupo. No momento posterior, são identificadas as potencialidades e os limites de sua atuação, mediante aplicação de uma matriz que identifica fortalezas, fraquezas, ameaças e oportunidades. Desse diagnóstico, é gerado um plano de trabalho, com expectativa de duração de 12 a 24 meses. Na sequência, inicia-se o acompanhamento semanal, denominado de acompanhamento sistemático, que aprofunda o relacionamento e as relações de confiança com o grupo e ocorre durante todo o primeiro ano. Posteriormente, com o amadurecimento do grupo/empreendimento, o acompanhamento torna-se mais espaçado, preparando o grupo para a próxima fase, designada de “desincubação”.

Os processos de incubação envolvem tanto abordagens técnicas e de gestão (precificação dos produtos, captação de parcerias etc, designadas pelo termo formação específica) quanto aquelas concernentes à economia solidária, à participação, aos aspectos comportamentais, mediação de conflitos e relações interpessoais (designadas pelo termo formação basilar). Todos os integrantes são sujeitos ativos do processo e não meros receptores, tal como preconiza a educação popular, segundo Freire (1996). Outro aspecto integrante do escopo teórico-metodológico diz respeito às metodologias integrativas, que acionam diferentes linguagens no processo de construção dos conhecimentos, criando uma ambiência que aproxima e horizontaliza as relações entre os sujeitos envolvidos, bem como entre os saberes acadêmico e popular. De acordo com Giannella e Batista (2013), tais metodologias preconizam a necessidade de se convencionar outra forma de atuar diante das situações profissionais e políticas nas instituições e comunidades. Sua definição foi assim sistematizada, mais adiante, por Giannella, Araújo e Oliveira Neta (2011):

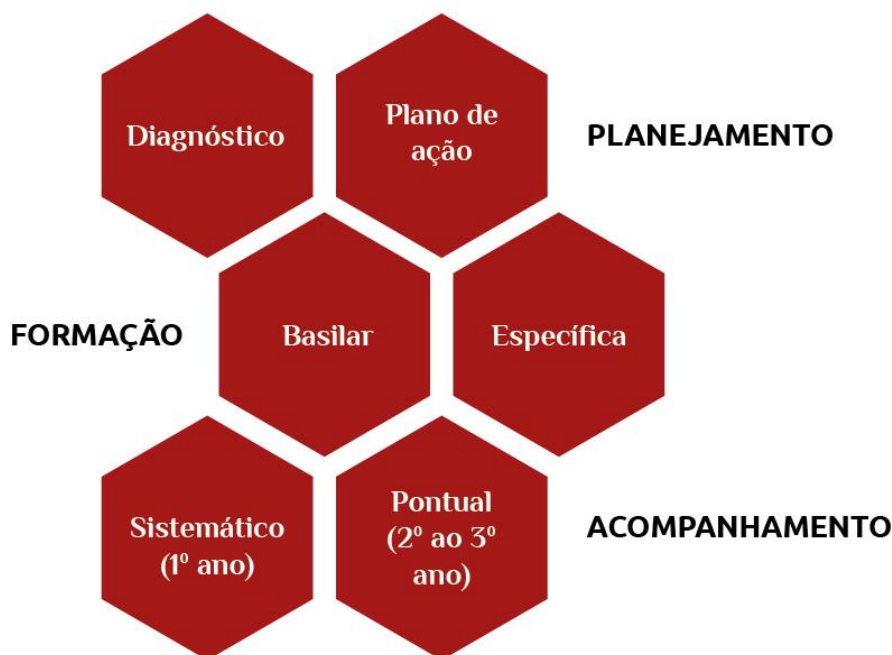
Denominamos de Metodologias Integrativas as abordagens, técnicas e métodos, norteados pela busca de uma recomposição entre as partes cindidas do ser humano. A mente se incorporando a racionalidade, tornando-se sensível, a ciência subjetivando-se, o método abrindo-se para a intuição e a criatividade, etc. (GIANNELLA, ARAÚJO, OLIVEIRA NETA, 2011, p. 143).

As práticas educativas inerentes à incubação em economia solidária valorizam, portanto, as experiências e a diversidade dos sujeitos, independentemente do nível de escolaridade, cada participante tem sua leitura de mundo própria e sua forma de expressar-se, e todas estas são fundamentais no processo de incubação. Desse modo, as formações, reuniões, eventos realizados lançam mão de diversos meios para aprimoramento das interações, como a música, a literatura de cordel, a poesia, fotografia, dinâmicas corporais de relaxamento ou ativação dos sentidos, entre outras.

As etapas da incubação foram sistematizadas na figura 1, a seguir:



**Figura 1: Etapas da incubação em Economia Solidária**



Fonte: Adaptado pelos autores

Conforme se observa, a metodologia de incubação desenvolvida busca mais do que a geração de trabalho e renda de modo alternativo ao modelo hegemônico (embora este seja um ponto crucial), visa também fomentar e fortalecer os empreendimentos solidários e/ou a redes locais de empreendimentos, com foco na autogestão e no desenvolvimento sustentável. Assim, na mais recente sistematização das ações, temos revisto a “desincubação”, pois, mesmo que de modo pontual, percebemos que as relações com os grupos/EES permanecem, porém, assumem um outro caráter, de parceria e de reconhecimento pelo trabalho realizado. Aprendemos com as outras incubadoras da Rede de ITCPs, notadamente, com a Incubadora IEES/UVA (Sobral), da qual nos aproximamos muito no último ano, que a incubação da incubadora é um processo contínuo e que está em nossa base identitária, sendo, portanto, a nossa maior potência. Por isso, finalizamos a edição de mais um volume com enorme alegria e gratidão a todos/as que fizeram e fazem parte da história da “nossa” Iteps.

No ano de 2018 até meados de 2019, as atividades da ITEPS foram financiadas com o apoio do Programa Nacional de Incubadoras e Cooperativas – PRONINC, através da Subsecretaria de Economia Solidária – SENAES, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq e do Ministério do Trabalho e Emprego – MTb. A Chamada Pública tinha como objetivo apoiar projetos de pesquisa,

desenvolvimento tecnológico e extensão de incubadoras tecnológicas de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) que visem a contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação do País nas áreas de economia solidária e incubação tecnológica.

Sendo assim, o projeto de Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários para o Desenvolvimento Sustentável do Cariri Cearense foi desenvolvido com êxito graças à atuação dos bolsistas, dos equipamentos adquiridos, das formações internas e externas, e de todos os outros elementos que o fomento do PRONINC proporcionou.

A obra que aqui se apresenta, traz consigo experiências de projetos e pesquisas em torno da Incubação em Economia Solidária, narrados por diferentes autores e contextos, porém com um único sentimento: Mostrar que uma outra economia é possível e urgente!

Este livro compõe-se de quatro partes e dezessete capítulos. A primeira parte, intitulada “Semeando em nosso solo: As experiências dos projetos incubados pela Iteps” traz as vivências de Projetos desenvolvidos em 2018 e 2019, apresentadas por uma narração das ações de extensão universitária em Economia Solidária desenvolvidas pela Incubadora desde sua formação, distribuídas em seis capítulos.

A segunda parte intitulada “Raízes fortes da esperança: A economia solidária nos Programas de Pós-Graduação da UFCA”, apresenta em oito capítulos, pesquisas relacionadas à temática da economia solidária desenvolvidas no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável (PRODER), das Especializações em Inovação Social e Economia Solidária e Permacultura da Universidade Federal do Cariri (UFCA), e o relato de um estágio pós-doutoral em Desenvolvimento Regional pela UFCA, realizado em parceria com a Iteps.

A terceira parte denominada “Alimento da Esperança: A Abundância da Economia Solidária” é composta por dois capítulos que conta experiências de Incubadoras e grupos de economia solidária de outras instituições de ensino, são elas: o Grupo de Extensão em Economia Solidária (Gesol) da Universidade Federal do Ceará – UFC, e a Incubadora Universitária de Empreendimentos Econômicos Solidários da Universidade Estadual do Vale do Acaraú – IEES/UVA.

A quarta parte traz um Epílogo com um capítulo que traz parte da pesquisa de Doutorado do professor Augusto Tavares.

O capítulo I “Extensão Universitária em Economia Solidária na Universidade Federal do Cariri à luz da experiência da Incubadora Tecnológica de Empreendimentos

Populares e Solidários” apresenta as ações de extensão universitária em Economia Solidária desenvolvidas na Universidade Federal do Cariri (UFCA), a partir da ITEPS, no período de 2009 a 2018. Este estudo de caso é resultado do trabalho de conclusão do curso de Administração Pública (UFCA) da autora principal. Nesse sentido, o texto aborda pontos como: a relação teórico-conceitual entre extensão universitária e economia solidária; a perspectiva da extensão universitária desenvolvida pela UFCA; o surgimento das Incubadoras de Empreendimentos Populares e Solidários e; a caracterização da dinâmica institucional da ITEPS, destacando seus processos internos, desafios e principais resultados alcançados.

O capítulo II “Experiências Agroecológicas para o Bem Viver: a Trajetória do Grupo de Economia Solidária e Turismo Rural da Agricultura Familiar – Gestraf, Barbalha/Ce” faz uma apresentação da trajetória do referido grupo, composto por 22 integrantes (no período de 2018), entre feirantes e articuladores, oriundos da agricultura familiar, que vem desenvolvendo um trabalho coletivo, pautado na harmonia ser humano-natureza, na vivência individual e coletiva, na experimentação do novo, no esperar de um novo mundo, e na prática do bem viver. Além disso, ressalta a importância do apoio da ITEPS/ UFCA no contexto histórico-organizacional do grupo, e no seu desenvolvimento, assistindo-o em projetos de incubação, incentivando e fortalecendo este em ações coletivas, sendo um importante articulador da economia solidária no Cariri. Assim, o texto traz as experiências acerca do Gestraf e do Café Cariri Encantado (que surgiu de um desmembramento do primeiro), empreendimentos que foram contemplados, e que estão localizados no município de Barbalha/CE.

O capítulo III “Tem um pé de esperança no quintal de minha casa: a experiência dos quintais produtivos com as mulheres da Comunidade Baixio Dos Oitis, em Crato – Ce” conta a experiência da implementação do “Projeto Quintais Produtivos” em 2018. Nesse período foram implementados 10 quintais produtivos junto à comunidade Baixio Dos Oitis, localizada em Crato/CE, onde 8 deles foram construídos e cuidados por mulheres. A experiência foi vivenciada a partir da colaboração dos coordenadores e bolsistas da ITEPS, bem como de diversos sujeitos externos que se identificavam com a temática e contribuíram nessa busca de estimular práticas de produção baseadas na agroecologia, na economia solidária, na segurança alimentar e, conseqüentemente, na melhoria da qualidade de vida dos pequenos produtores.

O capítulo IV “Agroflorestando o Cariri: a experiência do Curso sobre Sistema Agroflorestal no Espaço Xamânico Morada da Jurema, no Sítio Baixio dos Oitis - em

Crato/Ce”, descreve e reflete sobre a realização da oficina de agrofloresta desenvolvida no Espaço Xamânico Morada da Jurema, no sítio Baixio dos Oitis, em Crato - CE, no período de novembro de 2018. Para isto, o texto expõe os procedimentos, anseios e resultados da vivência, bem como os efeitos deste processo na perspectiva de uma integração entre as comunidades e ações envolvendo a Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Populares e Solidários (ITEPS). A oficina ocorreu entre os dias 23 e 25 de novembro de 2018 e estava inserida dentro de um contexto mais amplo, iniciado pelo projeto “Quintais Produtivos no Baixio dos Oitis”, que envolveu diretamente 10 famílias, e impactou positivamente, do ponto de vista de mobilização da comunidade e de contextos mais amplos relacionados com os grupos da ITEPS.

O capítulo V “Construção coletiva de outros saberes: a experiência do percurso formativo em Economia Solidária e Gestão Social com grupos de produtores rurais na Região do Cariri Cearense” narra a experiência do projeto de Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários para o Desenvolvimento Sustentável do Cariri Cearense, desenvolvido pela Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Populares e Solidários (ITEPS) com ênfase no Eixo de Formação desempenhado pelo Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial do Laboratório Interdisciplinar de Estudos em Gestão Social (NEDET/LIEGS), projetos vinculados à Universidade Federal do Cariri (UFCA). O percurso formativo foi resultado do acompanhamento técnico realizado, com ações desenvolvidas entre março de 2018 e março de 2019, à três empreendimentos específicos locais: o Grupo de Economia Solidária e Turismo Rural da Agricultura Familiar (GESTRAF); a Associação das Mulheres do Sítio Macaúba, ambos localizados no Município de Barbalha/CE; e o Assentamento 10 de Abril, no Município de Crato/CE. As formações se referiram, principalmente, às temáticas de economia solidária e gestão social, além de trazer suporte às demandas formativas dos grupos.

O capítulo VI “Escola Caririense de Permacultura - ESCAPE: uma experiência colaborativa de formação em Permacultura no Cariri Cearense” traz o relato da experiência de cocriação, correalização e cogestão de um processo pedagógico, o Curso de Design em Permacultura - PDC do Cariri, deflagrado a partir da convergência dos permacultores que compõem a Escola Caririense de Permacultura (ESCAPE), com a participação da ITEPS nesta construção coletiva. A referida Escola surge em 2017, a partir do Curso de Especialização em Permacultura ofertado pela Universidade Federal do Cariri, que contribuiu para a articulação política da Permacultura na região, onde parte dos atores desse processo, deflagraram de maneira processual a implantação da mesma.

Com o intuito de democratizar ainda mais a formação em Permacultura, e atuar na articulação conjunta com outros atores visando uma consolidação da Permacultura como indutora do um processo de gestão territorial ambientalmente responsável e socialmente justa, a ESCAPE realizam anualmente o PDC.

Na segunda parte, o sétimo capítulo “O Território Cariri e as Tecnologias Sociais: Análise de indicadores de inclusão social e produtiva e de superação da pobreza a luz do exercício do controle social” relata a experiência de um estágio pós-doutoral realizado no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável da UFCA, cuja imersão em campo ocorreu em parceria com Iteps. A pesquisa explana o mapeamento das tecnologias sociais de inclusão produtiva e social implantadas no território Cariri, os desafios da participação para que se alcance o exercício do controle social, mostrando as possibilidades que as mesmas trazem refletir-se sobre a elevação de indicadores de inclusão social e produtiva e de superação da pobreza.

O oitavo capítulo “O Fórum Caririense de Economia Solidária (FOCAES): um olhar a partir das experiências, desafios e redes de cooperação solidária” descreve as experiências da atuação do FOCAES em redes de cooperação, no ano de 2016, apresenta um embasamento teórico acerca dos conceitos de economia solidária e redes de cooperação, descreve o Fórum Caririense de Economia Solidária numa perspectiva histórica, e o identifica como um agente fortalecedor da rede de cooperação local. Este estudo de caso é um extrato da pesquisa da autora principal, que deu origem à Dissertação de Mestrado “Redes de cooperação solidária e desenvolvimento regional sustentável: um estudo de caso sobre o Fórum Caririense de Economia Solidária (FOCAES)”, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável (PRODER/UFCA).

O nono capítulo “Sustentabilidade: um caminho em construção no Projeto Pequi Vivo nos Sítios Cruzeiro e Jatobá” analisa os desafios da sustentabilidade nas comunidades rurais que sobrevivem da coleta de pequi, na comunidade dos Sítios Cruzeiro e Jatobá, na cidade de Crato/ CE. A análise surge a partir do projeto intitulado “Pequi Vivo”, o qual foi premiado com recursos financeiros pelo edital do banco Santander Universidades, em 2014, diante do problema relacionado à comercialização do pequi. O projeto previa a construção de um galpão de beneficiamento de pequi, englobando, para além disto, um modelo de negócio com o fim de se evitar o desperdício do fruto, e trazer para a comunidade uma mudança na concepção de trabalho e melhorias econômicas. Nesse sentido, o trabalho relata as mudanças ocorridas nas comunidades em

estudo, durante a ação do projeto de extensão supracitado que interferiu a vida dos moradores. Ademais, diz respeito à Dissertação de Mestrado da autora principal, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável (PRODER/ UFCA).

O décimo capítulo, “Agricultura familiar, Economia Solidária e Agroecologia: uma experiência econômica e social com as mulheres feirantes no município do Crato – Ce”, traz o resultado de uma pesquisa que se desenvolveu na feira de produtos agroecológicos na cidade do Crato/CE, criada em julho de 2003 pela Associação Cristã de Base (ACB). Com o objetivo de relatar sobre a economia solidária na feira supracitada, discutindo a sustentabilidade da agricultura familiar a partir da agroecologia, se propõe também a analisar a dinâmica da agricultura familiar, apontando a economia solidária e a agroecologia como alternativas para o desenvolvimento sustentável; analisar a percepção das feirantes acerca do tripé agroecológico: soberania alimentar, transição agroecológica e economia solidária; diagnosticar a partir da pesquisa empírica os entraves socioeconômicos que venham a impedir a integração agroecológica e, avaliar o grau de execução, por parte dos feirantes, no que diz respeito às atividades que envolvem esse tripé. O texto é parte do trabalho de conclusão da Especialização em Inovação Social e Economia Solidária da UFCA.

O décimo primeiro capítulo “Associação dos Empreendedores Criativos do Cariri: Formalização, desafios e perspectivas” relata uma intervenção realizada na Associação de Empreendedores (as) Criativos do Cariri - AECC, com ênfase no processo de formalização e registro da mesma, bem como construir com o grupo a matriz SWOT, para servir como uma ferramenta para o novo direcionamento da associação, auxiliando na construção do seu plano de ação. Surge do desenvolvimento do trabalho de conclusão da Especialização de Inovação Social em Economia Solidária da Universidade Federal do Cariri, do autor principal. A pesquisa consiste numa descrição desse processo, a partir da metodologia da pesquisa-ação, onde a partir da demanda de formalização jurídica, e pela opção do grupo de empreendedores que formam a Feira Cariri Criativo, desde do ano 2016, a formalização da atividade coletiva sob a forma de associação. Nesse sentido, foi adotada uma ferramenta para esta finalidade: a construção da matriz SWOT, popularmente conhecida como matriz FOFA, culminando no alcance do objetivo da criação da Associação de Empreendedores Criativos do Cariri.

O décimo segundo capítulo “Incubação em Economia Solidária e o Serviço Social” relata a experiência de imersão da pesquisadora, enquanto Assistente Social,



durante oito meses, no ano de 2017, na Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Econômicos Solidários (ITEPS), observando as possibilidades e potencialidades de se manter um (a) profissional de Serviço Social junto à equipe, agregando seus conhecimentos em um processo de assessoria e acompanhamento de Empreendimentos da Economia Solidária - EES como também, em outras ações realizadas pela Incubadora. A pesquisa relaciona-se ao trabalho de conclusão da Especialização de Inovação Social em Economia Solidária da UFCA, da autora principal.

O décimo terceiro capítulo “Desafios da inclusão produtiva com grupos vulnerabilizados integrantes do Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) em Juazeiro do Norte/Ceará”, aborda uma intervenção da autora principal no referido espaço, tendo gerado o seu trabalho final do curso de Especialização de Inovação Social em Economia Solidária da UFCA.

Em sequência, o capítulo XIV, “Planejamento para a Gestão Participativa do Fórum Caririense de Ecosol: Aprendizados e desafios de uma pesquisa-ação” compartilha a elaboração coletiva de um modelo de gestão pautado nos princípios da autogestão, cooperação e solidariedade, com vistas à geração de impactos positivos no processo organizacional, de tomada de decisão e a internalização do papel de cada membro do Fórum Caririense de Economia Solidária. Sendo assim, resultado do trabalho final do curso de Especialização em Inovação Social em Economia Solidária.

Na terceira parte, o capítulo XV “Metodologia para o Desenvolvimento Sustentável no Grupo de Extensão Em Economia Solidária (GESOL)” analisa o trabalho do GESOL, vinculado à Universidade Federal do Ceará – UFC, sob o ponto de vista das suas escolhas metodológicas e seus objetivos, relacionados à formação para a sustentabilidade, em meio aos empreendimentos econômicos solidários (EES). Além disso, discute as características gerais do movimento de economia solidária, além da sua manifestação específica no Brasil – e no Ceará, no intuito de compreender os objetivos e a metodologia sistematizada pelo Gesol, levando-se em conta a realidade histórica (incluindo as características locais do seu desenvolvimento) e as experiências vivenciadas.

O capítulo XVI “A Incubadora Universitária de Empreendimentos Econômicos Solidários da Universidade Estadual do Vale do Acaraú - Sobral/Ce – IEES-UVA: histórico e práxis pedagógica” compartilha os principais aspectos da criação e processo de sistematização teórico-metodológica que orienta a práxis pedagógica desenvolvida

pela referida incubadora. Para tanto, percorre o histórico de sua criação, os principais projetos desenvolvidos e finaliza com os desafios e aprendizados.

Na parte final da nossa obra, o Prólogo com o capítulo XVII, “Panorama Das Unidades De Conservação Estaduais e o Papel dos Conselhos na sua estrutura de gestão” trata da pesquisa de Doutorado do professor Augusto Tavares, homenageado neste livro, cuja defesa de tese emocionou a todos os professores(as), alunos(as) e amigos(as) presentes. A pesquisa busca identificar e discutir as instrumentalizações - nas quais operacionalizam-se determinadas práticas de gestão nas Unidades de Conservação, desvelando representações e práticas que podem ajudar a problematizar o funcionamento dos conselhos, tendo como referência a criação de instrumentos adequados aos propósitos da participação, para além do seu caráter instrumental. Além disso, procura entender a forma como se deu a construção dos instrumentos de ação social analisados a partir da percepção de seus atores articulados em torno de espaços de ações e trocas simbólicas, que representam os conselhos, para além de sua função sociojurídica. Para tanto, a pesquisa ocorreu a partir de entrevistas com 15 gestores e 26 conselheiros de UCs, análise documental (pesquisa em fontes de dados secundários, na gestão 2017-2018 para a análise sistemática das atas e listas de frequência e das entrevistas com gestores e conselheiros) e observação direta em reuniões e oficinas de planejamento, para chegar-se ao conjunto de dados analisados.

E nessa conexão, para Augusto:

*Sorriam e alegrem-se pela vida que continua  
Eu ainda estarei presente  
E mesmo quando tiverem me esquecido...  
Cultivem flores em seus jardins  
E com elas enfeitem a vida  
Cativem amigos do coração  
E com eles cultivem o mundo.  
Augusto Tavares*

É no bojo das emoções dos dez anos de criação do nosso Curso de Administração Pública e Gestão Social que escrevo este texto, com o propósito de recompor a trajetória do meu amigo e colega professor Doutor Augusto Tavares, que fez seu voo para o infinito numa noite de sábado, dia 18 de julho de 2020.

Falar de uma pessoa tão intensa como ele, sem cair na “ilusão biográfica” é um desafio não apenas sociológico, como nos ensinou Bourdieu, mas é também existencial e afetivo. Por onde começar?

Decidi iniciar com a memória do dia em que nos conhecemos: eu estava em viagem à cidade de Santiago, no Chile, participando de um congresso da Associação Latinoamericana de Sociología (ALAS), realizado na primavera de 2013 - há exatos 7 anos. E foi na casa de veraneio de Pablo Neruda (Casa Museu La Sebastiana), em Valparaíso, que o conheci, ao lado de sua então companheira, Luciana Bessa. Lá eu soube que ele estava inscrito no mesmo concurso que eu, na UFCA. Certame este em que fomos aprovados, sendo que ele assumiu no mesmo ano (2013) e eu fui convocada posteriormente, em 2015.

Na dança, assim como na vida, vou dar um passo para o lado, antes de avançar, pois, embora nossa relação tenha começado pelo campo profissional, ela se estendeu para uma amizade envolta em cuidado e amor fraterno.

Homem de personalidade forte, defendia seus pontos de vista com tamanha veemência, mesmo quando gerava desconforto para si e para seus interlocutores. Dono de uma capacidade argumentativa como poucos, muito raramente se dava por satisfeito num debate, que, por vezes, transfigurava-se num duelo, com réplicas e tréplicas constantes. Impossível não lembrar dos embates dele com a Prograd à época de reelaboração do PPC (Projeto Político-Pedagógico do Curso), período em que estive ao seu lado como vice-coordenadora do curso, e fui testemunha de sua imensa dedicação.

Aliás, como tudo o que ele fazia. Em tudo havia uma energia que pulsava com muita intensidade, e que transitava entre o céu ao inferno em fração de segundos. Conheci poucas pessoas nesses meus seis setênios de vida com tamanha vibração. Por isso, não havia meio termo com ele; era “ame-o ou deixe-o!”.

Espero conseguir retratar a seguir, mesmo que como uma pintura impressionista, os traços desse homem tão apaixonado pela vida, e que nos deixa uma saudade imensa.

Augusto de Oliveira Tavares nasceu no dia 05 de janeiro de 1973, na cidade de Fortaleza, Ceará. Ele foi o 16º filho da família gerada pela união de Maria Augusta de Oliveira Tavares e Hugo da Costa Tavares.

Sua formação acadêmica de base iniciou em meados dos anos 1990, quando ingressou na graduação em Ciências Sociais na Universidade Estadual do Ceará, tendo concluído o curso em 2000. Nesse período, tornou-se pai da Drielly e dois anos após, veio a sua caçula, Adrya, fruto de seu casamento com a primeira esposa, Jose Alexandria, tendo vivenciado uma paternidade muito ativa, mesmo com a distância física, quando da mudança para o Cariri, em 2005.

Seu ingresso no mundo do trabalho se deu desde cedo, no empreendimento de sua família, a Escola Pingo de Gente, localizada na grande Messejana, onde ele teve muitas experiências, tendo sido algo marcante no seu perfil de gestor.

Em 2004, ele concluiu o Mestrado em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará, com uma pesquisa que versou sobre a questão da democracia na Universidade, tendo tratado das eleições para reitor na UECE. Nesse mesmo período ministrava aulas de Sociologia no Ensino Médio, no Colégio Batista, em Fortaleza, e também no ensino superior, na Universidade do Vale do Acaraú.

Na esfera afetiva, foi também em 2004 que conheceu sua segunda esposa, Luciana Bessa, também professora, com formação em Letras. No ano seguinte, eles mudam para a região do Cariri. Inicialmente, morando no município de Milagres, quando atuou na FAMICE – Faculdade de Milagres, nos Cursos de Administração e de Letras.

Entre 2006 e 2012, ministrou aulas nas Faculdades Leão Sampaio (hoje Centro Universitário Dr. Leão Sampaio) e Paraíso, conjugando com a docência na Universidade Regional do Cariri (URCA), como professor substituto, no Curso de Ciências Sociais (entre 2009 a 2011 e 2012 e 2013), onde fez muitos amigos, entre colegas docentes e estudantes.

Em 2013 ingressa no serviço público federal, como professor efetivo, inicialmente, no Instituto Federal do Sertão Pernambucano (IF-Sertão PE), e também na Universidade Federal do Cariri (UFCA), tendo optado pela UFCA, tornando-se professor do Curso de Administração Pública e Gestão Social, onde exerceu diversas funções, desde coordenador do curso (quando eu compartilhei com a ele a vice-coordenação, entre 2016 e 2017) e de vários projetos e programas de extensão, com destaque para a Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Populares e Solidários (Iteps) e a assessoria ao PIE Programa Institucional de Extensão na área de Trabalho, Políticas Públicas e Economia Solidária, com trabalhos desenvolvidos com o Fórum Caririense de Economia Solidária, com catadores de materiais recicláveis na Associação Engenho do Lixo e outros empreendimentos. Importante também registrar sua dedicada atuação na Rede de ITCPs e também na Associação Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas. (ANEPCP), tendo projetado o nosso curso em vários espaços, em eventos emblemáticos. Foram muitos ERECAPs (Encontro Regional do Campo de Públicas Nordeste), ENEPCPs (Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas) e tantos outros. Lembro demais dele falando que a escolha pela UFCA se deu pelo processo de expansão em que esta se encontrava e isso o estimulava muito.

No campo das preferências literárias, segundo compartilhou conosco Luciana Bessa, sua segunda esposa, era leitor assíduo dos autores clássicos das Ciências Sociais, Karl Max, Max Weber e Émile Durkheim. Devido à sua paixão pela vida e pela literatura, gostava também de escrever poesias. Os primeiros versos surgiram aos 18 anos, inspirados em Fernando Pessoa, Augusto dos Anjos e também Dostoiévski, sendo que o livro mais apreciado foi Crime e Castigo, de autoria deste último escritor russo.

Como amigo, era extremamente atencioso e solidário. Não media esforços para ajudar. Em razão disso, teve uma legião de amigos que chegaram junto nesse período de adoecimento. Gentes de tantos movimentos sociais, da Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP), da Economia Solidária, da Biodança, das universidades em que passou, além de seus familiares, todos irmanados, emanando sentimentos de cura. Tenho certeza de que todo esse amor intensamente vivido nos últimos tempos, o fez superar os percalços da doença em muitos momentos, mesmo com a severidade do caso e a fragilização do corpo físico. Tanto que defendeu sua tese de doutorado algumas semanas antes de sua partida, tamanha foi a sua determinação e força de vontade. O ritual da defesa, transmitida pelo GMeet emocionou a todos que assistiam e eu sou muito agradecida porque compartilhei de perto, junto com os familiares. Manteve espírito combativo até o fim.

Segue seu caminho em Paz, amigo, e saiba que seu exemplo de vida nos guiará como um farol, e nós daremos continuidade à sua memória porque a sua passagem aqui deixou marcas profundas. Quero lembrar sempre de sua altivez, com seu chapéu na cabeça, cavanhaque, e sorriso estampado no rosto (tão bem traduzido na xilogravura feita pelo Zé Lourenço, na Comenda que leva o seu nome). Essa imagem ficará exposta em “nosso” gabinete. Por fim, despeço-me com os versos da canção de Milton Nascimento: “Qualquer dia amigo eu volto a te encontrar. Qualquer dia amigo a gente vai se encontrar”.

## REFERÊNCIAS

CUNHA, E. V.; MEDEIROS, A. C.; TAVARES, A. O. *Incubação em Economia Solidária: Reflexões sobre suas Práticas e Metodologias*. Fortaleza: Imprece. 2013.

GIANNELLA, V.; ARAÚJO, E. T.; OLIVEIRA NETA, V. M. *As Metodologias Integrativas como caminho na ampliação da esfera pública*. In: SCHOMMER, Paula Chies; BOULLOSA, Rosana de Freitas. (Org.). *Gestão Social como Caminho para a Redefinição da Esfera Pública*. Florianópolis: Editora UDESC, v. 1, p. 139-164, 2011.

GIANNELLA, V.; BATISTA, V. L. *Metodologias Integrativas: Tecendo Saberes e Ampliando a Compreensão*. *Revista Interdisciplinar em Gestão Social (RIGS)*, Bahia, v. 2, n. 3, p. 83-108, set./dez. 2013.

TAVARES, A. O.; SILVA, L. B.; SILVA, S. R. O.; PAIVA, V. R. A. *Incubação em Economia Solidária: Contexto, Desafios e Perspectivas*. Juazeiro do Norte, CE: Universidade Federal do Cariri. 2016.



## **PARTE I**

# **SEMEANDO EM NOSSO SOLO: AS EXPERIÊNCIAS DOS PROJETOS INCUBADOS PELA ITEPS**

# CAPÍTULO I

## EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA EM ECONOMIA SOLIDÁRIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI À LUZ DA EXPERIÊNCIA DA INCUBADORA TECNOLÓGICA DE EMPREENDIMENTOS POPULARES E SOLIDÁRIOS

Cicera Keliciane de Barros<sup>1</sup>  
Victoria Régia de Arrais Paiva<sup>2</sup>

### 1. INTRODUÇÃO

Este texto tem como objetivo apresentar as ações de extensão universitária em Economia Solidária desenvolvidas na Universidade Federal do Cariri (UFCA), a partir da experiência exemplar da Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Populares e Solidários (Iteps). Para tanto, foi constituído um estudo de caso de caráter descritivo, em que serão abordados os seguintes pontos: i) a relação teórico-conceitual entre extensão universitária e economia solidária; ii) a perspectiva da extensão universitária desenvolvida pela UFCA; iii) o surgimento das Incubadoras de Empreendimentos Populares e Solidários e, por fim, iv) a caracterização da dinâmica institucional da Iteps, destacando seus processos internos, desafios e principais resultados alcançados. A sistematização dos dados permite inferir que a incubação em economia solidária

---

<sup>1</sup> Graduada em Administração Pública e Mestranda em Desenvolvimento Regional Sustentável, pela Universidade Federal do Cariri (UFCA).

<sup>2</sup> Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC), docente da Universidade Federal do Cariri e integrante da coordenação da Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Populares e Solidários (Iteps).

impulsiona a sustentabilidade dos empreendimentos, sendo esta entendida em suas múltiplas dimensões.

Em termos contextuais, as mudanças fomentadas a partir da transnacionalização da economia capitalista e pelo contínuo avanço das tecnologias refletem na vida social e de modo particular no mundo do trabalho. E com isso advém a marginalização de uma parte significativa da população que, por não se inserir no mercado é excluída dos resultados econômicos desse sistema.

Diante desse quadro, a Economia Solidária emerge como um processo resultante das reações da população às crises do capitalismo, em busca de criar formas de geração de trabalho e renda baseadas no cooperativismo, autogestão, solidariedade e democracia. Assim, conforme Singer (2008) a economia solidária consiste num modo de produção caracterizado pela igualdade de direitos, em que os meios de produção são geridos por uma orientação democrática, pelos próprios trabalhadores.

O entrelaçamento da Economia Solidária com a extensão universitária busca promover a articulação entre a universidade e a comunidade, mediando processos dialógicos direcionados à construção coletiva de soluções para os problemas sociais, contribuindo para uma sociedade mais equânime. Assim, a extensão universitária em Ecosol é uma forma de fomentar, apoiar e disseminar uma economia que busca estimular não apenas a geração de trabalho e renda, mas também a autogestão, o respeito ao meio ambiente, as relações igualitárias etc.

No âmbito da Universidade Federal do Cariri, a Pró-reitoria de Extensão (Proex) é o setor responsável pelo desenvolvimento de ações dessa natureza, com atuação na Região Metropolitana do Cariri cearense. Entre os Programas de Extensão desenvolvidos, será abordada a Incubadora Tecnológica de Empreendimento Populares e Solidários, criada em 2009, para promoção da Economia Solidária na região, cuja ação origina-se a partir de um processo de articulação entre pesquisa, ensino, extensão e cultura.

## **2. EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA EM ECONOMIA SOLIDÁRIA: ASPECTOS TEÓRICO-CONCEITUAIS**

Discorrer sobre Extensão Universitária em economia solidária pressupõe pensar o fazer da universidade enquanto espaço de construção de múltiplos saberes, que têm na

ação extensionista uma forma de gerar conhecimento, envolvendo a comunidade acadêmica e a sociedade, o que se viabiliza mediante um processo dialógico que promove o exercício do papel social da universidade.

Esse papel, segundo Neto (1983) está fundamentalmente voltado para a formação de um profissional cidadão relacionado com a apropriação e produção do conhecimento científico e comprometido com a realidade social. Assim, a universidade caracteriza-se como um espaço que possibilita ao indivíduo agregar saberes heterogêneos, estendendo os limites dos conhecimentos, bem como possibilita a construção de uma identidade profissional, humana e social, guardando sintonia com a Lei de Diretrizes de Base da Educação Nacional (LDB), que em seu artigo VII afirma que: “compete à educação superior promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição (BRASIL, 1996).

Outrossim, a universidade é um espaço importante de produção, acumulação e disseminação de múltiplos saberes, fundamentada no tripé indissociável composto pelo ensino, a pesquisa e a extensão. E, no caso da UFCA, foi agregado um quarto pilar, com a dimensão cultural, a partir da criação da Pró-reitoria de Cultura (Procult).

É mediante a extensão que ocorre a associação entre o conhecimento científico e o popular. Conforme Saraiva (2007), a ação extensionista possibilita aos discentes vivenciar experiências significativas que lhes proporcionam reflexões das questões da atualidade. Através das experiências e conhecimentos produzidos e acumulados contribuem para uma formação comprometida com as necessidades da sociedade, considerando a particularidades de cada contexto. Nessa perspectiva, a articulação do conhecimento científico proveniente do ensino, norteado pela pesquisa, atua diante das necessidades das comunidades e possibilita transformações na realidade social.

Freire (1983), destaca que a extensão universitária exige uma presença curiosa dos sujeitos face ao mundo, e tem como pressuposto que a ação transformadora sobre a realidade demanda uma busca contínua de conhecimento, implicando processos de invenção e reinvenção contínuos. Aciona, portanto, conforme o autor, a reflexão crítica sobre o ato de conhecer, pelo qual os sujeitos se reconhecem conhecendo e, ao se reconhecerem, percebem “como” ocorre o seu conhecer e os condicionamentos aos quais este ato está submetido.

Diante do exposto, entende-se a extensão universitária como uma ação dialógica que contribui para o processo de construção, apreensão e disseminação do conhecimento

que se estende para além da Universidade, face à realidade em que os sujeitos estão inseridos, e possibilita aos atores envolvidos transformar suas realidades numa perspectiva que implica no autoconhecimento e no reconhecimento do seu papel social.

A seguir, será abordada a forma como a UFCA compreende e desenvolve as ações de extensão.

### **3. A PERSPECTIVA DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA DESENVOLVIDA PELA UFCA**

A Universidade Federal do Cariri foi criada a partir do desmembramento da Universidade Federal do Ceará (UFC), Campus Cariri, por meio da Lei 12.826, de 5 de junho de 2013. A instituição define-se como “comprometida com o desenvolvimento integral do estudante, tornando as atividades de ensino, pesquisa, extensão e cultura, bem como a promoção da produção intelectual e divulgação do conhecimento, pilares fundamentais da sua formação” (UFCA, 2017, p. 77).

No seu Plano de Desenvolvimento Institucional a UFCA apresenta como principal objetivo: “conceber profissionais a partir de uma concreta concepção científica, tecnológica, humana e artística, preparando-os para absorver, desenvolver, aplicar e difundir novos conhecimentos, orientados pela busca o desenvolvimento territorial sustentável (UFCA,2020, P. 101-102)”. Para tanto, a indissociabilidade entre seus quatro pilares consistirá na estratégia central para a concretização do ensino, pesquisa, extensão e cultura como forma de estabelecer uma relação mais direta entre universidade e comunidade.

Referenciada nas definições do Fórum de Pró-reitores de Extensão, a UFCA afirma a dialogicidade, enquanto um elemento inerente à extensão universitária representa uma das estratégias utilizadas pela Universidade para a formação profissional dos sujeitos, se estendendo para a além do ensino de conhecimentos técnicos voltados para uma atuação no mercado de trabalho busca formar cidadãos baseados na efetiva relação recíproca do âmbito acadêmico com a comunidade, seja para situá-los historicamente, identificá-los culturalmente ou referenciá-los na sua formação com os problemas cotidianos que algum dia enfrentarão (UFCA, 2020).

Nesse processo dialógico o conhecimento é concebido a partir de uma vertente que o compreende enquanto uma ação precípua que remete a transformação do ser, como aborda Paulo Freire (1983):

Conhecer não é o ato através do qual um sujeito transformado em objeto, recebe dócil e passivamente os conteúdos que outro lhe dá ou lhe impõe. O conhecimento pelo contrário, exige uma presença curiosa do sujeito em face do mundo. Requer sua ação transformadora sobre a realidade. Demanda uma busca constante. Implica invenção e reinvenção. (FREIRE, 1983, p.16).

O princípio da dialogicidade antepõe à superação das condições de desigualdades e exclusão existentes na atualidade, e, mediante a implementação de ações de extensão a Universidade socializa seu conhecimento e disponibiliza serviços junto aos setores da sociedade, exercendo sua responsabilidade social, reafirmando o compromisso com a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

Em consonância com o princípio da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, sendo que esta última parte de um viés que se estende para além do papel ofertista do conhecimento e de serviço para a sociedade, não se limitando enquanto um fim em si mesmo.

Assim, orientados pela compreensão da extensão universitária como uma via de mão-dupla que possibilita a troca de experiências, bem como, o encontro de saberes e a transformação de realidades e contextos sociais, é que será introduzida a abordagem sobre extensão universitária em economia solidária desenvolvida a partir da experiência da Incubadora de Empreendimentos Populares e Solidários.

Inicialmente serão apresentados os conceitos de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs), e na sequência, as linhas de atuação da Iteps, enquanto um programa de extensão universitária desenvolvido pela UFCA.

Os Empreendimentos Econômicos Solidários são iniciativas concretas da economia solidária, constituídos por um grupo de indivíduos que produzem e comercializam seus produtos com base nos princípios da Economia Solidária, dentre as quais se destacam a promoção do desenvolvimento sustentável, a cooperação e a autogestão. Nesses espaços os associados efetivam uma gestão horizontalizada em que todos têm direito à participação direta.

Sendo os EES instigados a uma prática de gestão diferenciada das tradicionais, esse modelo de gestão recebe o nome de autogestão, por consistir “um projeto de

organização democrática que privilegia a democracia direta” (MONTHÉ, 2009, P.26), no qual, ainda de acordo com este autor, os associados participam de forma voluntária e livre de assembleias com a finalidade de debater questões que lhes digam respeito (MOTHÉ, 2009).

Nessa perspectiva, conforme assinala Carvalho (1995), a adesão dos membros ocorre de forma voluntária e livre, e estes participam de assembleias debatendo questões que lhes apeteçam. Portanto, a autogestão possibilita aos sujeitos e/ou grupos envolvidos a tomada de decisão de forma coletiva e participativa. Todos se tornam administradores diretos, sendo que o modelo de gestão não representa somente um modo de organizar empreendimentos, mas, uma forma de organização social.

Assim, observa-se que a principal diferença entre a economia capitalista e a solidária, consiste principalmente na forma de administração de ambas. Para Singer (2002), enquanto a primeira se utiliza da heterogestão, que ocorre de forma hierarquizada, a segunda se administra de forma democrática por meio da autogestão.

Por sua vez, o termo economia solidária pode ser empregado sob diversos enfoques, no entanto, o que melhor se aplica a proposta do presente texto é a conceitualização proposta por França Filho (2007), que concebe enquanto metodologia de intervenção, como “uma tecnologia social, ou seja, um instrumento ou ferramenta para geração de trabalho, renda e para a promoção de desenvolvimento sustentável em territórios caracterizados por alto grau de vulnerabilidade e exclusão social” (Ibidem, p.156).

Segundo este autor, a economia solidária é compreendida como uma economia plural, pela qual, são combinadas diversas formas de economia: mercantil - à medida que utiliza de moeda para estabelecer relações-; não mercantil - ao passo que as iniciativas da economia solidária podem receber apoio financeiro do Estado através de medidas distributivas-; e *não monetária* - as trocas se estendem para além dos valores monetários, destaca-se a reciprocidade que surge a partir das relações comunitárias.

Uma das formas de manifestação da economia solidária no Brasil são as Incubadoras de Economia Solidária. A seção a seguir pontua o contexto de emergência de tais práticas.

## 4. O SURGIMENTO DAS INCUBADORAS TECNOLÓGICAS DE COOPERATIVAS POPULARES NO BRASIL

Inicialmente denominadas pelo termo Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, de onde vem a sigla ITCP, cunhada no final dos anos 1990, para designar entidades de apoio e fomento que contribuem para ações promotoras da cooperação e da autogestão junto a grupos organizados em economia solidária.

Naquele contexto, de franca expansão dos ideais do neoliberalismo, tais preceitos encontraram terreno político propício no Brasil dos governos dos presidentes Fernando Collor de Melo e Fernando Henrique Cardoso (PSDB), momento em que ocorre o desmonte de diversas empresas e órgãos estatais, bem como das universidades públicas – bem semelhante ao Brasil atual (2020).

Diante deste cenário emergem as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, vinculadas às universidades brasileiras, visando o apoio e a disseminação de experiências em Economia Solidária. Em geral, as incubadoras têm se caracterizado como programas de extensão interdisciplinares, que atuam envolvendo o ensino, a pesquisa e a extensão.

Refletindo sobre as particularidades das ITCPs, é importante salientar que embora a sigla mencione a incubação de “cooperativas populares”, tais processos podem ocorrer com diversos tipos de empreendimentos, denominados de empreendimentos econômicos solidários, conforme tipologia definida por Gaiger (2002). Ou seja, fazem parte desse rol associações de produção e comercialização, grupos informais, bancos comunitários, entre outros.

As ITCPs buscam articular, por meio da multidisciplinaridade, áreas de conhecimento desenvolvidas no âmbito das universidades brasileiras, com grupos populares que se interessam e buscam a geração de trabalho e renda a partir de suas atividades e práticas em diferentes contextos. A geração de emprego e renda “vem se tornando prioridade inadiável nas últimas décadas, para todas as classes sociais, sobretudo, devido aos grandes problemas econômicos e sociais enfrentados pelo país” (GUERRA, 2008, p.16). Tais problemas encontram-se diretamente vinculados a ampliação dos mercados econômicos, a expansão do sistema capitalista, que acarreta no aumento da exclusão e desigualdade social, a diminuição de postos de trabalho formais e a marginalização econômica e social de grande parcela da população.



De acordo com Santos e Cruz (2008), a primeira ITCP surgiu na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), num dos centros de pesquisa da Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia (COPPE) da UFRJ, em 1996, coordenada pelo professor Gonçalo Guimarães. Desde então, a proposta seguiu inspirando outras incubadoras em diferentes universidades do país, tendo estas organizado duas redes nacionais, a saber: a Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (Rede Unitrabalho) e a Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Rede de ITCPs).

De acordo com informações da rede de ITCPs na internet, esta nasceu em 1998, com a vinculação de seis incubadoras, nas seguintes universidades: UFRJ, UFC, USP, UFPR, UNEB, UFRPE. O dado mais recente afirma que a rede congrega 41 incubadoras, tendo realizado seu quinto congresso em 2019, no Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ), cujo tema foi "Universidade e economia solidária: Rede ITCPs – 20 anos ressignificando a universidade no Brasil<sup>3</sup>". Em relação à Rede Unitrabalho, sua criação é datada de 1996, composta por 92 universidades e instituições de ensino superior de todo o Brasil<sup>4</sup>.

Na primeira década dos anos 2000, as ITCPs expandem suas ações e passam a desenvolver um importante papel na sociedade, visto que estas têm como objetivo principal desenvolver e disseminar conhecimentos sobre cooperativismo popular e autogestão, contribuindo para o desenvolvimento da economia solidária. De tal maneira, no intento de recuperar o trabalho e a autonomia econômica, alguns trabalhadores criaram iniciativas autogeridas, como forma de buscar a garantia do trabalho, que se pautava em valores característicos do movimento operário vigente nos idos da revolução industrial, tais como igualdade, solidariedade e democracia.

Singer (2011), afirma que a realidade acima descrita repercute nos dias atuais, sendo a economia solidária uma resposta dos trabalhadores à crise do trabalho capitalista. Nesse contexto, as ITCPs atuam interna e externamente, pois tanto colaboram com a formação dos estudantes (de graduação e pós-graduação), que via de regra são engajados em pesquisas e ações de ensino, extensão e cultura, bem como com a chamada “comunidade externa”, mediante estímulo à geração de trabalho e renda.

---

<sup>3</sup> Mais informações estão disponíveis pelo: <<https://www.vcongressoredeitcps.com/programacao>> Acesso em 20.jul.2019.

<sup>4</sup> Mais informações estão disponíveis em: <[http://www.itcp.coppe.ufrj.br/rede\\_unitrabalho.php](http://www.itcp.coppe.ufrj.br/rede_unitrabalho.php)> Acesso em 20.jul.2019.

O Relatório Nacional de Avaliação do Programa Nacional de Apoio às Incubadoras as define da seguinte forma:

As Incubadoras Tecnológicas de Economia Solidária (ITES) são iniciativas acadêmicas que integram ensino, pesquisa e extensão e que têm como prática a promoção da integração entre o meio universitário com grupos de trabalhadores que buscam construir um empreendimento econômico cooperativo. As ITES surgiram com o objetivo de oferecer formas permanentes de geração de trabalho e renda para indivíduos e grupos em situação de vulnerabilidade social e econômica, apoiam a formação e a consolidação dos empreendimentos, por meio da troca de conhecimentos práticos e teóricos, e buscam também transformar internamente a universidade, aproximando-a dos interesses, desejos e necessidades dos setores populares. (NIDES/UFRJ, 2017, p.31).

A consolidação da incubação de EES depende não somente da geração de trabalho e renda coletivos, associados à autogestão, mas também do acesso à capacitação técnica e desenvolvimento de redes que sustentem a atuação dos empreendimentos numa outra lógica, diferenciada da competitividade, do individualismo e da degradação humana e ambiental da economia capitalista.

## **5. A EXPERIÊNCIA DA ITEPS UFCA: CONTEXTO, AÇÕES E DESAFIOS**

### **5.1 CONTEXTO DE CRIAÇÃO**

A economia solidária viveu um ciclo de expansão no início dos anos 2000, com repercussão positiva nas ITCPs, principalmente após a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), momento que marca o apoio governamental federal à Economia Solidária no país. Criada no governo do Presidente Lula, em 2003, no âmbito do Ministério de Trabalho e Emprego, (pela lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003 e instituída pelo decreto nº 4.764, de 24 de junho de 2003), com o objetivo de viabilizar e coordenar atividades de apoio à economia solidária no território nacional, com vistas à geração de trabalho e renda, à inclusão social e à promoção do desenvolvimento justo e solidário.

As ITCPs atuam como base na educação popular freireana e buscam trabalhar o empoderamento das comunidades e encorajá-las a criarem tecnologias sociais ou replicar as já existentes, buscando consolidar a autonomia dos sujeitos envolvidos no que

concerne a lógica econômica, sendo esta dimensão compreendida de forma substantiva e plural. Assim, a incubação de EES constitui-se enquanto um processo sócio-político que auxilia o desenvolvimento dos empreendimentos solidários, gerando e/ou fortalecendo os laços de solidariedade e mobilização na comunidade.

A Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Populares e Solidários (Iteps) foi oficialmente criada na Universidade Federal do Cariri (UFCA) em 2009, quando esta era Campus Avançado da Universidade Federal do Ceará, sendo que os primeiros passos dados nessa intenção ocorreram ainda no segundo semestre de 2018, mediante parceria firmada entre a então UFC Cariri e o Escritório Técnico de Estudos e Pesquisas do Banco do Nordeste do Brasil (ETENE/BNB), sob a coordenação do Prof. Jeová T. Silva Jr.

Assim, o início efetivo das ações da Iteps ocorreu no segundo semestre de 2009, quando esta desenvolveu a incubação de três projetos específicos: com catadores/as de materiais recicláveis (em Juazeiro do Norte e Barbalha), para incubação de cooperativas e com o Centro de Desenvolvimento Comunitário das Timbaúbas (CDCT), em Juazeiro do Norte, para incubação de um banco comunitário.

A Incubadora tem desenvolvido suas ações na Região Metropolitana do Cariri Cearense desde 2009, apoiando e fomentando EES e na promoção de ações de economia solidária, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e fortalecimento da autonomia social dos sujeitos envolvidos, a partir do desenvolvimento de processos de incubação.

Com base no princípio da autogestão os EES são geridos coletivamente pelos próprios trabalhadores, de forma inteiramente democrática, em que todos os indivíduos participem efetivamente da gestão. Assim, compreende-se que os EES apresentam características distintas dos empreendimentos inseridos na lógica da economia capitalista e, portanto, a sua incubação também deve considerar tais particularidades.

A partir dessa reflexão inicial acerca dos pressupostos de atuação das incubadoras e da Iteps, faz-se pertinente compreender sua dinâmica de atuação, com base no diagnóstico situacional exposto a seguir.

## **5.2 A ITEPS/UFCA: EQUIPE, PROJETOS, PARCERIAS E PRODUÇÕES ACADÊMICAS**

A Iteps busca desenvolver a sua atuação a partir da multidisciplinariedade de diversas áreas de conhecimento. Para tanto, a sua equipe é formada por integrantes de diferentes áreas de formação, dentre as quais podemos citar: Administração, Administração Pública, Agronomia, Ciências Sociais, Comunicação Social, Designer de

produtos, Direito, Economia, Engenharia civil, Filosofia, Geografia, História, Jornalismo, Letras, Psicologia, Serviço Social e Sistema de informação.

O caráter multidisciplinar enriquece a atuação da incubadora, considerando que o mesmo possibilita uma atuação norteada a partir de uma diversidade de olhares e saberes, o que contribui para uma profícua troca de experiências tanto entre a equipe interna, quanto com as comunidades. Fazem parte da equipe da Iteps professores, técnicos e bolsistas de graduação e de pós-graduação de diversos cursos da UFCA e de outras instituições de nível superior da região. Nesse sentido, os professores coordenam os processos de incubação por meio de projetos, enquanto os técnicos e bolsistas desenvolvem ações tanto de caráter administrativo e quanto de acompanhamento junto aos empreendimentos.

Segue abaixo o quadro representativo do perfil dos integrantes da Iteps no período compreendido entre os anos de 2014 a 2017<sup>5</sup>, destacando a quantidade de membros por ano de atuação, as áreas de formação, o vínculo institucional e a forma de atuação na incubadora.

**Quadro 01 – Perfil dos integrantes da ITEPS no período entre os anos 2014 – 2017**

Atuação	Área de formação	Vínculo Institucional	Período de Atuação			
			2014	2015	2016	2017
1	Bolsista	Administração		x	x	
2	Bolsista	Administração		x		
3	Bolsista	Administração Pública	x			
4	Bolsista	Administração Pública				x
5	Bolsista	Administração Pública				x
6	Bolsista	Administração Pública	x			
7	Bolsista	Administração Pública			x	
8	Bolsista	Administração Pública				x
9	Bolsista	Administração Pública	x	x		
10	Bolsista	Administração Pública	x	x		
11	Bolsista	Administração Pública		x		
12	Bolsista	Administração Pública		x		
13	Bolsista	Agronomia	x			
14	Bolsista	Agronomia	x	x		
15	Bolsista	Agronomia	x	x		
16	Bolsista	Agronomia		x		

<sup>5</sup> O referido quadriênio compreendeu o período de maior quantidade de projetos implementados, sendo também o período de atuação como bolsista de uma das autoras deste texto.

17	Bolsista	Análise de Sistemas	UniLeão		x	x	
18	Bolsista	Design de produto	UFCA		x		
19	Bolsista	Direito	FAP		x		
20	Bolsista	Engenharia Civil	UFCA			x	
21	Bolsista	Jornalismo	UFCA	x	x		
22	Bolsista	Jornalismo	UFCA	x			
23	Bolsista	Jornalismo	UFCA	x			
24	Bolsista	Jornalismo	UFCA		x	x	
25	Bolsista	Jornalismo	UFCA	x			
26	Bolsista	Jornalismo	UFCA		x	x	
27	Bolsista	Psicologia	UFCA	X			
28	Bolsista	Psicologia	UniLeão	X			
29	Bolsista	Análise e Desenvolvimento de Informação	FAP	X			
30	Coordenador	Administração	UFCA	X	x		x
31	Coordenador	Administração	UFCA		x	x	
32	Coordenador	Ciências sociais	UFCA	X	x	x	x
33	Coordenador	Ciências sociais	UFCA	X	x	x	
34	Coordenador	Comunicação Social	UFCA	X	x	x	
35	Coordenador	Estilismo e moda	UFCA	X	x	x	
36	Coordenador	Psicologia	UFCA	X	x	x	
37	Técnico	Administração	UFCA	X	x	x	
38	Técnico	Administração	UFCA		x		
39	Técnico	Administração Pública	UFCA			x	
40	Técnico	Ciências Econômicas	URCA	X			
41	Técnico	Geografia	UFPE	X	x	x	
42	Técnico	Recursos Hídricos/Irrigação	UFCA	X			
43	Técnico	Biblioteconomia	UFCA		x		
44	Voluntário	Administração Pública	UFCA			x	
45	Voluntário	Administração Pública	UFCA				x
46	Voluntário	Administração Pública	UFCA				x
47	Voluntário	Administração Pública	UFCA				x
48	Pesquisador	Economia	UFBA	X			
49	Pesquisador	Economia	URCA	X			

Fonte: Pesquisa direta (2019).

A partir do quadro representativo, é possível perceber que no quadriênio abordado a Iteps contou com a participação de 49 integrantes, dentre os quais: 34 eram estudantes de cursos de graduação (sendo 29 bolsistas remunerados e 04 voluntários), 07 técnicos (profissionais graduados) 07 professores coordenadores e 02 pesquisadores (profissionais graduados, cursando pós-graduação, que atuaram voluntariamente). As informações foram obtidas através de documentos próprios da incubadora, a saber: relatórios mensais

de atividades dos bolsistas, relatórios parciais e finais das atividades de extensão, e a planilha de dados pessoais dos membros da incubadora.

Outro ponto destacado é o perfil multidisciplinar da equipe. Nessa direção, Câmara (1999) destaca:

A interdisciplinaridade deve ser pensada como “entre ciências, por um lado, considerando o território de cada uma delas e, ao mesmo tempo, identificando possíveis áreas que possam se entrecruzar, buscando as conexões possíveis. E essa busca se realiza por meio de um processo dialógico que permite novas interpretações, mudança de visão, avaliação crítica de pressupostos, um aprender com o outro, uma nova reorganização do pensar e do fazer. (CÂMARA,1999, p.15)

A interdisciplinaridade possibilita que cada membro de uma equipe, grupo ou projeto, possa contribuir com seus conhecimentos técnicos específicos no âmbito da sua área de conhecimento. A pluralidade de saberes não só enriquece como possibilita a construção de novos saberes, considerando as particularidades do contexto, do território e de cada sujeito envolvido.

Ainda no tocante à interdisciplinaridade da equipe, percebe-se uma predominância do curso de Administração Pública. Um dos possíveis fatores que podem contribuir para esse fato está relacionado às disciplinas de Gestão e Incubação de EES e Socioeconomia e Economia Solidária, ministradas no curso de Administração Pública por professores vinculados à Incubadora, possibilitando aos discentes conhecimentos teóricos e maior engajamento no tema.

Em relação as parcerias internas pode-se destacar: o PIE-Trabalho, Políticas Públicas e Economia Solidária; o curso de Especialização em Inovação Social em Economia Solidária; o Programa de Ensino e Extensão (PEEX); o Programa de Extensão Cariri Criativo; o Laboratório Interdisciplinar de Estudos em Gestão Social (LIEGS); o Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NAGES) e o Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET). Os parceiros externos: a Escola de Saberes de Barbalha – ESBA, a Escola de Políticas Públicas do Cariri (EPUCA); o Coletivo Camaradas, o Fórum Caririense de Economia Solidária (FOCAES) e a Associação Cristã de Base (ACB).

No que diz respeito os projetos incubados, entre 2009 e 2018 a ITEPS incubou 19 projetos, distribuídos nas seguintes áreas temáticas:

- Agroecologia e agricultura familiar;
- Comercialização solidária;

- Finanças solidárias;
- Reciclagem de materiais;
- Formação em Ecosol.

Quanto aos empreendimentos destaca-se que cada um deles no quadro abaixo, que compreende: o nome do projeto, o público alvo, a fonte de financiamento, o período de incubação e a atual fase de incubação do EES (pré-incubação, incubação e desincubação).

**Quadro 02 - Relação de empreendimentos incubados entre 2009 - 2018**

Nome do Projeto	Público-alvo	Financiamento	Período de incubação	Situação
Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Barbalha.	- Catadore(a)s de materiais recicláveis da cidade de Barbalha-CE	- Proex - ETENE/BNB	2009 - 2010	Desincubação
Centro de Desenvolvimento Comunitário das Timbaúbas (CDCT),	- Moradores do bairro Timbaúbas - Juazeiro do Norte	- Proex - Etene/BNB - Proext/MEC	2010 - 2014	Desincubação
Rede de Feiras Agroecológicas e Solidárias do Cariri	- Artesãos, Agricultores e produtores de base e agroecológica das cidades de Juazeiro, Crato e Barbalha.	- Proex - Proninc - PEEEX	2014 – Atualmente	Incubação
Acontece no Terreiro	- Moradores do bairro Alto da Penha – Crato/CE	- Proex - Proninc/CNPq	2018	Incubação
Rede de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis do Cariri	Membros das Associações de Catadores das Cidades de Barbalha, Crato, Juazeiro do Norte- CE	- Proex - Proninc/ MTE	2014 - 2017	Desincubação
Loja colaborativa na UFCA	- Agricultores, artesão e produtores que compõem a rede de feiras agroecológicas	- Proex - Proninc/MTE - PEEEX	2017 – Atualmente	Incubação
Rede de Empreendedores Criativos do Cariri	- Artesão das Cidades de Barbalha, Crato e Juazeiro do Norte- CE	- Proninc/Redes - Proninc/MTE	2011 - 2016	Desincubado
Rede de Permacultores do Cariri	- Permacultores da Região do Cariri	- Proex - Proninc/ CNPq	2018	Incubação
Grupo de Economia Solidária e Turismo Rural da Agricultura Familiar de Barbalha (Gestraf)	- Agricultores familiares em transição agroecológica de Barbalha	- Proninc / MTE	2017-atual	Incubação
Fórum Caririense de Economia Solidária – FOCAES	- Membros de entidades de apoio e fomento - Representantes de EES. - Representantes da gestão pública municipal	- Etene/BNB - Proex - Proext/MEC	2010 - 2012	Desincubação

Cooperativa de Crédito do Solidário do Cariri – CREDESOL	- Associados de cooperativas solidárias da região do cariri Membros de Feiras Solidárias da Região do Cariri	- Etene/BNB, - Proex, - Proninc/ redes	2010	Desincubação
Associação de Micro e Pequenos Empreendedores do Bairro Salesianos – ASMIPESSAL	Empreendedores do Bairro Salesianos – Juazeiro do Norte-CE	- Etene/BNB, - Proex, - Proext/MEC, - Proninc/ redes.	2009	Desincubação
Café Cariri Encantado	Comerciantes da Rede de Feiras Agrocológicas do Cariri	- Proex, - Proninc/ CNPq	2017-atual	Incubação
Banco Comunitário das Timbaúbas	- Moradores do Bairro das Timbaúbas	- Proex, - Proninc/ redes, MTE, CNPq, - Proext/MEC	2010	Desincubação
Gestão Social nas Escolas	Estudantes das escolas de ensino médio da Cidade de Juazeiro do Norte –CE	- Proninc/MTE	2011 - 2016	Desincubação
Associação de Catadores Engenho do Lixo	- Catadore(a)s de materiais recicláveis da cidade de Juazeiro do Norte- CE	- Proex - Proext/MEC - Proninc	2011 - 2017	Desincubação
Comercio Justo e Solidário na Região do Cariri	-Empreendedores Sociais - Membros de cooperativas de consumo, - Produtores Rurais, - Comerciantes de EES das cidades de Barbalha, Crato e Juazeiro do Norte - CE	- Proext/MEC	2012-2013	Desincubação
Hortas Comunitárias	- Estudantes de Escolas de Nível Fundamental do Crato –CE	- Proninc/MTE	2014 - 2016	Desincubação
Núcleo de Assessoria a Comunicação em Ecosol	- EES incubados pela ITEPS - Estudantes de Escolas de Ensino Médio do Juazeiro do Norte-CE	- Proninc/MTE	2014 - 2016	Desincubação

Fonte: Pesquisa documental (2019)

Considerando que o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa, extensão e cultura possibilita o desenvolvimento de novas metodologias pedagógicas de produção e socialização de conhecimentos, aos quais contribuem para a efetivação da interdisciplinaridade e a busca pela superação da dicotomia existente entre teoria e prática e sujeito e objeto, destaca-se que a atuação da Incubadora tem priorizado a interação entre os quatro pilares da Universidade.

Enquanto um programa de extensão universitária, a atuação da Iteps pressupõe uma interação constante a pesquisa, a cultura e o ensino, logo, demanda ações formativas direcionadas para seus membros internos. O que é uma ação fundamental tanto para a promoção de uma maior aproximação com a abordagem teórica da Ecosol, quanto desenvolver o nivelamento de saberes entre os membros da equipe.



Destaca-se ainda a articulação desta incubadora junto ao curso de Administração Pública da UFCA no que compete a oferta da disciplina Gestão e Incubação de Empreendimentos Solidários, que é ministrada por professores do referido curso e coordenadores de eixos da ITEPS; e a criação do curso de Especialização em Inovação Social e Economia Solidária.

Ainda nessa perspectiva, desde o final do ano de 2017 a Iteps assumiu o a comissão de formação junto ao FOCAES, sendo uma das responsáveis pelas atividades formativas dos integrantes que compõem o referido Fórum.

No tocante à articulação entre pesquisa-extensão, é importante destacar que desde o ano de 2014 a ITEPS atua como um grupo de pesquisa cadastrado junto ao Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), a partir de duas linhas específicas: i) Comunicação alternativa e educação popular no contexto da Economia Solidária; ii) Desenvolvimento de metodologias de incubação de Economia Solidária.

Outra prática que merece ser sublinhada é a sistematização e publicação das ações desenvolvidas e/ou articuladas pela ITEPS, tanto por meio de relatos de experiências, artigos científicos, capítulos de livros, trabalhos de conclusão de curso (artigos, monografias, dissertação de mestrado, etc.), os quais, encontram-se representados na tabela abaixo.

**Tabela 01 – Número de Publicações Anuais da ITEPS (2010 - 2017)**

Tipo de publicação	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Síntese
Resumos					1				
Resumos Expandidos	1	3	3	2		2			
Relatos de experiência								2	
Artigos completos publicados em eventos	3	5	1	3	1	3			
Capítulos de livros		2	1	10	1		7		
Artigos publicados em Revistas e periódicos			6		1				
Monografias		1	1	1		1	1		
Dissertação de Mestrado				2	1				
Livros				1			1		
<b>Total</b>	<b>4</b>	<b>11</b>	<b>12</b>	<b>19</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>9</b>	<b>2</b>	<b>68</b>

Fonte: Pesquisa documental (2019)

Os dados acima apresentados foram obtidos a partir de pesquisa realizada no diretório da plataforma lattes, por meio da qual realizou-se o levantamento das

publicações informadas nos Currículos Lattes de cada participante que atuou na Iteps entre os anos de 2009 e 2017. Dessa forma, é importante destacar a possibilidade de uma ou mais publicações não constarem nos currículos dos autores, o que pode influenciar numa variação para mais ou para menos devido à contínua atualização dos currículos.

Ainda no que diz respeito a relação pesquisa-extensão, pode-se destacar a organização e publicação de dois livros que compartilham as experiências dos projetos incubados ao longo do seu tempo de atuação. São eles:

- 1- Incubação em Economia Solidária: reflexões sobre suas práticas e metodologias, organizado por Eduardo Vivian da Cunha, Amanda Cristina de Medeiros e Augusto de Oliveira Tavares, em 2013
- 2- Incubação em Economia Solidária: contexto, desafios e perspectivas, organizado por Augusto de Oliveira Tavares, Luciana Bessa Silva, Sílvia Roberta Silva e Victoria Régia Arrais de Paiva, em 2016 (publicado também em formato e-book, na plataforma da Pró-reitoria de Pesquisa e Inovação da UFCA com livre acesso).

Tais produções configuram-se enquanto resultados de reflexões acerca dos processos de incubação e sistematização das ações aqui descritas, e traz ainda experiências de projetos desenvolvidos por parceiros, tais como o LIEGS, o FOCAES, o Programa Gestão Social nas Escolas, o Cariri Criativo, dentre outros.

A esse respeito, destacam-se ainda a realização de três intercâmbios para trocas de experiências aos quais dois deles ocorreram em parceria com o LIEGS e tiveram como objetivo apresentar as experiências de incubação para instituições que desejam replicar o modelo de incubação da Iteps em seus contextos. São eles:

- 2014 – Intercâmbio de troca de experiências entre o LIEGS e ITEPS junto a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).
- 2015 – Intercâmbio de troca de experiências entre a ITEPS e o LIEGS junto Universidade Vale do São Francisco (UNIVASF).
- 2016 – Intercâmbio de troca de experiências entre a ITEPS e o Instituto Federal de Petrolina.

Outro aspecto relevante que permite inferir a capilaridade das ações e também a amplitude dos processos de articulação institucional da Iteps é a organização de eventos de caráter científico. Conforme se observa no Quadro 3, entre 2010 e 2018 foram realizados 14 eventos, em que a incubadora foi responsável direta ou parceira na organização.

**Quadro 03 – Relação de eventos organizados e coorganizados (2010-2017)**

<b>ANO</b>	<b>NOME DO EVENTO</b>	<b>TIPO DE ATUAÇÃO</b>
2010	Encontro da Regional Nordeste da Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares.	Coorganizadora
2010	I Encontro de Organizações Populares do Cariri Oeste	Coorganizadora
2010	Seminário em Desenvolvimento local/Regional e Economia Solidária	Organizadora
2011	Seminário Caririense de Economia Solidária	Organizadora
2011	XIV Encontro Norte-Nordestino da Rede de ITCPs	Coorganizadora
2011	III Encontro Norte e Nordeste da Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares.	Coorganizadora
2015	IV Congresso da Rede Universitária de ITCPs e II Simpósio Internacional de Extensão Universitária em Economia Solidária.	Coorganizadora
2015	I Encontro Regional de Economia Solidária do Cariri	Organizadora
2015	Seminário de inclusão social dos catadores de material reciclável em Juazeiro do Norte: Cenários e perspectivas.	Organizadora
2015	I SESAP – Seminário de Economia Solidária e Administração Pública	Organizadora
2016	V ENIES	Organizadora
2017	Seminário: Avaliação em Políticas Públicas e Gestão Social	Organizadora
2017	Seminário Controle Social e Desenvolvimento Territorial Um Estudo das Políticas Públicas de Inclusão Social e Produtiva	Organizadora
2018	X ENAPEGS	Coorganizadora

Fonte: Pesquisa direta (2019).

Os dados apresentados foram obtidos a partir da sistematização de informações contidas nos arquivos da ITEPS, a saber: registros fotográficos, relatórios das reuniões de planejamento, e listas de frequências.

Considerando as ações desenvolvidas, é importante abordar as fontes de financiamento das suas ações, que consistem principalmente em editais de fomento de caráter interno (no âmbito da UFCA) e externos (Proninc, BNB etc.). A seguir, o Quadro 4 apresenta os editais executados até o momento e conduz uma reflexão sobre a influência dessa “condição” para sua atuação.

- ETENE / 2008 a 2012.

#### 1 PROEXT/MEC:

- ✓ 2011 – Projeto: Inclusão produtiva por meio da constituição de um Banco Comunitário de Desenvolvimento;
- ✓ 2012 – Projeto – Promoção do Desenvolvimento Local via Constituição de uma Rede Local de Economia Solidária e Comércio Justo e Solidário na Região do Cariri.

✓ 2013 – Programa: Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Populares e Solidários e “Fomento à Economia Criativa na Região do Cariri.

- PRONINC/REDES (chamada pública MCT/FINEP/ação transversal – PNI/PRONINC 03/2009). Projeto - Incuba-Redes: Formação de Rede de Incubação para o fortalecimento de redes locais de economia solidária (executado em parceria com a ITES/UFBA e a Incubadora de Empreendimentos Solidários - Universidade Federal de Uberlândia - INES/UFU).
- PRONINC (chamada MCTI/SECIS/MTE/SENAES/CNPq N° 89/2013): Programa: Desenvolvimento e Implantação de Metodologias de Incubação a partir da ITEPS/UFCA.
- PRONINC (Chamada CNPq/MTb-SENAES N° 27/2017): Programa: Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários para o Desenvolvimento Sustentável do Cariri Cearense.
- PROEX/UFCA (2009 – atualmente): edital interno anual destinado à ações, projetos e programas de extensão vinculados a Pró-Reitora de Extensão da UFCA.
- PEEEX/UFCA (2016-2017): edital interno anual destinado a projetos de extensão vinculados a Pró-Reitora de Extensão da UFCA que envolve uma articulação entre ações de extensão e práticas de ensino.

A execução destes editais implica na formação de uma equipe voltada para implementação das metas propostas. No que diz respeito aos editais internos, estes possuem um período de execução de curto prazo, o que desencadeia dois fatores: 1) um interstício na continuidade das ações ao término da vigência do edital, e, 2) a rotatividade dos bolsistas. Ambos ocasionam uma descontinuidade no ritmo do desenvolvimento das ações caráter interno e principalmente as ações realizadas em campo – o que é um limite a ser superado.

Uma alternativa para minimizar os impactos dessa situação consiste na busca por fontes de financiamento externas, com um período maior de vigência e que possam suprir a “ausência” de um número maior de membros que componham a equipe da incubadora. Desde o ano de 2014 o Proninc tem sido a principal fonte de financiamento para ações da ITEPS, tanto no que compete ao financiamento de bolsas, quanto a itens de capitais e custeio. Entretanto, o último edital foi finalizado no início de 2019, num cenário de retração das políticas de fomento, e, portanto, com poucas possibilidades de novos editais.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreendendo que a econômica solidária tem suas raízes históricas na contradição do desenvolvimento econômico global, e que apresenta características específicas em cada país, de modo que um significativo contingente populacional é excluído desse processo e conseqüentemente passa a buscar alternativas individuais ou em família para garantirem a geração de trabalho e renda em seus múltiplos contextos aos quais estão inseridos, concomitantemente a esse contexto a ecosol apresenta-se como uma opção frente as desigualdades e processos exclusivos característicos do sistema econômico vigente.

Todavia, o contexto político coloca diversos desafios para as políticas de corte social, dentre elas, as de economia solidária. As reformas conduzidas pelo atual governo federal, caracterizado principalmente pela ofensiva neoliberal marcada por ajustes fiscais resultou em uma serie de cortes e contenção de gastos e investimentos na área social. A reforma ministerial realizada ainda no governo Temer resultou na extinção da SENAES, transformando-a em Sub-Secretaria, com muitas mudanças no perfil da equipe, fato que impactou diretamente o caráter das ações de fomento público até então desenvolvidas.

Nessa conjuntura permeada por entraves e retrocessos, as ITCPs enquanto programas de extensão universitária têm auxiliado no fomento e gestão dos empreendimentos locais, promovendo o empoderamento dos atores e consolidando o sentimento de pertença junto aos grupos incubados. Principalmente, considerando que no contexto nacional as universidades concentram atualmente um número significativo de incubadoras.

Outrossim, enquanto uma entidade de apoio e fomento à economia solidária no âmbito da UFCA a Iteps tem contribuído de forma significativa para a disseminação e articulação de ações de ecosol na região, bem como, para a inserção produtiva de grupos vulnerabilizados da região metropolitana do Cariri. A partir das suas ações de incubação esta incubadora contribui para o estímulo ao desenvolvimento econômico sustentável do território, e ainda, colabora para a disseminação de conhecimentos sobre ecosol e seus princípios, bem como, a troca de saberes entre a universidade e a comunidade.

Para além dessas contribuições, é importante destacar alguns limites na atuação da Iteps, sendo os mesmos desencadeados por diferentes aspectos, a saber: financeiro,

político, institucional e operacional, em que, ressaltam-se as condicionalidades da frágil institucionalização desta incubadora, que, enquanto um programa de extensão da UFCA, está condicionada a esta instituição no que tange às suas instalações, infraestrutura e editais de financiamento interno.

Por fim, compreende-se que tais limites impactam no funcionamento da incubadora, notadamente nos interstícios entre os editais de fomento, o que, contribui para a rotatividade de seus colaboradores, interferindo na continuidade das ações e na sua gestão interna. É importante destacar que as limitações identificadas não inviabilizam as ações desenvolvidas pela Iteps, e que esta incubadora busca constantemente a superação dos mesmos, firmando parcerias, fortalecendo os vínculos entre estudantes e docentes, incluindo bolsistas egressos (na condição de técnicos) e buscando financiamento a partir de editais externos.

## REFERÊNCIAS

CÂMARA, M. L. B. *Interdisciplinaridade e formação de professores na UCG: uma experiência em construção*. Brasília, 1999. Dissertação (mestrado). Faculdade de Educação, Universidade de Brasília.

CARVALHO, N. V. *Autogestão: o nascimento das ONGs*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

FRANÇA FILHO, G.C; CUNHA, E.V. *Incubação de Redes Locais de Economia Solidária: lições e aprendizados a partir da experiência e aprendizados a partir da experiência do projeto Eco-Luzia e da metodologia da ITES/UFBA*. In: *Organizações e Sociedade*, v. 16, n. 51, 2009. Trimestral. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaoes/article/view/11088/8001>. Acesso em: 25 jun. 2020.

FREIRE, P. *Extensão ou comunicação*. São Paulo, Paz e terra. 1983.

GAIGER, L. I. *A economia solidária diante do modo de produção capitalista* (2002). Disponível em: [www.ecosol.org.br](http://www.ecosol.org.br).

GUERRA, A.C. *Gestão de incubadoras tecnológicas de cooperativas populares: uma análise comparativa*. Minas Gerais. 2008. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal de Lavras. Minas Gerais.

MOTHÉ, D. Autogestão. In: CATTANI et al. *Dicionário Internacional da Outra Economia*. São Paulo: Almedina, 2009.

SANTOS, A.M e CRUZ, C.M. *Incubadoras tecnológicas de cooperativas populares: interdisciplinariedade articulando ensino, pesquisa e extensão universitária*. E-cadernos CES [Online], v, 02, 2008. Disponível em: <http://journals.openedition.org/eces/1354>.

SARAIVA, J. L. *Papel da Extensão Universitária na Formação de Estudantes e Professores*. Brasília Médica, Brasília, v. 44, n. 3, p. 220-225, 2007.

SINGER, P. Economia Solidária. [Entrevista concedida a] Paulo de Salles Oliveira. *Estudos Avançados*. São Paulo, v.22, n.68, p.289-314, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ea/v22n62/a20v2262.pdf>.

SINGER, P. *Introdução à Economia Solidária*. 1 ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI. *Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI UFCA 2016/2020*. Juazeiro do Norte. 2017.

NIDES/UFRJ, Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social. *Avaliação do Proninc. Avaliação participativa, qualitativa e quantitativa das ações do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares*. Rio de Janeiro: Multifoco. 2017.

# CAPÍTULO II

## EXPERIÊNCIAS AGROECOLÓGICAS PARA O BEM VIVER: A TRAJETÓRIA DO GRUPO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E TURISMO RURAL DA AGRICULTURA FAMILIAR – GESTRAF, BARBALHA/CE

Maria Lindicássia do Nascimento Mendes<sup>1</sup>

Ademar Maia Filho<sup>2</sup>

Victória Régia Arrais de Paiva<sup>3</sup>

Shara Maria de Oliveira Santos<sup>4</sup>

### 1. INTRODUÇÃO

Tem música tem poesia

Tem cultura popular

Tem prazer, tem diversão

Tudo em um só lugar

Tem o que você procura

Provindo da agricultura

De base familiar.

(Texto do Cordel: Rede FASOL Cariri, uma Rede Diferente,  
de Lindicássia Nascimento, 2016)

- 
- <sup>1</sup> Técnica em Fruticultura pelo Instituto CENTEC. Presidenta da Sociedade dos Poetas de Barbalha – SPB. Articuladora do GESTRAF Barbalha desde 2012, e atuou na ITEPS como bolsista do PRONINC/CNPq.
  - <sup>2</sup> Mestre em Desenvolvimento Regional Sustentável (UFCA). Articula e acompanha o GESTRAF Barbalha desde 2012.
  - <sup>3</sup> Doutora em Sociologia, pela UFC, docente do Curso de Administração Pública e Gestão Social da Universidade Federal do Cariri (UFCA). Compõe a equipe de coordenação da ITEPS, e acompanhou o processo de estruturação da Rede de Feiras Agroecológicas e Solidárias do Cariri (Rede FASOL) desde 2015.
  - <sup>4</sup> Graduada em Administração Pública pela UFCA, tendo atuado como bolsista junto ao grupo GESTRAF e desenvolvido seu TCC sobre o referido grupo.



É neste contexto de prosa e poesia que será apresentada a trajetória do Grupo de Economia Solidária e Turismo Rural da Agricultura Familiar de Barbalha - GESTRAF Barbalha. Atualmente, o grupo é composto por 22 integrantes, entre feirantes e articuladores, oriundos da agricultura familiar, que vem desenvolvendo um trabalho coletivo, pautado na harmonia ser humano-natureza, na vivência individual e coletiva, na experimentação do novo, no esperar de um novo mundo, e na prática do bem viver.

A Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Populares e Solidários – ITEPS da Universidade Federal do Cariri - UFCA cruza os caminhos do GESTRAF Barbalha em dois momentos especiais, influenciando no contexto histórico organizacional, e no desenvolvimento do grupo, assistindo-o em projetos de incubação, incentivando e fortalecendo este em ações coletivas, sendo um importante articulador da economia solidária no Cariri.

Relembrando estes dois momentos, no primeiro, o GESTRAF Barbalha foi incluído no Projeto “Desenvolvimento e Implantação de Metodologias de Incubação”, contemplado na Chamada Pública 89/2013, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, desenvolvido de março de 2014 a março de 2016, que originou a Rede FASOL Cariri – Rede de Feiras Agroecológicas e Solidárias do Cariri.

No segundo momento, mais recente, um novo projeto foi elaborado e aprovado junto ao CNPq/MTb-SENAES, através da Chamada Pública 27/2017. Trata-se do Projeto “Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários para o Desenvolvimento Sustentável do Cariri Cearense”. Este projeto de incubação teve duração de um ano, e foi desenvolvido entre março de 2018 e março de 2019, e teve como objetivo principal aprimorar e articular a autogestão dos participantes em relação aos empreendimentos, numa perspectiva de desenvolvimento social e econômico, além de equipar e organizar a estrutura básica dos mesmos.

A aprovação deste último projeto possibilitou o acompanhamento técnico e acadêmico de seis empreendimentos econômicos solidários do Cariri. Neste texto destacaremos as experiências acerca do GESTRAF Barbalha e do Café Cariri Encantado (que surgiu de um desmembramento do primeiro), empreendimentos que foram contemplados, e que estão localizados no município de Barbalha/CE.

O município de Barbalha, faz parte na Região Metropolitana do Cariri - RMC, que depois da capital cearense, é o maior polo urbano estadual (BRASIL, 2010). Os dados do IPECE (2017) indicam que a população barbalhense está em torno de 55.323 habitantes,

sendo que cerca de 31% residem na zona rural, e 69% na zona urbana, e apontam que mais da metade da população, cerca de 51% são mulheres.

O processo de incubação desenvolvido pela ITEPS viabilizou as aproximações entre os dois empreendimentos de Barbalha, haja vista que contemplam a agricultura de base familiar agroecológica e por estarem alinhados aos ideários da economia solidária. Foram assim propostas várias ações que envolviam as realizações das feiras no Ponto Fixo de Comercialização Solidária, assim como das feiras itinerantes, realizadas pelo GESTRAF Barbalha, “...empreendimento que favorece o desenvolvimento rural, através da inclusão social e do fortalecimento do comércio local”, e do estabelecimento de uma parceria entre o Grupo e o Café Cariri Encantado, sendo este último um “...empreendimento que tem como proposta desenvolver a gastronomia rural no Cariri Cearense”, afirma uma articuladora do grupo. Tanto o GESTRAF Barbalha, quanto o Café Cariri Encantado, funcionam em parceria, mediada pela ITEPS/UFCA, com a Escola de Saberes de Barbalha – ESBA, e a Sociedade dos Poetas de Barbalha - SPB.

## **2. SEMEANDO O FUTURO: AS EXPERIÊNCIAS DO GESTRAF BARBALHA EM ECONOMIA SOLIDÁRIA**

O Plano Nacional de Economia Solidária (2015-2019), coloca que a economia solidária é uma importante mobilização coletiva de trabalhadores e trabalhadoras frente as transformações do mundo do trabalho, uma alternativa de organização e geração de renda, combinando os princípios da autogestão, da cooperação, da ética e da solidariedade, na produção de bens e serviços, na distribuição consumo e finanças, sendo apresentada como um modelo econômico em ascensão no Brasil (BRASIL, 2015).

Assim, o foco das ações sobre os empreendimentos de economia solidária se justifica pelo fato destes fortalecerem a economia social, em espaços que, para além da comercialização, estimulam a educação popular, a cultura, a convivência, o consumo consciente, a produção limpa, dentre outros aspectos, visando o desenvolvimento local sustentável.

De acordo com o Atlas de Economia Solidária, no último levantamento realizado em 2013, a maioria dos Empreendimentos de Economia Solidária – EES estão localizados na Zona Rural. A Região Nordeste possui cerca de 8.040 EES. O Ceará, aparece com

1.449 EES, sendo que destes, 1.147 EES estão na Zona Rural. Barbalha encontra-se com 7 EES catalogados na Zona Rural. Tendo em vista que já faz mais de cinco anos que foi realizado este último levantamento, é provável que existam novos empreendimentos, modificando este cenário (SIES, 2019).

A Economia Solidária tem sido bastante difundida no Cariri, fato atrelado a ações organizadas por instituições de ensino, entidades de fomento e apoio, e sociedade civil, sendo articulada por entidades como a ITEPS e o Fórum Caririense de Economia Solidária, que tem modificado a realidade de várias comunidades, que encontram na economia solidária novas oportunidades de trabalho e renda. No meio rural, a economia solidária caminha junto a outros conceitos, como a agroecologia, que promove a agricultura sustentável, e o bem viver, que contribui com o desenvolvimento humano, caminhando em direção ao desenvolvimento rural, vislumbrando a sustentabilidade.

O GESTRAF Barbalha tem uma importante participação no movimento da economia solidária, em razão de suas potencialidades e perfil organizacional, e da atuação no Cariri Cearense, tendo inspirado outros grupos a seguirem seus passos frente a agroecologia e principalmente a economia solidária (FILHO *et al*, 2017).

Foi a partir dessas proposições envolvendo a economia solidária, que a ITEPS, desenvolveu suas ações de forma inclusiva e participativa, fortalecendo a atuação dos integrantes de Empreendimentos de Economia Solidária do Cariri Cearense, articulando os diversos atores sociais envolvidos, no intuito de promover o desenvolvimento sustentável na Região do Cariri.

O envolvimento da ITEPS com os grupos se deu de forma horizontal, estreitando as relações com os integrantes, desenvolvendo a confiança e a credibilidade, respeitando as particularidades de cada envolvido, tendo como princípio a reciprocidade. Este desafio foi abraçado pela ITEPS e pelos integrantes dos empreendimentos solidários contemplados no projeto de incubação, em especial o GESTRAF Barbalha, aproximando os atores envolvidos, em uma troca de experiências e saberes, com vistas a desenvolver a autoconfiança e a autonomia destes, evidenciando as potencialidades territoriais através dos empreendimentos de economia solidária.

## **2.1.A DINÂMICA DO GESTRAF NO PONTO FIXO DE COMERCIALIZAÇÃO SOLIDÁRIA**

O GESTRAF Barbalha é uma forma de organização do trabalho que surgiu como alternativa de geração de renda e de inclusão social, e caminha sob os princípios de uma

economia justa e igualitária. O Grupo tem como principal atividade a realização de feiras em duas modalidades distintas: uma itinerante, percorrendo localidades da zona rural do município e da RMC; e outra no Ponto Fixo de Comercialização Solidária<sup>5</sup>, localizado na ESBA. Ademais, o grupo participa de “feiras-evento”, principalmente aquelas ligadas à agricultura familiar e à economia solidária. Para seus integrantes o Grupo é considerado “uma marcha de agricultores e agricultoras que caminham juntos desde 2011, buscando mais qualidade de vida, inclusão social e valorização do trabalho individual e coletivo,” e tem provocado a satisfação pessoal, o autoconhecimento, a cooperação e a sustentabilidade.

Por ser um Empreendimento de Economia Solidária – EES, seus apoiadores e parceiros são pessoas ligadas a movimentos sociais, advindos da agricultura familiar, de entidades de fomento e outras formas de agremiação. Essa rica diversidade de pessoas faz com que o Grupo seja forte e resistente, e esteja conseguindo superar os desafios impostos pelo atual sistema econômico, que atinge frontalmente a classe trabalhadora. Afinal, como argumentou Singer, trata-se de uma “utopia militante”.

Outra potencialidade da atuação do GESTRAF Barbalha é a visibilidade que confere às práticas agroecológicas e solidárias, seja em nível local, nacional ou internacional, fazendo com que este se torne uma referência em economia solidária na RMC e noutras regiões do país. A consolidação dessa visibilidade foi amplificada a partir da proposta de participação na Rede FASOL Cariri. Atualmente, o Grupo desenvolve suas atividades no município de Barbalha, focando na realização de feiras semanais no Ponto Fixo de Comercialização Solidária, feiras itinerantes, nas comunidades e também as chamadas “feira-evento”, a exemplo da EXPROAF e a EXPOFAM, que acontecem anualmente, na cidade do Crato.

A conquista do Ponto Fixo de Comercialização é fruto de um processo iniciado em 2015, mediante uma parceria da Rede FASOL Cariri, da qual o GESTRAF faz parte, com o Instituto Marista de Solidariedade – IMS, momento em que passou a integrar a Rede Brasileira de Comercialização Solidária. Naquele ano houve a realização de formações e intercâmbios entre grupos de diversas localidades. Integrantes do GESTRAF já participaram de diversos eventos nacionais e internacionais, como no Feirão Estadual

---

<sup>5</sup> A denominação de Ponto Fixo de Comercialização Solidária foi cunhada pelo Instituto Marista de Solidariedade (IMS), para designar um espaço de exposição de produtos, prestação de serviços entre outros, com dias e horários de funcionamento definidos, de acordo com os princípios da economia solidária. Para mais informações consultar o livro: Comercialização Solidária no Brasil: uma estratégia em rede, publicado pelo IMS. O link para acesso está disponível na Plataforma Cirandas.net.

de Socioeconomia Solidária, em Fortaleza/CE, o Intercâmbio Nacional de Comércio Justo e Solidário, no Rio de Janeiro/RJ, na Conferência Internacional de Pesquisas e Estudos em Economia Social e Solidária – CIRIEC, em Manaus/AM, no Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social (ENAPEGS) e na Conferência Internacional de Ambientes de Língua Portuguesa - CIALP, em Aveiro/Portugal.

Foi a partir do Ponto Fixo de Comercialização Solidária, que se desencadeou uma série de conquistas que elevaram as oportunidades de crescimento e autonomia do GESTRAF Barbalha. Ao iniciar as atividades no Ponto Fixo, em outubro de 2017, o Grupo não possuía estrutura básica, como mesas, cadeiras e outros insumos e equipamentos, levando-o a buscar alternativas criativas. A estrofe do Cordel a seguir ilustra esse processo de construção:

ECONOMIA SOLIDÁRIA

Tema firme e centrado

Nessa capacitação

Tudo ficou registrado

Ao final formou-se um grupo

Hoje com muito respaldo.

(Texto do Cordel: Economia solidária, Trabalho, Emprego e Renda,  
de Lindicássia Nascimento, 2013)

Dentre as atividades vivenciadas nesse processo, destacamos: a construção de mesas, em formato “pranchão” (com o tampo removível, apoiado sobre cavaletes) que, mesmo com a pouca experiência em marcenaria, foi possível produzir 5 conjuntos. Além disso, também em regime de mutirão, foi feita a limpeza do espaço, bem como do depósito, e a divulgação, realizada de diversas formas, a saber: panfletagem nas diversas residências do centro da cidade, principalmente no entorno da ESBA, além de carro de som, emissoras de rádios e sites de notícias. As Figuras 1 e 2 apresentam as ações para o funcionamento do Ponto Fixo de Comercialização Solidária.

A cooperação e a autogestão são princípios da economia solidária bem presentes no Grupo, haja vista como este se comporta dinamicamente diante dos desafios diários, buscando solucionar problemas em conjunto, assim como celebrar as vitórias e conquistas. Esta dinamicidade dos integrantes é algo inspirador, fruto de um longo trabalho iniciado em 2011, e fortalecido nos últimos anos através de processos formativos, reuniões, e encontros, promovidos pelo Grupo.

**Figura 1: Construção das mesas com madeira de pallet.**



Fonte: Arquivo GESTRAF Barbalha.

**Figura 2: Feira no ponto fixo de comercialização solidária.**



Fonte: Arquivo GESTRAF Barbalha



## 2.2. AUTOGESTÃO E VALORES: FORTALECENDO O PONTO FIXO DE COMERCIALIZAÇÃO SOLIDÁRIA

A partir de março de 2018 o projeto de extensão da ITEPS passou a acompanhar o cotidiano das feiras semanais organizadas pelo GESTRAF Barbalha, dispondo de uma bolsista técnica (selecionada entre integrantes do próprio Grupo), uma professora-orientadora e um bolsista acadêmico. Essa forma de metodologia participativa encontra fundamento na mobilização, sensibilização, diagnóstico rápido participativo, planejamento e execução de atividades junto aos feirantes (KRUMMER, 2007).

Dentre as primeiras atividades desenvolvidas no sentido do fortalecimento do Grupo destacam-se a formação em diversos temas, os intercâmbios e a aquisição de equipamentos para qualificar a produção e a exposição dos produtos. Nesse sentido, a Tabela 1 apresenta os itens adquiridos, os quais incluíram o Café Cariri Encantado:

**Tabela 1: Equipamentos adquiridos para o GESTRAF Barbalha e para o Café Cariri Encantado.**

<b>GESTRAF Barbalha</b>	<b>Café Cariri Encantado</b>
Barracas Padronizadas; Bebedouro; Mesas com Cadeiras; Equipamento de Som.	Máquina de Café Expresso; Fogão com Forno; Micro-ondas; Freezer Horizontal; Geladeira Mesas de madeira com cadeiras; Multiprocessador; Esprededor de frutas; Estufa Quente; Engenhoca de Cana.

Fonte: Dados da Pesquisa. Elaborado pelos autores, 2019.

O acesso a investimentos deste tipo em geral pode ser viabilizado com apoio institucional, como as Universidades, que enxergam no empreendedorismo de pequeno porte uma alternativa ao trabalhador excluído do mercado de trabalho formal, oportunizando o acesso a materiais, estruturas, e qualificações básicas para melhorar o desenvolvimento de suas atividades. As Figuras 3 e 4, a seguir, apresentam a nova infraestrutura da Feira do GESTRAF Barbalha e do Café Cariri Encantado.

A autogestão se faz presente em todos os momentos, quando os integrantes colaboram com os trabalhos, antes, durante e após a feira. Um dado que merece destaque é que somente após a montagem de todas as barracas, os feirantes expõem suas produções, que vão desde artesanatos, a alimentos agroecológicos, produtos cosméticos e de uso doméstico, e até literatura de cordel. Os principais produtos da Feira do GESTRAF podem ser conferidos na Tabela 2.

**Tabela 2: Principais produtos encontrados na feira do GESTRAF Barbalha.**

Produtos	
<ul style="list-style-type: none"><li>● Frutas e verduras;</li><li>● Plantas ornamentais, frutíferas e medicinais;</li><li>● Composto orgânico;</li><li>● Jogos educativos confeccionados artesanalmente;</li><li>● Produtos derivados da mandioca como bolo, petas e sequilhos;</li><li>● Derivados da cana de açúcar como a rapadura, batida e caldo de cana;</li><li>● Licores de vários sabores;</li><li>● Mel de abelha;</li><li>● Doces e compotas;</li><li>● Pães;</li><li>● Temperos caseiros;</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>● Peixes ornamentais;</li><li>● Bolos de vários sabores;</li><li>● Beiju da mandioca;</li><li>● Legumes;</li><li>● Farinha de jatobá e de macaúba;</li><li>● Óleos e azeites de babaçu, macaúba e pequi;</li><li>● Óleo cosmético a base de cenoura;</li><li>● Amaciantes;</li><li>● Sabonete de aroeira e de coco;</li><li>● Biojóias;</li><li>● Tecelagem com peças variadas de vestuário;</li><li>● Arranjos de flores em EVA;</li><li>● Artesanato em palha.</li></ul>

Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado pelos autores, 2019

As trocas solidárias se constituem numa outra marca do Grupo, ocorrendo em diversos momentos durante as feiras. O “escambo” acontece e o que mais importa é a satisfação com o que foi trocado. Como afirmou uma das feirantes: “Não importa o valor do produto, mas sim a qualidade dele, satisfazendo os envolvidos”. A Figura 5 exprime o momento das trocas solidárias.

**Figura 5: Trocas solidárias na feira do GESTRAF Barbalha.**



Fonte: Arquivo GESTRAF Barbalha.



Outra inovação do Grupo foi a organização de um Fundo Rotativo Solidário, com uma pequena contribuição semanal. O recurso é utilizado para custear o deslocamento dos feirantes, bem como para algumas despesas emergenciais. Neste caso, o fundo rotativo solidário, ou simplesmente “fundo solidário”, é necessário devido ao fato de que investimentos em empreendimentos de pequeno porte não costumam ser o foco das instituições financeiras convencionais, e nem do poder público. Ainda que exista acesso pontual a linhas de crédito específicas, pela via do microcrédito, por vezes este não promove o crescimento econômico para trabalhadores de pequeno porte.

Um outro fato relevante, foi idealizado pelo GESTRAF e atendendo a uma demanda dos participantes, foi programado um Processo de Formação Continuada em Economia Solidária, tendo como parceiros o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Barbalha - STTR, o Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial - NEDET e a ITEPS.

O objetivo da formação é fortalecer o Grupo com a estruturação de experiências, adquirindo maiores conhecimentos acerca da economia solidária, com temas variados, contemplando os anseios, ideias e desejos do próprio grupo. Neste caminho de construção coletiva, o Grupo percorreu itinerários de diferentes saberes, a exemplo das Tecnologias Sociais, como a casa de sementes, o biodigestor, e o fundo rotativo solidário. A formação ocorreu entre março de 2018 e março de 2019, abordando assuntos mediante oficinas, palestras, intercâmbios e rodas de conversa, com os integrantes do grupo. Os tópicos abordados podem ser verificados no Tabela 3 a seguir. A Figura 6 mostra um pouco de como ocorreu a Formação.

**Tabela 3: Formação continuada em Economia Solidária**

<b>Tópico</b>	<b>Tópicos Abordados na Formação Continuada em Economia Solidária</b>
I	O papel da mulher na sociedade, lutas e conquistas: enfatizando a participação da mulher, na inserção das mais variadas atividades econômicas, inclusive a doméstica.
II	Introdução a Agroecologia e a Economia Solidária
III	Conservação Ambiental: conhecendo o “lixão” de Barbalha.
IV	Sementes crioulas: “ser semente”.
V	Plantas Medicinais: “conversando Miolo de Pote e defendendo a floresta”.
VI	Tecnologia para manejo de sementes crioulas no semiárido.
VII	Práticas de cura através da oração e plantas medicinais (Mezinheiras e Rezadeiras do Grupo).
VIII	Moeda Social Kariri.
IX	Participação no ENAPEGS 2018.
X	Participação na EXPROAF 2018.
XI	Simpósio Nacional sobre Patrimônio e Práticas Culturais.
XII	Seminário Cenários para o Fortalecimento da Agricultura Familiar.
XIII	Tema- Resgate da Memória do GESTRAF.

XIV	Participação na EXPOCRATO 2018.
XV	Políticas Públicas.
XVI	Tecnologias sociais: biodigestor de resíduos orgânicos e geração de biogás.
XVII	Fundo Rotativo Solidário.
XVIII	Fragments da história do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Barbalha.
XIX	Roda de conversa “Teatro de caixa” e “lambe lambe”.
XX	Tecnologias Sociais: Produção de Mudas.
XXI	IX SEMANA DE AGRONOMIA na UFCA/CCAB/ Crato. Oficina: Compostagem Orgânica.

Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado pelos autores, 2019.

Diante do exposto, entende-se que, a formação continuada em economia solidária, é necessária, pois fortalece as experiências, e desenvolve o conhecimento teórico, alinhando às práticas existentes. É também um momento de socialização, o que favorece a construção de vínculos.

Vale ressaltar que o GESTRAF Barbalha além de desenvolver suas atividades no ponto fixo, continua com as feiras itinerantes, pois vem nesta modalidade uma possibilidade de integração entre os participantes e suas comunidades de origem, o que fortalece o movimento da economia solidária no município e na Região. A Figura 7 demonstra a feira itinerante do Grupo.

**Figura 6: Formação continuada em economia solidária**



Fonte: Arquivo GESTRAF Barbalha

**Figura 7: Feiras itinerantes do GESTRAF Barbalha**



Fonte: Arquivo GESTRAF Barbalha

A feira itinerante é uma das ações mais engajadas do Grupo, sendo realizadas desde os primórdios, já que logo após a Formação em Economia Solidária para Mulheres Rurais de Barbalha, ofertado pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará – EMATERCE, foi realizada uma série de “Feiras de Trocas” em comunidades distintas, aliando esforços ao desenvolvimento do Turismo Rural de Base Comunitária, junto ao grupo de homens que participaram de outro processo formativo, concomitantemente, e que resultou na criação do Grupo.

O Grupo tem em seus princípios que a cultura local deve ser valorizada, e abre espaço para a realização de apresentações culturais de artistas locais, sejam do ramo da música, do teatro, da poesia, ou do cordel, reconhecendo a importância destes para o desenvolvimento local. A participação de artistas em geral ocorre de maneira voluntária, e estes vem alegrando o espaço da feira, com musicalidade, declamação de poesias, repentes ou encenações, fazendo um grande diferencial, pois “o Grupo passa a receber mais visitantes, que demonstram saírem satisfeitos das feiras” afirmam os feirantes.

Estes aspectos do GESTRAF Barbalha foram fundamentais para a definição das ações de revitalização do Café Cariri Encantado, que até então estava aguardando por uma oportunidade de funcionamento. Assim um novo desafio foi proposto aos integrantes do GESTRAF Barbalha: o reavivamento daquele espaço.



### 3. SABERES E SABORES DO CAFÉ CARIRI ENCANTADO

O Café Cariri Encantado também é um Empreendimento de Economia Solidária, contemplado pela ITEPS, via projeto de incubação, sendo integrante do último edital do PRONINC/CNPq. Foi idealizado em dezembro de 2017, porém só veio a se concretizar a partir de março de 2018, com a aquisição de materiais e equipamentos (vide Tabela 1) que estruturaram e fizeram o local funcionar com regularidade. Assim a gestão do Café Cariri Encantado ficou a cargo do GESTRAF Barbalha, em parceria com a Sociedade dos Poetas de Barbalha e a Escola de Saberes de Barbalha. A seguir, a Figura 8 registra a inauguração do Café no dia 08 de fevereiro de 2019.

**Figura 8: Inauguração do Café Cariri Encantado**



Fonte: Arquivo GESTRAF Barbalha

As ações sobre o empreendimento foram direcionadas para os integrantes do GESTRAF Barbalha, havendo uma articulação no intuito de motivá-los para colaborarem nas ações do Café, priorizando aqueles que já desenvolviam um trabalho envolvendo a gastronomia rural, elaborando pratos típicos da Região.

De acordo com uma das articuladoras do Grupo, a proposta foi “criar um espaço aconchegante, com a cara do Cariri, onde as pessoas pudessem prostrar, ler, ou cantar, e tomar um bom café, degustando dos sabores típicos da Região” alimentando a mente e a alma, com o melhor da cultura popular. Está nos objetivos do Café Cariri Encantado a valorização da gastronomia regional, com pratos tipicamente consumidos, com um toque

rural, utilizando produtos da agricultura familiar, tais como a goma de tapioca, a manteiga da terra, bolos, sequilhos, entre outros. O empreendimento funciona em espaço localizado no Quintal dos Saberes da ESBA.

O Café Cariri Encantado ainda é um empreendimento jovem e está em amadurecimento, experimentando ideias e buscando conciliar suas ações com o GESTRAF Barbalha e a ESBA. Para os integrantes do Grupo, “é uma grande oportunidade para que agricultores e agricultoras, e seus familiares desenvolvam uma nova atividade, para além do campo da produção agrícola, conquistando um novo nicho de mercado popular, a gastronomia rural”, que já é bem desenvolvida em outras regiões do Brasil, e em outros países.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sistematização das experiências vivenciadas pelo GESTRAF Barbalha e, mais recentemente pelo Café Cariri Encantado, mostram que a economia solidária é uma alternativa viável a qualquer empreendimento, sobretudo os de pequeno porte. Assim, a economia solidária apresenta-se como um novo modelo econômico, que não visa a acumulação de capital, mas sim o desenvolvimento humano, com respeito à natureza.

Para a agricultura familiar, a economia solidária pode oportunizar melhores condições de trabalho, notadamente, pela incorporação das práticas agroecológicas, bem como através da cooperação, da autogestão, do consumo sustentável, da ética e da solidariedade. Este modelo econômico leva os trabalhadores rurais a conhecer novos sistemas produtivos, como a agroecologia, base para o bem viver, que nada mais é do que a busca pelo equilíbrio entre os seres humanos e o meio ambiente (ACOSTA, 2016).

Desse modo, o Grupo estimula a utilização de sementes crioulas, a construção de biodigestores, a produção de composto orgânico, a organização do sistema produtivo, e o atendimento das demandas dos consumidores, que atualmente preferem alimentos com maior qualidade, sem venenos ou contaminantes.

A economia solidária e a agroecologia são promotoras do bem viver, haja vista a satisfação percebida nos feirantes e visitantes que participam das feiras do GESTRAF Barbalha, ambos se divertem com as apresentações artísticas, com os encontros semanais e ações promovidas. Dos 22 integrantes, 18 têm frequência regular, o que permite inferir

que a maioria aprecia essa forma de empreender, e se sente bem em participar das atividades do Grupo.

No tocante à gestão, observou-se que a participação e compartilhamento de responsabilidades é de grande importância, principalmente na organização das atividades do grupo, possibilitando a (re)descoberta de valores como a confiança, ética, e solidariedade, fundamentais para a interação entre os feirantes. Do ponto de vista metodológico, a adoção de metodologias participativas na mobilização, sensibilização, avaliação e execução de atividades do grupo tem sido fundamental, mostrando as potencialidades desse referencial, assentado nos ideais da Educação Popular Freireana.

Por fim, é mister sublinhar o apoio de entidades parceiras, como a ITEPS, o STTR Barbalha, a SPB e a ESBA, fundamentais para o desenvolvimento de empreendimentos econômicos solidários existentes, bem como para aqueles que estejam em fase de criação. Nesse sentido, espera-se que a trajetória do GESTRAF Barbalha e do Café Cariri Encantado aqui compartilhada possa inspirar outros empreendimentos socioeconômicos de Barbalha e outras iniciativas por toda a Região Metropolitana do Cariri, tendo como meta o alcance da autonomia plena dos agricultores e agricultoras, desenvolvendo a autoestima, a autoconfiança, e a empatia destes, construindo uma nova economia e a prática do Bem Viver.

## REFERÊNCIAS

ACOSTA, A. *O Bem Viver*. Equador: Editora Elefante, 2016.

BRASIL, IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo 2010. Publicado em: 2010. Disponível em:< <https://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 12 de mar. de 2019.

BRASIL, MTE - Ministério do Trabalho e Emprego. *1º PLANO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (Ciclo 2015- 2019)*. RESOLUÇÃO Nº 06, DE 26 DE MARÇO DE 2015. Brasília: CNES – Conselho Nacional de Economia Solidária, 2015. Disponível em: <<https://central3.to.gov.br/arquivo/247036/>>. Acesso em: 20 de mar. de 2019.

FILHO, A.M. et al. *Empreendedorismo Rural: a Rede de Feiras Agroecológicas e Solidárias do Cariri*. In: Anais VI CIRIEC – VI Conferência Internacional de Pesquisas e Estudos sobre Economia Social e Solidária (VI International Research Conference on Social Solidary Economy). 29 de nov. / 02 dez. 2017. Manaus: UFAM – Universidade Federal do Amazonas / Centro de Estudos e Pesquisas em Economia Pública e Social (Seção Brasil). Disponível

em:<<https://even3storage.blob.core.windows.net/processos/98235aa5bc094d769c13.pdf>>. Acesso em 26 de fev. de 2019.

NASCIMENTO, L. *Rede FASOL Cariri, uma Rede Diferente*. Cordel. Sociedade dos Poetas de Barbalha – SPB, 2016.

NASCIMENTO, L. *Economia solidária, Trabalho, Emprego e Renda*. Cordel. Sociedade dos Poetas de Barbalha – SPB, 2013.

IPECE – Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. *Perfil Municipal 2017: Barbalha*. Publicado em: 2017. Disponível em: <[http://www.ipece.ce.gov.br/perfil\\_basico\\_municipal/2017/Barbalha.pdf](http://www.ipece.ce.gov.br/perfil_basico_municipal/2017/Barbalha.pdf)>. Acesso em: 19 de mar. de 2019.

KUMMER, L. *Metodologia participativa no meio rural: uma visão interdisciplinar*. Conceitos, Ferramentas e Vivências. Salvador: GTZ – Agência Alemã de Cooperação Técnica, 2007. 155p. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1404515/mod\\_resource/content/0/metodologia%20participativa%20no%20meio%20rural%20%281%29.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1404515/mod_resource/content/0/metodologia%20participativa%20no%20meio%20rural%20%281%29.pdf)>. Acesso em: 16 de mar. de 2019.

SIES - Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária. *Atlas Digital de Empreendimentos de Economia Solidária do Brasil*. Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES. MTE – Ministério do Trabalho e Emprego. Disponível em: <<http://sies.ecosol.org.br/sies>>. Acesso em 18 de mar de 2019.

# CAPÍTULO III

## TEM UM PÉ DE ESPERANÇA NO QUINTAL DE MINHA CASA: A EXPERIÊNCIA DOS QUINTAIS PRODUTIVOS COM AS MULHERES DA COMUNIDADE BAIXIO DOS OITIS, EM CRATO-CE

Francilene Oliveira Pereira<sup>1</sup>  
Maria Alane Pereira de Brito<sup>2</sup>  
Célida Socorro Vieira dos Santos<sup>3</sup>  
Eduardo Vivian da Cunha<sup>4</sup>

### 1. INTRODUÇÃO

O intenso processo de industrialização da agricultura e a reestruturação da sociedade aos moldes industriais ocasionou um sistema de aglomeração urbana, e conseqüentemente, o esvaziamento demográfico das áreas rurais. Isto teve como resultado social a redução de empregos e renda no campo, ligada à exclusão dos agricultores que, por várias circunstâncias, dispunham de menor acesso aos fatores de produção como terra, trabalho e capital (SILVA; ANJOS; ANJOS, 2016).

Nesse sentido, uma alternativa ao modelo agrícola convencional, e que valoriza a agricultura familiar local, é a produção agroecológica nos quintais. Os Quintais Produtivos consistem num sistema que, de forma geral, combina árvores, arbustos, trepadeiras, herbáceas, algumas vezes em associação com animais domésticos, crescendo adjacentes à sua residência (CARNEIRO *et al*, 2013).

---

<sup>1</sup> Francilene Oliveira Pereira é graduada em História pela Universidade Regional do Cariri (URCA).

<sup>2</sup> Maria Alane Pereira de Brito é graduada em Administração Pública pela Universidade Federal do Cariri (UFCA).

<sup>3</sup> Célida Socorro Vieira dos Santos é doutora em Agronomia pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), mestre em Agronomia Universidade Federal do Ceará (UFC), e é professora associada IV da Universidade Federal de Roraima (UFRR).

<sup>4</sup> Eduardo Vivian da Cunha é Doutor e Mestre em Administração pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), e é professor pela Universidade Federal do Cariri (UFCA).



Na busca por estimular práticas de produção baseadas na agroecologia, na economia solidária, na segurança alimentar e, conseqüentemente, na melhoria da qualidade de vida dos pequenos produtores, o projeto “Quintais Produtivos” surge a partir da Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Populares e Solidários – ITEPS. Este projeto objetivou não só trabalhar a produtividade, mas também as questões sociais junto à comunidade Baixio dos Oitis, localizada na zona rural do município de Crato-CE.

Assim, o presente capítulo busca relatar a experiência da implementação de 10 quintais produtivos junto à comunidade supracitada, no decorrer de quatorze meses, sendo que 8 deles foram construídos e cuidados por mulheres. Assim, o presente texto descreve, principalmente, o percurso vivenciado, aqui exposto em cinco partes, abordando o processo de planejamento, mobilização, implementação, e avaliação dos resultados do projeto.

## **2. QUINTAIS PRODUTIVOS: UM PROCESSO DE AUTONOMIA E RESISTÊNCIA**

Surgem, dentro do contexto de luta pelo fortalecimento da agricultura familiar, diversas alternativas que se contrapõem ao modelo agroindustrial atual de produção, que é baseado no monocultivo com uso intensivo do solo, sementes geneticamente modificadas, controle químico de pragas. Este modelo resulta no desequilíbrio ambiental pela deterioração do solo, destruição de ecossistemas, da biodiversidade, poluição e esgotamento de reservas de água (SOUSA, 2016).

Nesse sentido, Vieira (2009) afirma que os quintais produtivos aparecem como opção significativa para a diversificação produtiva, contribuindo para o autoconsumo e para o fortalecimento da agricultura familiar. Além disso, seus benefícios diretos relacionam-se, principalmente, à produção de alimentos através do cultivo de hortas, pomares e da criação de pequenos animais, além da extração de madeira e outras matérias-primas.

Assim, percebendo a importância socioambiental dos quintais, Marinho e Brasil (2015) afirmam que estes são uma das formas mais antigas de manejo da terra, e que existem várias maneiras de entender o processo dessa atividade através das relações

afetivas, indo além da produção alimentar. Embora este sistema de produção de múltiplas espécies tenha provido e sustentado milhões de pessoas economicamente, pouca atenção científica tem sido destinada ao assunto (MARINHO; BRASIL, 2015).

É perceptível, também, o favorecimento dessa atividade no âmbito familiar, sendo que a produção é destinada, em sua maioria, para o consumo familiar, o que fortalece mais ainda a necessidade de uma produção sustentável, com princípios de base agroecológica. Estes são fatores muito importantes no resgate de valores da agricultura tradicional, que foram se perdendo com o processo de industrialização, como a conservação de variedades de sementes crioulas, e o cultivo aos arredores da casa com plantas frutíferas ou plantas medicinais.

Diante desse processo de resistência na busca por autonomia, Oliveira e Almeida (2017) afirmam que as formas e opções que os espaços de trabalho são construídos ou acionados dizem muito sobre seus aspectos intrínsecos de resistência, do modo que define a resistência do e no espaço. Assim, suas ações não dependem especificamente de organizações formais, que buscam uma homogeneidade e controle do produtor rural, sendo o fator mais relevante o movimento de parcerias e solidariedade na comunidade (OLIVEIRA; ALMEIDA, 2017).

Outrossim, é inevitável falar de quintais produtivos sem mensurar sua contribuição para o protagonismo feminino, uma vez que são as mulheres as principais cuidadoras dos espaços domésticos. Reconhecendo isso, o Decreto 9.424/2018<sup>5</sup> que regulamenta a concessão de créditos de instalação de projetos de assentamento aos beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária, dispõe dentre suas modalidades, a categoria “Fomento Mulher”. Neste programa público, as mulheres que contam com o apoio de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) podem usar o fomento, disponibilizado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), para a implantação de quintais produtivos e com isso garantir alimentação saudável, mais qualidade de vida para sua família e gerar renda<sup>6</sup>.

---

<sup>5</sup> Decreto disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/Decreto/D9424.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/Decreto/D9424.htm)

<sup>6</sup> Trecho retirado da Cartilha “Fomento Mulher e Quintais Produtivos”, disponível em: [http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/FOMENTO\\_MULHER\\_0.pdf](http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/FOMENTO_MULHER_0.pdf)

### 3. AGROECOLOGIA E MULHERES: CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA E PERTENCIMENTO COMUNITÁRIO

De acordo com Costa (2017), a agroecologia representa um campo de saberes e práticas integradas constituindo-se tanto como uma tecnologia, quanto como um movimento político e social, pois pensa não só a transformação de todo o processo de produção agrícola, mas também a reconfiguração das relações capitalistas, racistas, antropocêntricas e patriarcais que estruturam a sociedade como um todo.

Em concomitância com o fortalecimento desse movimento, percebe-se a emergência das mulheres negras, trabalhadoras rurais, indígenas e de outras populações tradicionais enquanto sujeitos políticos, incorporando diferentes formas de luta e de enxergar a relação gênero/meio-ambiente para além da hegemonia do paradigma moderno ocidental (COSTA, 2017).

As mulheres trabalhadoras do campo exercem um papel decisivo na provisão da casa, na produção diversificada dos alimentos, na luta política e social de suas comunidades, e no cuidado com a natureza. Porém, são as mulheres camponesas tradicionais, as afrodescendentes e indígenas (ou suas descendentes), os grupos mais atingidos pela pobreza e pela indigência no meio rural, de acordo com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA (2003). Esta organização também registra que estas mulheres detêm habilidades e experiências necessárias à condução de um processo de desenvolvimento humano local sustentável, pois são as que mais contribuem para a preservação da biodiversidade no pequeno lote de terra, por intermédio da seleção de espécies de sementes e preservando a cultura dos quintais.

Costa (2017) diz que as mulheres, dentro da agricultura familiar, preocupam-se não só com uma alimentação consciente, mas também com o resgate do uso e consumo de gênero alimentícios tradicionais, geralmente esquecidos ou pouco usados. Valorizam, assim, os saberes das medicinas tradicionais, com a difusão do uso de ervas, chás, e remédios caseiros que remetem à ideia de ancestralidade, um aspecto importante para entender a formação da identidade e o vínculo dessas mulheres com os territórios em que vivem.

Portanto, para estimular a autonomia feminina no contexto rural, é importante que as mulheres tenham maiores oportunidades e meios de adquirir sua própria renda. No

desenvolvimento de diversas atividades no meio rural, os quintais produtivos são uma ferramenta que se expande e cria opções para avançar nesse quesito.

## **4. OS MÉTODOS UTILIZADOS**

O percurso de implementação dos quintais levou 14 meses, abarcando as fases de planejamento, construção, e avaliação dos resultados, tendo se iniciado em março de 2018. A experiência foi vivenciada a partir da colaboração dos coordenadores e bolsistas da ITEPS, bem como de diversos sujeitos externos que se identificavam com a temática.

A metodologia descrita no presente texto abordará os seguintes tópicos: Aproximação com a Comunidade; e Implementação e acompanhamento dos quintais produtivos.

### **4.1. APROXIMAÇÃO COM A COMUNIDADE**

Com o intuito de apresentar o projeto, realizou-se inicialmente, uma reunião na comunidade, com o grupo da Associação dos Agricultores do Baixio dos Oitis, com a participação de aproximadamente 26 pessoas. Os interessados em conceber um quintal produtivo assinaram uma lista, inteirados de que eles/as seriam os protagonistas do processo e responsáveis diretos pelos seus quintais.

Além disso, aconteceram também visitas individuais (em cada residência), de aproximação e apresentação mais detalhada da proposta, buscando criar um sentimento de confiança com os participantes (em sua maioria eram mulheres) e a equipe da ITEPS.

### **4.2. IMPLANTAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DOS QUINTAIS**

Antes da construção concreta dos espaços produtivos nos quintais, estabelecemos visitas semanais à comunidade, visitando casa por casa, e assim se deu ao longo de todo o projeto. Nesse processo, os métodos de coleta de dados, desenvolvimento e acompanhamento das atividades foram diários de campo, registros fotográficos e vídeos.

A cada visita nos aproximávamos mais das pessoas, e fomos percebendo suas realidades. Com isso, elas abriram espaço para compartilharem suas experiências de vida e expectativas em relação ao projeto.

O fortalecimento da confiança foi um fator essencial em cada fase, inclusive para haver o envolvimento dos mesmos. Conhecendo a família, da criança ao idoso, mostrando a importância de cada um para a realização das atividades, os quintais foram nascendo. E à medida que a estruturação dos canteiros foi sendo iniciada, os moradores vizinhos também demonstraram interesse, por isso foi de suma importância que a comunidade se sentisse segura em relação ao projeto e a sua equipe.

Logo, para a fase da implementação, tomamos como orientação os pontos descritos abaixo:

- *Reciclagem e Educação*

Foram reaproveitados espaços vazios nos quintais das casas e reciclados alguns objetos abandonados. Além disso, foi pautado, durante todas as visitas, a importância do cuidado com as hortas que seriam implementadas, e também os benefícios que a comunidade teria com as mesmas, no sentido de segurança alimentar da família e da melhoria na renda e na qualidade de vida. A seguir, algumas imagens:

**Figura 1: Reaproveitamento de antena de TV para cultivo de horta (à esquerda); Canteiro suspenso no quintal de um dos homens integrantes do projeto (à direita).**



Fonte: Acervo dos autores, 2018

- *Preparação do solo e a semeadura de algumas hortaliças*

Para dar início a produção de hortaliças foi necessário realizar algumas oficinas de compostagem no sentido de preparar o solo quanto aos aspectos físico-químicos, necessários para o bom desenvolvimento das culturas. Nessa atividade ficou claro para as(os) participantes a grande importância da matéria orgânica, para sair da dependência do adubo prontamente solúvel (adubo sintético). Então, passou-se a valorizar-se cada resto vegetal, esterco e cinzas (advindas da lenha queimada para o cozimento dos alimentos) da propriedade. A seguir fez-se oficinas de produção de mudas produzidas sexuadamente (sementes) e assexuadamente (partes vegetativas). Estas foram, assim, preparadas em bandejas e/ou em local definitivo, possibilitando aos envolvidos uma consciência da importância do manejo do solo, dos cuidados na produção de mudas por semeadura, seguido do transplântio e semeadura/plântio no local definitivo.

Durante esse processo fez-se o alerta para não se utilizar inseticidas e herbicidas, explicando todos os seus malefícios para a saúde humana e animal. Importante notar que ao utilizarmos as técnicas agroecológicas as mulheres redescobriram o valor do trabalho cuidadoso e que requer um tempo para realização e obtenção de resultados, mas consciente que os produtos sem agrotóxicos resultam em saúde para todos os envolvidos.

- *Estrutura dos canteiros*

Após o primeiro contato, com as primeiras atividades de aproximação, de organização e mobilização nos quintais, de acordo com o que cada espaço continha, iniciou-se a estruturação dos canteiros.

Tivemos a primeira experiência de um pequeno talhão retangular, que foi pensado a partir do desenvolvimento de uma oficina de compostagem. Não obtendo muito sucesso com esse tipo de estrutura pensou-se na adoção de um modelo padrão, a ser implementado em todas as residências. O modelo escolhido foi o canteiro denominado de “buraco de fechadura”, o qual consiste numa técnica de design simples, que além de ser esteticamente bela, contemplam uma série de vantagens, como por exemplo, evitar a necessidade de pisar no solo do canteiro enquanto planta e colhe as hortaliças, além de facilitar as atividades, pois as envolvidos, em grande parte, já apresentavam problemas em se curvar. Abaixo seguem algumas imagens do processo:



**Figura 2: Primeiro canteiro instalado na comunidade (esquerda); Estrutura padrão dos canteiros, "Buraco de Fechadura" (à direita).**



Fonte: Acervo dos autores, 2018.

## 5. AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS

Para uma melhor visão dos resultados do processo de implementação dos quintais produtivos na comunidade, dividiremos esse tópico em três partes, a saber: 1. Colhendo as sementes para florescer outros jardins: onde serão expostos os frutos do projeto; 2. Preparando o solo para uma boa colheita, que tratará das atividades formativas (cursos, oficinas e intercâmbios) proporcionados para a formação dos participantes; e 3. As flores do jardim: em que serão realçados o protagonismo feminino e a importância do projeto para a autonomia das mulheres da comunidade.

### 5.1 COLHENDO AS SEMENTES PARA FLORESCER OUTROS JARDINS

Foram implementados ao longo do projeto 11 quintais. Destes, apenas um deles foi abandonado no decorrer do processo, devido à falta de tempo da responsável para os cuidados necessários; dois quintais foram implantados nas residências e sob o cuidado de homens; e oito foram concebidos por mulheres, as grandes protagonistas do percurso.

O primeiro passo foi a observação dos espaços disponíveis nos quintais e construção da estrutura dos canteiros, sob o modelo de buraco de fechadura ou retangulares, cobertos por tela sombrite, para diminuir a temperatura do solo, do ar e o excesso de insolação. Juto a isto, ia também acontecendo o semeio de mudas em bandejas, materiais estes que foram distribuídos no início do processo.

Para atingir o objetivo principal do primeiro passo, todas as atividades foram realizadas de forma individual, sendo que o acompanhamento se dava em cada quintal, envolvendo as participantes que estiveram dispostas desde os primeiros contatos. Um desafio percebido desde o início foi reunir a comunidade. Porém, à medida que os quintais foram crescendo, outras pessoas da comunidade também despertaram interesse.

O segundo passo foi o cultivo das plantas em si, onde priorizou-se a plantação de hortaliças (coentro, cebolinha, alface, tomate-cereja, quiabo, pimentão, quiabo, nirá) para contribuir com a alimentação das famílias. A maioria, não costumava comer algumas destas hortaliças, segundo seus relatos. Além disso, foram cultivadas plantas medicinais (árvores, arbustos e ervas) como a moringa, ipê, amora, açafraão-da-terra, alecrim, manjeriço, capim-santo. Foi também incentivado o plantio de plantas ornamentais e árvores frutíferas. Ademais, após orientações recebidas, uma das participantes começou a produzir mudas de rosas para comercialização.

Podemos analisar os ganhos com a produção em quintais, a partir da visão de Vieira (2009), quando diz que sua importância se dá pelo fato de que grande parte da diversidade produtiva que compõe a dieta alimentar dos agricultores provém desse ambiente; existe um acesso direto a esses alimentos, evitando a dependência dos produtores em relação aos mercados locais; suas atividades possibilitam uma economia considerável para as famílias e muitas vezes uma renda extra.

Nesse contexto, finalizamos o projeto com 10 quintais ativos, onde já se percebia os ganhos para as famílias. Uma das participantes, Ana<sup>7</sup> declarou: *“O João eu já botei foi pra vender as coisa ontem, botei ele pra vender os pimentão e quiabo, ele mais Gabriela, ainda apuraram umeno o dinheiro do pão”*, nos mostrando que apesar de pouco, a venda dos produtos já resultou numa renda extra para a casa, complementando o orçamento familiar.

---

<sup>7</sup> Todos os nomes próprios utilizados para identificar as falas das participantes do projeto são fictícios, para preservar a identidade das mesmas.



**Figura 3: Cenoura cultivada em um dos quintais produtivos (esquerda); Alfaces cultivadas em outro dos quintais produtivos (direita).**



Fonte: Acervo dos autores, 2018

Evitar a dependência dos produtores dos mercados locais foi também um ponto crucial do projeto, pois ao chegarmos na comunidade, nos deparamos com a cena de uma mulher vendendo hortaliças nas residências, sendo que a mesma comprava em um grande mercado da cidade vizinha - Juazeiro do Norte - e levava para vender na comunidade. Segundo relato de uma moradora, com os quintais, muitas dessas mulheres deixaram de comprar as hortaliças externamente, através dessa vendedora ou nos próprios mercados. Outro fator observado foi o sentimento de pertencimento, entrega e cuidado com as hortas implantadas. As participantes iam estabelecendo, através da rotina de trabalho e da participação no processo de construção, uma relação de autonomia sobre seu quintal, revelada na fala emblemática de dona Selma, ao dizer para o seu filho que costumava entrar no seu canteiro: *“Edmilson tu não sabe tirar, a dona é a que sabe mexer, a dona é que tem que entrar, arrancar os coentros direitinho”*. A mesma ainda, adornou seu espaço com imagens de santos, que, segundo ela, tem a finalidade de proteger e cuidar de suas plantas, e onde faz sua oração cada vez que vai manejá-las.

**Figura 4: Canteiro de dona Selma (foto à esquerda); Estátua do padre Cicero abençoando o canteiro de dona Selma (foto à direita).**



Fonte: Acervo dos autores, 2018

## 5.2. PREPARANDO O SOLO PARA UMA BOA COLHEITA: AS ATIVIDADES FORMATIVAS

Com o intuito de auxiliar no manejo e manutenção dos quintais, foram realizadas sete oficinas de tecnologias socioambientais; três intercâmbios com comunidades externas; e um curso teórico sobre os benefícios das hortas, conforme descritos a seguir.

### *a) Oficina de manejo da terra e curva de nível: Confeção de instrumentos para medição de terra*

A referida atividade teve como objetivo estimular novas formas de manejar a terra para torná-la mais produtiva, mostrando a importância de evitar risco de erosão nas áreas cultiváveis. Foi confeccionado um Pé de Galinha, que consiste numa ferramenta para construção de curvas de nível e nivelamento do terreno; e incentivado o uso do Nível Bolha, uma outra ferramenta que auxilia na condução das águas no terreno.

Os participantes desta oficina em sua maioria foram homens, sendo importante ressaltar que ao longo da execução das atividades complementares, muito deles participaram, com o intuito de aprender e ajudar as mulheres que faziam parte.

#### *b) Oficina manejo de solo para plantação de mudas e sistema de irrigação*

Foi pensada a partir da necessidade de trabalhar as técnicas base do uso da terra para o plantio, especificamente de mudas e sementes. A atividade ocorreu em um local que fica situado na comunidade do Baixio dos Oitis, Espaço Xamânico Morada da Jurema, onde foi abordado a preparação do solo para o plantio das sementes, esterco com terra e areia até o solo ficar apto para o uso, além da orientação e montagem do processo de irrigação.

#### *c) Oficina de Fogão Ecológico*

O fogão ecológico reduz em até 40% a quantidade de lenha necessária para o seu funcionamento e sua estrutura impede que a fumaça gerada pela queima da madeira invada as casas. Dona Selma, que teve seu fogão reconstruído, mostra os benefícios e alegria em ter um novo fogão, ao dizer: “*Minha vista era ruim e agora vai ficar bom que não tem fumaça*”. Em forma de agradecimento, ela improvisa e cita um verso dedicado a Cícero Chagas que estava à frente dessa atividade:

“Ciçô, tu tem dinheiro e tem tamor,  
tu depressa levantou, um fogão novo de armazém.  
o teu fogão se parece com uma galça,  
tudo que se caça acha, nada falta e tudo tem”.

#### *d) Oficina de Círculo de Bananeiras*

O círculo de bananeira é usado para tratar as águas usadas da casa, as chamadas águas cinzas (oriundas de pias, tanques e chuveiros). Ele também beneficia a produção de bananas em escala humana. Então, percebendo a presença de escoamento de água da casa de Edmilson, um dos participantes do Projeto, foi implementado em seu quintal.

O momento foi mediado por Eduardo Vivian da Cunha, coordenador do projeto, contando ainda com bolsistas e estudantes voluntários. O momento também foi acompanhado pelas crianças da comunidade.

#### *e) Oficina de Espiral de Ervas*

Os espirais de ervas permitem a criação de microclimas e plantar diferentes espécies em um mesmo terreno, se adequando a necessidade de cada uma delas. Podem ser construídos em casa para a plantação de flores, plantas aromáticas e medicinais, e

forrações. Assim, realizou um espiral de ervas para no quintal de Luciana, contando com a participação de integrantes do PDC - Curso de Design de Permacultura do Cariri.

#### *f) Oficina de Geodésica*

As Geodésicas são estruturas compostas por uma rede de polígonos, geralmente triângulos, que formam uma esfera, ou parte dela. Por ser uma forma esférica os fluxos de ar são circulares, o que torna mais fácil a climatização, e por ter uma cobertura curva, a superfície que enfrenta o sol é menor, por isso não há grandes variações de temperatura no verão e inverno. A Geodésica construída serviu como viveiro de mudas e teve como mediador o Permacultor Cícero Chagas.

#### *g) Oficina sobre Agrofloresta<sup>8</sup>*

Os sistemas agroflorestais são formas de uso da terra, nos quais se resgata a forma ancestral de cultivo, combinando espécies frutíferas, arbóreas, plantas medicinais com cultivos agrícolas e/ou animais.

A oficina aconteceu entre os dias 23 e 25 de novembro de 2018, no Espaço Xamânico Morada da Jurema, ministrada pelos integrantes da Associação dos/as Agricultores/as Familiares da Serra dos Paus Dóias (Agrodóia), sediada em Exu - Vilmar Lermen, Silvanete Benedito Lermen e Francisco Carlos Gonçalves, e com a participação da comunidade, integrantes do projeto, membros do Espaço Xamânico e agricultores do Grupo de Economia Solidária e Turismo Rural da Agricultura Familiar - GESTRAF.

#### *h) Intercâmbios*

Como forma de estimular a produção de hortas, foram realizados três intercâmbios junto à espaços com experiências agroecológicas.

O primeiro realizou-se na Horta Nosso Lar, localizada em Juazeiro do Norte, a qual é a primeira horta comunitária instalada na zona urbana do município, através da ONG Nosso Lar, desenvolvendo trabalhos através do cultivo de diferentes hortas, verticais, horizontais, de quintais, e plantas leguminosas.

---

<sup>8</sup> A descrição mais detalhada desta oficina, encontra-se no capítulo IV do livro.

O segundo se deu junto ao Talhão de Agrofloresta e Produção de Defensivos Naturais do Condomínio de Produção Familiar Dona Bia, no Sítio Jurema em Juazeiro do Norte, o qual surge de uma experiência da família de dona Bia, uma das grandes pioneiras na produção de hortas orgânicas no município. O espaço possui um talhão de Agrofloresta, horta, quintais e produção de defensivos naturais.

O terceiro realizou-se junto à Feira de Economia Solidária do Grupo Economia Solidária e Turismo Rural da Agricultura Familiar - GESTRAF do município de Barbalha-CE. O mesmo possui um público participante majoritariamente feminino, onde a produção se dá basicamente em suas casas, é uma forma de estimular as mulheres do projeto a se espelharem, fortalecendo o desejo de cultivar os quintais.

*i) Curso Teórico sobre os Benefícios das Hortas (hortaliças convencionais e não convencionais - PANCS e plantas medicinais)*

Objetivando mostrar os benefícios de uma alimentação saudável através do cultivo das hortas, bem como maneiras de preparar corretamente os alimentos, bem como comercializá-los, foi realizado um curso teórico de duas semanas no espaço da igreja da comunidade do Baixio os Oitis.

Foi ministrado pela professora Célida Socorro, coordenadora do eixo agroecológico do projeto, através da exposição de documentários e vídeos educativos. Ademais, foi direcionada, especialmente, para às mulheres integrantes do projeto.

### **5.3. AS FLORES DO JARDIM: O PROTAGONISMO FEMININO**

Um das grandes vertentes do projeto foi estimular o protagonismo feminino através da produção dos quintais. As mulheres são responsáveis, além do cuidado da casa, pela produção de alimentos que vão a mesa da família, por isso, abordar questões relacionadas a gênero, protagonismo, empoderamento e violência contra a mulher é de suma importância para que esses sujeitos possam ter uma melhor qualidade de vida, conhecer seus direitos enquanto mulheres e cidadãs, despertando o olhar também para si. Nesse sentido foram realizadas duas oficinas, sendo:

a) *Oficina de Fuxico*: “*Fuxicando vamos tecendo nossas vidas na construção coletiva, no amor próprio, no autoconhecimento, no compartilhamento*”

A metodologia consistia na confecção de objetos de fuxico ao passo em que se discutia sobre machismo, violência doméstica e buscava-se também o fortalecimento das mulheres. Participaram desta oficina 19 mulheres da comunidade, sendo a oficina ministrada pelas bolsistas do projeto, Maria Alane e Francilene Oliveira.

**Figura 5: Mulheres produzindo Fuxico durante roda de conversa (à esquerda). Participantes ao final da oficina (à direita).**



Fonte: Acervo dos autores, 2018

b) *Oficina de Alimentação Viva*

A Alimentação Viva é constituída de alimentos crus, germinados ou hidratados, e é uma maneira de interagir com a Natureza de uma forma mais profunda, utilizando, de maneira eficiente, os nutrientes que ela nos oferece. Além disso, buscou-se incentivar as mulheres à produção e preparo dos alimentos produzidos nos quintais, bem como, mostrar a diversidade de hortaliças que elas podem plantar e consumir em seus quintais.



## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto Quintais Produtivos buscou possibilitar transformações positivas na realidade das famílias beneficiadas. Ademais apresentou como a experiência despertou o movimento entre as mulheres, a partir de suas vivências e anseios, fortalecendo não só as práticas da agricultura sustentável, como também estimulando a participação de crianças, jovens e adultos, ou seja, de todo o núcleo familiar.

Por fim, percebemos que o espaço em cada residência, além de instrumento para fins de produção alimentar, também se constituía num ambiente com muita singularidade, subjetividade e cultura. As memórias da família, contadas em prosas e versos entre os vizinhos, o cafezinho debaixo da sombra fresquinha, o contato com a natureza, e demais tradições despertam a alegria e encantamento de quem chega.

Foram criados vínculos afetivos que perduram para além do tempo de vigência do projeto. Vínculos estes que marcaram a vida de quem participou do processo, pois o acolhimento e o sentimento de pertencimento foram crescendo à cada chegada pela porta da cozinha, à cada sorriso e abraço trocado, à cada conversa paralela sobre a vida, e à cada história que conseguimos compartilhar (universidade e comunidade). Podemos dizer que as sementes foram germinadas em solo muito fecundo.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA). *Gênero no Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais*. Seminário Internacional, Natal – Rio Grande do Norte. julho/2003.

CARNEIRO, M. G. R. et.al. *Quintais Produtivos: contribuição à segurança alimentar e ao desenvolvimento sustentável local na perspectiva da agricultura familiar (O caso do Assentamento Alegre, município de Quixeramobim/CE)*. *Rev. Bras. de Agroecologia*. V. 8, n. 2, p. 135-147. Rio Grande do Sul, 2013.

COSTA, M.G. *Agroecologia, (Eco)Feminismos e "Bem-Viver": Emergências Descoloniais no Movimento Ambientalista Brasileiro*. In: *Seminário Internacional Fazendo Gênero*. V.11. Florianópolis, 2017.

MARINHO, K. S. BRASIL, J. B. S. *A importância socioambiental do quintal produtivo no Bairro São José Operário, Parintins- AM: Um estudo nas ruas Coronel Barreto Batista e Raimundo Almada. Parintins - AM, 2015.*

OLIVEIRA, F. ALMEIDA, G. *Agricultura tradicional e agroecologia: aspectos de uma transição familiar no semiárido cearense. Guarabira-PB; Centro Acadêmico de História-CAHIS, 2017.*

SILVA, A. C. G. F.; ANJOS, M. C. R.; ANJOS, A. *Quintais produtivos: para além do acesso à alimentação saudável, um espaço de resgate do ser. Revista Guaju, v.2, n.1, p. 77-101. Matinhos – Paraná. jan./jun. 2016.*

SOUSA, F. C. R. *Quintais produtivos no Assentamento Palmares: um resgate de saberes, sabores e beleza. 2016. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro.*

VIEIRA, F. R. *Valoração Econômica de Quintais Rurais – O Caso dos Agricultores Associados à COOPERAFI (Cooperativa De Agricultura Familiar de Itapuranga-Go). 2009. Dissertação (Mestrado em Agronegócio) – Programa de Pós-graduação em Agronegócio, Universidade Federal de Goiás, Goiás.*



# CAPÍTULO IV

## AGROFLORESTANDO O CARIRI: A EXPERIÊNCIA DO CURSO SOBRE SISTEMA AGROFLORESTAL NO ESPAÇO XAMÂNICO MORADA DA JUREMA, NO SÍTIO BAIXIO DOS OITIS - CRATO/CE.



“Porque a Terra não nos pertence, somos nós que pertencemos à Terra”  
(Epígrafe do livro “Agroflorestando o mundo de facção à trator”, de Neto, Messerschmidt, Steenbock e Monnerat)

Maria Alane Pereira de Brito<sup>1</sup>  
Francilene Pereira Oliveira<sup>2</sup>  
Eduardo Vivian da Cunha<sup>3</sup>

### 1. INTRODUÇÃO

O presente capítulo tem como objetivo descrever e refletir sobre a realização da oficina de agrofloresta desenvolvida no Espaço Xamânico Morada da Jurema, no sítio Baixio dos Oitis, em Crato - CE, no período de novembro de 2018. Para isto, o texto que segue expõe os procedimentos, anseios e resultados da vivência, bem como os efeitos deste processo na perspectiva de uma integração entre as comunidades e ações

---

<sup>1</sup> Maria Alane Pereira de Brito é graduada em Administração Pública pela Universidade Federal do Cariri (UFCA).

<sup>2</sup> Francilene Pereira Oliveira é graduada em História pela Universidade Regional do Cariri (URCA).

<sup>3</sup> Eduardo Vivian da Cunha é Doutor e Mestre em Administração pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), e é professor pela Universidade Federal do Cariri (UFCA).

envolvendo a Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Populares e Solidários (ITEPS).

A oficina ocorreu entre os dias 23 e 25 de novembro de 2018 e estava inserida dentro de um contexto mais amplo, iniciado pelo projeto “Quintais Produtivos no Baixio dos Oitis”, que se iniciou em março de 2018 e envolveu diretamente 10 famílias<sup>4</sup>. Optou-se por destacar a descrição desta atividade específica, devido ao seu impacto do ponto de vista de mobilização da comunidade e de contextos mais amplos relacionados com os grupos da ITEPS.

O projeto executado pela ITEPS está ligado ao Programa Nacional de Incubadoras Universitárias (PRONINC), vinculado à SENAES e CNPq. Além do projeto dos “Quintais Produtivos no Baixio dos Oitis”, a oficina teve como foco o Grupo de Economia Solidária e Turismo Familiar de Barbalha - GESTRAF (descrito no Capítulo 02), empreendimento de agricultura familiar também apoiado pela ITEPS. A formação realizada foi ainda aberta para outros públicos com vinculação direta ou indireta com a incubadora ou com as temáticas da economia solidária, da agroecologia e da permacultura na Região do Cariri. Assim, ela contou também com a participação de integrantes da Associação Morada da Jurema, bolsistas, coordenadores e demais estudantes interessados na temática.

Assim, a ação apresentada se refere a efetivação de uma proposta de atuação transversal prevista no referido projeto. Nesta perspectiva, a oficina foi desenhada como um espaço, ao mesmo tempo, de formação, sensibilização e articulação destes públicos no Cariri, surgindo de uma demanda ligada à produção agroecológica das ações incubadas pela ITEPS.

A construção da oficina envolveu, assim, o contato com parceiros que trabalham com agroecologia na Região do Cariri, o que vem sendo construído desde as Convergências em Permacultura Caririense e Centro-nordestina (ambas ocorridas na Região do Cariri no ano de 2018)<sup>5</sup>, bem como de outros espaços formativos. Estes foram momentos, também, de se buscar a conexão com os atores que possuem conhecimento e experiência necessária para atender à demanda apresentada pelos grupos incubados.

---

<sup>4</sup> Mais informações sobre o projeto “Quintais Produtivos” disponíveis no Capítulo III deste livro.

<sup>5</sup> As Convergências de Permacultura são espaços de encontro de permacultores e simpatizantes da temática. Por iniciativa deste público, a região do Cariri abrigou dois encontros deste tipo em 2018: um de nível local (Região do Cariri) e outra de nível regional (Região Nordeste do Brasil).

Assim, a construção deste momento envolveu também a relação com os produtores associados aos projetos da ITEPS.

O espaço escolhido para a realização da oficina se localiza na comunidade do Baixio dos Oitis, na cidade do Crato, sendo a Morada da Jurema um espaço comunitário que se caracteriza como uma associação de caráter privado com interesse público. As razões pela escolha foram a localização estratégica do espaço, a disponibilidade de terra para a realização da oficina e a disponibilidade para a criação de um espaço de acesso para os integrantes da comunidade do Baixio dos Oitis, do GESTRAF e de outras localidades envolvidas no projeto continuarem suas ações formativas relacionadas à manutenção da agrofloresta.

No que toca ao tema da agroecologia, de acordo com Gomes *et al* (2017), vários trabalhos científicos a nível mundial vêm demonstrando que o atual modelo de desenvolvimento agropecuário necessita ser repensado de forma mais ampla, com uma visão a médio e longo prazo no desenvolvimento sustentável real e respeitoso na ótica de produção e cuidado dos recursos naturais.

A necessidade nos traz a oportunidade de ressignificar a relação com a terra. Quando a escassez da água, de alimentos, e dos recursos naturais, se manifestam, vemos a importância da ressignificação e criação de novas práticas da agricultura, em busca de um desenvolvimento rural de fato sustentável. Dessa forma, a concepção de um novo olhar para os cuidados com a natureza é cada vez mais emergente, e é nesse contexto que surgem inúmeras técnicas e valores com novas perspectivas para o âmbito do trabalho com a terra, bem como, a valorização na produção alimentar sustentável.

Assim, os Sistemas Agroflorestais (SAFs), se constituem enquanto sistemas de manejo sustentável da terra que procura aumentar a produção de forma geral, combinando culturas agrícolas com árvores e plantas da floresta e/ou animais simultânea ou sequencialmente, e aplica práticas de gestão compatíveis com os padrões culturais da população local (BENE; BEALL; CÔTÉ, 1977 *apud* MICCOLIS *et al* 2016).

Do ponto de vista da metodologia, descrevemos na sequência deste texto as ações realizadas na oficina, e os procedimentos de pesquisa participante adotados na sua definição e realização. Em seguida, realizaremos uma apreciação sobre os seus impactos no local bem como nos envolvidos na atividade.

## 2. A REALIZAÇÃO DA OFICINA

Tendo em vista o gigantesco processo de degradação dos recursos naturais na atualidade, demonstra-se a necessidade de repensarmos o atual modelo de desenvolvimento agropecuário, inclusive com uma visão a médio e longo prazo no desenvolvimento realmente sustentável (GOMES *et al*, 2017). Assim, os Sistemas Agroflorestais aparecem como uma alternativa para tais perspectivas, em que distintos instrumentos legais contido na legislação brasileira (Brasil, 2011) os definem como:

“sistemas de uso e ocupação do solo em que plantas lenhosas perenes são manejadas em associação com plantas herbáceas, arbustivas, arbóreas, culturas agrícolas, forrageiras em uma mesma unidade de manejo, de acordo com arranjo espacial e temporal, com alta diversidade de espécies e interações entre estes componentes” (BRASIL, 2011, p. 76)

Nesse sentido, viu-se a necessidade de incentivar aos agricultores das comunidades atendidas, um novo modo de plantar. A vivência foi mediada pelos integrantes da Associação dos/as Agricultores/as Familiares da Serra dos Paus Dóias (Agrodóia), sediada em Exu – nomeadamente, Vilmar Lermen, Silvanete Benedito Lermen e Francisco Carlos Gonçalves. A referida Associação conta com uma experiência de agrofloresta já consolidada por 12 anos de atuação.

Nos três dias de curso ocorreu a participação de cerca de 25 pessoas, sendo destes um público intermitente (ou seja, que não participaram de todas as atividades) de nove pessoas. Este público compreendeu pessoas de diversas localidades da região, principalmente da zona rural dos municípios de Barbalha e Crato-Ce, dentre elas, os sítios: Macaúba, Caldas, Coité e Santana (Barbalha/CE), Romualdo, Baixio dos Oitis, e Baixio das Palmeiras (Crato/CE), incluindo agricultores, líderes comunitários, estudantes e professores.

A metodologia utilizada no curso envolveu a intercalação de momentos teóricos (explicativos e reflexivos) com momentos práticos (construção da agrofloresta), descritos de forma detalhada a seguir, a partir de três tópicos.

### 2.1. ABORDAGEM INICIAL E PREPARAÇÃO DO SOLO

Iniciou-se o encontro com a apresentação dos participantes, da proposta e programação, bem como o local onde se realizaria a oficina. O grupo foi dividido em equipes para a realização das atividades. O método de divisão das equipes foi a listagem

das tarefas a serem cumpridas na primeira etapa, demonstradas a seguir, onde os participantes escolhiam a tarefa que mais lhes interessava e assim os grupos iam sendo formados.

O primeiro exercício foi *observar* o trecho em que seria implementada a Agrofloresta, sucedendo a demarcação das Curvas de Nível no local. As curvas de nível contribuem para a visualização detalhada de um terreno, verificando características como altitude, irregularidades, etc, onde, segundo Evangelista (2012), são ideais para plantar árvores e arbustos, que ajudam na infiltração da água, além disso, são utilizadas para maior retenção de água e redução da velocidade da enxurrada.

Em seguida, iniciou-se uma das etapas mais importantes do Sistema Agroflorestal, que é a *preparação do solo*. Neste momento, o processo envolveu o uso de bastante cobertura orgânica. A cobertura e a proteção do solo nas agroflorestas, de acordo com Steenbock e Vezzani (2013) trata-se de uma importante premissa para assegurar a elevada umidade relativa do ar e a estrutura do solo, bem como para diminuir ao máximo a erosão. Foram utilizadas, nesse sentido, uma abundante quantidade de toras de árvores já derrubadas pela ação da natureza, folhas secas e gravetos encontrados no entorno.

A instrutora, Silvanete, relacionava esta etapa aos cuidados com a preparação de um berço, onde seria gerado uma vida, através do útero da Mãe Terra, e que deveria receber muita atenção. Afinal, os Sistemas Agroflorestais valorizam sobretudo a ação natural do meio ambiente, a simbiose da natureza em sua plenitude. Nesse sentido, Neto *et al* (2016) ressalta que os solos são formados pelo trabalho de toda a natureza, que através da vida acrescenta matéria orgânica e transforma as rochas de um determinado local. É possível observar que o solo de uma floresta será sempre imensamente mais fértil, arejado, macio, úmido e produtivo que quaisquer outros preparados pelo homem, e estará sempre coberto com grande quantidade de folhas e madeiras.

Nesse sentido, a grande presença de folhas e galhos produzidos pelas plantações assim como as que foram inseridas no processo de preparação do solo, protege a plantaçõ assim como o solo, além de fertilizar a terra para a grande diversidade de plantas e seres que ali vivem. Dessa forma, as estruturas da vida, em seus diferentes níveis (células, tecidos, órgãos, indivíduos, comunidades, ecossistemas, etc.) organizam-se de forma a viabilizar os processos vitais, identificando como potencializá-los para o aumento de fertilidade, produtividade e biodiversidade naquele espaço (STEENBOCK; VEZZANI, 2013).

É importante lembrar que no Brasil, de acordo com Neto *et al* (2016) é comum os solos de florestas conterem de 5% a 6% de matéria orgânica, enquanto na agricultura artificial atualmente dominante é comum os solos terem menos de 1% de matéria orgânica.

Dessa forma, as atividades de preparo do solo ocuparam dois dias da oficina, objetivando nutrir ao máximo a superfície que conceberia os frutos deste sistema.

**Figura 1: Preparação do solo da agroflorestal**



Fonte: Acervo fotográfico dos participantes da oficina

A Figura 1 mostra o processo de preparação do solo, estrutura e cobertura com folhagem, sendo a parte principal do manejo. Esta tarefa levou o maior tempo de dedicação da turma, para chegar ao objetivo final, mostrado a seguir na Figura 2.

**Figura 2: Finalização da preparação do solo**



Fonte: Acervo fotográfico dos participantes da oficina

## 2.2. SEMEANDO O FUTURO: O PLANTIO NA AGROFLORESTA

No processo de diálogo com o ambiente, o fazer agroflorestal não exige do local um espaço diferenciado, mas sim se adapta às condições dadas. Por isso é importante analisar as características do solo, do relevo, do clima e da vegetação no local onde se implantará a agrofloresta, compreendendo quais processos vitais estão acontecendo e quais ferramentas utilizar para incrementar a fertilidade e a diversidade daquele local (STEENBOCK e VEZZANI, 2013).

Assim, o segundo passo da oficina foi o *plantio das sementes e mudas* provenientes da própria região, em sua maioria (principalmente do entorno de onde seria implantada a agrofloresta) no solo inicialmente nutrido. Desta forma, foi solicitado que os participantes que tivessem sementes ou mudas levassem para o plantio, assim teríamos uma grande diversidade de plantas, bem como, garantiriam, minimamente, o uso de sementes crioulas. Nessa ocasião, Steenbock e Vezzani (2013) ressaltam que nessa etapa, tem-se a oportunidade de trazer ao espaço produtivo um número grande de espécies, que contribuirão para a diversidade funcional, para a segurança alimentar e para a diversificação da renda.

Foi realizado, então, o cultivo de culturas alimentícias, como cebolinha, tomate, quiabo, gergelim, feijão (de corda e feijão-fava), milho (em variedade de formato de grãos e cores), mandioca, abóbora (jerimum), melancia, batata doce, entre outros. Em conjunto, foram plantadas mudas com árvores frutíferas como: mangueira, bananeira, abacateiro, assim como plantas medicinais (árvores, arbustos e ervas) como a moringa, ora-pró-nobis, girassol. Todas consorciadas com culturas já existentes no local, como árvores de Jurema, cipó mariri, tamboril, sabiás e outras.

O processo de semeadura aconteceu de duas formas: na primeira utilizou-se uma técnica muito comum nos SAFs, chamada “muvuca”: esta consiste na mistura de sementes agrícolas e florestais com terra, posteriormente umedecida, formando um insumo homogêneo propício para a formação da estrutura da floresta (RIBEIRO, 2018). De acordo com a autora, a muvuca consegue colocar o dobro ou até dez vezes mais árvores por hectare e com metade do custo do que seria um plantio com mudas.



**Figura 3: Sementes e mudas selecionadas para o plantio na agrofloresta e preparação da muvuca.**



Fonte: Acervo fotográfico dos participantes da oficina.

A muvuca tem se mostrado eficiente nos SAFs, facilitando como métodos de plantio de variadas sementes ao mesmo tempo. Neste sentido, Gonçalves (2014) afirma que a muvuca possibilita que várias espécies com diferentes funções e de vários estágios de sucessão são plantadas, misturando-as de acordo com o planejamento de densidade que se pretende obter de cada uma. A inexistência de custo ou de trabalho para produzir mudas é a maior vantagem desse tipo de plantio.

O segundo método de plantio foi através do transplante de mudas. Um ponto importante a ressaltar é que durante toda a oficina, foi respeitado e aproveitado todo o trabalho já realizado no local. No espaço onde foi implantada a agrofloresta já havia tido a plantação de uma horta, sobrando algumas árvores e plantas que foram mantidas.

Pode-se notar que o respeito e o diálogo com a natureza são a base dos Sistemas Agroflorestais, pois as técnicas se dão a partir da observação do espaço, dos fragmentos nativos, da simbiose entre as plantas, os animais, os microorganismos, a energia do sol, do ar, da terra e a conexão dos saberes ancestrais com o uso de tecnologias contemporâneas.

Portanto, nas práticas dos SAFs, a natureza é a maior professora, fazendo-nos perceber que todos os seres trabalham organicamente, resultando no bem maior da estrutura florestal (STEENBOC; VEZZANI, 2013). Os autores ainda reforçam que fazer agrofloresta é manter um diálogo constante com o ambiente natural, conversando com seus processos e relações, perguntando o que é mais adequado ao seu fluxo, ouvindo e recebendo dela os ensinamentos e os frutos.



Além disso, Mazoyer e Roudart (2010), ressaltam que todas as espécies de seres vivos encontram no meio onde vivem os recursos necessários à sua existência material: espaço, habitat, nutrição e possibilidade de expulsão dos dejetos de seu funcionamento vital. E que ocorrem fatores limitante quando a densidade ocupacional dos locais ou dos abrigos se torna muito forte, quando as quantidades de água, de matérias minerais, de pastagem ou de presas disponíveis neste ou naquele período crítico são totalmente consumidas ou se tornam muito raras para serem ainda acessíveis, então o desenvolvimento do espaço, seres e culturas se encontram bloqueados. Então, a necessidade de trabalhar em conjunto com tudo que há na natureza é de fundamental importância.

Destarte, por se tratar dessa mistura de técnicas, saberes científicos e populares, a abordagem sobre os SAF's tende a ser complexa no que diz respeito à numerosa quantidade de informações, à metodologia adotada, que abrangeu a intercalação de conteúdos práticos e teóricos, facilitando a compreensão sobre o assunto.

### 2.3. AS PARTILHAS

Para além do aprendizado sobre os Sistemas Agroflorestais, a oficina também objetivou o fortalecimento das comunidades rurais, principalmente as que já se inseriram no escopo da ITEPS, buscando assim, aprofundar a relação de confiança e os vínculos com as mesmas, bem como incentivar seu protagonismo econômico e social.

Dessa forma, uma alternativa viável para este propósito, foi o custeio de refeições na comunidade, onde, a refeição principal (almoço) era preparada por uma moradora da comunidade, que acolhia os participantes em sua casa, através da troca financeira, possibilitando uma renda extra para a família e a aproximação com a mesma, levando-nos a imergir numa atmosfera familiar, onde o cuidado e a atenção eram fatores incontestáveis.

Assim, houve garantia não só uma renda extra, mas também estímulo ao protagonismo feminino das mulheres em receber outras pessoas em suas casas, trocar experiências e afetos, bem como as incentivou à realização desta ação em outras oportunidades posteriores, abrindo seus horizontes em relação às diversas formas de contribuir com a renda familiar.

Os momentos da refeição, assim como os espaços de intervalo e ao final de cada dia criaram tempos e espaços de partilhas de experiências, cada encontro fortaleceu o espírito de solidariedade entre os envolvidos, e por conseguinte entre suas comunidades.

### 3. DEPOIS DA OFICINA

Ao final da oficina, estabeleceu-se um acordo entre todos os participantes para a manutenção da Agrofloresta como um espaço com momentos formativos contínuos, com apoio da equipe técnica da ITEPS e dos instrutores do curso. Acordou-se que quinzenalmente os participantes interessados se reuniriam para realizar as atividades de manutenção requeridas, como podas, replantios, retirada de plantas não desejáveis no sistema e, posteriormente, colheita.

Assim foi feito, e alguns encontros foram marcados para a realização de atividades de manutenção, até a colheita final. Ressalta-se que nem todos os participantes se envolveram nestas etapas, por razões diversas, em que vale destacar, especialmente para os agricultores provenientes de outras comunidades rurais da região, a locomoção das suas comunidades de origem. A sequência de fotos apresentada na Figura 4 apresenta o desenvolvimento do acompanhamento da agrofloresta.

Como atividades realizadas, houve a poda de todo material em excesso produzido pela vegetação, sendo deixado entre cada fileira das plantações presente no decorrer da agrofloresta, servido de nutrientes para os que estão em produção e ou aqueles com um maior tempo de vida. De acordo com Gonçalves (2014), a poda é uma das práticas mais importantes nos Sistemas Agroflorestais. Ela auxilia a renovação do sistema de diversas maneiras: faz com que as camadas mais baixas recebam a luz e ajuda a depositar no solo a biomassa e os nutrientes das folhas e dos galhos podados. A poda também ajuda a guiar o crescimento harmônico do SAF, conduzindo as plantas em cada estrato no qual elas devem ficar. Para o material podado virar húmus e melhorar o solo, porém, é necessário picá-lo. (GONÇALVES, 2014).

Ocorreram também algumas visitas dos facilitadores da oficina (Vilmar e Silvanete) ao local, para demonstrar algumas técnicas de poda, identificação das plantas que estavam ali somente para servir de matéria orgânica, e instruções gerais para a manutenção adequada do SAF.

**Figura 4: Evolução do sistema agroflorestal implantado e realização de atividades de manutenção.**



Fonte: Acervo fotográfico dos participantes da oficina.

Apesar do acompanhamento ter se dado de maneira tímida, e no tempo e ritmo das pessoas que se dispuseram a cuidar, foram colhidos bons frutos, frutos estes com os

quais nos conectamos a este aprendizado constante que o Sistema proporciona: os frutos da colheita plantada, alimentam e geram mais sementes para continuar nesse processo de troca com a terra.

**Figura 5: resultados da primeira colheita da agrofloresta.**



Fonte: Acervo fotográfico dos participantes da oficina

#### 4. APRECIÇÕES E RESULTADOS DA OFICINA

A experiência permitiu a integração e o fortalecimento do projeto Quintais Produtivos com integrantes de outros grupos da agricultura familiar. Houve também um bom desenvolvimento da agrofloresta, que se manteve com um acompanhamento coletivo e técnico, em que possibilitou perceber a dinâmica do sistema agroflorestral. Como já mencionado anteriormente, a essência dessa prática é ouvir o que a natureza tem a nos dizer, o que aconteceu de forma espontânea por todo o grupo, que inclusive no seu manejo valorizaram essa troca.



O aprendizado foi acontecendo ao passo que se realizava seu manejo. Percebemos a importância de algumas técnicas, como por exemplo, a utilização de pedaços de tronco distribuídos em linhas, evitando o pisoteio de plantas, o que facilita o manejo. Fomos observando também a função de cada espécie, seja enquanto provedora de matéria orgânica para o desenvolvimento de outras, material gerado na poda para uso nos canteiros, ou como propulsor do sistema, ao liberar a entrada de luz para os estratos mais baixos da agrofloresta.

Percebemos, durante a oficina, um intenso envolvimento de todos os participantes, com bastante dedicação da maior parte deles para a realização da atividade. Foi possível perceber, ainda, a motivação gerada, o que pôde ser evidenciado nas falas com os planos e desejos explicitados pelos participantes. Os momentos de partilha e integração durante todos os momentos foram muito importantes neste sentido.

Como pontos que não saíram conforme o planejado, podemos registrar as dificuldades encontradas nas atividades de manutenção. Não foi possível se realizar todos os encontros com este propósito, conforme apontado no ítem 4. O excessivo espaçamento entre eles, assim como diversas dificuldades de participação dos integrantes do grupo fizeram com que o manejo não fosse plenamente adequado, não sendo possível seguir todas as recomendações dos instrutores da oficina. Com isto, o próprio rendimento da agrofloresta, em termos de produção de alimentos, foi inferior ao esperado.

Um dos maiores desafios encontrados pela equipe em realizar uma manutenção efetiva no sistema agroflorestal, ao perceber que este demandava encontros com periodicidade mais curta que os quinzenais. Ademais, nesse período, houve uma certa dificuldade em identificar todas as plantas que estavam nascendo, as que precisavam sair do sistema, as que precisavam servir de matéria orgânica e as que permaneceriam ali, apesar das orientações constantes de Vilmar e Silvanete, que se mostraram imensamente disponíveis e atenciosos à responder nossas dúvidas. O que nos leva novamente ao entendimento de que quanto maior o cuidado, a aproximação e a observação da agrofloresta melhor conseguimos interagir e conversar com a mesma.

Estas dificuldades, entretanto, apenas reforçam o potencial da agrofloresta enquanto técnica de produção agrícola e de restauração de ecossistemas. Sua capacidade de se autogerir gerou diversos destaques na produção de alimentos. Assim foram com as plantações de milho, que tiveram uma boa diversidade, além do seu crescimento que se obteve uma boa produção. Além disto, tivemos o feijão, a abóbora, o quiabo, a macaxeira, a cebolinha entre outros. Tratando-se dessa diversidade, percebemos a importância de

cada vida para a harmonia da natureza, que cada vegetal ou ser vivo cumpre um papel, inclusive aqueles que não se desenvolvem são essenciais na contribuição do desenvolvimento daqueles com um ciclo de vida maior.

Outrossim, vale a pena ressaltar que apesar dos desafios encontrados no percurso, após quase dois anos de implantação da Agrofloresta, alguns participantes não desistiram. Continuam plantando, colhendo, nutrindo o solo, e sobretudo aprendendo que a paciência e o amor são as principais ferramentas de se trabalhar com esse sistema vivo que é a natureza.

Do ponto de vista da organização social e da incorporação do aprendizado da oficina nas demais atividades do projeto, identificamos que poucas pessoas adotaram a agrofloresta como sistema produtivo nas suas propriedades. Entretanto, é perceptível o impacto da sensibilização com relação aos seus princípios, conceitos e técnicas, que paulatinamente vão sendo incorporados pela maior parte dos participantes da oficina. Da mesma forma, a mobilização e o clima gerado pela oficina têm reverberado nas relações interpessoais de todos os envolvidos, gerando, inclusive a realização de outros intercâmbios entre as comunidades.

Desta forma, vivenciamos a experiência de agrofloresta para muito além do período da oficina. Esta foi essencial no desenvolvimento dos projetos da incubadora, já que os participantes aprenderam os procedimentos futuros necessários para o desenvolvimento de uma agrofloresta.

A experiência ampliou o olhar de cada integrante do processo com o cuidado e observação do espaço em que ocupamos. Aprendemos que para desenvolver um sistema sustentável não há necessidade de grandes espaços, ou de materiais de alta tecnologia; é possível realizar esta técnica em pequenos, médios e grandes espaços, necessitando do essencial, que é o humano para interagir com o meio em que vive.

Anotamos, por fim, que uma nova manutenção, no ano seguinte, após o período da estiagem no Cariri. Assim, a agrofloresta foi podada, replantada e novamente colhida, seguindo orientações do manejo e inserção de coberturas no solo, plantio, poda, colheita aprendidos na oficina.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reconexão com os saberes ancestrais, bem como um mergulho nos sutis ensinamentos que *Pachamama*<sup>6</sup> nos oferece diariamente foram fundamentais. Por outro lado, vivemos uma vida com uma corrida insana e sem perspectivas, fruto da desarmonia com a natureza e com todos os seres vivos. Entendemos que com este conhecimento, aliado à nossa mais pura humildade em reconhecer nossa ignorância do real sentido de nossa estada neste plano pode haver, de forma gradual e contínua uma mudança neste panorama.

Com relação ao que pudemos aprender com os saberes ancestrais ligado à agrofloresta, percebemos uma imersão nas infinitas lições que os Griôs (com são chamados os anciãos nas tribos africanas), os Mestres (como são conhecidos os anciãos na cultura oriental) e o Pajés (os responsáveis pela saúde mental e espiritual dos povos da floresta) entre outros povos que através da observação e da escuta conseguem interagir respeitosamente com os outros seres que habitam nosso planeta.

Para aprender com a Pachamama não precisamos de muito esforço, é só seguir a ordem de duas palavras OBSERVAR e INTERAGIR, importante princípio de design da permacultura (Holmgren, 2013). Por exemplo, podemos salientar a forma como ela se organiza e interage entre todos os ecossistemas que ela comporta, fazendo todas as adequações necessárias para que cada um em seu grau de importância possa realizar sua tarefa sem agredir nem interferir no processo do outro.

Por fim, com relação à ação realizada, foram encontradas algumas dificuldades com relação às técnicas e à mobilização dos participantes do projeto, conforme apontamos anteriormente neste texto. Entretanto, o processo todo da realização da oficina e seus desdobramentos serviram como valiosos aprendizados em diversas dimensões, para todos os envolvidos, passando pelos aspectos técnicos até se chegar aos políticos e sociais.

---

<sup>6</sup> O termo Pachamama refere-se a uma entidade, também conhecida como “Mãe Terra”, cuja origem é encontrada principalmente na mitologia Inca. Disponível em: <http://portal-dos-mitos.blogspot.com/2013/02/pachamama.html>

## REFERÊNCIAS

- BENE, J.G.; BEALL, H.W.; CÔTÉ, A. *Trees, food, and people: land management in the tropics*. International Development Research Centre. 52 p., 1977. IN: MICCOLIS et.al. *Restauração ecológica com Sistemas Agroflorestais: Como conciliar conservação com produção - Opções para Cerrado e Caatinga*. Guia Técnico. Centro Internacional de Pesquisa Agroflorestal. Brasília, 2016.
- BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE MEIO AMBIENTE. *Resolução n. 429, de 28 de fevereiro de 2011*. Diário Oficial da União, Nº 43, Pág. 76, 02 de março de 2011.
- EVANGELISTA, J. *Agroecologia: Desafios para implementação*. Oficina do Eixo Meio Ambiente, Clima e Vulnerabilidades. Rede Mobilizadores, Rio de Janeiro, 2012.
- GOMES, H. B. *et al. Sistemas Agroflorestais: Perspectivas e desafios na ampliação de sistemas produtivos sustentáveis para a agricultura familiar no pontal do paranapanema, SP*. IN: BRASIL, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) Meio Ambiente. *Sistemas Agroflorestais: Experiências e Reflexões*. Brasília, DF, 2017.
- GONÇALVES, P. K. *Desenvolvimento Rural sustentável: Agroecologia e sistemas agroflorestais*, FSC, São Paulo (SP) - 2014.
- HOLMGREN, D. *Permacultura: Princípios e Caminhos da Permacultura Além da Sustentabilidade*. Tradução: Luzia Araújo, Porto Alegre. Editora Sapiens, 2013.
- MAZOYER, M.; ROUDART, L. *História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea*. Tradução de Cláudia F. Falluh Balduino Ferreira. São Paulo: Editora UNESP, 2010. 568p.
- NETO; N. E. C. *et.al. Agroflorestando o mundo de facão a trator: Gerando práxis agroflorestal em rede (que já une mais de mil famílias camponesas e assentadas)*. Barra do Turvo – SP, 2016.
- RIBEIRO, T. *Muvuca que vira Floresta*. Instituto Socioambiental, São Paulo, 03 de Agosto de 2018. Disponível em: <<https://www.socioambiental.org/pt-br/blog/blog-do-xingu/muvuca-que-vira-floresta>>. Acesso em: 25 de Abril de 2018.
- STEENBOCK, W.; VEZZANI, F. M. *Agrofloresta: Aprendendo a produzir com a natureza*. 1ª Edição. Curitiba, 2013.



# CAPÍTULO V

## CONSTRUÇÃO COLETIVA DE OUTROS SABERES: A EXPERIÊNCIA DO PERCURSO FORMATIVO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA E GESTÃO SOCIAL COM GRUPOS DE PRODUTORES RURAIS NA REGIÃO DO CARIRI - CE

Maria Alane Pereira de Brito<sup>1</sup>  
Mônica Sales Barbosa<sup>2</sup>  
Fabrícia de Sousa Barbosa<sup>3</sup>  
Ives Romero Tavares do Nascimento<sup>4</sup>

### 1. INTRODUÇÃO

No Brasil, é visível a expansão das iniciativas de produção e de prestação de serviços sociais, organizados com base na livre associação e nos princípios de cooperação e autogestão, o que Gaiger (2004) define como empreendimentos de economia solidária. De um lado, se tem os trabalhadores e trabalhadoras, pressionados pela crise estrutural do mercado de trabalho e que adentram esse espaço por estarem à margem do mercado formal; e do outro, os que também se sentem motivados pela ação mobilizadora dos movimentos de transformação social.

Pode-se compreender essa iniciativa como um modelo econômico que propõe superar as problemáticas advindas da desigualdade social. De modo resumido, essas iniciativas possuem uma conotação agregadora, possibilitando que a pessoa e seu trabalho sejam valorizados. A solidariedade é oportunizada por meio da organização igualitária no

---

<sup>1</sup> Graduada em Administração Pública pela Universidade Federal do Cariri - UFCA.

<sup>2</sup> Graduada em Psicologia pelo Centro Universitário Dr. Leão Sampaio – UNILEÃO.

<sup>3</sup> Graduada em Psicologia pelo Centro Universitário Dr. Leão Sampaio – UNILEÃO.

<sup>4</sup> Professor do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Cariri – UFCA. Tem graduação em Administração pela Universidade Federal do Ceará e em Direito pela Universidade Regional do Cariri. Possui Doutorado e Mestrado em Administração pela Universidade Federal da Bahia.

ato de produzir, consumir, comercializar ou poupar, assim como o mesmo direito a voto nas decisões e falas nesses espaços (PORTO; OPUSZKA, 2016).

Apesar de não se saber exatamente em qual período a economia solidária surgiu na região do Cariri, Medeiros (2011) afirma que, de acordo com a base de dados do mapeamento realizado entre os anos de 2005 e 2007 encontrada no Sistema de Informações em Economia Solidária da Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, (secretaria na ocasião vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, atualmente extinto pelo Governo Federal), dos empreendimentos da economia solidária identificados no Brasil, 43,5% destes, ou seja, 9.498 organizações encontravam-se na Região Nordeste, das quais 8,5% do total nacional situavam-se no Ceará. Assim, a autora ressalta que os dados do SIES mostram a identificação de 330 Empreendimentos Econômicos Solidários localizados nos municípios do Território do Cariri.

Diante desse contexto, este trabalho objetiva descrever a experiência do projeto de Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários para o Desenvolvimento Sustentável do Cariri Cearense, desenvolvido pela Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Populares e Solidários (ITEPS) com ênfase no Eixo de Formação desempenhado pelo Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial do Laboratório Interdisciplinar de Estudos em Gestão Social (NEDET/LIEGS), projetos vinculados à Universidade Federal do Cariri (UFCA).

O percurso aqui descrito foi resultado do acompanhamento técnico realizado, com ações desenvolvidas entre março de 2018 e março de 2019, – com o envolvimento de estudantes de graduação, professores e colaboradores da UFCA e de outras universidades.

Na ação indicada, estabeleceu-se espaços de formação a três empreendimentos específicos locais: o Grupo de Economia Solidária e Turismo Rural da Agricultura Familiar (GESTRAF); a Associação das Mulheres do Sítio Macaúba, ambos localizados no Município de Barbalha/CE; e o Assentamento 10 de Abril, no Município de Crato/CE. As formações se referiram, principalmente, às temáticas de economia solidária e gestão social, além de trazer suporte às demandas formativas dos grupos.

Por fim, o artigo foi construído a partir do embasamento teórico sobre Economia Solidária e Educação Popular, seguido pela exposição do projeto e seus resultados.

## 2. ECONOMIA SOLIDÁRIA

A economia solidária possui um caráter revolucionário por propor transmutações nas relações de trabalho existentes no capitalismo. Este, que é caracterizado por relações de poder, hierarquia, competitividade e não reconhecimento do trabalhador, é substituído por uma maneira de produzir por meio do desenvolvimento solidário, humano e socialmente justo voltado para diferentes comunidades. Sendo um processo de estímulo a novas forças produtivas e de relações de produção, visibiliza um crescimento econômico sustentável, que preserva a natureza de inclusão da população marginalizada da produção social (SINGER, 2002).

Nesse contexto, o enfrentamento ao problema da exclusão em nível de políticas públicas favoreceu o surgimento de alternativas diferentes de organização do trabalho, no qual a economia solidária também faz parte, pois são formas mais justas de produzir e distribuir bens e serviços materiais e imateriais (VERONESE; GUARESCHI, 2005).

De acordo com a base conceitual apresentada pelo extinto MTE, a economia solidária se configura como uma resposta às transformações atuais do mundo de trabalho. Caracteriza-se, pois, como o novo exercício das organizações econômicas coletivas, sob a forma de autogestão, crédito e finanças solidárias, trocas, comércio, consumo solidário e organizações solidárias, empresas de autogestão, associações, cooperativas e grupos informais de pequenos produtores ou prestadores de serviços, individuais e familiares, que realizam em comum a compra de seus insumos, a comercialização de seus produtos ou o processamento dos mesmos (BRASIL, 2007).

O perfil ideológico de solidariedade cabe nesse diálogo, pois reflete na maneira como os trabalhadores expressam valores e princípios de igualdade, participação e democracia. Sendo assim, este perfil cooperativo caracteriza uma organização de um modelo de autogestão que é contrário ao modelo tradicional de valores hierarquizados e autoritários que Freire (1982, p. 40 *apud* Cançado e Pereira, 2018, p.19) chamou de “cultura do silêncio, que representa o indivíduo mudo, de ser e participar ativamente na transformação da própria realidade devido à relação de hierarquia”.

O trabalho em economia solidária também é constituído diante dos conceitos de autogestão, democracia e solidariedade. Autogestão porque o processo de organização em torno do empreendimento é facilitado pelos próprios trabalhadores igualmente responsáveis pela gestão. Democrático por ser um espaço de participação para todos e

todas de modo a viabilizar discussões inerentes ao espaço de trabalho, assim como, resguardar e valorizar os saberes locais e das trabalhadoras. E solidário, por trazer em sua gênese o agrupamento por meio da identificação entre pares que vivenciam o mesmo contexto e com isso, auxiliam-se mutuamente no desenvolvimento de ações que facilitem o bem comum (GUARESCHI; VERONESE, 2009).

Assim, o agir coletivo na economia solidária insere então novos sujeitos no trabalho e nas estratégias de luta e cidadania em busca do bem-estar e reconhecimento. Uma das ações que caracterizam a formação de um espaço com laços existenciais, a partir do protagonismo dos próprios atores envolvidos é a Educação Popular, como será explanado a seguir.

### **3. EDUCAÇÃO POPULAR COMO NORTE NAS FORMAÇÕES COM/DE ATORES DA ECONOMIA SOLIDÁRIA**

Pode-se afirmar que a educação popular é um instrumento fundamental dentro da economia solidária e da gestão social, assim como de outros campos que incentivam o protagonismo dos atores no processo de aprendizado. Freire (2014) discute sobre formações educativas e aponta este como método que valoriza os saberes dos povos e sua realidade cultural, no qual essas relações geram um novo aprendizado, tendo como base a consciência. Para o autor, essa conscientização faz com que o indivíduo se organize e reivindique suas necessidades básicas e melhore sua condição de vida a partir de uma práxis educativa de libertação.

Assim, o conceito de empoderamento social também é importante, caracterizado por Veronese (2007), como um processo onde se consegue desenvolver e potencializar capacidades de controlar suas condições de vida e gerar transformações.

Dessa forma, a educação popular possui a premissa de transformação social, atuando por meio de uma prática coletiva e construindo uma práxis que substitui as relações de exclusão, representando também uma prática política, pois possui o interesse de partilhar e construir em conjunto uma aprendizagem para a vida, em detrimento da transferência de conhecimento. Nesse contexto, a prática dialógica se faz necessária, pois viabiliza a participação de todos e todas por meio do compartilhamento de percepções e leitura crítica do mundo (CRUZ; GUERRA, 2009).

Segundo os autores acima, é dentro desse escopo que a economia solidária e a educação popular encontram relação, pois ambas buscam um espaço de vida mais justo para todos. Assim, ao compreender a economia solidária como espaço de reconhecimento do trabalhador, a educação popular encontra nesse meio condições para fortalecer as estratégias de enfrentamento necessárias, que se dão, por exemplo através da constituição de cooperativas, associações e etc.

Desse modo, seguindo no caminho da educação popular, o Eixo de Formação do projeto supracitado preocupou-se em compreender e construir com os atores protagonistas dos três grupos metodologias capazes de abraçar seus universos e vivências. Estas serão expostas no tópico a seguir.

## **4. METODOLOGIA**

Esta seção será apresentada em três tópicos para uma melhor compreensão: Participantes, Periodicidade e Local de Encontros e Metodologias Utilizadas.

### **4.1. PARTICIPANTES**

Participaram dos processos formativos três grupos na condição de público-alvo das ações. Todos se caracterizaram como grupos ativos de produção, podendo ser descritos conforme segue:

a) O Assentamento 10 de Abril, localizado no município de Crato/CE é o primeiro assentamento de reforma agrária do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST do Cariri cearense (SILVA, 2010). A comunidade é reconhecida pela história de luta, bem como pelo protagonismo feminino e juvenil, além da organização interna que já atraiu inúmeros projetos institucionais;

b) A Associação das Mulheres Rurais do Sítio Macaúba, localizada no município de Barbalha/CE, mantém-se do extrativismo sustentável do babaçu, do pequi e das sementes nativas, além da produção de artesanatos. A comercialização desses produtos atualmente, acontece na Feira de Economia Solidária de Barbalha/CE, além das vendas informais;

c) O Grupo de Economia Solidária e Turismo Rural da Agricultura Familiar - GESTRAF é um grupo de aproximadamente 17 feirantes, que se reúnem semanalmente (sextas e sábados) na Escola de Saberes de Barbalha (ESBA), no município de Barbalha/CE, para realizar a feira de economia solidária com a venda de produtos diversos: hortaliças, culinária regional, mudas, artesanato e cordel. Realizam também uma formação continuada semanal sobre temas definidos coletivamente pelo grupo, com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) de Barbalha/CE.

#### **4.2. PERIODICIDADE E LOCAL DE ENCONTROS**

O período de intervenção a que este texto se refere ocorreu em dois momentos: de março a agosto de 2018, em que foram realizadas visitas técnicas nos ambientes dos grupos, quando também se desenvolveu o planejamento e diagnóstico das temáticas que seriam trabalhadas posteriormente. Por sua vez, no período de agosto de 2018 a março de 2019 realizou-se intervenções concomitantemente com os processos formativos. Os encontros ocorreram inicialmente uma vez por mês em cada comunidade, sendo posteriormente adaptados à agenda de cada comunidade, de modo que, ao final das intervenções, as formações ocorreram semanalmente.

Os espaços das formações ocorreram nas próprias comunidades, nas sedes de encontros regulares dos grupos. Além disso, em casos específicos, como em intercâmbios, as formações ocorreram em outras comunidades, nos espaços visitados.

#### **4.3. METODOLOGIAS UTILIZADAS**

A formação prevista pelo NEDET foi pensada a partir dos princípios da gestão social e da economia solidária que circunscrevem a participação dos atores em ações de desenvolvimento de forma horizontal. Segundo Ely (2017), tais princípios conversam com a concepção da educação popular, que preconiza a educação voltada à reflexão das condições de vida dos sujeitos, em que haja um espaço de intercâmbio e reflexão de experiências populares, identificando e valorizando suas riquezas e buscando saídas para superar suas contradições.

Em razão disso, foram utilizados métodos dinâmicos de ensino, baseados na essência de cada grupo, através de dinâmicas lúdicas e místicas. Ely (2017) ressalta que a mística é um jeito de fortalecer o pertencimento de cada indivíduo ao coletivo,

abrangendo um espaço físico e temporal mais amplo do que aquele em que nos encontramos e conecta aquele coletivo às pessoas, grupos e lutas que vieram antes e que virão depois de nós. Ela ainda ilustra que através da mística, trabalha-se com os símbolos e celebra-se a luta e a esperança coletiva, o que é muito significativo dentro dos três grupos, fator percebido nos momentos de escuta dos mesmos.

Para execução das atividades de mobilização e integração foi usado, além de outros referenciais, a Cartilha de Educação Popular e Economia Solidária de 2017 da Escola de Cidadania - CAMP, amplamente disponível por livre e gratuito acesso em sítios da *Internet*.

A partir desse contexto, serão apresentadas a seguir as etapas que formaram o projeto e as análises das intervenções.

## 5. RESULTADOS E ANÁLISES

Com fins didáticos, este tópico está dividido em quatro subitens que revelam, tematicamente, os achados da ação aqui apresentada: Planejamento e produção do projeto; Processos Formativos e discussões; Desafios no percurso e Avaliação do processo formativo.

### 5.1. PLANEJAMENTO E PRODUÇÃO DO PROJETO

Durante o primeiro semestre de 2018, procurou-se estabelecer contato por meio de telefonemas e visitas de acompanhamento às atividades já desenvolvidas pelos grupos, para facilitar a aproximação entre os mesmos e o conhecimento das realidades.

As visitas aos grupos ocorreram inicialmente com a proposta de apresentação do grupo da UFCA e do projeto base de Formação em Economia Solidária que tinha como proposta desenvolver um trabalho de capacitação em temáticas relevantes para o grupo e pertinentes ao assunto de economia solidária e gestão social. O objetivo das visitas iniciais se deu com a finalidade de levantar o interesse dos membros dos grupos em participar do projeto e consolidar a parceria na construção de uma proposta comum que abarcasse também as necessidades locais.

Como resultado das visitas de escuta, acompanhamento, e reuniões internas da equipe, criou-se planilhas com temáticas comuns (matriz) e específicas, atendendo - dentro da linha de assuntos propostos pelo NEDET - as demandas dos três grupos, distribuídas por módulos, metodologias, carga horária, programação, parcerias, etc.

A estrutura padrão da formação, está exposta na Tabela 1:

**Tabela 1: Temas centrais e transversais da trilha formativa**

<b>TEMAS GERAIS</b>				
<b>MÓDULO 1</b> Associativismo e Cooperativismo	<b>MÓDULO 2</b> Gestão Social: Participação e Autonomia	<b>MÓDULO 3</b> Comércio Justo e Solidário	<b>MÓDULO 4</b> Introdução à Economia Solidária	<b>MÓDULO 5</b> Políticas Públicas e Inclusão Produtiva de mulheres
<b>TEMAS TRANSVERSAIS</b>				
-Economia Criativa -Autonomia	- Feiras de Economia Solidária - Estratégias de produção	- Marketing Social - Noções de Contabilidade para empreendimentos solidários	- Autogestão - Cidadania	- Políticas Públicas para Mulheres Rurais - Gênero e Desenvolvimento Sustentável

Fonte: Adaptada pelos autores (CNPQ, 2017)

Após o momento de construção com os grupos e articulação com a proposta do NEDET, houve encontros de retorno às comunidades a fim de se apresentar o quadro de formações construído coletivamente, observando e planejando ainda, a rotina de execução do projeto.

Ao iniciar-se o processo formativo com os grupos, foi observada a necessidade de flexibilizar o projeto, tendo em vista as novas ideias e oportunidades que surgiram, assim como as dificuldades. Esse fator é descrito por Helck (2017), quando diz que o processo de aprendizagem é a prática-teoria-prática, pois parte-se da prática e da realidade de vida das pessoas para a teorização e daí para uma nova prática, enriquecida, consciente, ou seja, ação-reflexão-ação.

Diante desse contexto é perceptível, corroborando com o pensamento da autora citada, que um projeto de intervenção é utilizado para embasar a prática, servir como caminho a ser percorrido, porém, ao se basear nas premissas da educação popular em economia solidária, as ações são construídas no processo, no contato real com a comunidade e na vivência da troca de saber. Ademais, esse fator nos remete a alguns conceitos da gestão social, da economia solidária, e até mesmo da educação popular, como autogestão, gestão participativa, metodologias integrativas, onde o modo/prática educativa vão sendo influenciados, modificados, e construídos pelos sujeitos do processo,



pois parafraseando Paulo Freire (1987 *apud* Martins *et al* 2015, p. 5), “só existe saber na invenção, na reinvenção, na busca inquieta, impaciente, permanente, que os homens fazem no mundo, com o mundo e com os outros”.

## 5.2. PROCESSOS FORMATIVOS E DISCUSSÕES

De maneira geral, os processos formativos contaram com a presença de diversos atores, e partindo da perspectiva de valorização do saber popular, os encontros (sejam de visitas ou formações) se deram por meio de diálogos de forma crítica. Isto apoiou uma reflexão sobre o cotidiano e sobre como se poderia desenvolver aquele espaço territorial e o trabalho em grupo.

Além disso, a fim de construir, nas formações, um espaço democrático de fala e cidadania, em alguns momentos os processos formativos foram mediados por trabalhadores que se dispuseram a dividir seu conhecimento e prática com os demais participantes. O diálogo é o caminho para desenvolver um espaço emancipatório ao mesmo passo que permite unir em um espaço a percepção dos sujeitos e de maneira crítica, desenvolver práticas que facilitem as práticas cotidianas (DIAS, 2017).

Além das formações nos espaços das comunidades, foram realizados dois intercâmbios, com o propósito de aproximar os produtores à experiências semelhantes às suas realidades e assim trocar e obter conhecimento. O primeiro aconteceu no sítio Baixio dos Oitis em Crato/CE, no qual desenvolve-se a iniciativa de Quintais Produtivos, geridos por mulheres da comunidade. Tal experiência é resultado do acompanhamento da ITEPS, descrita no capítulo 03 deste livro. O segundo se deu na propriedade de Dona Conceição, uma integrante do GESTRAF, no Distrito Estrela em Barbalha/CE, onde foi apresentada a produção de hortaliças e artesanato. As experiências trazem fortemente o protagonismo feminino, revelado no potencial produtivo e gestor das mulheres do grupo, que além de mães, donas de casa e agricultoras, se preocupam na obtenção de conhecimento para melhorar sua produção.

Após a explanação geral, serão abordadas a seguir as perspectivas e peculiaridades de cada grupo que surgiram durante as formações, assim como, as dificuldades encontradas:

### *a) O Assentamento 10 de Abril:*

Ao abordar o tema da economia solidária nos primeiros encontros de formação, percebeu-se o quanto a comunidade já tinha conhecimento sobre o assunto. Isto pôde ser

evidenciado na organização interna do grupo, no fortalecimento do sentimento comunitário, assim como na forma de mobilização adquirida na experiência da ocupação do Assentamento e nos projetos desenvolvidos anteriormente.

A comunidade se mostrou aberta e interessada a respeito do tema, opinando, fazendo críticas e dando sugestões. Além disso, observou-se nas visitas a necessidade de se trabalhar também com os demais grupos (jovens e homens agricultores), no sentido de proporcionar para além do protagonismo feminino, a desconstrução do machismo através dos homens e da juventude.

Foram realizadas três visitas de aproximação e planejamento com a comunidade, porém só foi possível realizar a abordagem de um módulo. Além da disponibilidade da comunidade acontecer somente aos fins de semana, a logística - no que diz respeito à disponibilidade de meios de transporte - foi comprometida devido a descompassos na gestão dos veículos destinados a tal fim, o que contribuiu para não continuidade da formação com este grupo.

O módulo 01 foi dividido em duas etapas/temas, sendo o primeiro “Economia Criativa: memória e expressões culturais”, onde foi realizado uma roda de escuta sobre a história da comunidade. Dispostas em círculo, com objetos que dialogavam com suas realidades no centro, cada pessoa, ao escolher um objeto e tomá-lo nas mãos, detinha o poder de fala, sendo possível contar sua história e sua ligação com o lugar. Tratou-se de um momento rico e emocionante de resgate de memórias e sentimentos.

O segundo tema “Economia Solidária: conceito, princípios e perspectivas” foi abordado através de metodologias alternativas, que de acordo com Almeida (1985), estimulam à intuição, à sensibilidade, à imaginação, à afetividade, ao lado do julgamento, do senso crítico, da reflexão, que permitem a aproximação das verdades globais e criam a riqueza verdadeira dos contatos e das trocas.

*b) A Associação das Mulheres da Macaúba:*

A etapa de conhecer e acompanhar os grupos são de suma importância, uma vez que se pode enxergar problemáticas que algumas vezes os próprios integrantes ainda não tenham percebido. Nesse contexto, a Associação de Mulheres do sítio Macaúba apresentou alguns pontos que necessitavam de certa atenção: o grupo encontrava-se desmobilizado e desmotivado; a comunidade não participava das atividades; existiam falhas na administração burocrática e na gestão dos equipamentos e outros bens da Associação, além de conflitos internos relacionados à questões pessoais e gerenciais.

Ao perceber tais fatores, ficou evidente que não era possível abordar as temáticas de economia solidária e gestão social enquanto o grupo estivesse passando por esses problemas. Nesse sentido, optamos por desenvolver ações de mobilização do grupo e da comunidade. Com a proposta inicial de formações com o grupo tendo sido descartada, optou-se por desenvolver outra prática que pudesse minimamente auxiliar o grupo da associação e da comunidade a dialogar.

Desse modo, foi pensado um encontro intitulado “Café Solidário do Sítio Macaúba”, contando com a participação das associadas e comunidade, em torno de um café para discutir a importância da associação e compromisso grupal para resolução de conflitos. De fato, as mulheres puderam discutir abertamente os anseios, desmotivações, e falhas da gestão da associação, resultando num momento de desabafo e observação do cenário que a entidade se encontrava.

**Figura 1: Café solidário com as mulheres do Sítio Macaúba.**



Fonte: Acervo fotográfico dos autores, 2018.

*c) O Grupo Economia Solidária e Turismo Rural da Agricultura Familiar – GESTRAF.*

Tendo em vista a realização de formações relacionadas a temas diversos pelo grupo já apoiadas pelo Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Barbalha – CE, o percurso formativo se deu de maneira dinâmica, alternando e somando as duas perspectivas de cursos, ou seja, a do projeto aqui relatado e a do sindicato.

Por consequência da abertura do grupo e identificação com o projeto, as visitas de formação com a GESTRAF ocorreram semanalmente, dentro do calendário de formações que o grupo já possuía anteriormente.

**Figura 2: Formações e acompanhamento às feiras do GESTRAF**



Fonte: Acervo fotográfico dos autores, 2018

Outrossim, outro objetivo do eixo formativo foi o apoio a instituições integrantes do Território da Cidadania do Cariri<sup>5</sup>. Dessa forma foram realizadas também duas formações sobre Protagonismo Feminino e Violência contra a Mulher, em conjunto com a Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Ceará (FETRAECE), com o Instituto Flor do Piqui, e com Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Barbalha – Ce. Tais momentos se deram em concomitância com a Campanha do Março Lilás, mês de homenagem à luta feminista e dos movimentos de mulheres.

Neste grupo, as formações se concretizaram com melhor desempenho, além de incluir um fator importante: as mulheres que estavam atuantes na Associação de Mulheres do Sítio Macaúba (citada anteriormente) eram também integrantes do grupo GESTRAF.

Devido aos participantes já apresentarem domínio sobre o tema da economia solidária, foi possível trabalhar com metodologias alternativas como cine debate, intercâmbios, rodas de conversa, teatro etc., além de proporcionar o diálogo também entre os demais grupos acompanhados pela ITEPS.

### **5.3. DESAFIOS NO PERCURSO**

Os principais desafios se deram na dificuldade da execução do projeto conforme o seu planejamento inicial. Como exposto, apenas uma das três comunidades em questão foi contemplada sem percalços pela formação.

---

<sup>5</sup> O Territórios da Cidadania foi uma estratégia de desenvolvimento regional sustentável e garantia de direitos sociais voltado às regiões do país que mais precisam, com objetivo de levar o desenvolvimento econômico e universalizar os programas básicos de cidadania (BRASIL, 2008).

Dentre as dificuldades encontradas na execução das atividades, a falta de transporte foi a maior. A mobilidade para o local foi efetuada por meio dos transportes disponibilizados pela UFCA, porém, frente a agenda de toda universidade não pudemos fazer uso adequado deste serviço. A dificuldade deste acesso foi especialmente agravada nas situações de imprevistos que geraram mudança de horários e datas.

Ademais, a inconstância em relação ao programado para a execução do projeto desestabilizou alguns membros da equipe, de forma que a própria equipe técnica precisou alterar sua configuração algumas vezes. Compreende-se que é algo comum e possível de se acontecer em projetos, inclusive sob a determinação do tempo de execução que pode se estender ou reduzir-se, a depender da disponibilidade dos grupos atendidos.

O resultado observado deste ponto é que, apesar do projeto ter sido formulado com certo período de antecedência, os imprevistos não puderam ser resolvidos por meio de outras estratégias. Assim, torna-se necessário evidenciar que a execução de um projeto deve estar amparada em alternativas para além do traçado inicialmente, e que isto foi observado como avaliação de melhoria para próximas intervenções.

#### 5.4. AVALIAÇÃO DO PROCESSO FORMATIVO

As etapas relacionadas ao monitoramento e avaliação foram também pensadas sob a perspectiva da gestão social e da economia solidária, ou seja, com a participação dos envolvidos. No monitoramento desenvolvido de forma participativa, ocorre o reconhecimento do papel central que tem a população local, através de seu conhecimento, sua cultura, seus costumes, etc. Isto aumenta a capacidade de registrar e analisar de forma correta as condições locais e a intervenção dos atores durante todo o desenvolvimento das ações (BARBOSA, 2001).

De acordo com Jannuzzi (2014), no campo da gestão social a avaliação se refere ao conjunto de procedimentos técnicos utilizados para produzir informação e conhecimento para o desenho, implementação e validação de programas e projetos sociais, de acordo com o ciclo de maturidade do objeto avaliado.

Assim, o momento avaliativo se deu através de uma roda de conversa, norteadas por temas-chave, onde os participantes do grupo GESTRAF (único grupo que realizou a formação até o final) puderam falar abertamente.

A avaliação buscou levantar elementos sobre os mediadores, metodologias, conteúdos abordados, e formação como todo, sendo então apontadas as seguintes

questões: a) aplicação da formação nas práticas do grupo; b) importância da construção coletiva; e c) aspectos subjetivos, descritos abaixo através de recortes de falas gravadas no momento avaliativo. Destarte, considerando os elementos subjetivos e afetivos do grupo, os sujeitos estão identificados sob o substantivo “semente”, termo constantemente apontado ao longo do percurso formativo.

Semente 1, diz que *“as temáticas foram muito boas, foram discutidas em grupo, e faz parte do nosso trabalho, então as temáticas foram de acordo com nossas demandas, acredito que contemplou o que a gente esperava”*. Semente 3 complementa esse pensamento quando revela *“eu cresci muito como pessoa, eu acho que aprendi muito, fiz muitas amizades”*. Assim como semente 5 destaca, *“a gente já tinha a formação do grupo e o NEDET só veio só dar um toque especial na nossa formação, por que a gente tava (sic) na formação que era ministrada por nós enquanto grupo, aí veio o saber acadêmico, que veio a acrescentar muita coisa”*.

Com já mencionado anteriormente, um dos princípios seguidos no planejamento e execução do percurso formativo foi a dialogicidade e a construção coletiva, que proporcionaram além da aproximação com outros atores externos, a interação em rede, exposta na fala de Semente 1: *“nós estamos em rede, vamos lembrar disso, cada um é um ponto, é um nó, ou seja, não se desfaz com facilidade”*. Semente 5 também demonstra essa percepção na sua fala:

“Vocês fizeram uma coisa muito bonita no nosso grupo, nesse ano, essa aproximação, promoveu alguns intercâmbios que nos levou a outras comunidades também, fez essa aproximação acadêmica que a gente até então não tinha, a gente não saía pra dentro das universidades, promoveu essa aproximação entre o agricultor e o acadêmico, teve essa ligação e essa ligação é muito importante” (Semente 5, 2019).

Quando se trata de interações sociais, Veronese (2009) afirma que elas só podem ser compreendidas através de uma aproximação complexa, pois nenhum campo disciplinar dá conta, sozinho, de objetos multidimensionais tais como o sujeito em interação e o trabalho, portanto, as dimensões objetiva e subjetiva envolvidas na divisão e gestão do trabalho precisam ser consideradas de forma dialética, não dicotômica.

Tendo isso em vista, muitos fatores subjetivos foram demonstrados pelos participantes da formação. Semente 2 demonstra esse aspecto quando diz: *“eu sempre admiro as pessoas que se dedicam, que fazem parte, né? Porque é como nós falamos, nós não estamos nos reunindo nas sextas e nos sábados por conta de um poder aquisitivo, é por conta dessa amizade”*. As expressões afetivas são parte impulsionadoras do grupo,

pois a economia solidária para além da prática é também uma causa, que por si só não exclui do processo os sentimentos de amor, amizade, e solidariedade que conecta esses grupos. Semente 4, evidencia tal característica ao dizer:

“Nós todos temos que ser como essa planta, oh: nascer, germinar, crescer e espalhar nossos galhos e nosso amor. Esses galhos é como o amor, que nós tem que espalhar onde a gente for. Eu sem vocês sou uma planta sem raiz” (sic) (Semente 4, 2019).

Nesse sentido, tais relatos evidenciam o potencial emancipatório e libertário das práticas de economia solidária e gestão social, que frente ao sistema capitalista constroem um novo mundo, onde a felicidade das pessoas é o ponto central desta economia. Foi possível evidenciar a importância da economia solidária para o grupo, e o quanto os processos formativos contribuem para o fortalecimento de sua autonomia.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto de Formação em Economia Solidária viabilizou acrescer conhecimentos e trocas de saberes a trabalhadoras e trabalhadores desse campo. Além disso, foi observada a importância da valorização de saberes dentro do diálogo, pois como característica central dos processos, o respeito e oportunidade de fala permitiu a todos e todas a participação dentro da formação, que uniu o conhecimento técnico e filosófico da universidade com o conhecimento da realidade do trabalho e da comunidade.

A modificação de planejamento no meio do percurso é observada quanto variável incontrolada da intervenção, mediante a ação com grupos de pessoas diversas e de funcionamento também diversificado. Todavia, a falta de recurso e acompanhamento da atividade com dois dos grupos programados, poderia ter como sugestão de resolução, abertura no projeto para inclusão de mais apoiadores, buscando assim, possíveis parceiros como órgãos públicos e sociais, e não apenas a Universidade em questão.

Ademais, uma das grandes dificuldades da economia solidária é a falta de conteúdos e estratégias efetivas que possam facilitar a aprendizagem das trabalhadoras/es acerca também do fator econômico, pois ainda que com Políticas Públicas elaboradas para essa área, os empreendimentos contam sua sobrevivência com base nos apoios e na militância de uma economia mais justa e inclusiva. Ao mesmo tempo, precisam competir

com o comércio capitalista que já é fundado em um referencial repleto de inovações. Desse modo, as intervenções do campo acadêmico nesse meio denotam forte impacto tendo em vista que a aprendizagem sobre o trabalho e como viabilizar melhores oportunidades ampliam as estratégias desses grupos.

É constatável também que o maior ganho para o grupo se dá no âmbito de desenvolvimento social e individual. Isto partindo-se da realidade que por meio do trabalho, os participantes vivenciam um espaço democrático e utilizam seus saberes, até então negligenciados, em uma atividade produtiva, tendo assim reconhecimento não apenas no aspecto profissional, mas de sujeitos de transformação.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. M. V. *Metodologia Alternativa para a Prática de Ensino*. Revista Educar, v. 4, n. 1, p. 93 a 107, jan./ jun. Curitiba, 1985.

BARBOSA, R. M. *Monitoramento e Avaliação de Projetos Sociais*. Especialização. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2001.

BRASIL, Escola de Cidadania – CAMP. *Educação Popular e Economia Solidária*. Porto Alegre, julho de 2017.

BRASIL, Ministério do Trabalho e Emprego- MTE. Secretaria Nacional de Economia Solidária. Fórum Brasileiro de Economia Solidária - Grupo de trabalho de Formação em Economia Solidária. *Relatório Final da II Oficina Nacional de Formação/Educação em Economia Solidária*. Brasília, 2007.

BRASIL, Governo Federal. *Territórios da Cidadania*. Brasília, 2008.

CANÇADO, A. C; PEREIRA, J. R. *Gestão Social de Cooperativas*. 1 ed. Curitiba: Appris, 2018.

CRUZ, A; GUERRA, J. S. In: HERBERT, S. *et al. Participação e práticas educativas - a construção coletiva do conhecimento*. São Leopoldo: Oikós, 2009. p. 90-105.

DIAS, R. B. *Princípios da Educação Popular*. Escola de Cidadania (Org). Cartilha Educação Popular e Economia Solidária. Porto Alegre, 2017, p. 29-41.

ELY, H. B. *Estratégias Metodológicas*. Escola de Cidadania (Org). Cartilha Educação Popular e Economia Solidária. Porto Alegre, 2017, p. 41-56.



FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

GAIGER, L. I. *A Economia Solidária e o Projeto de Outra Mundialização*. Revista de Ciências Sociais, v. 47, n. 4, 2004, p.. 799-834.

GUARESCHI, P. A.; VERONESE, M. V. *Porque trabalhar com economia solidária na Psicologia Social*. Revista Psico, Porto Alegre, v. 40, n. 1, p. 94-101, Rio de Janeiro, 2009.

HELK, S. *História da Educação Popular*. Escola de Cidadania (Org). Cartilha Educação Popular e Economia Solidária. Porto Alegre, 2017, p. 13-29.

JANNUZZI, P. Avaliação. In: BOULLOSA, R. F. (org.). *Dicionário para a formação em gestão social*. Salvador: CIAGS/UFBA, 2014. p. 24-27.

MARTINS, F. C. G.; FLORENCIO, V. R. C.; CHAVES, F. M.; BRITO, F. C. A *Pedagogia do Oprimido e a Práxis Pedagógica Libertadora de Paulo Freire*. XXII Semana de Educação da Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2015.

MEDEIROS, A. C. *Economia Solidária e Desenvolvimento Local: A Prática dos Empreendimentos Econômicos e Solidários na Região do Cariri Cearense*. Trabalho de Conclusão do Curso. Graduação em Administração da Universidade Federal do Cariri. 2011.

PORTO, P. A. C.; OPUSZKA, P. R. *Economia solidária, seus princípios e sua extensão*. Revista Unicuitiba, v. 1, n. 42, p. 422- 440, 2016.

SILVA, J. J. *Caldeirão e Assentamento 10 de Abril – Passado e Presente na luta por terra no Cariri Cearense*. Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2010.

SINGER, P. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2002.

VERONESE, M. V. *Psicologia social e economia solidária*. São Paulo: Ideias e Letras, 2007.

VERONESE, M. V.; GUARECHI, P. *Possibilidades solidárias e emancipatórias do trabalho: campo fértil para a prática da psicologia Social Crítica*: Revista Psicologia & Sociedade, v.17, n. 2, p. 58-69, 2005.

VERONESE, M. V. *Subjetividade, trabalho e economia solidária*. Revista Crítica de Ciências Sociais [Online], 84 | 2009, colocado online no dia 01 dezembro 2012. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/rccs/416>>. Acesso em: 19 abril 2019.

# CAPÍTULO VI

## ESCOLA CARIRIENSE DE PERMACULTURA - ESCAPE: UMA EXPERIÊNCIA COLABORATIVA DE FORMAÇÃO EM PERMACULTURA NO CARIRI CEARENSE.

Paulo Eduardo Rolim Campos<sup>1</sup>  
Luciana Melo de Medeiros Rolim Campos<sup>2</sup>  
Marcelo Casimiro Cavalcante<sup>3</sup>

### 1. INTRODUÇÃO

Situado na bioregião da Chapada do Araripe, numa porção mais provida de recursos hídricos, está o Vale do Cariri. Favorecido pelas suas condições geo-ambientais, as águas da maioria das nascentes que brotam nas encostas da chapada desaguam neste vale, proporcionando o surgimento de um verdadeiro oásis em meio ao sertão cearense. Este território faz parte do imaginário popular e é palco de intensas práticas sociais formadoras da identidade deste povo. Com uma relação tão íntima, construída ao longo do tempo, foi sendo produzido um volume expressivo de conhecimento, constituído ancestralmente, fruto da vivência das populações que aqui vivem e viveram. Nesse contexto, a Permacultura encontrou terreno fértil, fomentada por indivíduos e coletivos, por organizações públicas e privadas.

No período entre 2016/2018, realizou-se o Curso de Especialização em Permacultura ofertado pela Universidade Federal do Cariri. Este curso, além de promover a formação de Especialistas em Permacultura, concedendo uma chancela acadêmica,

---

<sup>1</sup> Licenciado em Geografia e especialista em Arqueologia Social Inclusiva pela Universidade Regional do Cariri – URCA, especialista em Permacultura e Mestre em Desenvolvimento Regional Sustentável pela Universidade Federal do Cariri - UFCA. Doutorando em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial pela Universidade do Estado da Bahia - UNEB.

<sup>2</sup> Gestora social e mestranda em Desenvolvimento Regional Sustentável pela Universidade Federal do Cariri - UFCA.

<sup>3</sup> Graduado, mestre e doutor em Zootecnia pela Universidade Federal do Ceará - UFC.

também prestou-se à articulação política da Permacultura na região. Uma vez que foi integralmente realizado com o apoio de permacultores, entusiastas e organizações que já atuam na região há alguns anos. Percebe-se que o curso também funcionou como aglutinador dos vários atores da cena permacultural que se encontravam dispersos na Região do Cariri.

Fruto dessa aglutinação, a partir do ano de 2017, parte desses atores deflagrou de maneira processual a implantação da Escola Cariense de Permacultura - ESCAPE, escola essa que vem atuando no intuito de democratizar ainda mais a formação em Permacultura. Além disso, atua na articulação conjunta com outros atores visando uma consolidação da Permacultura como indutora do um processo de gestão territorial ambientalmente responsável e socialmente justa.

Dito isso, o presente trabalho teve o objetivo de relatar a experiência de cocriação, correalização e cogestão de um processo pedagógico que foi deflagrado a partir da convergência dos permacultores que compõem a ESCAPE. Estes uniram-se e somaram esforços para a realização anual do Curso de Design em Permacultura, o PDC do Cariri (Ver figura nº 1).

Figura 1 - Cartaz PDC do Cariri - Edições 2017 e 2018



Fonte: ESCAPE

## 2. O CONTEXTO

Na região que compreende o Cariri cearense, concentram-se inúmeros registros de povos nômades que aqui passaram; dada abundância de água e alimento, acredita-se que migravam de várias partes do sertão em épocas de estiagem. Estas condicionantes geo-ambientais proporcionaram um terreno fértil para que, durante o período da colonização, houvesse a incorporação deste território aos ciclos econômicos da cana-de-açúcar e do gado. Nesse processo, elementos culturais dos povos europeus e africanos foram incorporados à cultura dos habitantes que aqui viviam.

No início do século XX, devido à figura de Padre Cícero, a região passa a atrair grandes levas de romeiros vindos de diversos lugares e, por conseguinte, passam a ocupar terras na Chapada do Araripe, como relata Gonçalves (2008)

Os primeiros anos, de 1910 a 1930, foram atravessados com muitas dificuldades, amenizadas à medida que desenvolviam o aprendizado de convivência com o novo ambiente, observando a natureza do lugar e conhecendo as espécies da fauna e da flora. Além, é claro, de observarem os conselhos do Padre Santo. (GONÇALVES, 2008, p.90)

Assim, forjou-se este caldeirão cultural que a partir dessa confluência étnica construída historicamente e pela interação com uma rica biodiversidade, construiu-se um legado cultural inalienável e vital para uma convivência harmônica com a Bioregião da Chapada do Araripe.

A região está equidistante da maioria das capitais nordestinas. Em média são 550 km de Fortaleza, Natal, João Pessoa, Recife, Teresina e Maceió, estando um pouco mais distante de São Luís, Aracaju e Salvador. Neste meio estão cidades em pleno desenvolvimento do interior do Nordeste como Mossoró/RN, Campina Grande/PB, Caruaru/PE, Petrolina/PE, Garanhuns/PE, Arapiraca/AL, Paulo Afonso/BA e Feira de Santana/BA.

## 3. REFERENCIAL TEÓRICO

A ESCAPE desenvolve seu trabalho tendo como base os conceitos da Permacultura, Educação Biocêntrica e Alfabetização Ecológica.

### 3.1. PERMACULTURA

O arcabouço teórico-conceitual que baliza as práticas, as pesquisas e as reflexões permeia em torno da Permacultura. Isto se dá numa perspectiva de que a partir do exercício de uma coerência existencial, pautada na sua ética, dando origem a uma metodologia de planejamento ambiental possa vir a contribuir no manejo sustentável dos territórios.

A Permacultura é um conceito prático que pode ser aplicado tanto no campo como na cidade. Seus princípios estimulam a criação de ambientes sustentáveis produtivos, ricos em alimentos, energia, abrigos e outras necessidades, o que inclui infraestrutura social e econômica. O conceito foi desenvolvido nos anos 70 por Bill Mollison e David Holmgren e originou-se da fusão dos termos Agricultura + Permanente. Inicialmente a Permacultura dedicou esforços ao planejamento de ecossistemas agrícolas produtivos no sentido de permitir estabilidade, diversidade e flexibilidade aos mesmos, à semelhança dos ecossistemas naturais. Pouco a pouco o conceito foi sendo ampliado e aplicado a todos os ramos da atividade humana passando a ter o caráter de Cultura permanente.

A Permacultura é uma síntese das práticas e sabedorias tradicionais com ideias inovadoras. Assim, unindo o conhecimento secular às descobertas da ciência moderna, proporciona ao desenvolvimento integrado de assentamentos humanos, neutralizando ou impactando positivamente o espaço manejado.

Segundo Soares (1998), este é um sistema holístico de planejamento que ocorre através do desenho da propriedade considerando todas as influências e os inter-relacionamentos que ocorrem entre os elementos de um sistema.

O projeto permacultural envolve o planejamento, a implantação e a manutenção conscientes de ecossistemas produtivos que tenham a diversidade, a estabilidade e a resistência dos ecossistemas naturais. Ele resulta na integração harmoniosa entre as pessoas e a paisagem, provendo, alimentação, energia e habitação, entre outras necessidades materiais e não materiais, de forma sustentável. (SOARES, 1998, p.2)

Além disso, a Permacultura proporciona conhecimentos para o aproveitamento de todos os recursos (energias) utilizando a maior quantidade possível de funções em cada um dos elementos de uma dada paisagem, com seus múltiplos usos no tempo e no espaço. O excesso ou descarte produzido por plantas, animais e atividades humanas são criteriosamente utilizados para beneficiarem outros elementos do sistema, aumentando assim, as relações dentro do sistema.

A prática da Permacultura está pautada em uma ética que exige um repensar de hábitos e valores, em geral. Os pontos fundamentais (princípios éticos) estão baseados no tripé: Cuidado com a Terra, Cuidado com as Pessoas e Partilha Justa dos Excedentes.

É importante salientar que, na atualidade, a metodologia, práticas e ações da Permacultura são evidenciadas quando do fomento de políticas públicas voltadas para a qualidade de vida e dos ecossistemas. Em dezembro de 2009, aconteceu em Brasília a 1ª Conferência Nacional de Saúde Ambiental. Em seus resultados e recomendações gerais, a Permacultura aparece como ação estratégica prioritária:

Ação estratégica 1.1 - Executar políticas públicas de incentivo a Permacultura, como método de desenvolvimento urbano e rural, incentivando a utilização de energias limpas, o aproveitamento de água de chuvas, programa de uso múltiplos das águas e combate ao desperdício. (BRASIL, 2010, p. 12)

Assim sugerimos a adoção da ética, dos conceitos e das práticas adotadas pela Permacultura, visando um desenvolvimento territorial sustentável.

### **3.2. EDUCAÇÃO BIOCÊNTRICA**

Também dar-se-á a devida importância para a Educação Biocêntrica, já que esta tem como base o Princípio Biocêntrico, aquele que tem como o centro a vida, alinhando-se com o que a Permacultura traz em sua ética. Assim, a Educação Biocêntrica, também se apresenta como imprescindível em nosso trabalho, já que de acordo com Cavalcante (2008). “A Educação Biocêntrica propõe de forma teórica - prática uma nova concepção de aprendizagem quer seja nas escolas, nas universidades, nas ruas, nos locais de trabalho, na família e/ou com os amigos.” (Ibidem, p.97).

A Educação Biocêntrica é um tanto dinâmica, estando em constante processo de criação e recriação, não podendo ser apresentada enquanto teoria finalizada. Esta vem recebendo contribuições teóricas de diversas áreas das ciências.

### **3.3. ALFABETIZAÇÃO ECOLÓGICA**

A Alfabetização Ecológica é uma concepção que facilita o entendimento do mundo natural, por ensinar os princípios básicos da ecologia e, com eles, um profundo respeito pela natureza viva, através de uma abordagem multidisciplinar baseada na experiência e na participação, como podemos ver em Capra (2006):

A compreensão sistêmica da vida que hoje está assumindo a vanguarda da ciência baseia-se na compreensão de três fenômenos básicos: o padrão básico de organização da vida é o da rede ou da teia; a matéria percorre ciclicamente a teia da vida; todos os ciclos ecológicos são sustentados pelo fluxo constante de energia proveniente do sol. Esses três fenômenos básicos são exatamente os fenômenos que as crianças vivenciam, exploram e entendem por meio de experiências diretas com o mundo natural. (CAPRA, 2006, p.14)

O envolvimento de crianças nesse processo é fundamental para o sucesso em longo prazo dos esforços para a sustentabilidade. Assim, o sujeito passa a compreender que é parte integrante da teia da vida proporcionando um senso de pertencimento, ponto fundamental para o sucesso dos esforços em busca da sustentabilidade.

A Alfabetização Ecológica constrói-se pautada no sentido de explorar, que gera descobertas, oriundas da curiosidade inerente ao ser humano, com metodologias que revelam a natureza por meio das ciências, da literatura, da escrita e das artes.

Dentre as diversas possibilidades metodológicas no ensino, destaca-se a criação e manutenção de sistemas ecológicos. Isto estimula tanto o entendimento intelectual da ecologia como a criação de vínculos emocionais com a natureza, pois o contato com a Mãe Terra passa ser cotidiano, próximo, natural.

#### 3.4.0 QUE É UM PDC?

O *Permaculture Design Course* - PDC (Curso de Design em Permacultura) é um curso cujos conteúdos foram desenvolvidos e sistematizados por Bill Mollison para ensinar os princípios aplicados ao design permacultural. Na publicação *Syllabus Permaculture Design Course Handbook*, o autor nos apresenta todo o ementário que deve balizar um curso de formação de permacultores. Mollison (1985) também sugere uma carga horária mínima de 72h, com obrigatoriedade de 100% de presença, além da obrigatoriedade de se elaborar e apresentar o design como atividade final.

É de bom grado que estes conteúdos sejam sempre contextualizados, ressignificados e concatenados com a realidade de onde o curso esteja acontecendo. Assim é muito comum a aplicação de distintas metodologias, contando que os conteúdos devam ser salvaguardados, como é preconizado pela educadora e permacultora Suzana Maringoni:

Com metodologias distintas, dependendo do facilitador, este curso tem uma carga intensa de conteúdos, com muitas aulas teóricas, numa jornada puxada-afinal, são 9 dias! Em alguns lugares e contextos, se prefere fazer em 2 semanas, de 5 e 5 dias, com agricultores, em geral, se divide em 3 blocos, já

que para um agricultor se ausentar da propriedade 9 dias é impossível. Hoje já se propõe uma ampliação desta carga horária.

No repensar constante que faz parte da função de educador, trazemos para o PDC metodologias e questões de didática, dialogando com educadores como Paulo Freire, Edgar Morin, Fernando Hernández e outros. Assim, cada PDC leva em conta o contexto, o grupo e como possibilitar a estes sujeitos uma maior apropriação destas ferramentas. (MARINGONI, 2012, n.p.)

Faz-se necessário explicitar que PDC é uma sigla em inglês *Permaculture Design Course*, ou seja, Curso de Design em Permacultura. Algumas organizações dão outra tradução para o PDC, e nomeiam seus cursos de Permacultura, Design e Consultoria para manter as mesmas iniciais da sigla PDC. Destaca-se que a nomenclatura internacional PDC se refere a Curso de Design em Permacultura, o qual segue o currículo padrão em todo o mundo, como se vê no Quadro 1:

**Quadro 1 - Índice do Syllabus - estrutura básica de um PDC.**

Parte 1 – Design em Permacultura	<ul style="list-style-type: none"> <li>6 Introdução</li> <li>7 Princípio dos sistemas naturais</li> <li>8 Metodologias de design</li> <li>9 Padrão no design</li> <li>10 Perfil clássico da paisagem</li> <li>11 Solos</li> <li>12 Design para catástrofes</li> <li>13 Prédios e estruturas</li> <li>14 Tecnologia de conservação de energias apropriadas</li> <li>15 Florestas e árvores</li> <li>16 A água na paisagem</li> <li>17 A ecologia cultivada</li> <li>18 Aquacultura e Maricultura</li> <li>19 Disposição das sobras e reciclagem</li> <li>20 Gerenciamento da vida selvagem</li> <li>21 Sementes e estufas</li> </ul>
Parte 2 – As estruturas invisíveis do assentamento	<ul style="list-style-type: none"> <li>3- Reciclagem na comunidade</li> <li>4- Economia informal / formal</li> <li>5- Acesso à terra e sistemas urbanos</li> <li>6- Formas Legais</li> <li>7- Desenvolvimentos da vila</li> <li>8- Comércio</li> <li>9- Como os “trainees” em Permacultura operam</li> </ul>

Fonte: MOLLISON et al, 1985.

## 4. DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

Tratos culturais referem-se ao conjunto de práticas agrícolas de manejo que permitem que um agrossistema expresse a sua máxima vitalidade. Assim, achou-se por



bem fazer uma analogia com tais práticas, para retratar como vem sendo manejado o processo de realização anual do PDC do Cariri.

#### 4.1. PREPARANDO O SOLO

Esse processo formativo surgiu a partir de uma dupla demanda fruto da movimentação e articulação de permacultores do/no Cariri: de um lado, um grande número de pessoas que anseiam por conhecer novas práticas direcionadas para a mudança social a partir de uma ética ecológica, e de outro, o interesse de um grupo de professores em partilhar o excedente de conhecimento, bem como sua disponibilidade em efetivá-lo. Estas duas demandas são, de fato, a base da constituição dessa experiência em torno da Permacultura.

Esta sinergia findou com a publicação da chamada pública que teve como objetivo facilitar o processo de formação em Permacultura que recebeu o nome de Círculos de Aprendizagem em Permacultura – PDC do Cariri.

Foi proposto e analisado coletivamente o ementário do *Syllabus Permaculture Design Course Handbook* (1985), objetivando indicar ações a serem incorporadas promovendo uma contextualização do currículo, visando uma aplicação prática do conhecimento.

Ainda quando da concepção do curso, passamos a fazer um trocadilho com a sigla PDC, e atribuindo o seu significado para Permacultura do Cariri, uma vez que a ESCAPE se coloca enquanto uma escola conceitual e não uma escola física, fazendo jus à genuinidade do curso, sendo este pensado e executado integralmente por permacultores que têm o Cariri como a base de suas ações.

Todo o processo foi fruto de uma ação coletiva. É oportuno evidenciar que tal experiência promoveu uma articulação em rede, congregando pessoas da região que desenvolvem ações pautadas na ética da permacultura, porém contou com a parceria de algumas outras organizações (Maloca Escola de Permacultura, Morada da Jurema, Mirawê, Associação de Moradores do Baixio das Palmeiras, Escola Pública Municipal Arlindo Mathias, IFCE-Campus Crato).

## 4.2.CULTIVANDO AS PESSOAS

Os Círculos de Aprendizagem em Permacultura – PDC do Cariri ocorreram de maneira processual, o currículo contextualizado foi vivenciado através de práticas ecopedagógicas, interdisciplinares e transversais à rotina de aprendizagem. Para isso ocorreram atividades de sensibilização dos educandos acerca de um fazer pedagógico vivenciado sob a ótica do paradigma Biocêntrico.

**Figura 2 - Abertura da PDC – Cariri 2017 no Espaço Horta, Amor e Arte/IFCE.**



Fonte: Escape.

Todo o processo se deu de maneira colaborativa, onde são desenhados, planejados e desenvolvidos ecossistemas pedagógicos através de atividades práticas e teóricas, buscando manejá-los, integrando ao processo de ensino, bem como às condições e contexto dos espaços vivenciados por ocasião de cada módulo.

## 4.3.ACORDO DE CONVIVÊNCIA

Sempre aos primeiros encontros de cada formação os acordos de convivência foram estabelecidos coletivamente, visando à promoção de uma ambiência harmônica ao longo de todo o processo. Para tanto, é estimulada a adesão dos educandos a cogestão do curso por meio de exercício de alguns papéis, a exemplo da figura do Guardião. A cada novo encontro há uma rotatividade das pessoas que exercem os diferentes papéis:

Guardiã(o) da Palavra, Guardiã(o) da Memória, Guardiã(o) do Tempo, Guardiã(o) da Limpeza e a(o) Guardiã(o) do Cuidado, estes detêm as respectivas funções:

- Guardiã(o) da Palavra – responsável por facilitar e mediar à fala do e no grupo;
- Guardiã(o) da Memória – responsável por trazer a memória do processo nos momentos em que se fizeram necessário;
- Guardiã(o) do Tempo – responsável pelo cumprimento dos horários estabelecidos;
- Guardiã(o) da Limpeza – responsável pela zeladoria dos espaços ocupados;
- Guardiã(o) do Cuidado – responsável por promover momentos de cuidados entre todo o grupo.

Sendo a atividade fruto de uma gestão compartilhada, este teve seu custo rateado entre todos os atores do processo, transformando os participantes que se encontravam na posição de beneficiários passivos à realizadores ativos, fazendo com que a atividade funcionasse completamente gratuita graças ao esforço conjunto destas pessoas e organizações, aplicando-se aí um dos princípio da permacultura preconizados por Holmgren (2007, p.20) onde diz *Muitas mãos tornam o fardo mais leve*.

#### 4.4. SEMEANDO OS SABERES

A formação dos grupos foi fruto da mais genuína convergência de atores sociais. Os grupos eram compostos por indivíduos oriundos das mais diversas paragens, entre eles estavam agricultores, estudantes e professores de vários níveis, artistas, terapeutas e profissionais liberais. Isso resultou nas mais profícuas partilhas, envolvendo conhecimentos múltiplos, trocas diversas, propiciando uma legítima Ecologia de Saberes.

As formações consistiram basicamente na mediação de processos reflexivos - vivenciais com os educandos, com a finalidade de sensibilizá-los para o processo que está em curso no Planeta Terra. Vale ressaltar ainda que todo o processo procurou apresentar diversos elementos de inovação que se dão tanto em termos da proposta de organização curricular e estratégias pedagógicas, que envolveu uma concepção de teoria-prática integrada organicamente em todos os momentos, além do forte envolvimento dos próprios beneficiados na cogestão, evidenciando aí os preceitos da Gestão Social.

Tentamos na medida do possível aplicar o conceito da Permacultura na realização do próprio curso, pois o próprio David Holmgren (2007), quando da publicação de novas

reflexões em torno da evolução do conceito de Permacultura, sugere outros campos de aplicação do Design Permacultural, a exemplo das organizações humanas.

A Flor do Sistema de Design da Permacultura mostra as áreas chave que requerem transformação para a criação de uma cultura sustentável. Historicamente, a permacultura tem o focalizado Manejo da Natureza e da Terra, não apenas como uma fonte, mas também como uma aplicação de princípios éticos e de design. Esses princípios estão sendo aplicados agora em outras esferas de ação, voltadas a recursos físicos e energéticos, assim como a organizações humanas (frequentemente chamado de estruturas invisíveis nos ensinamentos da permacultura). (HOLMGREN, 2007, p.3)

São usados como recursos didáticos as áreas manejadas e naturais (ver Figura 3) dos espaços anfitriões, computador, projetor digital, aparelha de som, papel madeira, cartolina, giz de cera, rede de internet com suas inúmeras possibilidades, ferramentas manuais e materiais construtivos diversos.

**Figura 3 - Aprendendo com a Natureza: vivência no Baixo das Palmeiras (Crato-CE), durante o PDC 2017.**



Fonte: ESCAPE, 2017

Uma parcela de todos os encontros visava o acompanhamento e orientação acerca do processo de elaboração do Design Permacultural, já que a realização de um Curso de Design em Permacultura tem como objetivo principal dotar os estudantes de competências para redesenhar e planejar o seu espaço dentro de uma perspectiva da ecologia cultivada.



## 4.5. COLHENDO OS FRUTOS

Passadas duas edições (2017/2018) do PDC do Cariri, depois de termos deflagrado esse processo vivencial-reflexivo-teórico de implantação da Escola Caririense de Permacultura, pudemos colher os primeiros frutos tangíveis e intangíveis.

No campo do tangível, temos como um dos resultados a formação de 47 novos Designers em Permacultura, assim como a implantação de alguns equipamentos nos espaços anfitriões, a exemplo de: ajuste ecológico em construções já estabelecidas e implantação de jardins comestíveis. As vivências práticas de adequação ecológica de algumas estruturas físicas dos espaços que sediaram módulos constituíram-se um verdadeiro legado (Ver Figura 4). Destaque para a segunda formação que aconteceu integralmente dentro de uma comunidade de agricultores(as) (Baixio das Palmeiras, Crato-Ce), que durante o processo abraçou e sediou a organização da 2º Convergência de Permacultura do Ceará e a 1º Convergência Centro Nordestina de Permacultura<sup>4</sup> que contou com a participação de pessoas de todo o País.

**Figura 4 - Vivência de bioconstrução e ecologia cultivada e: a) fabricação de tijolo de adobe; b) implantação de jardim comestível.**



Fonte: ESCAPE.

---

<sup>4</sup> Convergências são encontros que visam à socialização, o intercâmbio por parte dos praticantes e entusiastas da Permacultura. O objetivo maior destes encontros é compartilhar as experiências, fomentar a cooperação, divulgação e o fortalecimento conjunto de seus integrantes. Claro que abraços calorosos pelo reencontro de amigos e início de novas amizades dão a tônica de cada encontro. Estes ocorrem desde o nível global, passando pelo continental, nacional, estadual e até o micro, que são encontros de nível territorial.

Por fim, acerca dos frutos tangíveis, muito provavelmente permacultores formados nas formações ofertadas pela ESCAPE, nesse exato momento, devem estar literalmente colhendo os frutos, bem como outros alimentos, advindos dos seus agroecossistemas.

Já os frutos intangíveis, estes são imensuráveis, porque se tem aprendido bastante com o exercício de gestão coletiva vivenciado durante cada momento. A realização destas formações tem atendido plenamente ao anseio dos membros da ESCAPE de democratizar ainda mais o ensino da Permacultura por meio da oferta gratuita de um Curso de Design em Permacultura, curso esse reconhecido internacionalmente como o responsável pela formação de permacultores, sendo que tal curso nunca havia sido ofertado em nossa região.

Outros frutos intangíveis colhidos foram: o compartilhamento de experiências, o fomento a cooperação, o fortalecimento conjunto das ações dos participantes, articulação de ações, projetos e programas interinstitucionais.

#### 4.6. ANALISANDO A SAFRA

A partir do trabalho realizado pode-se perceber que há uma demanda reprimida por parte da sociedade caririense, no que concerne a realização de processos de alfabetização ecológica, que evidenciem a aplicação do conhecimento, sobretudo em relação à Permacultura.

Para fins de avaliação são levados em consideração: sínteses individuais e coletivas, a partir das distintas óticas: dos facilitadores - antes, durante e depois do processo; dos educandos – sempre ao final de cada módulo envolvendo todos os aspectos que se julgam pertinentes, bem como a elaboração do Design Permacultural (está muito mais atrelada ao processo, do que mesmo ao produto).

Um ponto importante que não se deve deixar de tocar, é que muitos dos educandos trazem consigo expectativas, a exemplo de aprenderem a cultivar o próprio alimento ou construir de maneira mais ecológica. Pode-se seguramente dizer que se trata de uma visão equivocada, uma vez que, como explicitado anteriormente o curso tem como objetivo a formação de designers em Permacultura e não de agricultores ou construtores.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O maior legado que essas formações têm deixado é a percepção por parte dos educandos sobre a infinita possibilidade de um exercício diário, de uma prática existencialmente coerente pautada em uma ética ecológica, que reverbera na efetiva constituição de um habitat sadio, íntegro e pleno, onde a biodiversidade seja reverenciada e promovida.

A constituição da Escola Caririense de Permacultura representa mais um passo na consolidação do Cariri cearense como um epicentro biorregional de fomento, promoção e formação de permacultores, já que este curso tradicionalmente impacta em locais equidistantes aproximadamente a 500 km, e em sua maioria são financeiramente inacessíveis à maioria da população.

Ficou evidente que nesta caminhada ainda temos muito a aprender e vários são os desafios para o fortalecimento da Permacultura no Cariri, mas ainda assim, essa empreitada se mostrou exitosa, fazendo-se necessário pensar nos ajustes para a realização das próximas edições do PDC do Cariri.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. *Curso de extensão em permacultura inicia atividades* (notícia), Instituto Federal do Ceará. Disponível em: <https://ifce.edu.br/crato/noticias/curso-de-extensao-em-permacultura-inicia-atividades> > Acesso em: 30 de janeiro de 2018.

CAPRA, F. (org.) *Alfabetização ecológica – a educação das crianças para um mundo sustentável*. Editora Cultrix, São Paulo, 2006.

CAVALCANTE, R. *Educação Biocêntrica: um movimento de construção dialógica*. Edições CDH, Fortaleza, 2001.

GONÇALVES, C.U. *Os Piquizeiros da Chapada do Araripe - Revista de Geografia* v.25, n.1, jan/abr /Universidade Federal do Pernambuco. Recife, 2008. Disponível em: <http://www.revista.ufpe.br/revistageografia/index.php/revista/article/viewFile/189/83> > Acesso em: 29 de janeiro de 2018.

HOLMGREN, D. *Os Fundamentos da Permacultura*. Tradução: PIERGILI, A. V. P; FREITAS, A. Austrália, 2007.

MARINGONI, S. *Afinal, o que é um curso PDC?*, Blog YvyPorã – um projeto coletivo, postado em 15 de julho de 2012. Disponível em: <https://yvypora.wordpress.com/2012/07/15/afinal-o-que-e-um-curso-pdc/> > Acesso em 10 de janeiro de 2018.

MOLLISOM, B; SLAY, R; JEEVES, A. *Syllabus - Permaculture Desing Course Handbook*, The Permaculture Institute, Austrália 1985.

SOARES, A. L. J. *Conceitos Básicos sobre Permacultura*. Programa Novas Fronteiras da Cooperação - Ministério da Agricultura e do Abastecimento, Brasília, 1998.



**PARTE II**

**AS RAÍZES FORTES DA ESPERANÇA:**

**A ECONOMIA SOLIDÁRIA NOS PROGRAMAS DE**

**PÓS-GRADUAÇÃO DA UFCA**

# CAPÍTULO VII

## O TERRITÓRIO CARIRI E AS TECNOLOGIAS SOCIAIS: ANÁLISE DE INDICADORES DE INCLUSÃO SOCIAL E PRODUTIVA E DE SUPERAÇÃO DA POBREZA A LUZ DO EXERCÍCIO DO CONTROLE SOCIAL

Clébia Mardônia Freitas Rabelo<sup>1</sup>

### 1. INTRODUÇÃO

O texto em evidência, fruto de estágio pós-doutoral realizado no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável da UFCA, cuja imersão em campo ocorreu mediante parceria com a Incubadora de Empreendimentos Populares e Solidários (Iteps). Neste sentido, a pesquisa elucida o mapeamento das tecnologias sociais de inclusão produtiva e social implantadas no território Cariri e, diante dos desafios da participação, para que se alcance o exercício do controle social, mostra as possibilidades que estas trazem para se realizar a reflexão sobre a elevação de indicadores de inclusão social e produtiva e de superação da pobreza.

O desenvolvimento territorial exige o estabelecimento de iniciativas pautadas a responder o enfrentamento de problemas relacionados à superação da pobreza. Relaciona produtos e processos econômicos em diversos níveis, condicionados a uma série de fatores sociais, políticos, econômicos e particulares aliados à injustiça e a desigual distribuição de renda e riquezas.

A pobreza atinge a diversos segmentos da sociedade e do mundo global, de forma diferenciada, desafiando as possibilidades de desenvolvimento e bem-estar que seriam

---

<sup>1</sup> Pós-doutora em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Cariri (UFCA), doutora em Educação Brasileira (UFC), Mestre em Avaliação de Políticas Públicas (UFC). Professora efetiva na UNILAB e idealizadora da INTESOL (Incubadora Tecnológica de Economia Solidária).

oferecidos a todos o que ratifica considerar outros elementos para compreendê-la e, conseqüentemente, intervir sobre a mesma.

Segundo o IPECE (2018), a análise da dinâmica do mercado de trabalho como indicador para medir os diversos aspectos econômicos e sociais de uma determinada sociedade e em determinado período do tempo é de fundamental importância. Na verdade, “o custo social que se impõe com a presença de elevadas taxas de pobreza e desigualdade em uma sociedade acaba traduzindo-se também em um expressivo custo econômico”.

Os dados são reveladores quando faz alusão à situação da economia cearense e, conseqüentemente, a economia do território Cariri. A perda expressiva de produto *per capita*, por exemplo, aliado às grandes modificações na dinâmica do mercado de trabalho, dentre outros fatores, parecem interferir no padrão socioeconômico da sociedade revalorizando o local como espaço para a integração de tecnologias sob uma perspectiva de sustentabilidade.

É nesse contexto que se inserem as tecnologias sociais como uma das iniciativas responsáveis de, aparentemente, estabelecer a resolução de problemas enfrentados pelas causas da pobreza nos territórios, visando atender as aspirações e necessidades dos atores sociais, mesmo diante do desafio da participação plena e do empoderamento.

Para aferir resultados foi realizado a análise sobre o Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM) apresentado pelo IPECE (2016) que faz o cálculo, tomando como referência grupos de indicadores e, para cada grupo de indicadores, o “índice é calculado a partir da aplicação de técnicas multivariadas de análise fatorial e do método de componentes principais”.

Para esta fonte,

Seguindo a mesma linha das edições anteriores, o processo de construção do Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM) considera um conjunto de indicadores classificados em quatro grupos socioeconômicos: Indicadores Fisiográficos, Fundiários e Agrícolas; Indicadores Demográficos e Econômicos; Indicadores de Infraestrutura de Apoio; e Indicadores Sociais. (IPECE,2016 p.2).

Os Indicadores Fisiográficos, Fundiários e Agrícolas apresenta as situações relacionadas às precipitações pluviométricas; percentual da área explorável utilizada; percentual do valor da produção vegetal; percentual do valor da produção animal; Sanidade Média da Água; Quociente Locacional da Energia Rural, com o envolvimento

de várias instituições de pesquisas como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (IPECE, 2016 p.3)

Os Indicadores Demográficos são elaborados considerando: a) Densidade Demográfica; b) Taxa de Urbanização; c) Produto Interno Bruto *per capita*; d) Receita Orçamentária *per capita*; e) Percentual de Consumo de Energia Elétrica na Indústria e Comércio; f) Percentual do Produto Interno Bruto do Setor Industrial e; g) Percentual de Trabalhadores do Emprego Formal com Rendimento Superior a dois Salários Mínimos. (IPECE, 2016 p.3)

Para a construção dos Indicadores de Infraestrutura de Apoio foram consideradas o número de Agências de Correios por Dez Mil Habitantes; a oferta de Agências Bancárias por Dez Mil Habitantes; a frota Veículos de Carga disponibilizada por Cem Habitantes; o Coeficiente de Proximidade do município com Fortaleza; o Percentual de Domicílios com Energia Elétrica; a Rede Rodoviária Pavimentada Relativa à Área do Município e a Emissoras de Radiodifusão - AM, FM, FM Educativa e Rádio Comunitária.(IPECE, 2016 p.4)

Os indicadores sociais são calculados considerando: 1) A Taxa de Escolarização do Ensino Médio; 2) Taxa de Aprovação no Ensino Fundamental; 3) Número de bibliotecas, salas de leitura e Laboratórios de Informática na Escola; 4) Equipamentos de Informática por Escola; 5) Percentual de Função Docente no Ensino Fundamental com Grau de Formação Superior; 6) Médicos por Mil Habitantes; 7) Número de Leitos por Mil Habitantes; 8) Taxa de Mortalidade Infantil; e, 9) Taxa de Cobertura de Abastecimento de Água em termos percentuais. (IPECE, 2016 p.4)

Pelas informações contidas no documento do IPECE (2016) para a construção do Índice de Desenvolvimento Municipal, além de se constituir através de grupos de indicadores, envolve uma série de instituições e órgãos de pesquisas responsáveis pelas informações como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos (FUNCEME), Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC), dentre outras.

Reafirma o IPECE (2016) que:

Para classificar os municípios segundo o IDM, bem como os índices obtidos em cada grupo específico, utilizou-se a análise de agrupamento (*cluster analysis*) com o método de k-médias para as partições das classes. Este método é um dos mais usados em análise de agrupamentos quando se tem um grande número de elementos. (IPECE, 2016 p.8).

Estes foram classificados em quatro classes<sup>2</sup> e, traduz, de forma consolidada, a situação dos 184 municípios do Ceará. Trazendo as informações para o território Cariri, o IPECE (2016) mostrou que dos 29 municípios, 24 se encontram enquadrados na Classe – 04, onde se encontra 126 municípios com os menores índices de desenvolvimento no estado do Ceará. O quadro abaixo mostra a situação do território Cariri em termos gerais.

**Quadro 1 – Índice de Desenvolvimento Municipal – Território CARIRI**

<b>Território Cariri – IDM, 2016</b>		
<b>CLASSES</b>	<b>03</b>	<b>04</b>
		Barbalha Brejo Santo Crato Juazeiro do Norte Missão Velha

Fonte: Adaptado de IPECE, IDM, 2016.

<sup>2</sup> Classe 1 - Municípios com melhor índice de desenvolvimento; Classe 2 – Municípios com índice de desenvolvimento médio; Classe 3 – Municípios com índice de desenvolvimento regular e Classe 4 – Municípios com índice de desenvolvimento baixo. (pelo entendimento da autora documento IPECE, 2016).

Os dados oficiais revelaram que até 2016 o IDM do território Cariri foi considerado regular, para cinco dos municípios e de baixo desenvolvimento para os demais. A Produção Vegetal está presente em todo o estado do Ceará, sendo que no território Cariri, entre os municípios com maiores percentuais no valor bruto da produção está Missão Velha (5,09%), do microterritório, Centro Sul.

Com relação à Energia Rural, quando o quociente locacional é maior que um tem-se que o consumo de energia rural do município é relativamente maior que o do estado do Ceará quando relacionado ao consumo total de energia. Valores elevados do indicador são mais comuns em localidades em que há um grande consumo pelo uso intensivo de agricultura irrigada. Em 2016, o município do Território Cariri com maior quociente foi Missão Velha com a margem percentual de (5,39). Já o menor valor foi verificado no município de Juazeiro do Norte (0,21) em relação ao estado do Ceará, justificado por ser eminentemente urbano e concentrar suas atividades no setor de serviços e indústria. Finalmente, no Fator 3, destaca-se o percentual do Valor da Produção Animal, um indicador no qual, em 2016, se sobressaiu no território Cariri, o município de Antonina do Norte no valor menos expressivo (IPECE, 2016, p.19).

Importante realizar a leitura de cada grupo de indicadores que vai demonstrar os níveis de desenvolvimento, específico. Contribui, portanto, para se trazer uma visão mais aproximada sobre o desenvolvimento em cada setor e, que representação espacial é dada aos municípios a cada grupo de indicadores.

**Quadro 2 – Representação do IDM do Território Cariri por grupo de Indicadores – 2016**

GRUPOS DE INDICADORES: 1- FISIGRÁFICOS, FUNDIÁRIOS E AGRÍCOLAS; 2 - DEMOGRÁFICOS; 3- INFRAESTRUTURA DE APOIO E 4 - SOCIAIS.													
GRUPO 01			GRUPO 02		GRUPO 03			GRUPO 04					
Classe 2	Classe 3	Classe 4	Classe 3	Classe 4	Classe 2	Classe 3	Classe 4	Classe 1	Classe 2	Classe 3	Classe 4		
Barbalha	Abaiara	Altaneira	Barbalha	Abaiara	Crato	Assaré	Abaiara	Barbalha	Altaneira		Antonina do Norte	Assaré	Potengi
Missão Velha	Araripe	Antonina do Norte	Brejo Santo	Altaneira	Juazeiro	Barbalha	Altaneira		Antonina do Norte	Assaré	Potengi		
	Aurora	Assaré	Crato	Antonina do Norte		Barro	Antonina do Norte		Brejo Santo	Aurora	Salitre		
	Barro	Campos Sales	Granjeiro	Araripe		Brejo Santo	Araripe		Crato	Barro			
	Brejo Santo	Caririaçu	Juazeiro	Assaré		Campos Sales	Aurora		Farias Brito	Campos Sales			
	Crato	Jardim	Nova Olinda	Aurora		Caririaçu	Granjeiro		Jati	Caririaçu			
	Farias Brito	Jati	Penaforte	Barro		Farias Brito	Jati		Juazeiro	Granjeiro			
	Granjeiro	Nova Olinda		Campos Sales		Jardim	Nova Olinda		Milagres	Jardim			
	Juazeiro	Penaforte		Caririaçu		Lavras da Mangabeira	Penaforte		Nova Olinda	Lavras da			

									Mangabeira
Lavras da	Potengi		Farias Brito		Mauriti	Porteiras		Penaforte	Mauriti
Mangabeira	Salitre		Jardim		Milagres	Potengi		Várzea Alegre	Missão Velha
Mauriti	Santana do Cariri		Jati		Missão Velha	Salitre			Porteiras
Milagres	Tarrafas		Lavras da Mangabeira		Santana do Cariri	Tarrafas			Santana do Cariri
Porteiras			Mauriti		Várzea Alegre				Tarrafas
Várzea Alegre			Milagres						
			Missão Velha						
			Porteiras						
			Potengi						
			Salitre						
			Santana do Cariri						
			Tarrafas						
			Várzea Alegre						

Fonte: Própria, 2019, adaptado de Ipece, 2016

Conforme se observa no quadro acima, o território Cariri apresenta dois municípios na classe 2 que concentra, segundo o IPECE (2016), 48,08% da população do estado do Ceará, com índice médio de 51,57%. Missão Velha está dentre os melhores índices da Classe 2 (64,47) já Barbalha está dentre os municípios do estado que se apresentaram com menores índices de desenvolvimento (42,99).

Os dados mostram que nos 61 municípios da classe 3, vivem 24,37% da população cearense e, o índice médio de desenvolvimento ficou na ordem de 28,57 abrangendo, inclusive a maior concentração municipal no território Cariri com 14 municípios. Dentre estes, Crato apresentou um dos melhores índices (38,33) no território. Já dentre os municípios do Ceará que apresentaram os menores índices no território Cariri estão: Aurora (22,02), Araripe (22,25), Lavras da Mangabeira (22,30) e Juazeiro do Norte (22,54).

A classe 4 é demonstrada pelos dados do IPECE (2016) com a presença de 82 municípios, abrangendo 21,87% da população do estado do Ceará. Em média o índice ficou em 14,55. A maior concentração municipal está no território Cariri com 13 municípios e, as melhores posições dessa classe do território Cariri, estão os municípios de Salitre (21,38); Jati (21,09) e Caririaçu (20,91).

Aparentemente, o “mapa” do desenvolvimento do território Cariri apresenta uma configuração carente de iniciativas estruturais e estratégicas onde as tecnologias sociais poderiam se apresentar como uma das alternativas.

## 2. CONTROLE SOCIAL, POLITICAS PÚBLICAS E PARTICIPAÇÃO NO TERRITÓRIO CARIRI.

Historicamente, o controle social assume relevância no Brasil dada à emergência de “novos modelos” de gestão pública e, especialmente, pela promulgação da constituição de 1988 que demarcou a descentralização do poder, valorizando, desse modo à participação social no que diz respeito aos investimentos a serem feitos com recursos públicos.

Segundo Medeiros e Pereira (2003), o controle social “trata da disponibilização de condições para que os cidadãos possam (1) avaliar os serviços de atendimento que lhes são oferecidos e (2) cobrar do Estado à melhoria desses serviços”. Exige, portanto, disponibilidade de condições para que os atores sociais possam contribuir com o planejamento, avaliar a execução e, garantir a implantação de políticas públicas que venham atender as suas reais necessidades.

Reforçam os autores que o controle social pressupõe,

[...] desenhar mecanismos de prestação social de contas e avaliação de desempenho da atuação dos órgãos públicos. Dessa forma, a Administração Pública reconhece que a participação do cidadão é imprescindível para o aprimoramento dos serviços públicos, bem como para a vigilância do bom emprego dos recursos disponíveis. Ou seja, sem controle social, a responsabilização dos gestores tende a ficar comprometida. (MEDEIROS e PEREIRA, 2003 p.65).

Desse modo, parece ser de fundamental importância a participação da sociedade para a tomada de decisões em relação ao direcionamento dado ao planejamento, execução e fiscalização de políticas públicas. Assim, a participação vai se revelar como um instrumento de acompanhar a ação dos governantes no que se refere a prestar contas dos serviços prestados e sua relação com os recursos aportados à população.

A constituição de 1988 demarcou a criação do “ambiente propício” ao exercício do controle social, contudo, o estágio inicial aparentemente, não ocorreu como deveria. De um lado, essa situação foi evidenciada pelo baixo índice de conhecimentos suficientes sobre como funciona a “máquina pública” e seus sistemas que envolvem a elaboração e execução das políticas públicas, por parte da sociedade civil e, de outro, demonstrada pela fragilidade do poder público em estabelecer a implantação dos mecanismos formais de



participação – os conselhos, fóruns e redes e ainda o reconhecimento dessa participação por parte dos gestores.

Para os autores acima citados, a “simples criação de mecanismos de controle burocrático, não efetivou a responsabilidade dos servidores públicos e, uma sociedade desmobilizada não será capaz de garantir tal responsabilidade dentre seus atores”(MEDEIROS E PEREIRA, 2003 p.69).

Pelas colocações dos autores é possível compreender que aparentemente, existe uma necessária inserção de processos formativos e esclarecedores para que o controle social seja efetivado. Tanto a sociedade civil, quanto os administradores públicos deveriam se apropriar de informações das quais sem as mesmas não seria possível consolidar o controle social.

O controle social exige interferência nas decisões e nos interesses da coletividade da sociedade e, é exercido quando os atores e seus espaços de participação e representação se organizam em instâncias representativas como conselhos, fóruns, redes, dentre outras. Nessa prerrogativa, Buligon (2012) corrobora explicitando que o controle social representa a ampla possibilidade de que dispõe os atores para intervir direta e imediatamente sobre as atividades exercidas pelo Estado. Dizendo de outra forma, representa o controle da sociedade civil sobre as ações do Estado.

Malafaia (2011) ratifica que o controle social pode referir-se à responsabilidade compartilhada entre as instituições e os atores sociais. Trazendo nesse percurso, o controle social institucionalizado funciona através dos conselhos, onde a sociedade civil tem a possibilidade de autogerir e acompanhar as instituições que lhes prestam serviços utilizando recursos públicos.

O referido estudo não se ateve a analisar o controle social específico a cada política pública de inclusão produtiva e de combate à pobreza, mas entender como este se processa no âmbito da oferta de tecnologias sociais implantadas e/ou reaplicadas no território Cariri. Um recorte necessário para mapear as áreas prioritárias para implementação de tecnologias sociais com o objetivo de promover a inclusão social e produtiva e de superação da pobreza no respectivo território.

Nessa direção, o entendimento de controle social para este estudo não se restringiu a prática do mesmo nos espaços institucionalizados como conselhos fóruns e redes, mas, da percepção de como os atores sociais interagiram em relação à oferta e manutenção da tecnologia social em seus espaços cotidianos, considerando, no entanto, as manifestações

dos autores estudados sobre o conceito de controle social e a relação governo e sociedade na perspectiva do desenvolvimento territorial e, que será demonstrado no decorrer do texto em relação aos resultados alcançados.

### 3. O “MAPA” DAS TECNOLOGIAS SOCIAIS NO TERRITÓRIO CARIRI, A PARTICIPAÇÃO E O EXERCÍCIO DO CONTROLE SOCIAL

Mapear as tecnologias sociais no território Cariri com o objetivo de identificar necessidades de demandas sociais em relação as tecnologias sociais de geração de trabalho e renda, primando diminuir as desigualdades sociais foi uma tarefa árdua e ao mesmo tempo necessária diante da situação de desenvolvimento em que se encontra a grande maioria dos municípios. Conforme apresentado anteriormente, o IDM do território em 24 municípios se caracteriza na classe 4, ou seja, com baixo índice de desenvolvimento.

As visitas *in loco* às unidades produtivas se figuraram como evidências empíricas tanto no que diz respeito em mostrar a situação de desenvolvimento, quanto a possibilitar vivenciar na prática as experiências de tecnologias reaplicadas e/ou implantadas.

A identificação de tecnologias sociais voltadas a amenizar situações relativas ao uso da água como a produção agrícola e o uso de água potável aliado à segurança alimentar foi o que mais se concretizou nas visitas, reafirmando o desenho das políticas públicas de superação da pobreza, contudo, não foi impedimento para identificar outras tecnologias relacionadas e, que aparentemente, não estiveram nas agendas governamentais, mas foram implantadas ou reaplicadas por instituições da sociedade civil organizada como as organizações não governamentais como Flor de Pequi, ACB, Cáritas Regional Cariri, Projeto Paulo Freire e Projeto São José.

Segundo depoimento da direção da ACB, por exemplo, já foram reaplicadas e/ou implantadas no território mais de 15 mil tecnologias sociais, especialmente, voltadas às situações com a escassez da água e produção de alimentos, para atender agricultores familiares, contribuindo para o desenvolvimento, a superação da pobreza e desigualdade

social. A Caritas não nos apresentou a dimensão trabalhada nesta linha, mas deixou claro sua participação social no processo.

Os dados mapeados trazem as informações coletadas com a ASA tendo em vista que no decorrer da pesquisa ficou claro que tanto a Cáritas Regional Cariri, quanto a ACB, Projeto São José e Projeto Paulo Freire, fazem parte da ASA. Assim para evitar duplicidade de informações não contabilizamos os números relativos às instituições acima citadas, embora entenda que as informações fornecidas pela ASA não traga a totalidade de tecnologias implantadas e/ou reimplantadas.

Segundo a ASA (2019), o território Cariri teve implantado e/ou reimplantadas nos últimos cinco anos, ou seja, de 2014-2018, um total de 21.576 tecnologias sociais do tipo: cisternas escolares de 52 mil litros; cisternas de 16 mil litros; barragens subterrâneas; barraginhas; cisternas calçadão de 52 mil litros; cisternas de enxurradas; tanques de Pedra/Caldeirão; Banco de Sementes e BAP, atendendo aos 29 municípios do território.

Além destas, outras tecnologias que contribuem a superação da pobreza foram identificadas no território durante as vivências em campo.

O quadro 03 abaixo traz a distribuição dos tipos de tecnologias sociais, municípios de abrangência e quantidades reimplantadas e/ou implantadas com o apoio da ASA, nos últimos cinco anos, ou seja, de 2014-2018 e, que provavelmente, contaram com participação de diversas instituições da sociedade civil que pertencem ou atuam no território Cariri.

**Quadro 03 – Distribuição das tecnologias Sociais por município (ASA, 2014-2018).**

MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO CARIRI	TIPO DE TECNOLOGIAS SOCIAIS	
Abaiara	Cisterna Escolar 52 mil litros	02
	Cisternas 16 mil litros	644
	Barragem subterrânea	12
	Barraginha	27
	Barreiro-Trincheira	44
	Cisterna Calçadão 52 mil litros	28
	Cisterna de Enxurrada	60
<b>Total de tecnologias sociais Abaiara</b>		<b>817</b>
Antoneira	Cisternas nas escolas 52 mil litros	04
	Cisternas 16 mil litros	95
	Cisternas Calçadão	24
	Cisternas de Enxurradas	11
	Tanque de Pedra/Caldeirão	01
	Banco de Sementes	02
<b>Total de Tecnologias Sociais Antoneira</b>		<b>137</b>

Antonina do Norte	Cisterna Escolar 52 mil litros	05
	Cisternas de 16 mil litros	210
<b>Total de Tecnologias Sociais Antonina do Norte</b>		<b>215</b>
Araripe	Cisterna Escolar 52 mil litros	21
	Cisternas de 16 mil litros	302
	Barreiro – Trincheira	24
	Cisternas Calçadão	47
	Cisternas de Enxurradas	28
<b>Total de Tecnologias Sociais- Araripe</b>		<b>422</b>
Assaré	Cisterna Escolar 52 mil Litros	4
	Cisternas de 16 mil litros	1.671
	Cisternas Calçadão	95
	Cisternas de Enxurradas	90
<b>Total de Tecnologias Sociais – Assaré</b>		<b>1.860</b>
Aurora	Cisterna Escolar 52 mil litros	12
	Cisternas 16 mil litros	181
	Bomba D'água Popular (BAP)	04
	Barragem Subterrânea	04
	Barraginha	12
	Barreiro	17
	Calçadão	16
	Enxurrada	19
	Tanque de Pedra/Caldeirão	04
<b>Total de Tecnologias Sociais – Aurora</b>		<b>269</b>
Barbalha	Cisterna Escolar 52 mil litros	03
	Cisternas 16 mil litros	1.062
<b>Total de Tecnologias Sociais – Barbalha</b>		<b>1.065</b>
Barro	Cisterna Escolar 52 mil litros	01
	Cisterna 16 mil litros	239
<b>Total de Tecnologias Sociais – Barro</b>		<b>240</b>
Brejo Santo	Cisterna Escolar 52 mil litros	07
	Cisternas 16 mil litros	900
<b>Total de Tecnologias – Brejo Santo</b>		<b>907</b>
Campos Sales	Cisterna Escolar 52 mil litros	11
	Cisternas 16 mil litros	193
<b>Total de Tecnologias Campos Sales</b>		<b>204</b>
Caririaçu	Cisternas 16 mil litros	1.312
<b>Total de Tecnologias sociais – Caririaçu</b>		<b>1.312</b>

Crato	Cisterna Escolar 52 mil litros	07
	Cisterna 16 mil litros	1.957
	Barragem Subterrânea	07
	Barraginha	05
	Barreiro Trincheira	12
	Cisterna Calçadão	180
	Cisterna de Enxurrada	97
	Tanque Pedra/caldeirão	01
<b>Total de tecnologias sociais – Crato</b>		<b>2.266</b>
Farias Brito	Cisterna Escolar	08
	Cisterna 16 mil litros	688
<b>Total de tecnologias sociais – Farias Brito</b>		<b>697</b>
Granjeiro	Cisterna 16 mil litros	115
<b>Total de tecnologias sociais – granjeiro</b>		<b>115</b>
Jardim	Cisterna Escolar	05
	Cisterna 16 mil litros	250
	Bomba D'água Popular (BAP)	02
	Barragem Subterrânea	01
	Cisterna Calçadão	23
<b>Total de Tecnologias Sociais – Jardim</b>		<b>281</b>
Jati	Cisterna 16 mil litros	186
<b>Total de Tecnologias Sociais – Jati</b>		<b>186</b>
Juazeiro		282
<b>Total de Tecnologias Sociais – Juazeiro do Norte</b>		<b>282</b>
Lavras da Mangabeira	Cisterna 16 mil litros	827
	Barragem Subterrânea	02
	Barreiro – Trincheira	10
	Cisterna Calçadão 52 mil litros	50
	Cisterna de Enxurrada	39
<b>Total de Tecnologias Sociais – Lavras da Mangabeira</b>		<b>928</b>
Mauriti	Cisterna Escolar	05
	Cisterna 16 mil litros	1.523
	Barragem Subterrânea	01
	Cisterna Calçadão	23
	Tanque de Pedra/Caldeirão	01
<b>Total de Tecnologias Sociais – Mauriti</b>		<b>1.553</b>

Milagres	Cisterna Escolar	03
	Cisterna 16 mil litros	1.529
	Banco de Sementes	03
<b>Total de Tecnologias Sociais – Milagres</b>		<b>1.535</b>
Missão Velha	Cisterna Escolar	21
	Cisterna 16 mil litros	1.529
<b>Total de Tecnologias Sociais – Missão Velha</b>		<b>1.550</b>
Nova Olinda	Cisterna Escolar	04
	Cisterna 16 mil litros	622
	Bomba D'água Popular (BAP)	02
	Cisterna Calçadão	50
	Cisterna de Enxurrada	50
	Tanque de Pedra/Caldeirão	01
	Banco de Sementes	02
<b>Total de Tecnologias Sociais – Nova Olinda</b>		<b>731</b>
Penaforte	Cisterna 16 mil litros	201
<b>Total de Tecnologias Sociais – Pena Forte</b>		<b>201</b>
Porteiras	Cisterna 16 mil litros	267
<b>Total de Tecnologias Sociais – Porteiras</b>		<b>267</b>
Potengi	Cisterna Escolar	05
	Cisterna 16 mil litros	177
	Barragem Subterrânea	04
	Barragem Trincheira	10
	Cisterna Calçadão	55
	Cisterna de Enxurrada	40
	Banco de Sementes	03
<b>Total de Tecnologias Sociais – Potengi</b>		<b>294</b>
Salitre	Cisterna Escolar	21
	Cisterna de 16 mil litros	307
	Barragem Subterrânea	01
	Barreiro Trincheira	25
	Cisterna Calçadão	72
	Cisterna de Enxurrada	28
<b>Total de Tecnologias Sociais – Salitre</b>		<b>454</b>
Santana	Cisterna Escolar	10
	Cisterna 16 mil litros	2.091

	Bomba D'água Popular (BAP)	02
	Barragem Subterrânea	01
	Barraginha	06
	Barreiro Trincheira	18
	Cisterna Calçadão	203
	Cisterna Enxurrada	106
	Tanque de Pedra/caldeirão	06
	Banco de Sementes	03
<b>Total de Tecnologias Sociais – Santana</b>		<b>2.446</b>
Tarrafas	Cisterna Escolar	06
	Cisterna 16 mil litros	95
<b>Total de Tecnologias Sociais – Tarrafas</b>		<b>101</b>
Várzea Alegre	Cisterna Escolar	18
	Cisterna 16 mil litros	156
	Cisterna Calçadão	40
	Cisterna Enxurrada	45
<b>Total de Tecnologias Sociais – Várzea Alegre</b>		<b>259</b>
<b>TOTAL DE TECNOLOGIAS SOCIAIS NO TERRITÓRIO</b>		<b>21.576</b>

Fonte: Elaborado pela Autora a partir dos dados ASA, 2019.

Pelo “mapa” das tecnologias implantadas e/ou replicadas com o apoio da ASA, atendendo a todos os municípios do território Cariri pressupõe-se que as desigualdades socioeconômicas têm abrangência em todas as microrregiões e, aparentemente, buscaram atender as necessidades locais fato observado pela quantificação de tipologias diferente em alguns municípios e ainda pela proposta da ASA quando valoriza o envolvimento da participação da comunidade na tomada de decisão.

Segundo as informações coletadas no *site* da ASA (2019) as tecnologias sociais são implantadas somente depois de perpassar pelo debate e planejamento coletivo entre as instituições que dela fazem parte. Reforça que a implantação e/ou reimplantação são amparadas por processos educacionais e formativos que valorizam a participação e o controle social envolvendo os atores locais no processo.

As visitas de campo, de um lado, validaram a implantação das diversas tecnologias sociais, e, de outro, referendaram as instituições que estiveram à frente da implantação e/ou reimplantação das tecnologias.

Questionados sobre os procedimentos em relação a reaplicação e/ou implantação a maioria dos atores envolvidos responderam que a instituição de apoio entrava com uma parte do recurso, mas a maioria do trabalho pedia o envolvimento da comunidade, representou para eles, “um momento de envolver todo mundo”. Contudo, segundo eles, não existe acompanhamento para orientar como fazer a manutenção.

Foi observado durante o estudo que em alguns casos, havia cisternas desativadas e necessitando de manutenção. Todavia, em conversa com um representante da ASA e das instituições que estão de apoio na implantação e/ou reaplicação a “orientação é dada no momento em que as cisternas estão sendo implantadas e/ou reaplicadas e, fazem esporadicamente o acompanhamento por que os recursos aportados não são suficientes para manter a equipe necessária. Deixaram claro que existem outros fatores que também deverão ser considerados tais como: a metodologia de implantação em relação aos prazos; a dificuldade da integração de saberes pela comunidade; a dificuldade da participação social na tomada de decisão por parte das lideranças locais que muitas vezes não compreendem a abrangência do processo; o individualismo local, embora seja uma ação coletiva, mas perdura os interesses individuais.

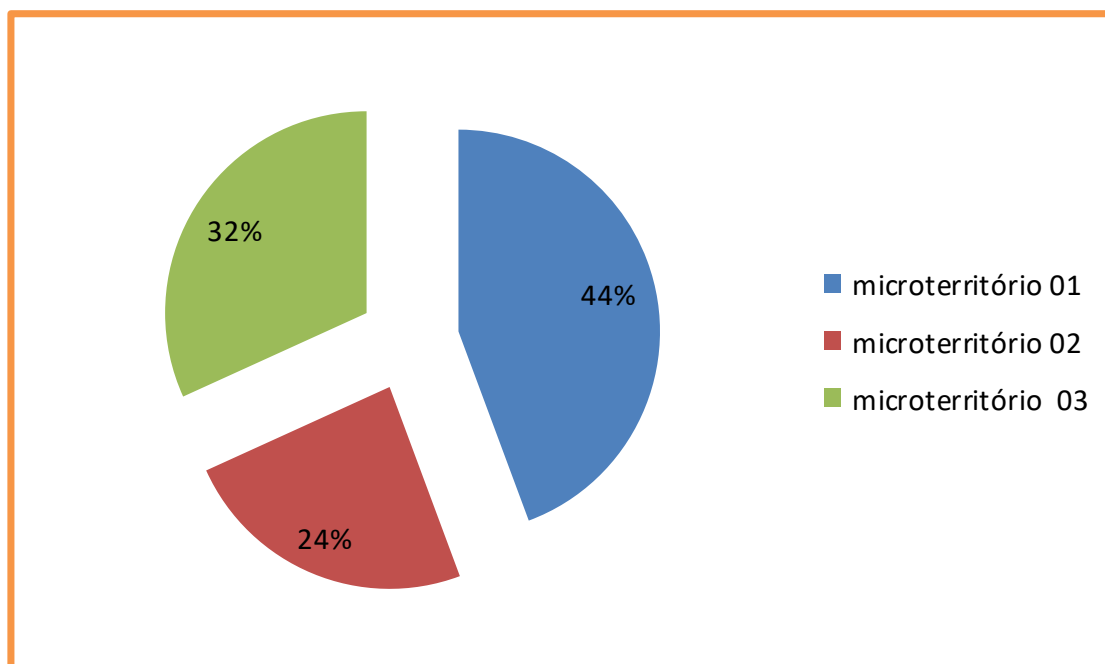
Foi possível observar algumas situações que validam o que foi conversado com as representações de execução e/ou implantação das tecnologias sociais no território Cariri, especialmente, através da interação com os atores beneficiários diretos. Para eles, receber a tecnologia representou grande conquista e mudança nas suas vidas, inclusive com melhorias contínuas, todavia, falta um acompanhamento “mais de perto” pelas instituições, pois muitas vezes “não sabem” como resolver os problemas.

Para a grande maioria, a chegada das tecnologias sociais relacionadas a amenizar o problema da “falta de água” foi muito importante, pois além de ter “água boa” para beber, tem também como manter as plantações dos quintais produtivos; “das hortas, dos canteiros”, inclusive, “viver bem melhor”.

A distribuição das tecnologias conforme dados da ASA (2019) mostra que não há grandes disparidades em atender determinado microterritório, mas, principalmente, criar meios conforme cada municipalidade para que o desenvolvimento socioprodutivo ocorra. Aparentemente, uma adequação a cada realidade local, atendendo as necessidades, que em termos percentuais ficaram assim distribuídas conforme figura 1 abaixo:



**Figura 1 – Distribuição das tecnologias sociais por microterritório no Cariri.**



Fonte: Própria, 2019.

Além das cisternas de 16 mil litros; cisternas calçadão de 52 mil litros; cisterna escolar; cisterna de enxurrada; barragem subterrânea; barraginha; barreiro; tanque de pedra/caldeirão foi possível identificar outras tecnologias sociais que vêm sendo utilizadas como instrumentos capazes de contribuir para superação da pobreza e gerar trabalho e renda, durante as visitas aos empreendimentos, quais sejam: as feiras agroecológicas; o biodigestor rural; a bomba rosário; a tecelagem artesanal utilizando resíduos oriundos da natureza; a extração do óleo de coco de babaçu, pequi e macaúba artesanal; bioágua; fogareiro com uso de graveto; sistema de irrigação com garrafa pet; elaboração de fertilizantes e defensivos agrícolas de base agroecológica e, o turismo rural e religioso. Nos municípios visitados não foi identificada nenhuma bomba d'água popular.

Essas tecnologias sociais, segundo depoimentos dos atores vêm sendo implantadas por organizações da sociedade civil organizada que atuam no território em apoio com as comunidades locais e com a participação do Projeto São José e do Projeto Paulo Freire da Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA) também teve participação, especialmente, no que se refere às tecnologias bom rosário e a extração de óleo da macaúba e babaçu.

A maioria das tecnologias identificadas acima, segundo os atores envolvidos tiveram a participação da Universidade Federal do Cariri através da ITEPS e do curso de engenharia, destacando os preceitos da economia solidária e, com processos formativos vinculados.

As tecnologias sociais identificadas no território Cariri apresentam, segundo os atores envolvidos finalidades que, além de contribuir para superar a pobreza, gera trabalho, ocupação e renda e, conseqüentemente, desenvolvimento para o território. A vivência e interação com os 39 empreendimentos validaram essa questão e, foi possível, inclusive elucidar o que pensam cada ator/atriz, conforme apresentado a seguir:

A cisterna Escolar de 52 mil litros segundo os depoimentos de diretores de escolas da região chegou ao território para amenizar a escassez da água que muitas vezes “paravam as escolas no período letivo<sup>3</sup>”.

**Figura 2 – Cisterna Escolar**



**Fonte:** Google imagens, 2019.

---

<sup>3</sup> A formação do corpo docente e de funcionários da escola parece ser o instrumento que vai “garantir” a sustentabilidade da tecnologia e o controle social. Os depoimentos revelaram que somente com o envolvimento daqueles diretamente em contato com a água, e a devida conscientização e orientação, é possível garantir a adequada utilização da tecnologia.

Para o MDS(2017), o Programa a tecnologia social Cisterna Escolar tem como objetivo geral “proporcionar o acesso à água de qualidade e em quantidade suficiente para o consumo humano para alunos e demais profissionais de educação de escolas localizadas na zona rural, de preferência com mais de 50 alunos”. Associa, inclusive, a formação para gestão da água e práticas de convivência.

O MDS (2017) reafirma que “os gestores são sensibilizados para a importância da educação contextualizada e da educação alimentar e nutricional, além de contemplar metodologia de ensino e da produção do conhecimento nas escolas na perspectiva da convivência e adaptação climática”. A educação, dessa forma, ocorre sobre vários aspectos e se processa de forma específica para cada tipo de atores/atrizes que lidam com a água como merendeiras, por exemplo, que são orientados, inclusive sobre a cocção dos alimentos.

Apesar de não se configurar uma tecnologia social voltada para geração de trabalho, ocupação e renda é uma tecnologia de fundamental importância para superação da pobreza rural, pois vem, aparentemente, contribuindo para manter o funcionamento das escolas e, conseqüentemente, para elevar os indicadores educacionais e de saúde na região quando inclui a segurança alimentar no processo.

A **cisterna de placa de 16 mil litros** é a tecnologia social de maior alcance no território. Pelo mapeamento, a quantidade de cisternas desse tipo reaplicadas e/ou implantadas no território é bem expressiva, beneficiando 100% dos municípios, isso não quer dizer que esteja presente em todas as localidades.

Para os atores envolvidos no estudo, a cisterna de placa de 16 mil litros trouxe muitas “benfeitorias” para as localidades, pois conseguem manter o reservatório com água quase o ano todo, mesmo quando não chove. Foi observado que alguns utilizam não somente para armazenamento de água da chuva, mas, para depositar água para uso geral e, muitas dessas tecnologias estão necessitando de manutenção para que continuem funcionando, pois algumas se apresentaram desativadas no decorrer da pesquisa.

Quando foram questionados sobre essa situação, muitos responderam que não sabem como fazer a manutenção ou não têm “tempo para isso”. A resposta sobre a participação na construção das mesmas foi unânime em dizer que “tudo envolveu a comunidade e o projeto pede uma contrapartida de cada um”. Segundo eles, todos participam na construção de tudo até terminar a cisterna de cada um. “De vez em quanto

vinha um técnico para saber se estava funcionando bem, acompanhava, mas isso é só até terminar a construção, depois a responsabilidade é do assentamento”, por exemplo.

Reforçam a maioria dos depoentes “que muitos têm cisternas mais não valorizam, principalmente se tem inverno, não se preocupam em armazenar a água, deixa a cisterna desativada, quando precisa ajeita”. Contudo, para a maioria, a cisterna de 16 mil litros trouxe mudanças significativas na vida das famílias, melhorou a alimentação, a produção e a forma como lidar com a seca.

Estudos realizados pelo MDS (2017),

ajudam a definir a quantidade de cisternas necessária para cada município. Depois, os conselhos municipais de assistência social, desenvolvimento rural ou segurança alimentar e nutricional ajudam a definir as famílias a serem beneficiadas. Essa função também pode ser responsabilidade de uma comissão formada por representantes da comunidade, como sindicatos, igrejas, movimentos sociais, pastorais, clubes de serviço e outros. Tudo sempre obedecendo aos seguintes critérios de priorização: 1. renda familiar 2. Famílias chefiadas por mulheres 3. maior número de crianças de até seis anos 4. maior número de crianças em idade escolar 5. maior número de pessoas portadoras de necessidades especiais 6. maior número de idosos. (MDS, 2017, p. 7).

Pelas informações do MDS (2017), o controle social institucionalizado através dos concelhos está presente na oferta da tecnologia. Contudo, a evidência empírica mostrou que apesar da participação da comunidade se processar no momento da execução e advir os processos formativos, esse é um procedimento que parece encerrar um ciclo de aprendizagem, o que pode vir acometendo a “não manutenção” das cisternas por parte de alguns beneficiários.

**Figura 5** - Cisterna de 16 mil litros



**Fonte:** própria, 2018

Pelas observações e análises realizadas, embora com desafios e limites relacionados à participação e, conseqüentemente, ao controle social, pode se afirmar que as cisternas de placas de 16 mil litros além de contribuir para a superação da pobreza, vem representando uma tecnologia social adaptável às realidades do sertanejo, especialmente para garantir água potável e vida digna para as comunidades.

A cisterna **Calçadão de 52 mil litros e a cisterna de enxurrada** vistas em algumas localidades do território, representam segundo os depoimentos dos atores uma grande evolução para a manutenção da produção agrícola na região, pois, parece “garantir” a manutenção da água para irrigação, especialmente, no período da estiagem.

Pelas observações realizadas *in loco*, Cisterna Calçadão se diferencia da cisterna de enxurrada na sua captação de água da chuva, apresenta na sua construção um calçadão que poderá ser utilizado para outros fins da agricultura, como por exemplo, a secagem de grãos. A cisterna de enxurrada necessita de uma “grota” para que no período de chuva possibilite seu enchimento.

Os depoimentos revelaram que esse tipo de cisterna “revolucionou a agricultura familiar” melhorando a produção, a renda dos agricultores e, conseqüentemente, a qualidade de vida das suas famílias.

Pelas informações contidas no documento, Instrução Operacional SESAN nº 15, de 19 de dezembro de 2017 do MDS, o objetivo dessas tecnologias sociais é:

[...] (i) proporcionar o acesso à água para a produção de alimentos e/ou dessedentação animal a famílias de baixa renda e residentes na zona rural, por meio da implantação de cisternas de placas de 52 mil litros, com área de captação da água de chuva [...] associada a capacitações técnicas e formação para a gestão da água; e (ii) promover a inclusão social e produtiva dos beneficiários por meio do serviço de acompanhamento familiar após a instalação da estrutura de captação e reservação de água.(MDS, 2017 p.3)

Busca beneficiar as famílias de modo a garantir a melhoria das condições de vida, especialmente, “facilitando o acesso a água e contribuindo para a garantia da segurança alimentar e nutricional e a geração de renda a partir da comercialização dos excedentes”, da produção.

Pelas visitas realizadas foi possível perceber que os objetivos propostos para essas tecnologias estão, na maioria dos casos sendo alcançados, porém, também foram identificadas duas situações desafiantes que limitam a contribuição para superação da pobreza e geração de emprego e renda. De um lado, foi detectado cisternas de enxurradas implantadas pela ação do governo do estado com materiais incompatíveis.



**Figura 6** – Cisterna de Enxurrada



**Fonte:** própria, 2018

Aparentemente, a padronização de materiais como motores e encanamento, por exemplo, são adquiridos sem considerar a realidade local, inviabilizando o uso da cisterna pelo que foi proposto. De outro, o baixo nível de conhecimento relacionado à implantação e/ou reaplicação da cisterna pelo agricultor (a) parece não contribuir para que estes apresentem soluções inovadoras à situação.

A escolha da família é deflagrada pela entidade executora e deve contar com a participação de representantes do poder público local e da sociedade civil, como integrantes de conselhos locais e lideranças comunitárias.

Assim como as demais tecnologias, o controle social está presente e a participação está referendada pela contrapartida da família beneficiada.

A **Bomba D'água Popular (BAP)** é uma tecnologia social alemã reaplicada no Brasil desde 1996 por diversas instituições que fazem parte da Articulação do Semiárido (ASA). Sua montagem é simples e fácil e pode ser assumida pela comunidade que para tal fim passa por processos formativos que incluem a sensibilização sobre o uso e técnicas

de execução, manutenção e manejo da bomba. É fixada sobre a estrutura de um poço de água<sup>4</sup>.

**Figura 7** – Bomba D'água Popular



**Fonte:** Google imagens, 2019.

Para Schistek (2016), que a bomba d'água popular além de puxar mais água que um cata-vento, não tem custos com energia e óleo diesel, pode ainda ser manuseada por crianças e pessoas idosas.

Apesar dos registros da ASA (2019) sobre a existência dessa tecnologia no território Cariri, não foi identificado nos municípios e empreendimentos visitados nenhuma bomba d'água popular. Contudo, aparentemente o estudo de textos e informações secundárias coletadas sobre mesma, sinalizaram uma tecnologia que vem contribuindo para amenizar a situação de pobreza no semiárido brasileiro.

A participação parece ser fator de relevância, haja vista exigir segundo Schistek (2016) o envolvimento e a sensibilização da mesma sobre seu uso e implantação.

---

<sup>4</sup> Aparentemente, esse tipo de tecnologia social foi adaptado para potencializar a capacidade produtiva dos agricultores (as) que antes utilizavam formas mais rudimentares para captação da água.

As demais tecnologias implantadas pela Articulação do Semiárido como barraginha, barreiro, tanque de pedra/caldeirão respondem ao que já foi explanado nas tecnologias acima apresentadas.

No território foi encontrada apenas uma experiência de biodigestor rural realizada pela universidade Federal do Cariri através do curso de Engenharia. Na visita realizada foi observado que o mesmo se encontrava em pleno funcionamento e, despertou o interesse de muitas unidades produtivas em reaplicá-lo. Contudo, aparentemente, foi um procedimento isolado, envolvendo uma única família e, por essa razão não foi possível verificar a relação da reaplicação desta tecnologia com o exercício do controle social.

As tecnologias, como a tecelagem artesanal, a extração de óleo do pequi, babaçu e macaúba e o fogareiro que utiliza graveto são utilizadas por uma minoria de agricultores (as), mas ajuda a elevar os níveis de renda e ocupação destes. A maioria utilizam as feiras agroecológicas para comercializar os seus produtos o que faz com que esses espaços sejam, aparentemente, considerados de grande relevância para superação da pobreza.

O turismo rural e religioso foi percebido especialmente, nos municípios de Nova Olinda, Crato, Barbalha e Juazeiro do Norte são inclusive, apontado no PTDS (2016) como uma das principais vocações do território dada a cultura religiosa do local.

Neste estudo, apresentar o mapa das tecnologias sociais no território Cariri e como as mesmas se comportam no processo de desenvolvimento, não se configurou em mostrar a totalidade da situação a qual as mesmas se encontram no território, mas, entender que muito ainda precisa ser feito e assumido pelos nossos governantes no que se refere ao planejamento e execução das políticas públicas para superação da pobreza. Também entender que a sociedade pode exercer um importante papel para consolidar o desenvolvimento desejado na região quando assume o exercício do controle social.

As informações aqui sistematizadas foram construídas a partir das falas dos atores, das vivências de campo e da interação com a teoria estudada sobre o assunto.

Foi visível que no território Cariri, muitas tecnologias sociais vêm sendo implantadas e/ou reaplicadas no sentido de contribuir para a superação da pobreza, gerar emprego, trabalho e renda e ainda promover o desenvolvimento territorial com sustentabilidade. Constituem uma das saídas para alavancar o desempenho econômico e social promovendo maiores e melhores condições socioeconômicas e de vida da população embora, ainda seja um grande desafio garantir a participação plena dos atores nos processos e estratégias de implantação e/ou reaplicação.



Como políticas públicas de superação da pobreza destacam-se os diversos tipos de cisternas cujas propostas de implantação e/ou reaplicação são realizadas com a participação das instituições aglutinadas pela ASA trazendo no seu bojo o exercício do controle social.

Para o território Cariri elevar os Indicadores de Desenvolvimento Municipal (IDM) ainda é necessário estabelecer iniciativas de enfrentamento, onde as tecnologias sociais poderão ser uma das alternativas de resposta às várias demandas, especialmente, relacionadas à agricultura familiar, extrativismo, artesanato e turismo rural.

Quando reaplicadas em empreendimentos para uso coletivo, a organização comunitária é fator preponderante para garantir a sustentabilidade da mesma. Estas, não devem se apresentar como fórmulas prontas ou padronizadas, mas, buscar valorizar os conhecimentos e saberes locais, a técnica e a ciência, articulando processos inovadores na sua reaplicação.

A Universidade Federal do Cariri através ITEPS assume importante papel no desenvolvimento do território, especialmente, na formação, orientação e acompanhamento aos empreendimentos da economia solidária, contribuindo no desenvolvimento e reaplicação de tecnologias.

## REFERENCIAS

ASA. *Tecnologias sociais em números*. Disponível em:<  
<https://www.asabrasil.org.br/>> acessado em: 12 de set 2018.

ADDOR, F.; HENRIQUES, F. C. *Tecnologia, participação e território: reflexões a partir da prática extensionistas*. (Org) – Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015. 396 p.

BARROS, L. *Entrevista ao jornal da Fundamig (2007)*. Disponível em:  
<http://www.fundamig.org.br> > Acessado em mar de 2019.

BOGDAN, R. C; BIKLEN, S. K. *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Tradução de Maria João Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Mourinho Baptista. Portugal: Porto, 1994. (Coleção Ciências da Educação).

BULIGON, D. *O controle interno na administração pública como instrumento de governança e governabilidade na gestão dos municípios paranaenses*. 2012. 244 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Governança Pública) – Universidade

Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2012. Disponível em: <<http://www.epositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/380>> Acessado em 13 out 2018.

BRASIL. *Modelo da tecnologia social de acesso a água*. MDS: 2017, 23p IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA). Mapas. 2010 disponível em: [http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/atlasescolar/mapas\\_brasil.shm](http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/atlasescolar/mapas_brasil.shm) > acessado em mar de 2019.

BRASIL. *Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável: Território cidadania Cariri – MDA/SDT/AGROPOLOS*. Fortaleza: Instituto Agropolos do Ceará, 2010.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília: Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 26 jan. 2019.

BRASIL. *Constituição de 1988. Brasília/DF*. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) > Acessado em 29 abr de 2019.

CEARÁ. *Índice de desenvolvimento humano*, IPECE:2016, 106p.

CEARÁ. *Indicadores de Desenvolvimento Municipal*, IPECE: 2018. Disponível em: <<https://www.ipece.ce.gov.br/> > acessado em: 12 de set 2018.

CEARÁ. *Plano territorial de desenvolvimento sustentável: Território cariri – SDA/CODET*. Fortaleza, 2016.

DAGNINO, R; BRANDÃO, F; NOVAES, H. *Sobre o marco analítico-conceitual da tecnologia social*. In: LASSANCE JR. A. E et al. *Tecnologia social uma estratégia para o desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004.

DAGNINO, R. P. *Tecnologia social: ferramenta para construir outra sociedade*. 2ª Ed. Campinas: SP, Unicamp, Comedi, 2010.

THIOLLENT, M. *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo, Cortez: 1997.

# CAPÍTULO VIII

## O FÓRUM CARIRIENSE DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (FOCAES): UM OLHAR A PARTIR DAS EXPERIÊNCIAS, DESAFIOS E REDES DE COOPERAÇÃO SOLIDÁRIA

Altamira Vicente dos Santos<sup>1</sup>  
Francisca Laudeci Martins Souza<sup>2</sup>  
Victoria Régia Arrais de Paiva<sup>3</sup>  
Eduardo Vivian da Cunha<sup>4</sup>  
Iara Maria de Araújo<sup>5</sup>

### 1. INTRODUÇÃO

O campo da economia solidária (Ecosol) é formado por Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), que têm como princípio norteador a solidariedade e a autogestão e se propõem em ser um modelo democrático cooperativo.

Nesse sentido, esses empreendimentos se organizam em redes onde os associados e instituições se unem para a construção do fortalecimento frente às dificuldades, reduzindo as desigualdades e estabelecendo uma democracia direta. Sendo assim, este trabalho foca no território o Fórum Caririense de Economia Solidária (FOCAES) que se configura como um movimento itinerante e atuante no Cariri cearense.

---

<sup>1</sup> Graduada em Economia, Mestre em Desenvolvimento Regional Sustentável (UFCA) e Professora do Curso de Ciências Econômicas (URCA).

<sup>2</sup> Doutora em Educação, Mestre em Economia, Professora do Mestrado em Desenvolvimento Regional Sustentável (UFCA) e do Curso de Graduação em Economia (URCA).

<sup>3</sup> Doutora e Mestre em Sociologia (UFC), Professora do Curso de Administração Pública (UFCA) e do Mestrado em Desenvolvimento Regional Sustentável (UFCA).

<sup>4</sup> Doutor e Mestre em Administração (UFBA), Professor do Curso de Administração Pública e Gestão Social e Administração (UFCA).

<sup>5</sup> Doutora em Sociologia, Professora do Curso de Pedagogia (URCA) e do Mestrado Profissional em Educação (URCA).

O objetivo geral é descrever experiências da atuação do FOCAES em redes de cooperação, com foco no ano de 2016. Especificamente, objetivou-se fazer um embasamento teórico acerca dos conceitos de economia solidária e redes de cooperação; descrever o Fórum Caririense de Economia Solidária (FOCAES) numa perspectiva histórica; e identificar o FOCAES como um agente fortalecedor da rede de cooperação local.

A metodologia se classifica como um estudo de caso de natureza básica, abordagem quanti-qualitativa e descritiva. Utiliza-se também pesquisa bibliográfica, documental e observação participante. O trabalho é um extrato da pesquisa da autora principal deste capítulo, que deu origem à Dissertação de Mestrado “Redes de cooperação solidária e desenvolvimento regional sustentável: um estudo de caso sobre o Fórum Caririense de Economia Solidária (FOCAES)”, apresentada como requisito à obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Regional Sustentável, pela Universidade Federal do Cariri.

Além desta introdução e da conclusão, o artigo apresenta mais quatro seções. Na segunda, constam os caminhos metodológicos da pesquisa; na terceira, o embasamento teórico sobre economia solidária e redes de cooperação; e na quarta, os resultados da pesquisa, contextualizando a atuação histórica e em redes do FOCAES.

## 2. CAMINHOS DA PESQUISA

O FOCAES atua no Cariri cearense (porção territorial sul do estado do Ceará composta por trinta e três municípios) como um fórum que fortalece, une e propõe ações em redes para desenvolvimento da economia solidária local. Os sujeitos do estudo são os atores que atuam nesse espaço de diálogo desde sua criação, em 2010, até o ano de 2016.

A metodologia se classifica como um estudo de caso de natureza básica. O estudo de caso “é também bastante eficiente quando se procura compreender fenômenos individuais, organizacionais, sociais e políticos, pois propõe uma pesquisa que preserva as características do objeto de estudo” (YIN, 2005, p. 32).

A abordagem é quanti-qualitativa. Quantitativa quanto à apresentação de alguns dados estatísticos sobre o FOCAES e qualitativa quando se utiliza de ferramentas como a observação participante relativa à interação da pesquisadora durante o ano de 2015 e

2016 atuando no contexto do fórum em suas reuniões mensais e ações, além da pesquisa bibliográfica e documental. De acordo com Minayo (2012, p. 21), a pesquisa qualitativa, se ocupa de um “universo de significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes”. Quanto aos objetivos se caracteriza como descritiva.

### 3. ECONOMIA SOLIDÁRIA EM REDES DE COOPERAÇÃO

Os estudos na área de economia solidária, bem como das práticas aplicadas aos empreendimentos solidários têm crescido na medida em que aumenta a desigualdade econômica e social. nesse contexto, a economia solidária surge como um exercício econômico que procura atuar diferentemente da lógica de estado e de mercado. suas práticas são quase sempre movidas por ações humanas baseadas na reciprocidade e em prol de um bem comum e objetiva reduzir as disparidades e promover aproximações nas esferas social, econômica e política (laville *et al.*, 1994).

A economia solidária é gerida pelos princípios da autogestão, sustentabilidade, inclusão, solidariedade para uma emancipação social dos indivíduos. A emancipação se caracteriza como um “processo ideológico e histórico de libertação de comunidades políticas ou grupos sociais, da dependência, da tutela e da dominação nas esferas econômicas, sociais e culturais” (CATTANI 2003, p.175). Este autor tem denominado este fenômeno como: economia do trabalho, novo cooperativismo, empresas autogestionárias e outra economia.

Assim, se compreende que o campo da economia solidária é vasto e vem cotidianamente se solidificando por meio de uma organização em redes que dialoga e se fortalece frente às dificuldades em se atender os objetivos comuns das partes envolvidas.

Nesse sentido, a economia solidária em redes trata da promoção de conexões de fluxos de informação, valores e matéria. Os empreendimentos, colaborando solidariamente entre si, geram uma variedade de opções capazes de subverter a lógica capitalista e outras formas de dominação no campo econômico, cultural e político (MANCE, 2002).

Além de garantir a sustentabilidade dos empreendimentos, uma rede de economia solidária deve “fortalecer o potencial endógeno de um território na sua capacidade de promoção do seu próprio desenvolvimento” (FRANÇA FILHO, 2002, p. 224).

Ainda de acordo com França Filho (2002), os fóruns de economia solidária funcionam como espaços que dialogam politicamente, reivindicam direitos, discutem ideias e políticas públicas. Proporcionam também a união de atores para benefício da autonomia da auto-organização solidária com perspectiva na sustentabilidade.

## **4. FÓRUM CARIRIENSE DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: ATUAÇÃO HISTÓRICA, REDES DE COOPERAÇÃO SOLIDÁRIA E DESAFIOS**

Este tópico objetiva descrever o contexto histórico do FOCAES, identificando o mesmo como um ponto importante da rede de cooperação solidária, essencial para o fortalecimento local dos movimentos de economia solidária.

### **4.1.A EXPERIÊNCIA DE 2010 A 2015**

O FOCAES, fomentado inicialmente pela Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Populares e Solidários (ITEPS), em 2010, possui o objetivo geral/missão de:

[...] articular, fortalecer e representar o movimento de Economia Popular Solidária na Região do Cariri frente à sociedade e aos poderes públicos, contribuindo na construção de um novo modelo sócio econômico através da orientação de ações e mobilizações em torno das bandeiras de luta do FBES – Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FOCAES, Art. 3º, 2010, p.1).

Constitui-se em uma associação civil sem fins lucrativos, sem registro formal, fundada no dia 19 de dezembro de 2010, na Exposição de Produtos da Economia Solidária de Base Familiar do Cariri (EXPOFAM) no Parque de Exposição Pedro Felício Cavalcante, cidade do Crato-CE.

Desde 2010, o fórum tem se mantido de modo contínuo no apoio das feiras e ações solidárias, tornando-se referência no Cariri cearense por promover a organização dos empreendimentos, mobilização, articulação política e fortalecimento dos movimentos de

ecosol na região. O início foi marcado por dificuldades de mobilização, entretanto, o apoio da ITEPS foi decisivo para que o fórum se afirmasse como um ambiente integrado, com coordenação autônoma e de modo autogestionário (COSTA; TAVARES, 2016).

No primeiro ano de atividades (2011), ocorreram 13 reuniões as quais foram executadas com uma participação flutuante de 138 pessoas, que juntas representavam 60 organizações. Também contou com as participações de residentes de onze municípios cearenses: Altaneira, Araripe, Barbalha, Caririaçu, Crato, Fortaleza, Icó, Juazeiro do Norte, Milagres, Missão Velha e Tarrafas (LEITE, *et al*, 2011).

O início de 2012 começou concentrando esforços nas discussões e efetivação da Exposição de Produtos da Economia Solidária de Base Familiar da Região do Cariri VI EXPOFAM. Posteriormente, em julho, foi realizada a II Plenária Local de Economia Solidária, cuja temática era: “Economia Solidária: bem viver, cooperação e autogestão para um desenvolvimento justo e sustentável”. Nesse movimento foram desencadeadas discussões e estratégias para proposição de um desenvolvimento territorial solidário e sustentável no Cariri cearense, onde se consolidaram, no decorrer do ano, diversas práticas como: as feiras, a criação de um marco regulatório, criação do Estatuto, entre outros movimentos (COSTA; TAVARES, 2016).

Nesse mesmo ano foram realizadas formações em economia solidária além da criação e início da regulamentação do Projeto de Lei de fomento à economia solidária no município de Crato, a qual se deu em audiência pública pelo poder executivo. Essa Lei tem por objetivo ser um projeto piloto que poderá ser executado em outras cidades do Cariri cearense. Embora tenha sido aprovada ainda em 2012, ainda se encontra em processo de efetivação, sendo necessário formar um Conselho Municipal de Economia Solidária e criar um fundo orçamentário para fomento de práticas solidárias no município (COSTA; TAVARES, 2016).

Os primeiros anos de atuação do FOCAES foram marcados por uma mobilização inicial fraca, não havendo sistematização de dados até o ano de 2012. Assim, no ano de 2013 foi iniciado um processo de acompanhamento e sistematização de dados mais assídua pelos alunos e alunas pesquisadores e pesquisadoras da Universidade Federal do Ceará, Campus Cariri, atual Universidade Federal do Cariri – UFCA, e também integrantes da ITEPS.

Durante o ano de 2013 foram realizadas 12 reuniões, em cinco cidades do Cariri cearense (Crato, Juazeiro do Norte, Barbalha, Lavras da Mangabeira e Várzea Alegre)

mobilizando e conhecendo os movimentos de ecosol locais e abrangendo um número de presentes da ordem de 468 participantes, durante todo o ano, dentre os quais 56% advindos de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), 23% de Entidades de Apoio e Fomento (EAF) e 21% dos Poderes Públicos (PP). Importante ressaltar que a participação do poder público de forma continuada é uma característica do FOCAES. (COSTA; TAVARES, 2016).

O ano de 2014 foi marcado pela efetivação de 11 reuniões nas cidades de Crato, Juazeiro, Barbalha, Cariri e Várzea Alegre, com 407 participantes no total. Este ano apresenta um menor engajamento de instituições públicas e entidades de apoio e fomento. No entanto é possível afirmar que 46,4% foram participantes de EES, 34,1% correspondeu a participação de EAF e 19,5% foram representantes do PP (COSTA; TAVARES, 2016).

O ano de 2015 se iniciou com o processo de regulamentação da Lei que criou o Fundo e o Conselho Municipal de Ecosol na cidade de Crato e, enfim, das negociações com o poder público para validação do processo. Na sequência do ano podemos anotar os seguintes eventos de forma destacada: a criação de uma agenda na Câmara Municipal de Barbalha para dar início à regulamentação da lei de ecosol na cidade; a participação efetiva dos integrantes do fórum no I Encontro Regional de Economia Solidária do Cariri, organizado pelo Programa Institucional de Extensão (PIE) da UFCA denominado Trabalho, Renda e Economia Solidária e pela ITEPS, na URCA (Campus CRAJUBAR); e a criação do portal de ecosol do Cariri a partir de projetos de extensão da ITEPS/UFCA (COSTA; TAVARES, 2016).

Nesse mesmo ano houve 8 reuniões que se concentraram na Região CRAJUBAR (Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha), totalizando 183 participações. O número de entidades de apoio e fomento participando do fórum aumentou relativamente, representando 40% do total. O poder público representou 22% da participação deste ano. Esse aumento se deu quando o fórum começou a articular de forma mais contundente a instituição de marco legal da ecosol nas cidades de Crato e Barbalha e empenhar esforços em buscar novas parcerias (COSTA; TAVARES, 2016).



## 4.2 A HISTÓRIA CONTINUA: A EXPERIÊNCIA DO FOCAES NO ANO DE 2016

O período de 2016 será descrito a partir da atuação do FOCAES e pela observação participante da autora principal deste artigo, que esteve inserida no processo como membro do FOCAES responsável por sistematizar os dados do período e ajudar no fomento de ações neste período de tempo.

As iniciativas, discussões e os encaminhamentos das reuniões/ações do Fórum Caririense de Economia Solidária, de janeiro a dezembro de 2016, estão sistematizadas no Quadro 1.

**Quadro 1 - principais discussões, ações e encaminhamentos do focaes no ano de 2016**

<b>MÊS/2016</b>	<b>DISCUSSÕES, AÇÕES E ENCAMINHAMENTOS</b>
Janeiro	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Dia 12 - Reunião com Dr. Leitão no Parque de Exposição/Crato;</li> <li>- Dia 17 - Participação da Coordenação no Forró dos Idosos no Parque de Exposição/Crato;</li> <li>- Dia 25 - Preparação da Reunião de Planejamento 2016 – Mesa Brasil SESC;</li> <li>- Dia 27 - Apresentação da Avaliação 2015 e Planejamento do 1º semestre de 2016 – Auditório do SESC/ Crato;</li> <li>- Dia 28 - Participação no Lançamento do Portal da Economia Solidária do Cariri no Geopark/Crato.</li> </ul>
Fevereiro	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Dia 02 - Reunião do GT para discutir Regulamentação da Lei nº2813/2012 da ECOSOL e a Criação do Conselho Municipal do ECOSOL - Prof. Geovani, Heliane, Ianamar, Victória Regia, Mara Guedes e Sr. Novo no Mesa Brasil-Sesc/Crato;</li> <li>- Dia 17 - Reunião Ordinária - Apresentação do Portal de Economia Solidária (UFCA), Coordenação - ACB/Crato;</li> <li>- Dias 19 e 20 - Cariri Frutas- SINTTROEC - Expedito e Margarida (titulares) e Tereza – ACB (Suplente) na Expocrato;</li> <li>- Dias 24 e 25 - Reunião da RCSES para o Planejamento - Fortaleza: Centro de Formação Frei Humberto (Não teve representação).</li> </ul>
Março	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Dia 02 - Rede de Feiras Agroecológica e Solidária do Cariri UFCA – Mira e feirantes do CRAJUBAR REFESA/Crato - ITEPS;</li> <li>- Dia 02- Reunião no Auditório da REFESA para tratar do Recurso destinado ao FOCAES;</li> <li>- Dia 16 - Encontro de Análise de Conjuntura e preparação para o encontro macro regional Nordeste – UFCA - UNAB/Barbalha.</li> <li>- De 17 a 19 – 13º Encontro da Coordenação Nacional – FBES – Luziânia/GO – Representante do RCSES.</li> </ul>
Abril	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Dia 07 - 1ª Reunião do GT do Marco Legal no SESC- Mesa Brasil.</li> <li>-Dia 08 - Reunião do GT com Secretário de Desenvolvimento Econômico e Turismo e sua equipe;</li> <li>- Dia 12 – Envio Ofício p/ Prefeito e Secretários (Reunião);</li> <li>- Dia 13 - Foi protocolado ofício (processo nº 201604130847)</li> <li>- De 12 a 14 - Encontro Macro Regional Nordeste Vila de Poetas – Maranguape/CE – Sem representatividade;</li> <li>- Dia 18 - Reunião do GT no SESC - Mesa Brasil para preparação reunião com gestores para concluir o processo de regulamentação;</li> <li>- Dia 19 - Reunião com gestores e membros do FOCAES no auditório da secretaria de saúde;</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Dia 20 - Formação em Práticas de Economia Solidárias (Fundos Rotativos Solidários, Comercialização, Selo de Certificação) - Coordenação e ITEPS / UFCA - UFCA;</li> <li>- Repasse sobre o V Encontro do FBES;</li> <li>- Repasse sobre a Reunião da Macro região;</li> <li>- Repasse sobre a Lei Municipal da ECOSOL – GT;</li> <li>- Repasse sobre a Criação do Conselho Municipal de ECOSOL – GT;</li> </ul>
Maio	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Dia 13 – Chegada da Mestranda Aline e Equipe Francesa – Coordenação;</li> <li>- Dia 14 e 15 – Realização do Documentário sobre ECOSOL no Empreendimento do Sítio Coité - Coordenação;</li> <li>- Dia 18 - Formação em PNAE e PAA - Coordenação/UFCA - Barbalha</li> <li>- Agendamento do Planejamento de Formação para o 2º Semestre 2016 – Coordenação;</li> <li>- Apresentação da minuta do Projeto das Ações que demandam os Recursos nas atividades do Fórum, pelo município do Crato - Coordenação.</li> </ul>
Junho	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Dia 07 – Reunião GT sobre Projeto das Finanças do Orçamento de R\$ 60.000,00 alocado no Projeto 11.334.0016-1046 da Prefeitura Mun. Crato - GT;</li> <li>- Dia 13 – Envio Ofício para SEMASP (Sec. Mun. de Meio Ambiente), solicitando a utilização da Praça Pe. Cícero para realização da 3ª Feira da REDE de Feiras Agroecológicas e Solidária da R. Cariri - Coordenação;</li> <li>- Dia 15 - Planejamento de 2º semestre de 2016 – Coordenação - SESC/Crato.</li> </ul>
Julho	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Dia 06 – 3ª Feira da REDE de Feiras Agroecológicas e Solidária da Região Cariri na Praça Pe. Cícero – UFCA/ ITEPS;</li> <li>- Dia 08 a 10 – 12ª Feira Latino Americana da ECOSOL – Centro de Referência de ECOSOL Dom Ivo Lorscheiter – Santa Mª /RS – Representando a Coordenação (Sr. Expedito);</li> <li>- Dia 20 – Planejamento p/ o 2º Semestre; visita do Sr. Carlos representando a RCSES (Rede Cearense de Econ. Solidária);</li> <li>- Dia 21 - Formação em Economia Solidária Feminista – Núcleo Extensão, Desenvolvimento Territorial - UFCA</li> </ul>
Agosto	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Dia 03 – Reunião de Planejamento de ações para 2º semestre de 2016 - Auditório da FETRAECE;</li> <li>- Dia 18 e 19 – Encontro Estadual da RCSES – Centro de Formação Frei Humberto – Fortaleza/CE - S/ representação; 1) Dia 20 – Reunião da Coordenação com Prefeito do Crato e apresentação dos Doc. sobre: Regulamentação da Lei nº 2.813/2012, Crato/CE, 05 de dezembro de 2012; 2) Repasse alocado dentro do orçamento programa para 2016, projeto código 11.334.0016 1.046, cujo valor corresponde a R\$ 60.000,00, a economia solidária desse município; 3) Criação do Conselho Municipal de Economia Solidária.</li> </ul>
Setembro	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Dia 05 – Reunião da Coordenação e Gestor Municipal e convidados – Prefeitura Municipal do Crato – Não aconteceu;</li> <li>- Dia 12 - Reunião da Coordenação no SESC/Crato p/ agendar reunião c/ Secretários Municipais;</li> <li>- De 20 a 24 – Curso Estadual de Formação de Educadores (RAS) em ECOSOL – Fortim/CE – Representante da Coordenação Ianamar;</li> <li>- Dia 21 - Formação PAA - Programa de Aquisição de Alimentos e PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escola – SESC/Crato; Informes Expofam .</li> </ul>
Outubro	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Dia 10 – Feira da EXPOFAM – Parque de Exposição Pedro Felício;</li> <li>- Dia 19 – Participação do FOCAES na III Mostra UFCA, no Campus Juazeiro do Norte;</li> <li>- Reunião do FOCAES e dos envolvidos na III Mostra UFCA com o objetivo de promover o conhecimento crítico e socialmente comprometido para o desenvolvimento territorial do Cariri.</li> </ul>
Novembro	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Dia 07 - Ofício ao Procurador Geral do Município de Crato solicitando viabilização de convocação do Poder legislativo;</li> <li>- De 15 a 17 – Reunião FBES – Contagem Minas Gerais – Sem representação do Estado;</li> <li>- Dia 16 – Reunião com Apresentação da Linha do Tempo do FOCAES (Dorinha); Informe sobre Feirão de Socioeconomia Solidária (15 a 17 de dezembro em Fortaleza); Informe Bazar Cáritas;</li> <li>- Dia 17 – Envio ofício gerente regional Cogher solicitando um titular e suplente em substituição a Mª das Dores;</li> <li>- Dia 22 – Ofício a Pró-reitora da URCA, solicitando apoio de transporte para o Feirão;</li> <li>- Dia 30 – Audiência da Coordenação/ GT com Procurador;</li> </ul>

	- Dia 30 – Reunião Coordenação na Cáritas p/ viabilidade de representantes para o 15º Feirão em Fortaleza.
Dezembro	- Dia 06 – Reunião do FOCAES e público em geral para Avaliação das Atividades do ano corrente; - Fala da Profª Dra. Laudeci Martins: A atual conjuntura econômica e os desafios da ECOSOL no Brasil - Fala da Mestranda Altamira: Discussão, construção a respeito da matriz FOFA e sua eficiência para obtenção de dados reais sobre o estudo de caso FOCAES e sua importância para o planejamento do FOCAES em 2017. - Construção da Matriz FOFA pelos próprios atores do fórum.

Fonte: Os autores (2016).

O ano de 2016 embora tenha tido menos participação do que todos os anos anteriores (com exceção em 2015) e menos reuniões regulares durante o ano, foi marcado por ações contínuas, principalmente no quesito da construção de um marco legal que validasse a ecosol no Cariri cearense.

Nota-se que a coordenação executiva estava empenhada em atividades de fortalecimento dos movimentos de ecosol no Cariri, o que pode ser evidenciado pelas reuniões e audiências com o poder público para criação do Fundo e o Conselho para fomento da ecosol nas cidades de Crato e Barbalha. Essas cidades têm sido projetos pilotos, com intenção de ampliação para outras localidades do Cariri cearense.

As reuniões se concentraram, como em 2015, nas cidades de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha. Estas totalizaram, no decorrer do ano, 192 participantes, conforme pode ser visualizado na Tabela 1.

**Tabela 1 - Frequência por setor de participação e município nas reuniões do focaes em 2016**

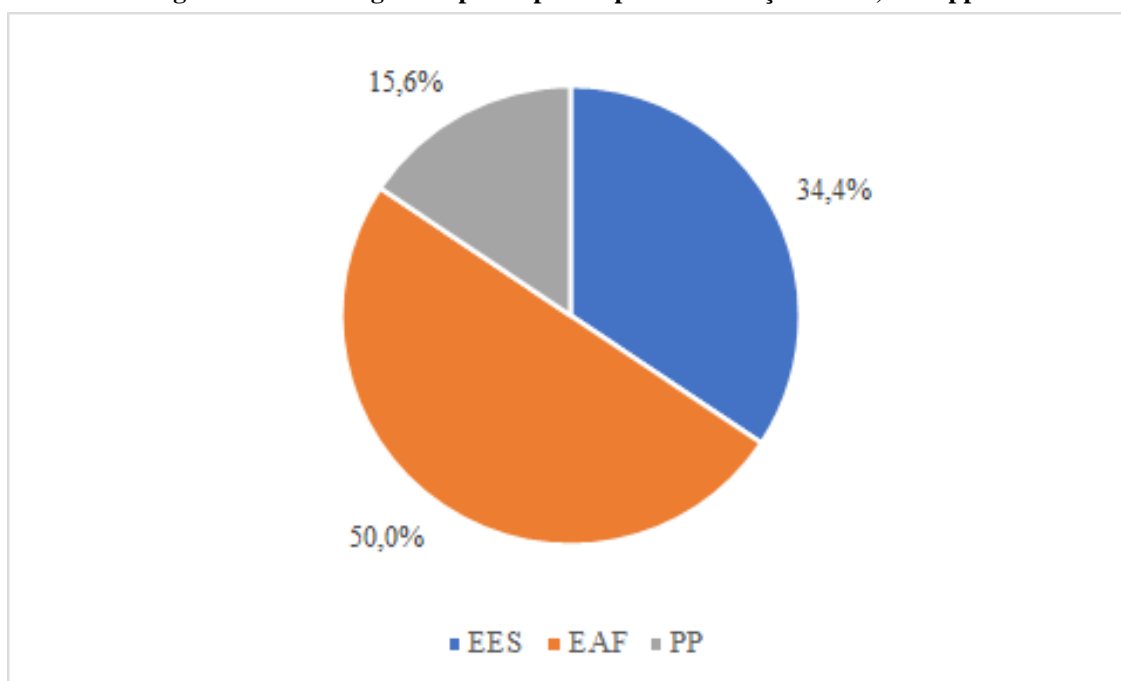
MES/2016	DATA	EES	EAF	PP	Total	Local
Janeiro	27/01/2016	18	20	2	40	Crato
Fevereiro	17/02/2016	4	14	2	20	Crato
Março	16/03/2016	6	8	2	16	Barbalha
Abril	19/04/2016	4	5	5	14	Crato
Mai	18/05/2016	4	9	3	16	Crato
Julho	20/07/2016	4	5	3	12	Crato
Agosto	03/08/2016	7	8	2	17	Crato
Outubro	19/10/2016	4	5	3	12	Juazeiro do Norte
Novembro	16/11/2016	2	9	6	17	Crato
Dezembro	06/12/2016	13	13	2	28	Juazeiro do Norte
Total: 10 reuniões		66	96	30	192	

Fonte: Os autores (2016).

Nota-se que a frequência de participantes reduziu no decorrer dos meses do ano (assim como em relação aos anos anteriores). Essa redução se deve essencialmente a uma mudança de prioridade entre os coordenadores do fórum, que passaram a concentrar esforços para ações em torno do um marco legal e de viabilização de atividades desencadeadoras de incentivo da ecosol no Cariri.

Na Figura 1, é possível visualizar a porcentagem média, da participação e cada setor do fórum no período.

**Figura 1 - Porcentagem de participantes por classificação de ees, eaf e pp.**



Fonte: Os autores (2016).

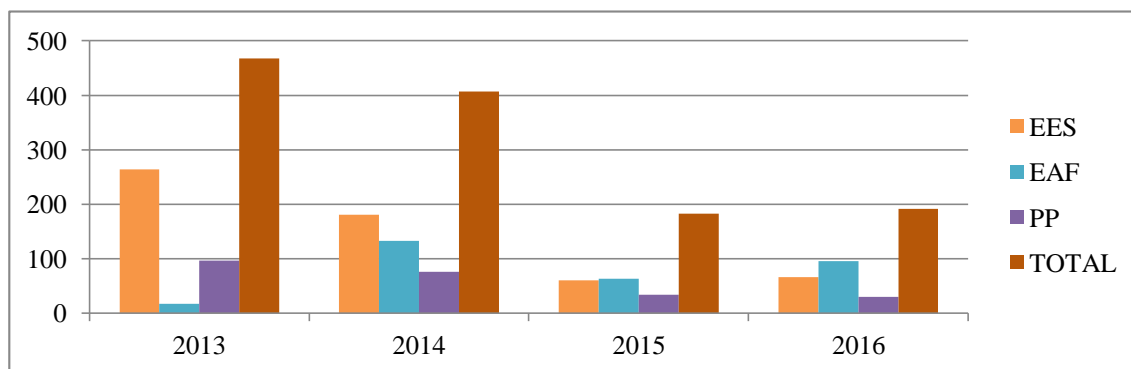
De acordo com o exposto na Figura 1, no ano de 2016 houve um menor engajamento do poder público, representando apenas 15,6% das organizações atuantes. Por outro lado, o número de entidades de apoio e fomento e empreendimentos econômicos solidários aumentou, relativamente, representando 50%. Igualmente positiva foi a variação da participação dos EAF, que totalizou e 34,4% do total.

Assim, após expor a atuação do FOCAES, em especial no ano de 2016, segue na próxima seção uma visão panorâmica de desempenho do fórum, fruto da junção de todos os dados existentes desde o início da sistematização.

### 4.3.0 FOCAES DE 2013 A 2016: UM OLHAR PANORÂMICO

De acordo com os dados existentes é possível fazer algumas afirmações, como a redução do número de participações no fórum, que foi de 468 em 2013 para 192 participantes em 2016, ou seja, reduziu em mais da metade. A Figura 2 ajuda numa melhor visualização desse dado.

Figura 2 - Participações institucionais no FOCAES de 2013 à 2016.



Fonte: Os autores (2016).

Identifica-se que essa redução foi provocada por conta das reuniões que deixaram de ser mais itinerantes e se concentraram na região CRAJUBAR, especialmente na cidade de Crato. Além disso, é possível afirmar que o FOCAES sofreu influência do contexto político nacional, marcado pela ruptura, no ano de 2015, do governo progressista presente na esfera nacional desde 2002. É tanto que no ano de 2016 foi extinta a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), que era responsável pela frente de ações de incentivo à ecosol no Brasil.

Além disso, a observação participante permite afirmar a necessidade do fórum dialogar mais com o poder público e com as entidades de apoio e fomento, além de propor estratégias para conseguir atuar nas 28 cidades do Cariri, dialogando mais com o território. No que se refere aos EES's, este diálogo é necessário para que estes possam conhecer os objetivos do fórum e atuar na sua rede, que está em constante transformação, mostrando-se como potências de discussões e articulações para fortalecer a economia solidária na região.

Considerando os registros dos dados, a partir de 2013, verifica-se que houve um total de 1250 participações no período até dezembro de 2016. Apesar de a participação ter se reduzido à metade no período, nota-se que as atividades permaneceram contínuas,

como a prática de reuniões mensais, luta pela definição do marco legal e incentivo às feiras agroecológicas.

Quanto ao registro das reuniões do fórum nota-se que ocorreram de modo contínuo, mesmo que não tenham sido efetivadas em alguns meses do ano. Nas reuniões de balanço geral, realizadas sempre no início do ano, observou-se que a média de execução das ações planejadas para os períodos se cumpriram em cerca de 80%, o que é um dado de grande importância, pois significa que o fórum tem mantido sua proposta de fortalecimento junto aos empreendimentos solidários econômicos.

Observa-se que o fluxo de participações/ações do fórum se fez mais significativo e com um maior número de organizações atuantes quando as reuniões se propuseram a se realizar em diferentes cidades do Cariri. Essa atividade condicionava o fórum a ver as emergências daquela localidade, o que estimulou algumas das instituições participantes a permanecerem até o fim de 2016 acompanhando as discussões, interagindo com a rede e adquirindo conhecimentos para fortalecimento do movimento da ecosol na sua cidade. Isto ocorreu mesmo de longe ou pelo grupo de diálogo denominado “Economia Solidária no Cariri” criado no aplicativo de celular Whatasapp. Neste grupo, todos têm acesso às informações, mantendo-se atualizados em tempo real das iniciativas de economia solidária no Cariri, sobretudo sobre o FOCAES.

Se um grupo coletivamente organizado se fortalece, este articulado ao fórum e por conseguinte, a uma rede local é capaz de trazer muitos benefícios para sua organização, seja na formação, no empoderamento dos atores ou fortalecimento da luta da economia solidária. Desta forma os fóruns,

[...] têm sido um instrumento importante de articulação política da sociedade civil que se constituem em espaços de formação, informação e planejamento de estratégia conjunta para intervenção nas políticas públicas, sendo o Fórum Brasileiro de Economia Solidária sua expressão máxima (OLIVEIRA; BEATRIZ, 2015, p.261).

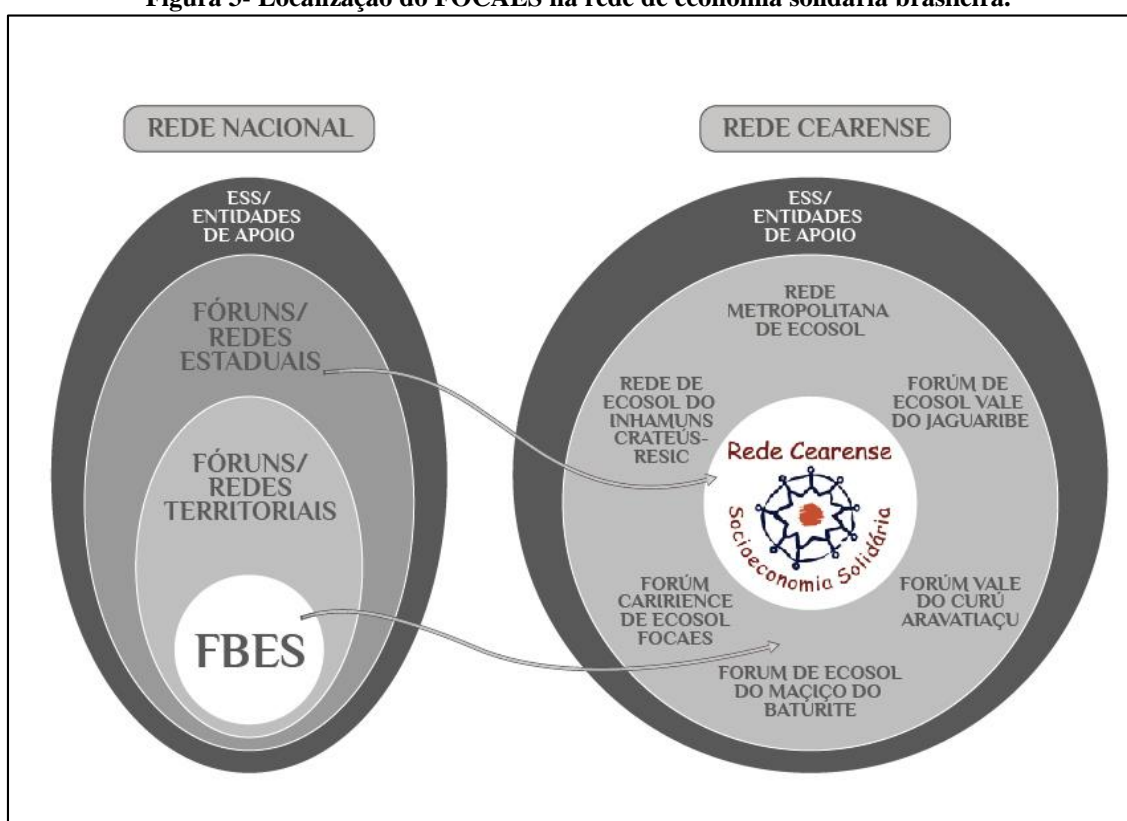
Nesse sentido, a partir de todos os dados obtidos, percebe-se como as instituições que atuam junto ao FOCAES, principalmente as que permaneceram atuantes no decorrer do tempo, criaram uma rede de atuação da ecosol no Cariri. Estas mantiveram-se inovadoras e fortalecidas a partir da interação com as discussões e ações do fórum, além evidenciarem o entendimento de como um movimento de ecosol deve atuar por intermédio da prática constante dos seus princípios.

Assim, dada a articulação do FOCAES como um ponto da rede de cooperação solidária importante que se formou no Cariri cearense, partiremos para a compreensão de como esta dialoga com a rede brasileira, bem como outras redes locais de economia solidária. Este é o propósito central da próxima seção.

#### 4.4.0 FOCAES E SUA ARTICULAÇÃO EM REDES

O FOCAES dialoga e se articula desde o contexto nacional ao local conforme exposto na Figura 3.

**Figura 3- Localização do FOCAES na rede de economia solidária brasileira.**



Fonte: Elaboração própria. Adaptado da apresentação da professora Victória Arrais na 1º Reunião de Planejamento do FOCAES em 27/01/2016

A Figura 3 mostra, ainda, que o FOCAES é um dos 6 fóruns existentes na Rede Cearense de Socioeconomia Solidária. É importante ressaltar que uns levam no nome a designação “rede” e outros a denominação “fórum”. Os Empreendimentos Econômicos Solidários e as Entidades de Apoio e Fomento se encontram no último nível para informar que o contexto e expansão do campo da ecosol no Brasil não tem limites e pode ser expandido como uma teia.

No contexto local, desde 2013 foram mapeadas 109 instituições caririenses que participaram ou ainda participam das reuniões e do movimento de ecosol, a partir de reuniões e ações do fórum. Desse total, 50,9% são empreendimentos econômicos solidários, 30% são entidades de apoio e fomento e 19,1% são representantes do poder público. Logo, é preciso melhorar a participação das instâncias governamentais, dado que o Estatuto do FOCAES afirma que para um funcionamento mais eficaz do fórum e, conseqüentemente, de suas ações é preciso que o mesmo atue com, pelo menos, 50% de representantes de EES, 25% de EAF e 25% de PP, essencial para executar deliberações e tomada de decisões em plenária (FOCAES, Art. 7º, III, §8º p.4).

Assim a observação participante, bem como o trato e sistematização dos diferentes dados ao longo desta pesquisa possibilita que se afirme que o FOCAES cumpre seu papel de dialogar, integrar e fortalecer os EES. Isto mesmo com as recorrentes restrições financeiras, sendo um ponto da rede que fortalece os movimentos de economia solidária no Cariri cearense.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Fórum Caririense de Economia Solidária tem sido caracterizado pela forte presença e manutenção de um diálogo constante, que reflete e debate com esforço de potencializar a rede que se formou em sua volta mediante a promoção de integração das EAF's e PP's com os EES's. Nota-se que há uma resistência por parte dos poderes públicos para abraçar as causas sociais o que é uma necessidade para efetivação do marco regulatório municipal.

O Fórum proporcionou avanços para o fortalecimento da ecosol no Cariri. Entretanto, ainda há necessidade dos sujeitos se subjetivarem quanto aos princípios da ecosol e seu papel enquanto pertencente a uma organização. Outrossim, também é requerido que esses sujeitos atentem ao fato de que o fórum é um movimento cooperativo solidário que requer compromisso com suas atividades para que se possa constituir um ambiente mais cooperativo, justo e afetivo.

O fórum tem sido um espaço que busca soluções para o atendimento das necessidades dos empreendimentos, entretanto é precário no que diz respeito aos



processos de formação técnica, deixando a questão sempre para segundo plano. Nesse sentido, os seus membros afirmam que lhes faltam recursos e apoio público.

O fluxo de participações vem se reduzindo. Percebe-se que as participações eram mais efetivas quando em 2013 as reuniões se propuseram a serem itinerantes. Assim, é necessário um movimento em cada cidade que o fórum abrange, para torná-lo conhecido nesses espaços, garantir mais representações, conhecer as emergências locais e fortalecer essa rede com articulação de diversos objetivos sociais, econômicos, culturais e ambientais.

Todavia, embora as participações estejam reduzindo, foi visto que os EES's que se mantiveram atuando no FOCAES se desenvolveram nas suas atividades, no empoderamento e na própria subjetivação dos princípios econômicos solidários, como a solidariedade, cooperação e autogestão.

## REFERÊNCIAS

CATTANI, A. D. *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003.

COSTA E TAVARES. *Experiências do Fórum Caririense de Economia Solidária*. In: TAVARES, A. O.; SILVA, L.B.; SILVA, S. R.O.; PAIVA, V. R. A. (Orgs.) *Incubação em economia solidária: contextos, desafios e perspectivas*. Juazeiro do Norte: Universidade Federal do Cariri, 2016.

FOCAES. *Estatuto do Fórum Caririense de Economia Solidária*. Crato, 2010.

FRANÇA FILHO, G. C. Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais. In: *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v.12, n.1, p. 9-19, junho 2002.

LAVILLE, J. L. et al. *L'économie solidaire, une perspective internationale*. Paris: Lavoisier, 1994.

LEITE, M. L. S. (et al.). *O Fórum Caririense de Economia Solidária como Possibilidade de Integração entre Empreendimentos de Economia Solidária, Entidades de Apoio e Fomento e Poder Público Local no Cariri Cearense*. ENAPEGS, Florianópolis –SC, 2011.

MANCE, A. E. *Redes de colaboração solidária: Aspectos econômico-filosóficos: complexidade e libertação*. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 32. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

NELSON, E. C. N. (et al.). *Agroflorestando o mundo de facção a trator: Gerando Práxis Agroflorestal em Rede*. Associação dos Agricultores Agroflorestais de Barra do Turvo e Adrianópolis -Cooperafloresta. Barra do Turvo, 2016.

OLIVEIRA, J. A.; BEATRIZ, M. Z. Fortalecimento do Fórum Municipal de Economia Solidária: um estudo de caso. *In: Psicologia Argumento*, Curitiba, 33(80), 242-254, jan./mar., 2015.

SANTOS, A. V. *Redes de cooperação solidária e desenvolvimento regional sustentável: um estudo de caso sobre o Fórum Caririense de Economia Solidária – FOCAES*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Cariri, 2017.

YIN, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 3. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

# CAPÍTULO IX

## SUSTENTABILIDADE: UM CAMINHO EM CONSTRUÇÃO NO PROJETO PEQUI VIVO NOS SÍTIOS CRUZEIRO E JATOBÁ

Ana Isabel Calixto Donelardy<sup>1</sup>  
Cláudia Araújo Marco<sup>2</sup>

### 1. INTRODUÇÃO

A contemporaneidade nos permite tecer estudos relacionados a perspectivas da sustentabilidade de forma mais contundente e consistente, pois na época da Revolução Industrial as ações de todas as esferas de comando e controle dos países se concentravam em instalar indústrias sem preocupações ambientais. Porém, nos anos 70, tornaram-se mundiais os questionamentos acerca da utilização inadequada dos recursos naturais, conforme comenta Dias (2011).

É sabido que mesmo diante de tanta escassez de recursos naturais na atualidade, as atitudes individuais do ser humano ainda estão longe de vir a solucionar os danos causados durante os desacertos da busca pelo lucro incessante.

A sustentabilidade surge como uma nova ordem de sobrevivência e equilíbrio e não mais aparece como um modelo utópico citado por Chacon (2007). Como uma realidade de pequena escala, as comunidades estão vivenciando modelos sustentáveis que precisam ser estudados e divulgados.

A construção dessa pesquisa surgiu a princípio depois das primeiras visitas às comunidades dos sítios Cruzeiro e Jatobá, no Crato, em setembro de 2014. As pesquisadoras ao entrar em contato com as comunidades perceberam a carência em todos os aspectos naqueles moradores. Essa visita inicial deu-se para a execução de um projeto

---

<sup>1</sup> Mestre em Desenvolvimento Regional Sustentável pela Universidade Federal do Cariri. Coordenadora do Núcleo de Sustentabilidade no Centro Universitário Dr. Leão Sampaio de Juazeiro do Norte.

<sup>2</sup> Doutora em Agronomia (Fitotecnia) pela Universidade Federal do Ceará. Professora Associada da UFCA e Coordenadora do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Horticultura do Centro de Ciências Agrárias e Biodiversidade, UFCA, Crato, CE.

de extensão para elaborar ações com vistas a melhorar a qualidade de vida dos moradores de tais localidades. Logo nas primeiras visitas, identificou-se que os moradores dessa comunidade tinham o acesso muito restrito a água, sendo este bem primordial a existência humana. Através de políticas públicas muitos tiveram acesso às cisternas de placas, e captam a água das chuvas que abastecem estes equipamentos, que são exclusivamente para o uso doméstico. Porém a quadra invernososa tem ficado cada vez menor e menos milímetros têm sido armazenados. Nos meses de agosto, quando normalmente começam as secas mais severas, até as próximas chuvas, os moradores dessa comunidade são abastecidos por caminhões pipa que comercializam água uma vez por semana para os que conseguem adquirir.

Os sítios Cruzeiro e Jatobá localizam-se na zona rural da cidade de Crato – CE, nas imediações da chapada do Araripe. Conversando com os moradores logo detectou-se que as principais rendas da comunidade são a aposentadoria e os benefícios sociais, com destaque para o bolsa família. Entretanto, o “protagonista” identificado por eles como a fonte de renda mais importante é a coleta de pequi, sendo que a agricultura familiar aparece também como um item relevante neste quesito.

Entretanto, coleta de pequi nos tempos de safra, que dura por um período de três a quatro meses. Com isto, observou-se que havia desperdício do poder de comercialização, pois o fruto é altamente perecível e precisa ser comercializado por valores irrisórios, o que traz prejuízos a comunidade. Segundo alguns moradores, frutos já foram queimados ou enterrados pelo excesso de colheita.

Posteriormente às primeiras visitas surgiu o edital do banco Santander Universidades, que se propõe a dar premiações em dinheiro para projetos em comunidades. Diante do problema relacionado à comercialização do pequi, escreveu-se um projeto, que ficou denominado “Pequi Vivo”, sendo um dos premiados dentre mais de oitocentos no Brasil. Este projeto previa, então, a construção de um galpão de beneficiamento de pequi, englobando, para além disto, um modelo de negócio com o fim de se evitar o desperdício do fruto. A implantação de um galpão de beneficiamento de pequi nessa comunidade traria supostamente uma melhoria econômica e uma mudança na concepção de trabalho, relações e perspectivas.

Com a premiação nas mãos da comunidade e alunos do projeto de extensão surge o questionamento: Quais os desafios da sustentabilidade essa comunidade enfrenta para sobreviver na zona rural? Assim, essa pesquisa teve por objetivo analisar os desafios da

sustentabilidade nas comunidades rurais que sobrevivem da coleta de pequi na comunidade dos Sítios Cruzeiro e Jatobá na cidade de Crato CE.

Para alcançar este objetivo, a pesquisa tomou como ponto de referência na coleta de dados alguns representantes de núcleos familiares das comunidades citadas, bem como a interação com os moradores destes sítios. Assim, identificou-se as principais atividades diárias realizadas e os principais desafios da implementação do projeto Pequi Vivo.

A contribuição dessa pesquisa se dá ao relatar as mudanças ocorridas nas comunidades em estudo, durante a ação de um projeto de extensão premiado que interferiu a vida dos moradores.

Os desafios da sustentabilidade na territorialização das comunidades rurais citadas e sua organização em torno do projeto de constituição do galpão de beneficiamento de pequi são muitos: os meios de comunicação pouco acessíveis, a tecnologia, o trabalho em grupo, as crenças da comunidade, as memórias de experiências (projetos) anteriores, a distância aos meios urbanos e até a implementação dos insumos básicos para o funcionamento como água e energia. Outro dos desafios deste processo é a própria definição da organização comunitária e da implantação do projeto, baseada em um outro tipo de economia conforme denomina Singer (2010).

## 2. METODOLOGIA

A pesquisa foi construída a partir de um referencial teórico com os principais autores da temática sobre comunidades rurais, desenvolvimento sustentável (desde o início da expressão que se deu por volta da década de 80) e outros temas adjacentes, como apoio às discussões.

Utilizou-se para o tratamento dos dados coletados uma abordagem qualitativa, que de acordo com Severino (2016) enfatiza a perspectiva do indivíduo ou grupos de indivíduos em estudo. Ou seja, ela impõe a interpretação do contexto em que a problemática acontece, implicando na relação entre o ambiente natural das pessoas e o ambiente da pesquisa. Essa abordagem também necessita, segundo o mesmo autor, que o pesquisador entreviste indivíduos e avalie observações, coletando evidências. Neste caso sua interpretação e análise visual também são importantes na coleta de informações.

Os Sítios Cruzeiro e Jatobá localizam-se na Chapada do Araripe, zona rural do

distrito de Santa Fé distantes aproximadamente quinze quilômetros do município sede do Crato. Este pertence à Região Metropolitana do Cariri, no extremo sul do Ceará.

Quanto à delimitação, foram acompanhados os 25 representantes (homens e mulheres) das famílias envolvidas com o projeto Pequi Vivo, pertencentes também à associação de moradores local. Estas famílias foram acompanhadas pelo grupo de alunos e professores de uma faculdade privada da região responsáveis por executar o referido projeto junto com a comunidade. Para responder à entrevista foram escolhidos aleatoriamente onze representantes dos núcleos familiares moradores das comunidades.

A observação e coleta de dados para esse estudo deu-se a partir do primeiro contato com as comunidades em setembro de 2014, até dezembro de 2017. As visitas de observação realizaram-se quinzenalmente durante esse período sempre acompanhando as ações do projeto de extensão junto com o grupo de alunos. O processo se deu com anotações das percepções dos moradores com as intervenções, como também seu modo de viver com relação às dimensões da sustentabilidade.

Assim, como ferramenta de coleta de dados foram utilizadas a observação assistemática participante e as rodas de conversas com os membros para a identificação dos impactos gerados na vida da comunidade como empoderamento, trabalho em equipe, e relação com o meio ambiente. Utilizou-se um questionário estruturado com vinte uma perguntas para a coleta de informações com os representantes dos núcleos familiares eleitos para serem os respondentes da pesquisa por ordem aleatória. Tendo em vista a ética em pesquisa, preestabelecida pela CONEP junto aos CEPs, este trabalho respeitará os preceitos éticos da Resolução 510/2016, que segue as indicações da Resolução 466/2012 quanto a beneficência, não maleficência aos seres humanos envolvidos no desenvolvimento da mesma. Desse modo, será utilizado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), destacando não apenas os objetivos, como também deixando claro que o participante não sofrerá nenhum dano, e riscos que por ventura surjam serão minimizados com a presença do pesquisador esclarecendo as possíveis dúvidas, não sendo invasivo na investigação e o deixando livre para tirar o seu consentimento a qualquer momento. As falas serão preservadas, utilizando-se pseudônimos e garantindo o anonimato do participante.

### 3. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM COMUNIDADES RURAIS

#### 3.1. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Segundo Chacon (2007), a imagem do sertão foi sempre associada à seca, à pobreza e à dependência. Isso parece ter estabelecido uma concordância de que o rural, os sítios e as comunidades rurais precisam sempre estar associadas à conchavos, lutas e conflitos nessa arena. Nesta situação, alianças políticas que se aproveitam da situação ambiental de determinadas regiões trabalham por interesses particulares e na manipulação para que os detentores do capital sempre permaneçam de forma predominante.

Segundo Leff (2009), a implantação de modelos econômicos tecnológicos e culturais ecologicamente inapropriados durante a dominação colonial e agora no capitalismo gera uma irracionalidade produtiva, no sentido do manejo ecológico ineficiente que enaltece a exploração dos recursos naturais e o enriquecimento de poucos.

Para Leff (2009), o desenvolvimento rural caracterizou-se por grandes diferenças na sua organização produtiva: ao lado de modernas empresas agrícolas, o desaparecimento de grande parte do setor de subsistência provocou uma subutilização dos recursos naturais e culturais; um grande número de pequenos produtores habitantes da zona rural estão desempregados, subempregados, ou produzindo em condições que não lhes permitem suprir suas necessidades básicas. Os preços de seus produtos são cada vez mais desfavoráveis em relação aos insumos produtivos, ou com relação à força de trabalho e tempo despendidos na coleta dos frutos da floresta a serem comercializados. O mesmo autor reflete ainda que esse modelo de desenvolvimento econômico produziu desequilíbrios nacionais e regionais, gerando efeitos de desintegração cultural e ecológica; o desenvolvimento estaria na zona urbana e ficar na zona rural seria um atraso de vida. Assim, o processo de industrialização urbana traz consigo uma ideia de transferência de valor do campo para a cidade, e a transculturação tecnológica gera degradação dos ecossistemas e desuso das práticas tradicionais das comunidades rurais, bem como a destruição das forças culturais de produção da sociedade.

O processo de transculturação para Leff (2009) fez com que se perdesse muito do saber das comunidades, impondo o saber técnico científico, muitas vezes sem levar em conta o conhecimento empírico da vida das sociedades tradicionais. Por outro lado, a visão do desenvolvimento sustentável defendida pelo autor integra a socialização entre a

natureza e os potenciais ecológicos, e estes levam ao aparecimento de novos movimentos sociais nas áreas rurais. Segundo Leff (2009), a perda do conhecimento prático elaborado pelas comunidades nas regiões rurais representa também a perda e de práticas muitas vezes mais sustentáveis dos potenciais naturais e dos territórios. Percebe-se que o capitalismo rompeu o equilíbrio entre os sistemas naturais e as formações sociais.

Diante das discussões entre o urbano e o rural o que se percebe é o enriquecimento de poucos e empobrecimento de muitos. Surge então, segundo os estudos de Singer (2010), a economia solidária, que originou-se depois do capitalismo industrial, como resposta ao empobrecimento dos artesãos provocado pela difusão das máquinas e fábricas. O autor aponta que, em meio a tanta exploração do trabalho de homens, mulheres e crianças com jornadas de trabalho intensas, surge Robert Owen, que limitou a jornada de trabalho e mostrou que essa forma de trabalhar gerava lucros.

Singer (2010) afirma que a economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a da propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à expressão da habilidade individual. Esses princípios, na prática, se traduzem na classe trabalhadora como a possuidora de capital por igual, o que difere do capitalismo onde existe a competição entre os detentores da propriedade do capital e os que vendem a força de trabalho; o resultado do formato capitalista é a competição e a desigualdade enquanto que o resultado natural da economia solidária é a solidariedade e a igualdade.

Ainda sob os estudos do mesmo autor, afirma-se que a economia capitalista fortalece a heterogestão e a competição exagerada, com poder centralizado no detentor do capital e dos bens. Na economia solidária, por outro lado, prevalece a autogestão, e as decisões são tomadas via participação direta em grupos com um número reduzido de pessoas e através de representações e votações em grupos maiores.

Segundo França Filho e Louis Laville (2004), somos habituados a pensar a economia de forma mercantil como processo único de troca de objetos, em que o dinheiro está envolvido. Assim, supõe-se o capitalismo como única forma de reger a economia, sem admitir a possibilidade de fazer de outro modo. Os autores enfatizam outras formas, que envolvem a reciprocidade e que alimentam relações econômicas não monetarizadas. Estas formas de fato permitem uma maneira de sobrevivência diferente a uma parcela significativa da população, em diversas partes do mundo.

Os mesmos autores relatam que a solidariedade, no sentido de uma ação voluntária entre as pessoas, quando realizadas em espaços públicos, desenvolve uma dinâmica no planejamento das atividades comunitárias que tratam de diversos problemas públicos.



Estes podem envolver, por exemplo, cultura, meio ambiente e educação. Entende-se, pois, que essa outra economia combina uma dimensão comunitária tradicional com a dimensão pública. Essa ação é evidenciada quando surgem as associações fortemente baseadas nos vínculos comunitários.

Chacon (2007) afirma que o ser ou não ser sertanejo, estar ou permanecer na zona rural, é uma questão que se coloca hoje com persistência, especialmente para os jovens que não veem no sertão as oportunidades que almejam. Percebe-se também que a rápida entrada dos meios eletrônicos no sertão têm promovido mudanças, que trazem um turbilhão de informações sobre um modo de vida estranho a esse lugar.

### 3.2.COMUNIDADES RURAIS

Para Bursztyn (2008), a distinção entre zona urbana e rural é um polêmico tema da atualidade, e a caracterização das comunidades rurais comumente realiza-se pela leitura de um lugar de difícil acesso, casas de taipa, ausência de veículos mecanizados, uma escola do campo específica, pela ausência de energia elétrica e água encanada. Porém, defende-se que a realidade atual da zona rural é bem diferente. Extinguiram-se as casas de taipa, sendo estas substituídas por habitações de alvenaria com suas antenas parabólicas, os acessos melhoraram, as casas estão mais próximas umas das outras, e as bicicletas e motocicletas substituem gradativamente, os jumentos e carroças; a energia elétrica, passou a ser essencial nas comunidades rurais. Neste ambiente, especialmente no contexto nordestino, ocorre também a mudança das cacimbas por cisternas de placas.

Bursztyn (2008) relata que o novo sertão é urbano, o campo foi perdendo população para os centros urbanos e grandes capitais; os vilarejos são hoje maiores e mesmo pequenas aglomerações que antes representavam apenas núcleos de casebres de famílias de trabalhadores rurais, agora sobrevivem graças a outras fontes de renda.

Os problemas ambientais acumulam-se, e a ciência e tecnologia são aplicadas como solução para quase tudo, de forma que Barbieri (2008) afirma que a ciência e tecnologia são, ao mesmo tempo, causa e solução dos problemas. Percebe-se a economia passando a ser o único horizonte de felicidade dos povos e assim surge um mal estar social e moral, conforme afirma Zaoual (2006). A sociedade perde a razão de ser, e o retraimento comunitário se torna uma das soluções para muitos grupos da população frente aos problemas que enfrentam.

Zaoual (2006) afirma ainda que o homem precisa crer e pertencer a algo, ou seja, ser integrado. Quando o lugar que ele ocupa não oferece mais conteúdos simbólicos, ele tende a procurá-lo em outros ambientes ou transformar o seu ambiente em outro que possua significado (BURSZTYN, 2008). O homem só se sente bem, segundo Zaoual (2006), quando encontra seu lugar, seu sítio. Esse imperativo existencial não é atendido pelo mercado, essa necessidade escapa das ciências racionais e econômicas que permanecem dominadas por valores utilitaristas e mercantis e não levam em conta as múltiplas dimensões da existência humana como identidade, cidadania, ajuda mútua, solidariedade e qualidade de vida.

A ausência de políticas públicas de fixação e incentivo ao homem do campo faz com que este não se sinta pertencente ao seu lugar ou que sinta ser importante. Quando o ser humano pertence a um espaço e/ou território ele cria vínculos um “sítio” simbólico de pertencimento. Zaoual (2006) complementa que a sociedade complexa aparenta um apartheid territorial, um modelo socialmente fragmentado. Em um mesmo território existe o *situs* do que tem o poder e o *situs* do marginalizado.

## 4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

A comunidade Jatobá/Cruzeiro, apesar de ser formada por dois sítios (Jatobá e Cruzeiro), concentra aspectos comuns da realidade social, econômica, cultural e, principalmente, política, em face da existência de uma só associação de moradores.

A comunidade dos Sítios Cruzeiro e Jatobá tem sido acompanhada por um grupo de alunos e professores de um centro universitário da cidade de Juazeiro do Norte, desde 2013. Este acompanhamento tem o propósito do desenvolvimento de um projeto de extensão que teve por objetivo desenvolver ações de empoderamento e responsabilidade social da instituição de ensino superior para a comunidade.

**Figura 1: Estudantes e professores da instituição de ensino junto com moradores dos Sítios Jatobá e Cruzeiro.**



Fonte: Os autores

A comunidade esteve ativamente envolvida com o projeto Pequi Vivo. As reuniões ocorrem quinzenalmente, e participam cerca de 25 representantes das famílias envolvidas no processo.

Aprende-se que administrar um prêmio dessa magnitude é um trabalho árduo que precisa de muita dedicação e amor, desenvolveu-se a verdadeira essência da extensão universitária que é olhar a necessidade do outro e ser útil a ele com os conteúdos assimilados na universidade, melhorar a vida de alguns próximos a nós. Nos consideramos felizes por isso.

Durante a convivência na comunidade, percebeu-se a carência em saúde e foram incluídas algumas orientações sobre saúde, além do empreendedorismo social já em ação pelo projeto.

A presença da universidade na comunidade foi essencial para o desenvolvimento do projeto, pois a mesma se sentia privilegiada com a presença dos mesmos, ao mesmo tempo que transmite, uma imagem de segurança e competência.

Foi desenvolvido um serviço de atividades lúdicas para as crianças da comunidade, pois os pais levavam os filhos para as reuniões e os mesmos não permitiam que os pais se concentrassem. Para tanto, firmou-se uma parceria com o curso de psicologia e foram desenvolvidas atividades, sendo que esta ação culminou no dia das crianças, onde foi realizado um dia festivo na comunidade (Figura 1). Nesta ocasião,

foram arrecadados presentes no Centro Universitário Leão Sampaio e depois levamos brincadeiras, palhaços salgados, bolo e muitas guloseimas para as crianças e suas famílias.

No primeiro ano tinham cerca de 80 crianças e uma média de 150 pessoas, no terceiro ano distribuímos 300 presentes e tinham em média 350 pessoas.

**Figura 2: Registro de evento realizado na comunidade.**



Fonte: Os autores

Outro serviço foi a necessidade relatada por eles de saúde bucal, onde firmou-se uma parceria com o curso de odontologia e foi desenvolvido uma orientação geral de higienização bucal, com posterior aplicação de flúor e parceria com a clínica escola para dar continuidade aos tratamentos, iniciando pelos mais urgentes já detectados na própria comunidade.

Devido à atividade de coleta do pequi, foi percebida também a necessidade de ter uma parceria com o curso de fisioterapia para realizar uma avaliação postural, com posterior orientações para atividades da vida diária.

O projeto Pequi Vivo estava, em 2017, no quarto ano de ação. Percebe-se a quantidade de ações realizadas, na parceria universidade e comunidade, que por vezes torna-se um ato de política pública executada por pessoas que acreditam no empreendedorismo social e na contribuição com a melhoria da qualidade de vida das comunidades rurais.

O galpão de beneficiamento foi posto em funcionamento, embora esteja se utilizando a água proveniente de uma cisterna tratada com cloro, já que a comunidade

ainda não possui água encanada. A energia trifásica foi ligada e o primeiro lote de pequis congelados foi comercializado, em parceria com os alunos da faculdade. Foram congelados 4000 pequis, e houve uma parceria de comercialização com a feirinha de orgânicos do Crato, sendo também comercializado o produto na Exposição Agropecuária do Crato (Expocrato).

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento sustentável, aquele que preconiza a qualidade de vida dos presentes sem comprometer as futuras gerações, precisa sair do discurso em todas as esferas sociais. Ao percorrer o marco teórico desse estudo percebeu-se a evolução histórica nas questões ambientais, que não deveriam ser assim denominadas, pois com o homem e a natureza na pré-história, havia harmonia; os primeiros habitantes só retiravam da terra aquilo que necessitavam para a sua sobrevivência, até que os homens começassem a se aglomerar formando as vilas e iniciando-se os processos de armazenamento e troca de recursos naturais e insumos.

Nesse momento há uma urgência de transformar todos os discursos gerados nessas discussões sobre o termo sustentabilidade em ações afirmativas.

Através desse estudo, identificou-se na comunidade rural delimitada pelos Sítios Cruzeiro e Jatobá inúmeros desafios da sustentabilidade, que se dão em todas as dimensões.

Na dimensão econômica viu-se que essa comunidade vive basicamente dos benefícios sociais como aposentadoria e bolsa família; vale salientar que, em seguida a esta, que é a principal fonte de renda, aparece a coleta do pequi no período de safra como sustento para todas as famílias residentes nessa localidade.

No período de safra, o pequi é coletado por toda a família. Esta sae pela madrugada com os sacos para a coleta e voltam com eles cheios para a comercialização. Poucas pessoas procuram comprar o fruto no local de moradia deles, tendo os mesmos que se deslocarem ao centro do Crato para efetuarem a venda.

No início da safra, quando ainda caem poucos frutos, este é bastante valorizado pela população cratense, e financeiramente é quando os moradores têm maior lucratividade. Quando começam a cair muitos frutos, eles se desvalorizam e o excedente

é transformado em óleo, ou queimado e enterrado, pois segundo eles não valeria a pena ir ao centro do Crato vender.

Na dimensão política, percebeu-se a organização e participação dos membros da comunidade nas reuniões quinzenais da associação e mensais do projeto Pequi Vivo. Eles têm conseguido melhorias para a comunidade como, por exemplo, a instalação das cisternas de placas e a construção e escavação de um poço profundo para abastecer de água a comunidade nos tempos de estiagem, embora esse poço ainda não esteja funcionando.

Existem lideranças na comunidade, porém não há participação na câmara de vereadores, eles demonstram aversão à política. O interesse dos políticos, segundo eles, se dá apenas nos períodos de eleição com promessas que nunca são cumpridas.

Nas dimensões sociais e culturais, percebeu-se que a religião é uma prática presente na comunidade. As festas dos santos e a renovação, eventos religiosos típicos da região, são elementos comuns na localidade. Existe, ainda, um grupo folclórico em que poucos participam.

Observando a dimensão territorial, percebeu-se o valor que os moradores dão ao lugar que moram. A maioria reside lá desde que nasceu, e dizem não ter vontade de morar nos centros urbanos. Eles entendem, entretanto, que não há política de territorialização, e nada é feito para que eles permaneçam no campo. Porém, esta comunidade rural, que se organizou em uma associação, para resolver suas questões sociais, recebeu a visita de um grupo de estudantes de administração para uma conversa sobre a vida e a coleta de pequi na serra, e desta, surgiu a problemática do desperdício e desvalorização do fruto. Esses alunos submeteram o projeto e receberam o dinheiro para desenvolver o galpão de beneficiamento de pequi do lado da associação que eles se reuniam. Daí em diante, a comunidade iniciou o processo de mudança e a esperança de trabalho, valorizando o seu lugar. O envolvimento da comunidade trouxe à tona a valorização do trabalho no campo, como também uma proposta de empoderamento e a sustentabilidade do local.

## REFERÊNCIAS

BARBIERI, J. C. *Gestão ambiental Empresarial: conceitos modelos e instrumentos*. 3º ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

BURSZTYN, M. *O poder dos donos: planejamento e clientelismo no Nordeste – 3ºed, revista e ampliada – Rio de Janeiro: Garamound; Fortaleza: BNB, 2008*

CHACON, S. S. *O sertanejo e o caminho das águas: políticas públicas, modernidade e sustentabilidade no semi-árido/ Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2007* <[http://www.bnb.gov.br/projwebren/exec/livroPDF.aspx?cd\\_livro=20](http://www.bnb.gov.br/projwebren/exec/livroPDF.aspx?cd_livro=20)> Acessado em:

DIAS, R. *Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade*. São Paulo: Atlas, 2011.

FRANÇA FILHO, G. C. *A Economia Solidária: uma abordagem internacional – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004*

LEFF, E. *Ecologia, capital e cultura: a territorialização da racionalidade ambiental; Petrópolis- RJ. Editora vozes 2009.*

PNUMA. Disponível em:< [http://www.onu-brasil.org.br/agencias\\_pnuma.php](http://www.onu-brasil.org.br/agencias_pnuma.php)>. Acesso em: 05 out. 2012.

SACHS, I. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Editora Garamound, Rio de Janeiro 2002

SACHS, W. *Dicionário de desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder*. Petrópolis: Ed Vozes, 2000.

SEVERINO, A. J. *Metodologia do trabalho científico*. 24. Ed. Ver. E atual- São Paulo: Cortez, 2016.

SILVINO, P. S. N. *Gestão em áreas protegidas: proposição metodológica para análise de impactos socioambientais nas comunidades tradicionais da APA Chapada do Araripe / Paulo Sérgio Silvino do Nascimento. - Rio Claro, 2013.*

SINGER, P. *Introdução á economia solidária*. 1º edição- São Paulo: 4º reimpressão Editora fundação Perseu Abramo 2010,

ZAOUAL, H. *Nova economia das iniciativas locais: Uma introdução ao pensamento pós global/ Rio de Janeiro DPDA consulado geral da França:COPPE / UFRJ 2006 – Tradução Michel Thullent.*

# CAPÍTULO X

## AGRICULTURA FAMILIAR, ECONOMIA SOLIDÁRIA E A AGROECOLOGIA: UMA EXPERIÊNCIA ECONÔMICA E SOCIAL COM AS MULHERES FEIRANTES NO MUNICÍPIO DO CRATO

Whanea Monteiro Viana Guimarães<sup>1</sup>

### 1. INTRODUÇÃO

Economia solidária pode ser definida como um modo de produção que se caracteriza pela igualdade de direitos, posse coletiva dos meios de produção e autogestão. Isso significa que os empreendimentos de economia solidária são geridos pelos próprios trabalhadores coletivamente e de forma inteiramente democrática (SINGER, 2008).

O desenvolvimento de iniciativas de empreendedorismo popular são uma das formas mais ambiciosas e promissoras de organização dos setores populares. Criam-se assim, alternativas sustentáveis de geração de trabalho e renda, seguindo os princípios da economia solidária, que se apoiam na autogestão, democracia interna, igualitarismo, cooperação, auto-sustentação, desenvolvimento humano e responsabilidade social, ou seja, compromisso com o todo social através de práticas com efeito irradiador e multiplicador. Algo bem distante das prerrogativas que balizam a economia capitalista, que se apóia na produção de mercadorias com único objetivo de comercialização, separação dos trabalhadores dos meios de produção, transformação do trabalho em mercadoria através do empregado assalariado e acumulação contínua de capital pelo detentor dos meios de produção. Tudo isso num processo de competição e de busca por eliminação dos concorrentes (GAIGER, 2004).

---

<sup>1</sup> Licenciada em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Campina Grande, Especialista em Inovação Social e Economia Solidária pela Universidade Federal do Cariri, Técnica em Agropecuária pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará.



Euclides Mance (2000), propõe a criação de um modelo alternativo ao mercado capitalista, em que um sistema em forma de redes interligadas e interdependentes poderia viabilizar uma nova racionalidade econômica pautada nos princípios da cooperação e da solidariedade. A concepção da proposta de rede parte do princípio de que unidades produtivas que operam isoladamente tendem a fracassar, pois não conseguem superar a concorrência capitalista. A alternativa das redes de colaboração solidária baseia-se no trabalho em conjunto, mediante a interligação entre movimentos de consumo e produção, por meio de mecanismos de verticalizados de produção, ou seja, do encadeamento de células produtivas, em que o bem final produzido por uma serve de insumo para outra. Esse modelo apoia-se na preferência dada aos produtos desenvolvidos e disponibilizados internamente pela rede, num processo de retroalimentação, capaz de fazê-la crescer e tornar-se cada vez mais autossuficiente. Para a viabilização deste ideal, faz-se necessário um processo educativo e informativo capaz de criar uma cultura de consumo solidário e desalienante.

Neste sentido, é relevante destacar que as feiras agroecológicas representam uma importante estratégia para escoar a produção de agricultoras e agricultores que produzem de forma agroecológica, por absorver grande diversidade de tipos de alimentos *in natura* e beneficiados e por permitir uma remuneração justa pelo produto vendido. Isto porque são os próprios produtores comercializando diretamente ao consumidor final sem passar por atravessadores.

A agroecologia, de acordo com Araújo (2009), surge como uma resposta mais ampla à hegemonia do paradigma produtivista, seja químico ou orgânico. Nesta se busca construir uma saída para a agricultura referenciada no manejo ecológico dos recursos naturais, que permita reconduzir o curso alterado da coevolução social e ecológica. Neste sentido, a agroecologia reconhece a importância do conhecimento local, em sinergia com o conhecimento científico, como potencial impulsionador de uma nova dinâmica de desenvolvimento rural calcado na sustentabilidade socioambiental e na diversidade cultural. Na perspectiva agroecológica, os estabelecimentos pequenos e médios são o locus privilegiado para se desenvolverem suas práticas e princípios.

Por sua vez, Burg (2005), aponta que, ao considerar todos os componentes do sistema de produção e ao construir feiras agroecológicas, pode contribuir para provocar as mudanças desejadas pelos movimentos das mulheres agricultoras. Isto porque pode-se dar visibilidade ao trabalho feminino, que é fundamental para a sustentabilidade e para a reprodução social da agricultura familiar.

De acordo com Pacheco (2013), a soberania alimentar é um princípio que diz respeito ao direito que tem os povos de definirem as políticas, com autonomia sobre o que produzir, para quem produzir e em que condições produzir. Soberania alimentar significa garantir a soberania dos agricultores sobre os bens da natureza desde a semente, que é um bem fundamental.

No Brasil, falar sobre a importância dos agricultores familiares é algo que chega a ser redundante. Muitos dos produtos que chegam à mesa da população brasileira, tanto sob o ponto de vista quantitativo quanto da diversidade, têm origem na agricultura familiar.

Segundo Melo (2005), a agricultura familiar é uma categoria social do meio rural brasileiro que sempre despertou o interesse de pesquisadores e pesquisadoras de diversas áreas do conhecimento. A bastante tempo têm se realizado estudos procurando compreender suas características, valores culturais, história e formas de reprodução social, que permitem sua sobrevivência e manutenção até os dias de hoje.

Com as mudanças na agricultura familiar, vemos a mulher assumir um papel cada vez mais relevante, tendo em vista a introdução da mecanização e tecnologias que facilitam as atividades, diminuindo a necessidade de força bruta, o que proporciona maior espaço de atuação às mulheres agricultoras. Mesmo assim, a situação está longe do ideal, ora por preconceito da unidade familiar, ora por falta de incentivo e capacitação. A dedicação e contribuição da mulher para com este regime vem aumentando gradativamente, uma vez que o modelo de produção da agricultura familiar utiliza pouco de mão de obra contratada, contando principalmente com a força de trabalho dos membros da família (MARION, 2016).

Rohnelt e Salamoni, (2010) dizem que quando observamos a organização nos espaços rurais nos nossos dias, mais precisamente na agricultura familiar, notamos que os mesmos têm mudado, ou melhor, evoluído para se adaptar e manter-se no meio agrícola. Neste processo de adaptação, as mulheres exercem um papel central no contexto da produção familiar, uma vez que são elas que incorporam as atividades para o auxílio da renda familiar. Isto pode se dar de diversas formas, que podem inclusive se combinar entre si: por extensão da jornada de trabalho em indústrias, pelos trabalhos doméstico e agrícola, pela transformação de matéria-prima em produtos manufaturados, pelo artesanato doméstico ou pela dedicação a pequenas unidades de comércio localizadas próximas ao local de produção.

As mulheres adquiriram historicamente um vasto saber sobre os agroecossistemas que manejam. Desempenham importante papel como administradoras do fluxo de biomassa, conservação da biodiversidade e domesticação de plantas, demonstrando em muitas regiões do mundo um significativo conhecimento sobre as espécies e recursos genéticos e filogenéticos e assegurando, por meio de sua atividade produtiva, as bases para a segurança alimentar (SEMA, 1997). As estratégias adotadas são as mais diversas, entretanto, a figura da mulher ocupa uma posição de destaque, porque é a responsável por grande parte das atividades que caracterizam a pluriatividade na agricultura familiar.

O presente trabalho foi desenvolvido na feira de produtos agroecológicos na cidade do Crato, um município brasileiro do interior do estado do Ceará. A cidade situa-se no Cariri cearense, faz divisa com o estado de Pernambuco, constituindo também um entroncamento rodoviário que a interliga ao Piauí, Paraíba e Pernambuco. Localiza-se no sopé da Chapada do Araripe no extremo sul do estado e na microrregião do Cariri, contando com quase 130 mil habitantes. (IBGE, 2016).

Segundo a Associação Cristã de Base (ACB), em Junho de 2003, a instituição criou no município de Crato a 1ª Feira de Produtos Agroecológicos, realizada semanalmente, às sextas-feiras, em frente a sua sede, na Rua dos Cariris. A feira tem proporcionado o favorecimento de outras relações com o meio ambiente e com as questões sociais nas comunidades, além do estímulo ao estabelecimento de parcerias interinstitucionais e redes de informações. Estes fatores vêm gerando referência regional, principalmente na orientação à proposição de políticas públicas, no auxílio aos trabalhadores rurais, na apresentação de técnicas e na criação de tecnologias que ajudam os agricultores a terem melhor produção e convívio com o semiárido. São comercializados na feira hortaliças, frutas, farinha, goma, batata, macaxeira, feijão, milho, carne de bode, ovos, carne de galinhas caipira, mel, comidas típicas (bolos, tapiocas, caldo, paçocas de amendoim, sucos de frutas, fubá de milho, molho de pimenta), sementes crioulas, defensivos naturais e produtos de higiene pessoal.

A presente pesquisa teve, assim, como objetivo, relatar sobre a economia solidária na feira agroecológica situada no Crato, discutindo a sustentabilidade da agricultura familiar a partir da agroecologia. Isto foi realizado a partir de contextos locais, e com apoio de pesquisa bibliográfica, e da pesquisa de campo. O foco do trabalho foi evidenciar o papel da mulher na agricultura, bem como a sua realidade. É neste cenário de proximidade, percepção de algumas questões relacionadas à sustentabilidade da agricultura familiar, relativas a um espaço pré-determinado, que este estudo se apresenta.

O presente artigo tem ainda por objetivos específicos: analisar a dinâmica da agricultura familiar, apontando a economia solidária e a agroecologia como alternativa para o desenvolvimento sustentável; analisar a percepção das feirantes acerca do tripé agroecológico: soberania alimentar, transição agroecológica e economia solidária, conceituando cada item e esclarecendo aos feirantes por meio de diálogos semiestruturados, a importância de se trabalhar o tripé em questão; diagnosticar a partir da pesquisa empírica os entraves socioeconômicos que venham a impedir a integração agroecológica e, por fim, avaliar o grau de execução, por parte dos feirantes, no que diz respeito às atividades que envolvem esse tripé.

## 2. METODOLOGIA

O presente trabalho foi realizado na feira de produtos agroecológicos na cidade do Crato, através da interação direta com as feirantes, onde realizamos atividades de junho a novembro por meio dos três eixos citados anteriormente: economia solidária, soberania alimentar e transição agroecológica.

No primeiro deles, a economia solidária, foram aplicadas entrevistas semiestruturadas com 20 feirantes, dentre os 35 agricultores e agricultoras que compõem a feira. Estas foram realizadas no mês de junho de 2018, abordando todo o processo produtivo e incorporando a cadeia desde os desafios da transição agroecológica passando pelo processamento, comercialização e consumo. As entrevistas realizadas aplicadas por meio de questionários contendo 10 perguntas relacionadas ao dia a dia das feirantes. As questões foram devidamente respondidas no decorrer do referido mês, de acordo com a disponibilidade de cada uma.

O eixo relacionado a soberania alimentar teve ações realizadas de julho a agosto, onde foi abordada a conscientização das feirantes com relação a reeducação alimentar, por meio da realização de oficinas demonstrativas relacionadas ao reaproveitamento dos resíduos alimentares. Estas foram realizadas de maneira acessível, na sede da associação (ACB), onde foram apresentadas através de slides receitas utilizando cascas de legumes e frutas bem como suas sementes, que antes eram desperdiçadas.

Ainda no mês de setembro foi abordada a observação do tripé agroecológico, ou seja, dos três eixos de forma simultânea. Neste momento foi esclarecido e conceituado cada item por meio de diálogos bem como a importância de se trabalhar este tripé.

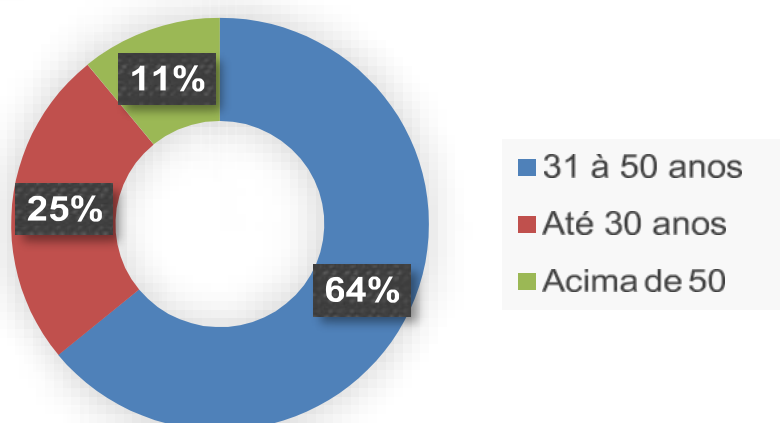
O mês de outubro foi reservado para revisão bibliográfica, bem como a análise da pesquisa feita com os feirantes e alguns visitantes através do roteiro aplicado por meio das entrevistas semiestruturadas realizadas no mês de junho.

O último encontro com as agricultoras aconteceu em novembro onde foram apresentados os resultados obtidos com base no trabalho de pesquisa realizado.

### 3. RESULTADOS

Esta pesquisa possibilitou uma ação que foi, ao mesmo tempo, de conhecimento e de intervenção, na relação direta com as trabalhadoras da agricultura familiar associadas a feira agroecológica, com momentos de avaliação e adequação das ferramentas. A partir da análise dos questionários buscou-se evidenciar as lógicas familiares do grupo pesquisado, bem como questões relativas à dependência com o mercado, sobre a ótica de seu grau de dependência tecnológica, financeira e venda de seus produtos na feira. Na sequência apresentaremos os resultados obtidos por meio dos questionários aplicados, bem como dos momentos de interação e observação junto às feirantes.

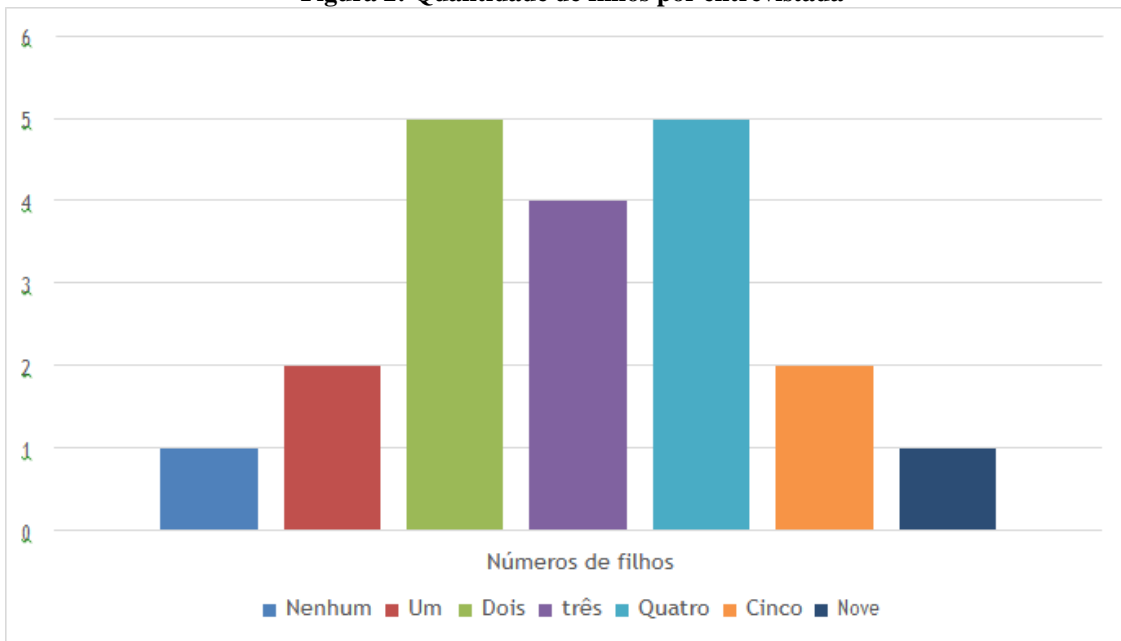
**Figura 1: Faixa etária das feirantes**



Fonte: Elaboração da autora

Pode-se observar que a maioria das entrevistadas possui até de 50 anos, sendo que a mais idosa possui 69 anos e a mais jovem 19 anos.

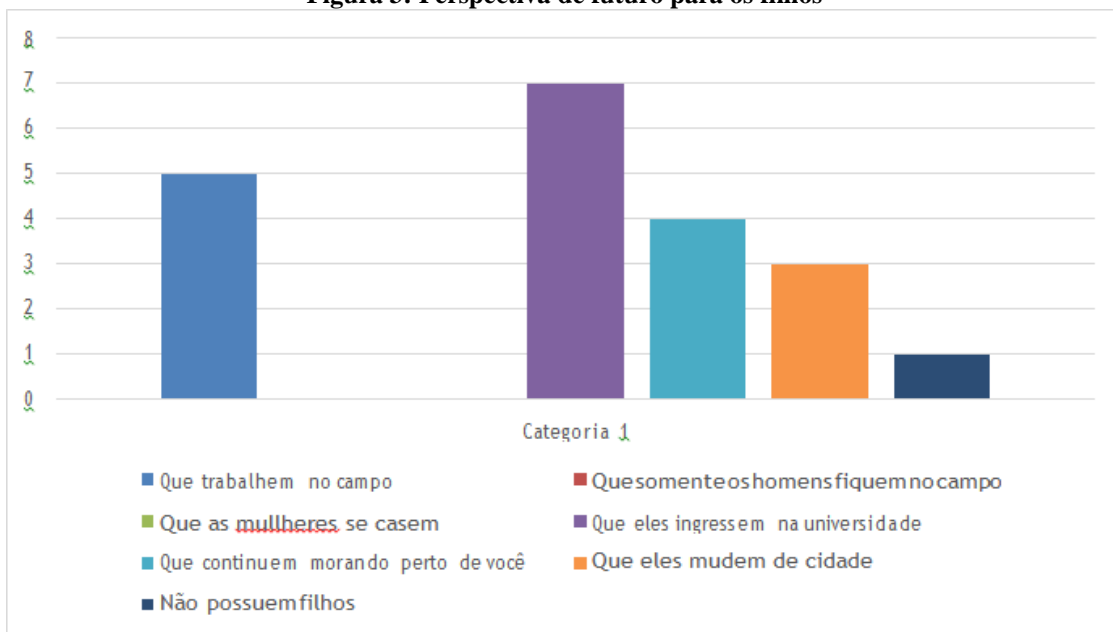
**Figura 2: Quantidade de filhos por entrevistada**



Fonte: Elaboração da autora

Podemos observar que, em um total de 20 agricultoras entrevistadas a maioria possui de dois a quatro filhos.

**Figura 3: Perspectiva de futuro para os filhos**



Fonte: Elaboração da autora

Cinco das 20 entrevistadas responderam que desejam que seus filhos continuem no campo, garantindo a lógica de reprodução da propriedade rural.

Enquanto que quatro das agricultoras pesquisadas desejam que seus filhos morem perto, na mesma cidade que elas, três agricultoras querem que seus filhos mudem de cidade para encontrar emprego e sete desejam que seus filhos ingressem numa universidade numa perspectiva de um futuro melhor.

**Tabela 1: Significado da propriedade para a entrevistada**

<b>Respostas</b>	<b>Quantidade de agricultoras</b>
É um patrimônio da minha família	11
É minha ferramenta de trabalho	9
Um bem que posso vender a qualquer momento	0
Total	20

Fonte: Elaboração da autora

Onze das agricultoras disseram que a terra é um patrimônio de sua família, sendo o único bem que possuem. Nove das agricultoras declararam que a terra é sua ferramenta de trabalho, e é dela que tiram o seu sustento e dos demais familiares. Ao analisar o que a terra significa para o produtor rural, observamos que nenhuma das entrevistadas disse que venderia sua terra a qualquer momento, mostrando a profunda ligação do produtor com a terra.

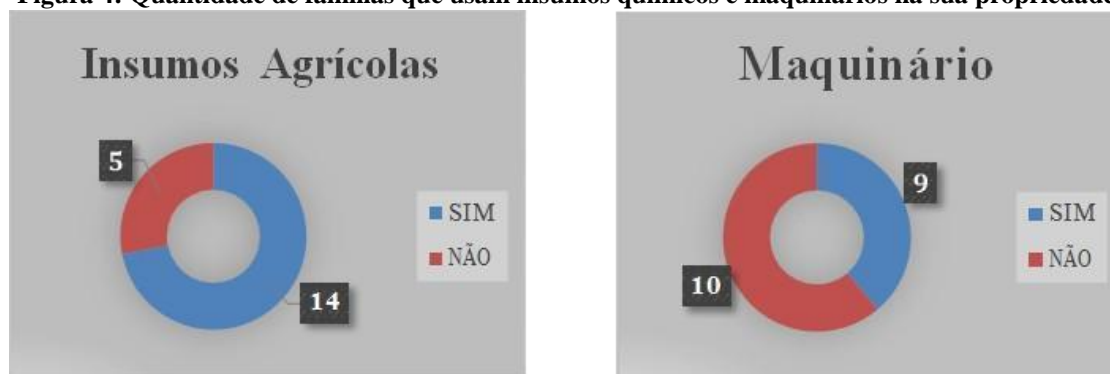
**Tabela 2: Relações de trabalho na propriedade da família**

<b>Respostas</b>	<b>Agricultoras</b>
Somente a família	15
Trabalhadores Assalariados	4
Total	19

Fonte: Elaboração da autora

Podemos observar que na grande maioria das propriedades somente as famílias trabalham na produção. Quando questionadas sobre quais produtos elas produziam foram citados os seguintes produtos: milho, feijão, leite, queijo, ovo, mandioca, batata, abacaxi, tomate, cenoura, pimentão, chuchu, repolho, alface, couve, acerola, abóbora, quiabo, cebola, cebolinha de folha, banana, manga, mamão, laranja e limão.

**Figura 4: Quantidade de famílias que usam insumos químicos e maquinários na sua propriedade**



Fonte: Elaboração da autora

Neste caso pode-se observar que todas as entrevistadas declaram que usam insumos agrícolas e destas uma maioria relata que utilizam adubos químicos a fim de corrigir as deficiências de alguns nutrientes com o propósito de melhorar a produtividade. As outras cinco agricultoras disseram não usar nenhum composto químico, eles usam somente adubos orgânicos, como esterco, húmus e compostagem. Quanto ao uso de maquinário foi visto que dez agricultoras, não usa nenhum tipo de maquinário para melhorar a qualidade de sua produção. Das nove que alegaram usar algum maquinário, nenhuma declarou ter maquinário pesado, usam somente tratores pequenos e máquinas leves para arar o solo.

**Tabela 3: Relação entre produção e comercialização**

Respostas	Quantidade de agricultores
Produz para atender o mercado (Feira)	17
Comercializo somente o excedente	2
Total	19

Fonte: Elaboração da autora

Apenas duas agricultoras disseram comercializar apenas o excedente de seu consumo, a grande maioria produz para atender o mercado. Fato que pode ser explicado na tabela 7 onde a maioria dos entrevistados declarou que sua renda provém da comercialização da sua produção.

**Tabela 4: Origem principal da renda**

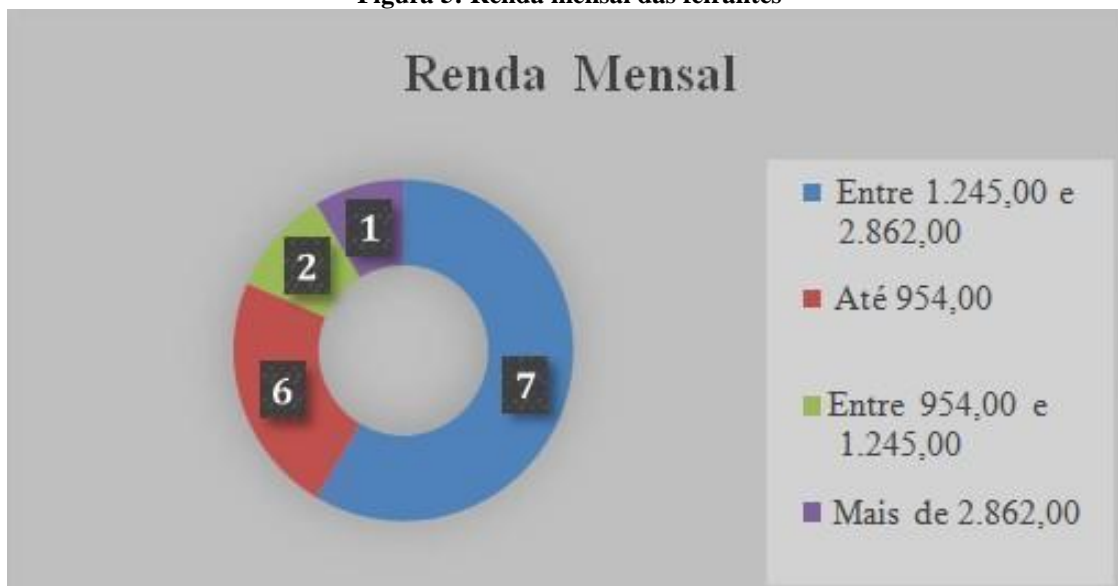
Respostas	Agricultoras
Comercialização dos produtos	15
Outros	4
Total	19

Fonte: Elaboração da autora



A partir desta tabela podemos observar que a renda de grande parte das famílias vem da comercialização de seus produtos. Apenas quatro agricultoras declararam possuir outra fonte de renda, tendo a aposentadoria ou outros benefícios como complemento da mesma.

**Figura 5: Renda mensal das feirantes**



Fonte: Elaboração da autora

Das dezesseis agricultoras que estimaram sua renda mensal foi possível observar que a maioria, apresenta salários variando de R\$ 1.245,00 até R\$ 2.862,00 (1 a 3 salários mínimos por mês). Ainda podemos observar que as que possuem renda superior a três salários complementam sua renda com os benefícios ou aposentadoria.

**Tabela 5: Se a entrevistada já ouviu falar em agroecologia**

Respostas	Agricultoras	(%)
SIM	13	68,5
NÃO	6	31,5
Total	19	100

Fonte: Elaboração da autora

Quando perguntadas sobre agroecologia muitas relutaram sequer em responder. Mas boa parte das entrevistadas disseram com suas palavras o que entendiam sobre o tema, e relataram ainda que antes de se tornarem associadas da ACB sequer tinham ouvido falar sobre agroecologia, mesmo sempre tendo praticado seus princípios básicos. Destacamos aqui alguns destaques de falas sobre o tema:

**Agricultora 1:** “Agroecologia pra mim é vida, é saúde.”

**Agricultora 2:** “Antes da associação a gente já praticava, mas nem sabia do que se tratava direito. Hoje em dia a gente sabe da importância que tem pra gente, pra família.”

**Tabela 6: Se a entrevistada já ouviu falar em economia solidária**

Respostas	Agricultoras	(%)
SIM	15	79
NÃO	4	21
Total	19	100

Fonte: Elaboração da autora

Quando questionadas sobre a economia solidária, apenas quatro agricultoras entrevistadas não souberam explicar do que se tratava exatamente, que foram as de mais idade. Mas, como observado na tabela 9, quinze das entrevistadas falaram sobre o assunto com precisão.

O fato das agricultoras venderem seus produtos diretamente para os consumidores interagindo com estes, além de serem associadas a ACB, as fazem compreender os conceitos de associativismo, cooperativismo e Economia Solidária.

**Agricultora 1:** “Ah, a economia solidária, ela só é feita se for igualitário com todo mundo envolvido. No caso da gente por exemplo, é bom pra mim, é bom pra você que vem comprar um produto de qualidade, é bom pros outros associados. Entende?”

**Agricultora 2:** “A Economia solidária é quando um ajuda o outro, tanto na produção como na venda.”

## 4. CONCLUSÕES

A pesquisa proporcionou uma experiência ímpar no aprendizado recíproco. Pôde-se analisar a posição que a mulher vem tendo diante do processo da agricultura familiar com bases agroecológicas, na experiência estudada. A participação feminina tem tido grande importância na soberania alimentar da família, pois escolhe-se o que vai plantar, além disso as mulheres são grandes incentivadoras no processo de transição agroecológica que fortalece a economia solidária através dos princípios da integração cultural e social. Além da colheita e dos cuidados domésticos na produção resultou em mudança na forma como as próprias mulheres concebiam sua vida e a partir daí, redefiniram sua posição e sua importância na sociedade, a partir da emancipação e da

visibilidade que seu trabalho proporciona, por abrir espaços para que elas atuem como sujeitos.

Todas estas conquistas elevaram sua autoestima, diminuíram o preconceito e proporcionaram uma nova forma de organizar as propriedades e de gerir suas vidas. O contato com essas mulheres, possibilitou uma troca dinâmica e rica, a partir da análise de cada questionário, pode-se observar que as famílias se regem sob lógicas bastante diversificadas, cada uma com suas particularidades seja em função dos valores de cada agricultora, seja em razão da infinidade de cenários que cada uma encontra em sua propriedade.

## REFERÊNCIAS

Associação Cristã de Base. [online]. Disponível na Internet Via URL: <https://www.acbrato.org/> Arquivo consultado em 13 de Março de 2018.

BURG, I. C. *As mulheres agricultoras na produção agroecológica e na comercialização em feiras no sudoeste paranaense*. Florianópolis, 2005. 131p. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Curso de Pós Graduação em Agroecossistemas, Universidade Federal de Santa Catarina.

DE MELO, A P. G. *Agricultura Familiar e Economia Solidária: As Experiências em Gestão de Bens Comuns e Inserções nos Mercados por Organizações Rurais do Estado de Minas Gerais*. UFLA 2005.

GAIGER, L.; I. *Sentidos e Experiências da Economia Solidária no Brasil*. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. [online] Disponível na internet via WWW URL: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=410370&view=detalhes>. Arquivo consultado em 13 de Março 2018.

MANCE, E. A. *Cadeias Produtivas em Economia de Rede*. Candeia (Goiânia), v. 1, p. 18-24, 2000 MARION, A. A. A Importancia da Mulher na Economia Solidária. Unicentro. 2016.

PACHECO, M E. *Sobre Agroecologia, Soberania Alimentar e Justiça social*. [online] Disponível via WWW URL: <http://cetra.org.br/index.php/pt-br/entrevista/79-maria-emilia-pacheco-sobre-agroecologia-soberania-alimentar-e-justica-social> Arquivo consultado em 13 de Março de 2018.

PINHEIRO DE ARAUJO, J. *Impasses, Desafios e Brotos*. O papel da Assessoria na Transição Agroecológica em Assentamentos Rurais. UFRN, 2009.

RÖHNELT, P. B. C. e SALAMONI, G. *O papel da mulher nas transformações da agricultura familiar: a pluriatividade como estratégia de reprodução social*. Universidade Federal do Rio Grande (FURG), 2010,p.01-115. SEMA, 1997.

Secretaria Estadual de Meio Ambiente. *Anais da Convenção da Biodiversidade*. Secretaria Estadual de Meio Ambiente. São Paulo, 1997.

SINGER, P. *Economia Solidária*. Estud. av. vol.22 no.62 São Paulo Jan./Apr. 2008.

# CAPÍTULO XI

## ASSOCIAÇÃO DOS EMPREENDEDORES CRIATIVOS DO CARIRI: INSTITUCIONALIZAÇÃO, DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Saymo Venicio Sales Luna<sup>1</sup>  
Cleonisia Alves Rodrigues do Vale<sup>2</sup>

### 1. INTRODUÇÃO

Este texto tem por objetivo central relatar uma intervenção realizada na Associação de Empreendedores (as) Criativos do Cariri - AECC, com ênfase no processo de formalização e registro da mesma, bem como construir com o grupo a matriz SWOT<sup>3</sup>, para servir como uma ferramenta para o novo direcionamento da associação, auxiliando na construção do seu plano de ação.

Este texto faz parte do trabalho de conclusão da Especialização de Inovação Social em Economia Solidária da Universidade Federal do Cariri do estudante Saymo Luna, que também é um empreendedor criativo associado da AECC. A pesquisa foi orientada pela Prof<sup>a</sup> Cleo do Vale, à época coordenadora do Programa de Extensão e Cultura do qual a Feira Cariri Criativo (onde a AECC atua) faz parte.

O desenvolvimento desse tipo de organização acontece a partir das transformações tecnológicas, sociais e econômicas. Tais organizações, são compostas por pessoas que buscam, através da solidariedade e liberdade, superar as dificuldades que encontram nestes novos cenários (IGNÁCIO e SOUZA, 2008). Através da cooperação e associação,

---

<sup>1</sup> Mestrando em Consumo, Cotidiano e Desenvolvimento Social – UFRPE. Especialista em Inovação Social em Economia Solidária – UFCA. Graduado em Design de Produto – UFC Campus Cariri. E-mail: [saymon.luna@gmail.com](mailto:saymon.luna@gmail.com)

<sup>2</sup> Professora do Curso de Design de Produto da UFCA. Doutoranda em Design de Moda – Universidade do Minho. Mestra em Desenvolvimento e Gestão Social – UFBA. Especialista em Gestão Social e Desenvolvimento – UFC, Graduada em Estilismo e Moda – UFC. E-mail: [cleonisia.vale@ufca.edu.br](mailto:cleonisia.vale@ufca.edu.br)

<sup>3</sup> Análise SWOT ou Análise FOFA (Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças) (em português) é uma ferramenta utilizada para fazer análise de cenário (ou análise de ambiente), sendo usada como base para gestão e planejamento estratégico de organizações. Devido a sua simplicidade pode ser utilizada para qualquer tipo de análise de cenário.

esses grupos de produtores(as) e trabalhadores(as) encontram alternativas para terem acesso à informação, às novas tecnologias, aumentar a eficiência e eficácia na produção e comercialização de seus produtos e serviços. Neste contexto, as feiras populares ou livres, surgem com um aspecto solidário e colaborativo, ocupando diversos espaços nas cidades e agregando indivíduos dos mais diversos segmentos, tais como: artesanato, gastronomia, literatura, arte popular, moda e design.

Para Sachs (2003), estas organizações constituem um novo segmento da economia, formado por cooperativas, empresas autogeridas por trabalhadores (as), atividades de organizações não governamentais sem fins lucrativos, que não são regidas pelos mesmos princípios da economia capitalista. Fernandes *et al* (2017) caracterizam a economia solidária como um movimento social amplo e dinâmico, de caráter estratégico que se cristaliza como resistência de luta ao modelo de crescimento econômico nos moldes do capitalismo industrial. Vale ressaltar, que o modelo econômico vigente, de modo geral, exclui estes indivíduos que encontram dificuldades impostas pelo mercado, como a capacidade limitada de produção e falta de espaços para comercialização. Nas palavras de Singer e Souza (2000) esse “modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho” (SINGER e SOUZA, 2000, p. 13).

A região do Cariri cearense apresenta diversas iniciativas de caráter econômico solidário. Trata-se de um território detentor de um rico legado cultural que resguarda diversas práticas de saberes tradicionais do estado. As diversas tipologias artesanais encontradas são a principal fonte de renda para muitas comunidades. Outro aspecto de relevância na cena cultural local é o turismo religioso, responsável pelo fluxo anual em cerca 2,5 milhões de visitantes, romeiros e peregrinos vindos de várias localidades do Brasil, sobretudo da região Nordeste (DUARTE *et al.*, 2016). Fiéis que vêm ao encontro da figura do Padre Cicero, líder religioso e político da região. Outro fator de destaque é o turismo ecológico e científico na Chapada Nacional do Araripe, que também contribui para este fluxo.

É nesse cenário que surge a Feira Cariri Criativo através da iniciativa da Universidade Federal do Cariri - UFCA, com o intuito de aglutinar empreendimentos criativos em uma ação baseada nos princípios da diversidade cultural, sustentabilidade, inclusão social e inovação. Os (as) empreendedores (as) criativos que compõem esse coletivo se organizam de forma associativa desde o início do ano de 2016. No entanto, sem formalização jurídica. Essa ausência de institucionalização, gerou diversas restrições

ao grupo, como a impossibilidade de estabelecer parcerias formais independentes da UFCA e também de representar formalmente os interesses do coletivo perante os órgãos públicos e outras instituições.

Diante dessa situação de informalidade, com o suporte da UFCA em uma formação sobre Associativismo e Cooperativismo, o grupo refletiu sobre a necessidade de formalização jurídica e optou pela formalização da atividade coletiva sob a forma de associação. E, para tanto tornou-se relevante o apoio de parceiros nesse processo, bem como uma avaliação do posicionamento da organização no mercado e das potencialidades de atuação. Neste sentido, foi adotada uma ferramenta bastante utilizada para esta finalidade: a construção da matriz SWOT, popularmente conhecida como matriz FOFA. Fernandes, Cavalcanti e Alves (2017) são autores que relatam e defendem sobre a eficiência da ferramenta para o planejamento e avaliação de empreendimentos econômicos solidários.

No que se refere aos procedimentos metodológicos, quanto à natureza e a abordagem do problema, a presente pesquisa classifica-se como qualitativa. Segundo Malhotra (2001, p. 155) a pesquisa qualitativa é definida como uma técnica de “[...] pesquisa não-estruturada, exploratória, baseada em pequenas amostras, que proporciona *insights* e compreensão do contexto do problema que está sendo estudado”.

Para a realização das atividades da intervenção foi utilizada a metodologia da pesquisa-ação. Thiollent (1988) define a pesquisa-ação como um método de investigação social com baseado na experiência que é idealizada e executada associada a uma ação ou com a resolução de um problema coletivo de grupos ou coletividades de pequeno ou no máximo médio porte, ou seja, atuando sobre uma visão microssocial. Estando os pesquisadores e os atores da situação ou do problema envolvidos de modo cooperativo ou participativo. Investigadores e investigados podem se engajar coletivamente em pesquisas bibliográficas, experimentos etc., no acompanhamento e na avaliação das ações desencadeadas interagindo em função de um resultado esperado para o bem coletivo.

A pesquisa-ação tem dupla proposta como objetivo: a transformação da realidade investigada e a produção do conhecimento. Conforme Tanajura *et al* (2015), o objetivo prático visa a contribuição para o melhor resolução do problema central na pesquisa, encontrado através de levantamentos e indagações junto aos sujeitos investigados, culminando com propostas de soluções correspondentes às necessidades apresentadas, justificando a ação transformadora. O segundo objetivo é conseguir informações que mais dificilmente seriam acessadas e/ou constatadas por outros meios mais convencionais. As

informações podem compor um banco de dados no qual as informações podem ser acessadas e utilizadas posteriormente para outros fins.

Este texto está organizado em 6 partes, além desta introdução. Explanamos sobre as práticas coletivas econômicas solidárias, apresentamos uma breve contextualização sobre a Região do Cariri e a Feira Cariri Criativo, descrevemos sobre a criação da Associação dos Empreendedores Criativos do Cariri, a aplicação da Matriz SWOT e a intervenção em si: descrição e reflexão sobre a prática. Por fim, apresentamos os resultados, discussões e considerações finais.

## 2. COLETIVIDADES E ECONOMIA SOLIDÁRIA

Diante da multiplicidade de experiências coletivas, nas últimas décadas diversas pesquisas focalizaram os movimentos sociais e suas potencialidades de inovação cultural, questionamento do sistema político e das estruturas de desigualdades que permeiam a nossa sociedade (GANANÇA, 2006).

Esse ambiente participativo, criado pela organização de cidadãos e cidadãs é extremamente rico e sadio, desde que não ultrapasse os interesses políticos e econômicos do modelo vigente, tido como o ideal.

Ainda de acordo Ganança (2006), o aumento do número dessas organizações autônomas de cidadãos e cidadãs em associações, cooperativas, sindicatos, movimentos sociais e a consequente ampliação dos indivíduos na participação política, possibilitam o empoderamento e ampliação da consciência. E, portanto, erradicação progressiva das enraizadas estruturas de desigualdade presentes na nossa sociedade (GANANÇA, 2006).

Para Singer (2003) a chave dessas propostas organizacionais, é a associação entre iguais ao invés do contrato entre desiguais. Daí a importância da autogestão nestas iniciativas. Nessa perspectiva, Santos (2017) relata que os empreendimentos solidários estão diretamente ligados à coletividade e aos ideais democráticos. A autora reitera que “não é somente uma forma de administrar, mas um conceito que possui múltiplas dimensões; social, econômico, político e técnico” (SANTOS, 2017, p. 40).

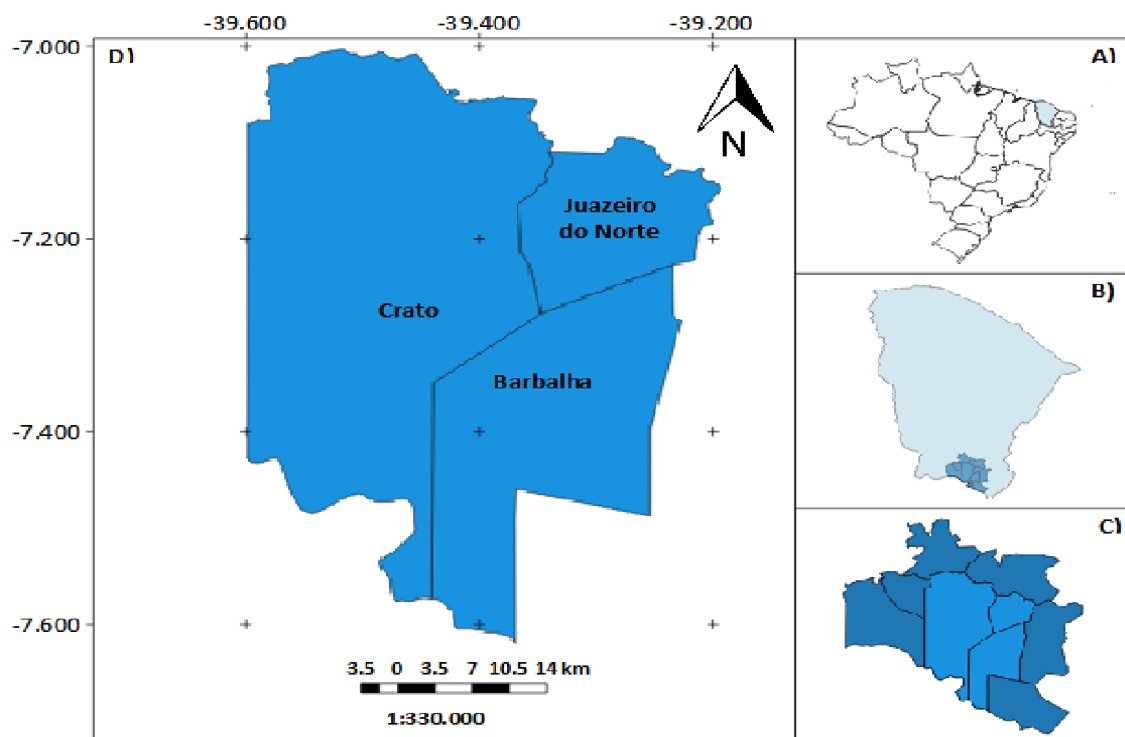
A seguir contextualizaremos a região.



### 3. A REGIÃO DO CARIRI E A FEIRA CARIRI CRIATIVO

O Cariri cearense é formado por 29 municípios, sendo que desses, nove correspondem à Região Metropolitana do Cariri (RMC), conforme ilustrado na Figura 1, a seguir. A RMC está localizada na porção mais extrema, ao sul do Ceará, na fronteira com o estado de Pernambuco. A conurbação entre as cidades de Crato, Juazeiro e Barbalha ganham destaque na região, conhecida popularmente como “Triângulo Crajubar”. De acordo com o Censo de 2010 do IBGE, a RMC possui uma população de 564.478 habitantes – sendo que desses, 78,81% residem em zona urbana – e uma área de 8.517 km<sup>2</sup>.

**Figura 1 - Em [A], o mapa do Brasil, com destaque para o Estado do Ceará; em [B] o mapa do Ceará, com destaque para a Região Metropolitana do Cariri; em [C] o mapa da Região Metropolitana do Cariri, com destaque para o Crajubar; e em D) o mapa do Crajubar, com destaque para os limites municipais das cidades de Crato, Juazeiro e Barbalha.**



Fonte: Oliveira Júnior, Matos e Costa (2018)

Sendo a região detentora de um rico legado cultural que resguarda diversas práticas de saberes tradicionais do estado, foi reconhecida pelo governo federal como uma

bacia criativa. Leitão *et al.* (2009, p. 177) conceituam o termo como uma unidade territorial na qual criatividade, éticas e estéticas se entrelaçam para produzir vivências e sobrevivências humanas. Constituindo um espaço privilegiado, o *locus* fundamental do encontro entre o saber e o fazer cultural, tecnológico e ambiental para o desenvolvimento local/regional, com características, identificações e sinergias próprias.

A região do Cariri cearense conta com 85 empreendimentos econômico solidário (EES) mapeados pelo Atlas da Economia Solidária<sup>4</sup>. A Feira Cariri Criativo é um desses EES e se configura como uma das ações desenvolvidas pelos programas de Extensão e Cultura da Universidade Federal do Cariri – UFCA, respectivamente, Fomento à Economia Criativa do Cariri e Birô Cariri de Negócios Criativos. Tais ações visam potencializar o desenvolvimento socioeconômico de empreendedores criativos do Cariri, mediante sua articulação em rede, fomentando a economia criativa da região. A feira é realizada desde novembro de 2014, no Centro Cultural do Araripe (antiga estação ferroviária conhecida como Largo da RFFSA<sup>5</sup>), na cidade do Crato – CE, das 18 às 22h. Mantém 12 horas de programação cultural, com artistas locais, além da oferta de produtos originais e criativos.

Até o mês de janeiro de 2018, foram realizadas 42 edições mensais da feira. Acrescenta-se ainda a realização de 48 edições-extras, sendo estas por iniciativa do grupo, à convite de algumas instituições ou compondo a agenda de eventos realizados por entidades parceiras, tais como o Sesc, Cariri Garden Shopping, Universidade Regional do Cariri, UNILEÃO, Feira da Música, diversos eventos acadêmicos, entre outros.

Ao longo destes mais de três anos de atuação, foram lançados 08 editais de seleção de novos empreendimentos, além do apoio a 54 empreendimentos. Destes, permanecem na Feira atualmente 32 negócios criativos, que ofertam produtos de design, moda, artesanato, artes visuais, gastronomia, joalheria, decoração, artesanato, entre outros.

Em termos de eventos culturais, destacam-se as ações: 74 shows, 02 performances, 81 discotecagens, 34 filmes exibidos, 09 revistas de poesia lançadas, 02 revistas em quadrinho lançadas, 01 revista de design lançada, 17 oficinas realizadas, 11 espetáculos de teatro, 01 programa de rádio ao vivo, 05 intervenções de arte, 05 contações de histórias, 01 jornal lançado, lançamento da campanha Soldadinho do Araripe.

---

<sup>4</sup> Dados do Segundo Mapeamento Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES). Mapeamento realizado pela SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária), finalizado em 2013. Fonte: <http://atlas.sies.org.br/?q=are14&l=0&g=microrregioes>

<sup>5</sup> Rede Ferroviária Federal S/A (RFFSA) foi uma empresa estatal brasileira de transporte ferroviário que cobria boa parte do território brasileiro e tinha sua sede na cidade do Rio de Janeiro.

No que se refere aos aspectos econômicos, segundo dados de março de 2015 a janeiro de 2018 a feira alcançou um total de vendas de R\$ 220.232,15, distribuídos anualmente da seguinte forma:

**Quadro 1 - Volume de vendas anual feira cariri criativo**

2015	2016	2017	2018 (janeiro)
54.574,10	68.528,35	91.097,45	6.272,25

Fonte: Elaboração própria (2018)

## 4. A CRIAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS EMPREENDEDORES CRIATIVOS DO CARIRI – AECC

A Associação dos Empreendedores Criativos do Cariri é composta por 32 empreendimentos criativos solidários, sendo estes distribuídos em oito segmentos, conforme Tabela 1, a seguir:

**Tabela 1 – Nº de feirantes por segmento produtivo**

SEGMENTO PRODUTIVO	TOTAL DE FEIRANTES
Gastronomia	8
Moda	2
Design	3
Joalheria	2
Decoração	1
Artes Visuais	1
Práticas Artesanais	15
<b>TOTAL</b>	<b>32</b>

Fonte: Elaboração própria

A AECC foi criada a partir da união dos empreendedores (as) que compunham a feira. Além de promover a Feira Cariri Criativo conjuntamente com a UFCA, a AECC participa das comissões de seleção de novos empreendedores, na execução de atividades gratuitas de formação denominadas de Oficinas Criativas<sup>6</sup>, envolvendo a comunidade,

<sup>6</sup> A “Oficinas Criativas” é outra ação desenvolvida no âmbito da extensão e cultura da UFCA. Visam colaborar para a formação e aperfeiçoamento profissional de potenciais empreendedores (as) criativos (as), para além da AECC. Até o momento foram realizadas 61 edições. Sendo 6 exclusivas para membros da AECC: Embalagem, Fotografia de produto, Associativismo e cooperativismo, Noções de social media e vendas no Instagram, Empreendedorismo, Definição de Preços.

participação em palestras e mesas redondas sobre empreendedorismo, economia criativa, dentre outras.

De forma coletiva, o grupo delibera acerca de suas ações, sem dispor de uma diretoria executiva, fator que gera a descentralização das tomadas de decisão, porém, segundo afirmaram os interlocutores da pesquisa, acarreta sobrecarga de atividades para uma pequena parte dos membros.

Em relação à formalização da AECC, no dia 22 de fevereiro de 2016 foi realizada uma assembleia para eleição de uma diretoria executiva e foi fundada a Associação. No entanto, a formalização em si não evoluiu por conta da interrupção da assessoria oferecida pela UFCA para a realização dos trâmites burocráticos. Contudo, o processo teria, na visão dos entrevistados, proporcionado aprofundamento da vivência de gestão associativa, servindo para ratificar o interesse do grupo em constituir uma instituição jurídica. Para Manzini (2008) há uma necessidade da mudança de comportamento dos sujeitos envolvidos para que a inovação social ocorra de fato, pois esse tipo de transformação é mais significativo que as próprias mudanças de mercado ou tecnológicas.

## **5. APLICAÇÃO DA MATRIZ SWOT E A INTERVENÇÃO EM SI: DESCRIÇÃO E REFLEXÃO SOBRE A PRÁTICA**

Conforme mencionado na introdução deste texto, o método utilizado para coleta de dados foi utilizada a matriz SWOT. Para Andion e Fava (2002, p.43) é a partir da análise dos “pontos fortes e fracos, que os gestores e suas equipes poderão determinar com mais clareza as prioridades em termos de ameaças e oportunidades existentes no ambiente externo”. De acordo com os pesquisadores, a matriz SWOT pode ser definida como um método estratégico que de forma ampla colabora para a melhoria do desempenho organizacional das organizações; possibilitando um autoconhecimento real de sua situação e fazer uma relação de suas forças internas e fraquezas comparando-as com as oportunidades e ameaças presentes do ambiente externo conforme exemplificado na Figura 2.

**Figura 2 - Análise SWOT**

<b>FATORES INTERNOS</b>	
<b>Pontos Fortes</b>	<b>Pontos Fracos</b>
Habilidades internas que podem ajudar a empresa a atingir seus objetivos.	Limitações internas que podem afetar a capacidade da empresa de atingir seus objetivos.
<b>FATORES EXTERNOS</b>	
<b>Oportunidades</b>	<b>Ameaças</b>
Fatores externos que a empresa pode ser capaz de explorar a seu favor	Tendências ou fatores externos desfavoráveis que podem apresentar desafios ao desempenho da empresa.

Fonte: Fernandes, Ramalho e Alves (2017)

Um dos momentos mais marcantes da intervenção ocorreu no dia 25 de março do ano de 2018, quando o grupo foi convidado para um domingo de atividades em um ambiente acolhedor, que propiciasse uma diversidade de experiências aos participantes. Iniciamos as atividades às 9h da manhã, com um café coletivo, na sequência foi realizada uma dinâmica (Figura 3) onde os(as) participantes teceram uma teia entre eles, a cada fio estabelecido da teia, o(a) participante descrevia percepções sobre o(a) colega. No fim, foram amarrados pêndulos às áreas de maior emaranhado. Assim, o grupo deveria cumprir a missão de colocar os pêndulos dentro de garrafas, sendo necessário um trabalho coletivo, demandando que em determinados momentos alguns cedessem e outros desprendessem mais esforço. A dinâmica possibilitou maior entrosamento entre os participantes, mas também exemplificou simbolicamente como ocorre uma gestão compartilhada: em determinados momentos é necessário ceder ou empenhar-se mais para alcançar um objetivo comum, e acima de tudo, como é possível a realização de ações coletivas.

**Figura 3 - Dinâmica de grupo**



Fonte: os autores (2018)

A atividade seguinte consistiu em uma apresentação da matriz SWOT, exemplificando e discutindo cada aspecto com o grupo, após explanação, foram divididos aleatoriamente quatro grupos, e solicitado que cada grupo construísse uma matriz SWOT da Feira Cariri Criativo, na sequência, cada grupo apresentou sua matriz, justificando cada aspecto, finalizando com uma discussão e definição de uma matriz que contemplasse a todos (as).

Como última atividade do dia, seguimos para a realização da assembleia de fundação da associação, eleição de diretoria executiva, conselho fiscal e aprovação do estatuto social da AECC – disponibilizado anteriormente para apreciação do grupo. O texto base do estatuto foi elaborado com base em pesquisas bibliográficas, alinhado ao regimento interno já existente da Feira Cariri Criativo e discutido coletivamente. Com o fim da assembleia, a ata de fundação foi preenchida e lida para apreciação e assinatura dos sócios fundadores (Figura 3).



**Figura 4 - Sócios Fundadores AECC**



**Fonte:** os autores (2018)

## 6. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A articulação da Feira Cariri Criativo de forma coletiva apresenta desafios que necessitam de aprofundamento das discussões ensejadas pela intervenção, bem como de planejamento prévio para elucidação de alguns impasses. Ter conhecimento dos fatores que influenciam na execução das atividades é de extrema importância para que a instituição possa trabalhar de forma prática e eficaz.

Neste sentido foi posta em prática, no dia 25 de março de 2018, em um dia de imersão com o grupo, a metodologia ativa SWOT, objetivando sistematizar características inerentes a realização da Feira Cariri Criativo. No Quadro 2, a seguir, constam os dados da matriz SWOT construída pelos presentes. Através dela é possível encontrar as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças da Feira Cariri Criativo/AECC. O resultado proporcionou esclarecimento ao grupo e definição do contexto atual das ações, sendo essencial posteriormente, para servir como instrumento na construção de um planejamento dos caminhos futuros da AECC, bem como sobre os aspectos internos a serem melhorados, a saber: trabalhar o senso de coletividade e pertencimento do grupo,

além do comprometimento individual para com a AECC e a criação de plano de comunicação, voltado para a divulgação das ações – feira, oficinas, produtos, empreendimentos e empreendedores (as).

**Quadro 2 - Matriz SWOT construída pelo Grupo da AECC**

<b>FATORES INTERNOS</b>	
<b>Pontos Fortes</b>	<b>Pontos Fracos</b>
Grupo, articulação; estrutura física, criatividade, variedade, qualidade, experiência.	Grupo, zelo pela estrutura; comprometimento individual, divulgação, falta de cumprimento do regimento interno, curadoria das atividades.
<b>FATORES EXTERNOS</b>	
<b>Oportunidades</b>	<b>Ameaças</b>
Parcerias; espaço físico, atração de novas iniciativas para o território.	Troca de administração do poder público; Segurança Pública, manutenção do equipamento, divulgação dos parceiros, ambulantes no interior da ação.

Fonte: Elaboração própria

Como pontos fortes o grupo identificou que a estrutura física que a feira dispõe (barracas, bancos e outros equipamentos) em certa medida, proporciona um diferencial; a variedade e qualidade dos produtos ofertados foi vista também como ponto forte, uma vez que a feira possui em seu projeto um conceito de produtos criativos consolidado e um perfil de qualidade, onde todos os membros se auxiliam nesse controle, uniformizando entre todos os empreendimentos. No que se refere à variedade, para o grupo o ponto forte é não haver concorrência direta entre os próprios membros, uma vez que um dos aspectos avaliados na seleção de novos empreendimentos é essa adequação ao que a feira não dispõe. Ainda de acordo com o grupo, quando ocorre esse conflito, o primeiro passo é o diálogo entre o candidato e o membro da feira, com a finalidade de adequar a variedade de produtos entre ambos, sem gerar concorrência direta.

O grupo em si – coletivo que compõe a feira - apareceu como um ponto forte ao mesmo passo que aparece como uma fraqueza das ações. Diante desse quesito, os (as) participantes discorreram que o grupo é responsável pelo sucesso das ações, mas em



determinados momentos, o próprio grupo também fragiliza as atividades, a partir da falta de compromisso com as ações e o trabalho coletivo.

A fundação da Associação de Empreendedores Criativos do Cariri marca um passo importante para o fortalecimento e expansão das atividades da Feira Cariri Criativo podendo ser o caminho para a mitigação dos impactos causados pelas trocas de gestões públicas no município em que as ações se encontram, apresentada na análise SOWT como uma ameaça a instituição. Se faz necessário a construção de um sistema autônomo e consistente, que não seja afetado diretamente pelas inconstâncias das gestões públicas. A Associação pode, assim, representar os interesses do coletivo perante aos órgãos públicos e de natureza privada.

O Artigo 2º do estatuto social da mesma propõe o papel da associação em transformar a participação individual e familiar em participação grupal e comunitária, estimulando a organização na área dos empreendimentos econômicos criativos e solidários, visando apoiar as iniciativas dos empreendedores para a geração de renda ou de cunho social. A associação tem por finalidade:

- Integrar esforços e ações dos empreendedores em benefício da melhoria de processo produtivo e comercial dos Associados e da própria comunidade a qual pertencem;
- Trabalhar de forma a incentivar a cooperação e solidariedade entre os Associados;
- Representar os associados perante os órgãos públicos e outras instituições, defendendo seus interesses;
- Promover uma Feira de Economia Criativa para comercialização dos produtos dos associados;
- Viabilizar aperfeiçoamento de mão de obra, através de cursos e práticas profissionalizantes junto aos empreendedores, habilitando-os e aperfeiçoando-os para o mercado de trabalho;
- Tornar possíveis as atividades da associação através de captação de recursos e administração dos mesmos, incentivando a divulgação e comercialização dos produtos dos associados;
- Orientar aos associados em relação a previdência, saúde e lazer;
- Articular e orientar a execução de feiras, promoções, exposições e eventos, para viabilizar a divulgação das atividades e comercialização dos produtos dos associados.

Além da diretoria executiva, composta por presidente, vice-presidente, tesoureiro e secretário, o artigo 28º, apresenta a estrutura organizacional da associação, através da criação de diretorias (setores) de trabalho, a fim de incluir todos os sócios nas ações de planejamento e execução das ações, essa iniciativa refletirá em questões apontadas na matriz SWOT, como a baixa participação do grupo na curadoria das atividades, pressupondo que a partir da criação de um setor destinado a tal atividade, essa questão poderá ser solucionada, ou, pelo menos, minimizada. Essa experiência possibilitará uma divisão democrática das tarefas e o aprimoramento da construção coletiva da feira. Atualmente, os setores são:

- Setor de Seleção de empreendedores;
- Setor de Capacitação;
- Setor de Comercialização e Expedição;
- Setor Administrativo e Financeiro;
- Setor Cultural.

A composição e definição de atribuições de cada setor será realizada posteriormente, sob orientação da nova diretoria executiva com os membros da associação.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, é possível considerar a consecução dos objetivos traçados no plano de intervenção, cujo foco foi auxiliar no processo de formalização da Associação de Empreendedores Criativos do Cariri, principalmente, na construção e acompanhamento do processo de aprovação do estatuto social. A elaboração da matriz SWOT revelou aspectos que influenciam na organização e realização das ações, sendo uma ferramenta eficaz para o momento em que se encontram. Além disto, a matriz SWOT revelou a experiência que o grupo adquiriu com a realização da feira, sendo esta uma das maiores forças internas identificadas. Já no que se refere às fraquezas internas o comprometimento do grupo apareceu como característica principal. Com relação aos aspectos externos, as

oportunidades e ameaças relatadas foram, respectivamente, as parcerias realizadas ao longo das atividades, e a inconstância das gestões públicas das cidades em que as ações se inserem que, para os autores, será um novo desafio para o grupo enquanto pessoa jurídica: articular-se com o poder público, buscando formas institucionais de garantir a autonomia e bom desempenho das atividades. De acordo com o grupo, no que se refere às perspectivas futuras, almejam o aumento das ações a partir da integração de todos os associados (as), bem como a possibilidade de pleitear editais de financiamento para a feira em nome da própria associação, o que no momento ocorre através da UFCA, que é a responsável pela incubação do grupo. Por fim, acreditamos que acima de tudo o êxito da feira nestes anos é reflexo da disposição e empenho dos integrantes da associação, cada um com suas especificidades e que nada seria possível sem a articulação entre o projeto, os (as) empreendedores (as) e parceiros e apoiadores das ações. Neste caso, a formalização é apenas mais um passo de um longo caminho já percorrido, ampliando as possibilidades de novas trilhas que estão por vir.

## REFERÊNCIAS

- ANDION, M. C.; FAVA, R. *Gestão empresarial*. Curitiba: Associação Franciscana de Ensino Bom Jesus, 2002.
- DUARTE, C. M.; PEREIRA, A. M. B.; PEREIRA, P. S.; BARROS, L. M.; DUARTE, A. E. A religiosidade e o turismo em uma cidade do interior do Ceará. *InterSciencePlace*, v.11, n.2, p. 137-191, 2016.
- FRANCO, M. A. Santoro. *Pedagogia da Pesquisa-Ação*. São Paulo, 2005. p.486
- FERNANDES, R. D.; RAMALHO, A. M. C.; ALVES, A. C. Empreendimento de economia solidária e análise SWOT: perspectivas e desafios. *Qualitas Revista Eletrônica*, v.18, n. 2, p. 172-202, 2017.
- GANANÇA, A. C. *Associativismo no Brasil: características e limites para a construção de uma nova institucionalidade democrática participativa*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) Universidade de Brasília - 2006.
- IGNÁCIO, O. M. de C.; SOUZA, E. M. de S. *Gestão estratégica aplicada ao cooperativismo solidário: uma alternativa de fortalecimento para os agricultores familiares*. *G&DR*, v. 4, n. 4, p. 54-79
- JOHNSON, G.; SHOLES, K.; WHITTINGTON, R. *Explorando a estratégia corporativa*. 7. ed. Porto Alegre: Bookman, 2007.

KINCHELOE, J. L. *A formação do professor como compromisso político: mapeando o pós moderno*. Porto Alegre: Artes médicas, 1997.

LEITÃO, C. S. et al. *Nordeste criativo e desenvolvimento regional: esboço de uma metodologia para o fomento da economia criativa no Nordeste brasileiro*. In: CALABRE, Lia. (Org.). *Políticas culturais: reflexões sobre gestão, processos participativos e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 2009. v. 4, p. 126-143.

MANZINI, E. *Design para a inovação social e sustentabilidade (LIVRO): Comunidades criativas, organizações colaborativas e novas redes projetuais*. Editora E-papers, 2008.

MALHOTRA, N. K. *Pesquisa de Marketing: uma orientação aplicada*. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001. p. 720.

OLIVEIRA, D. *Planejamento Estratégico: conceitos, metodologias e práticas*. 18ª ed. – São Paulo: Atlas, 2002.

OLIVEIRA JÚNIOR, de. A. I.; MATOS, M. P.; COSTA, C. T. F. Diagnóstico de canteiros de obras situados na conurbação Crajubar no Cariri Cearense. *R. Eletrônica de Engenharia Civil*, v.14, n. 1, p. 135-147, 2018 DOI: <https://doi.org/10.5216/reec.v14i2.48576>.

SANTOS, A, V, dos. *Redes de cooperação solidária e desenvolvimento regional sustentável: um estudo de caso sobre o Fórum Carirense de Economia Solidária – FOCAES*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional Sustentável) Universidade Federal do Cariri – 2017.

SINGER, P, I. Economia solidária. In A. D. Cattani (Ed.), *A Outra Economia*. (pp. 116-125). Porto Alegre, RS: Veraz, 2003.

SINGER, P, I; DE SOUZA, A, R. (Ed.). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. Editora Contexto, 2000. p.13.

SACHS, I. *Inclusão social pelo trabalho: desenvolvimento humano, trabalho decente e o futuro dos empreendedores de pequeno porte no Brasil*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

TANAJURA, L. L. C. BEZERRA, A. A. C. (2015) A Pesquisa-ação sob a ótica de René Barbier e Michel Thiollent: aproximações e especificidades metodológicas. *Revista Eletrônica Pesquiseduca*. Vol. 7, N. 13. Disponível em: <http://periodicos.unisantos.br/index.php/pesquiseduca/article/view/408/pdf>. Acesso em: 21 de março de 2019.

THIOLLENT, M. *Metodologia da pesquisa-ação*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

# CAPÍTULO XII

## INCUBAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA E O SERVIÇO SOCIAL

Suzana de Alencar Cavalcante Lima<sup>1</sup>  
Augusto de Oliveira Tavares<sup>2</sup>  
Maria Anelice de Lima<sup>3</sup>

### 1. INTRODUÇÃO

Na busca da promoção por uma sociedade mais justa e igualitária surgem alternativas que procuram estimular a cooperação e a solidariedade. A Economia Solidária – ECOSOL (economia solidária) pode ser compreendida como uma alternativa viável no combate às desigualdades produzidas pelo capitalismo, considerando as dimensões de solidariedade e reciprocidade das relações produzidas dentro daquela.

Considerando que o trabalho do (a) Assistente Social visa à inclusão social através da conquista e acesso aos direitos sociais básicos previstos na Constituição Brasileira de 1988 (artigos do 6º ao 11º), pode-se compreender que a atuação deste profissional está envolvida com o universo da Economia Solidária através de alguns dos seus princípios, dentre eles, a democracia, a solidariedade e a cooperação, bem como há uma relação entre o público com o qual a Economia Solidária e o profissional da assistência social atuam, ou seja, a população mais excluída e vulnerável da sociedade.

É nessa perspectiva que a Economia Solidária pode ser percebida como um campo de atuação do (a) Assistente Social. O (a) profissional poderá exercer sua intervenção junto a empreendimentos coletivos solidários contribuindo para transformação de sua *práxis* e aperfeiçoando as relações sociais estabelecidas entre esses coletivos.

---

<sup>1</sup> Mestranda em Desenvolvimento Regional Sustentável (UFCA), Especialista em Inovação Social e Economia Solidária (UFCA) e Graduada em Serviço Social (Universidade Estácio).

<sup>2</sup> Mestre em Sociologia (UFC), Doutor em Desenvolvimento Sustentável (CDS/UnB), professor efetivo do Curso de Administração Pública (UFCA)

<sup>3</sup> Mestranda em Desenvolvimento Regional Sustentável (UFCA), Graduada em Enfermagem (URCA)

Sendo assim, a pesquisa se propôs a analisar, através de uma experiência de imersão de uma das pesquisadoras durante oito meses durante o ano de 2017 na Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Econômicos Solidários (ITEPS), programa de extensão da Universidade Federal do Cariri (UFCA), as possibilidades e potencialidades de se manter um (a) profissional de Serviço Social junto à equipe, agregando seus conhecimentos em um processo de assessoria e acompanhamento de Empreendimentos da Economia Solidária - EES com também, em outras ações realizadas pela Incubadora.

A escolha da temática decorreu do contato de uma das pesquisadoras com os conteúdos da Economia Solidária na pós-graduação em Inovação Social em Economia Solidária ofertada pela UFCA e, junto a isso, a formação em Serviço Social, que possibilitou vislumbrar um novo campo de atuação, compreendendo que o (a) profissional está inserido em um processo contínuo de reinvenção social.

Este trabalho inicia-se de uma pesquisa bibliográfica, centrada em artigos e livros sobre: Economia Solidária: Gadotti (2009), Cruz (2006), Santos (2012), Gaiger (2013). Incubação em Economia Solidária: Cunha (2014). O Serviço Social no Brasil: Goerk (2006) e sobre o trabalho do (a) Assistente Social: Netto (1999). Além de diversos documentos, Leis, projetos relacionados à Economia Social, assim como os arquivos e publicações da ITEPS/UFCA.

Utiliza-se uma abordagem qualitativa com base metodológica na observação participante por considerar que a natureza do objetivo delimitado seria melhor compreendida pela análise intersubjetiva das relações sociais dos sujeitos envolvidos, incluindo a presença ativa de uma das pesquisadoras com formação em Serviço Social.

Na primeira parte do trabalho apresenta-se uma apresentação do percurso metodológico, seguido da contextualização sobre a economia solidária com o objetivo de situar o leitor na temática. Em seguida, discorre-se sobre as incubadoras nas universidades. No item imediato há um debate sobre Serviço Social enquanto profissão e a relação que estabelece com o movimento de Economia Solidária. No tópico seguinte, apresenta-se a experiência vivenciada na ITEPS/UFCA. Ao final são levantados alguns pontos percebidos como fundamentais para atuação do (a) profissional do Serviço Social no movimento da Economia Solidária. É imprescindível entender que os dados apresentados nesse artigo não concluem a discussão, pelo contrário, os questionamentos são perguntas de partida para outras pesquisas.

## 2. PERCURSO METODOLÓGICO

Traçar o caminho metodológico tem o objetivo de conduzir a pesquisa por critérios e exigências científicas promovendo o reconhecimento dos resultados apresentados (THIOLLENT, 2011).

O procedimento inicial utilizado na pesquisa foi bibliográfico, sendo uma estratégia metodológica para a construção conceitual sobre Economia Solidária e Serviço Social. O método principal para análise das experiências de incubação realizada com a presença do profissional do Serviço Social foi à observação participante. O (a) Assistente Social inserido na incubadora para realização da referida observação participante foi uma das pesquisadoras.

[...] pesquisa participante é, em alguns casos, um tipo de pesquisa baseado numa metodologia de observação participante na qual os pesquisadores estabelecem relações comunicativas com pessoas ou grupos da situação investigada com o intuito de serem melhor aceitos (THIOLLENT, 2011, p. 21).

Na imersão na ITEPS/UFCA foi possível compreender as especificidades do trabalho que é desenvolvido. Durante esse período houve a participação da pesquisadora em reuniões administrativas, de planejamento e avaliação, no grupo de estudos sobre economia solidária, no acompanhamento de um processo de desincubação<sup>4</sup> e, no processo de incubação de um novo empreendimento.

Em todos os momentos buscava-se estabelecer uma relação entre o trabalho realizado pela incubadora e a contribuição que o (a) profissional do Serviço Social poderia disponibilizar para as ações.

Ainda na busca de analisar a inserção do (a) Assistente Social no movimento da Economia Solidária, mais especificamente na Incubadora, foi organizado um grupo focal com docentes do curso de Serviço Social. O grupo não pôde ser realizado uma vez que apenas três docentes compareceram no dia marcado, não atendendo as orientações bibliográficas sobre coleta de dados através dessa metodologia. Outra estratégia foi traçada, sendo utilizada a técnica de entrevista semiestruturada individual. Os três profissionais que aceitaram participar da pesquisa são vinculados a seguintes Instituições de Ensino Superior: Centro Universitário Doutor Leão Sampaio - UNILEÃO e Estácio.

---

<sup>4</sup> Período em que o empreendimento já adquiriu maior autonomia, mas mantém um acompanhamento de forma mais espaçada por parte da equipe da incubadora. Segundo Cunha (2014, p. 96) é o momento em que o processo finaliza, sendo também outro desafio da própria incubação.

### 3. ECONOMIA SOLIDÁRIA: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

Uma análise crítica das relações de trabalho na sociedade contemporânea desafia os (as) Assistentes Sociais a uma tomada de posição que aponte para uma postura ética e política em busca de alternativas que possibilitem o desenvolvimento sustentável e a autonomia da classe trabalhadora.

A Economia Solidária tem sido uma das forças importantes na direção da construção de alternativas voltadas para contestar reprodução heterônoma das relações trabalho, contrapondo-se, de certa forma, à economia mercantil. Segundo Gadotti “nessas últimas décadas, a economia solidária vem se estruturando e se constituindo uma força real e alternativa ao modelo capitalista” (GADOTTI, 2009, p. 18).

No Brasil, a Economia Solidária começa a ganhar força no final da década de 90. No governo do ex-presidente Lula da Silva, de 2003 a 2011, institucionalizou-se uma política de trabalho que contribuiu para ampliar o escopo da economia solidária enquanto Política Pública. Com a Lei Nº 10.683, de 28 de maio de 2003 (Decreto nº 4.764, de 24 de junho de 2003) foi criada a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), passando, a partir desse marco, a contar com recursos próprios e uma equipe de trabalho especializada que pôs em ação diversos projetos em todo o Brasil fomentando o movimento da ECOSOL.

Com a criação da SENAES e a implantação do Projeto SIES (Sistema Nacional de Informação em Economia Solidária) foi possível identificar e caracterizar os empreendimentos, integrar redes de produção, comercialização e consumo; promover o comércio justo; consumo ético; subsidiar a formulação de políticas públicas, além da possibilidade de acompanhar o mapeamento dos empreendimentos de Economia Solidária em todo o Brasil. De acordo com o Atlas da Economia Solidária de 2013 (Projeto SIES, 2014), são 19.708 empreendimentos identificados em todo o território brasileiro. Os empreendimentos são um dos principais meios de atuação da Economia Solidária. Cruz (2006) define Empreendimento de Economia Solidária (EES), como:

[...] iniciativas econômicas associativas nas quais (a) o trabalho, (b) a propriedade de seus meios de operação (de produção, de consumo, de crédito etc.), (c) os resultados econômicos do empreendimento, (d) os conhecimentos acerca de seu funcionamento e (e) o poder de decisão sobre as questões a ele referentes são compartilhados por todos aqueles que dele participam diretamente, buscando-se relações de igualdade e solidariedade entre seus partícipes (CRUZ, 2006, p. 69).



O Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) tem sido uma das principais formas de organização da ECOSOL no Brasil. É um espaço que promove o diálogo sobre a temática, agregando diversos setores da sociedade, buscando contribuir com o desenvolvimento sustentável em todas as suas dimensões. Criado em 2003 e impulsionado pela criação da SENAES, o fórum fomenta nos consumidores o desenvolvimento de uma consciência sobre qualidade de vida, de alimentação e interesse sobre os rumos do desenvolvimento relacionados à atividade econômica. O fórum opera com duas forças de trabalho: o fortalecimento do movimento da economia solidária e a proposição e construção de políticas públicas (FBES, 2017).

Muitas mudanças vêm ocorrendo para que o movimento da Economia Solidária possa, de fato, ser uma ação transformadora na estrutura do modo de produção capitalista. Mesmo com as mudanças decorrentes da conjuntura política e econômica atual do Brasil, ainda muito recente no desenvolvimento das políticas públicas da ECOSOL, o Projeto de Lei nº 137 de 2017, que dispõe sobre a Política Nacional da Economia Solidária, se encontra aguardando designação do relator. O projeto é de autoria do deputado federal Paulo Teixeira, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (BRASIL, 2018).

As questões relacionadas à economia solidária são diversas e complexas, sendo assim, a pesquisa priorizou alguns aspectos capazes de proporcionar um mínimo entendimento sobre a economia solidária enquanto campo de atuação do (a) Assistente Social. Para atender o escopo da pesquisa nos focamos na conceituação, nas categorias, no público atendido e alguns princípios da Economia Solidária.

No Brasil, a economia solidária se organiza em três categorias: Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), Entidades de Apoio e Fomento (EAF), Organizações de Representação e Governos, representando o poder público (PP). Para esse artigo, o debate ocorrerá mais especificamente sobre entidades de apoio e fomento, no caso, uma Incubadora Universitária compreendendo que esse *locus* foi escolhido como um possível espaço ocupacional para o (a) Assistente Social.

### 3.1. AS INCUBADORAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NAS UNIVERSIDADES

As incubadoras da ECOSOL são, normalmente, programas interdisciplinares de universidades federais que buscam reunir o tripé, ensino, pesquisa e extensão em torno da temática de Economia Solidária. No movimento de Economia Solidária ela é

compreendida como Entidades de Apoio e Fomento (EAF) responsável por promover a formação de empreendimentos econômicos solidários, como também, a formação de futuros profissionais do campo da economia solidária, tendo em vista o caráter educativo no desenvolvimento de conhecimentos e tecnologias sociais. São reconhecidas como Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs).

As metodologias que compõem o processo de incubação são diversas e não apresentam uma forma acabada, porém, via de regra, acontecem em três fases: a fase de **pré-incubação** onde ocorre o primeiro contato dos membros da incubadora com o grupo (diagnóstico). A fase de **incubação**, momento que se desenvolve todo o processo de acompanhamento, planejamento participativo, construção da proposta para o empreendimento e formações. E a fase de **desincubação** que é quando o trabalho está finalizado e se compreende que o grupo empoderado já poderá caminhar sozinho. Essa fase não representa necessariamente um abandono nem um distanciamento do empreendimento, mas, a finalização de uma etapa do trabalho (CUNHA, 2014).

Alguns desafios são observados no desenvolvimento das metodologias das incubadoras. O primeiro diz respeito ao fato de que alguns empreendimentos passam a depender da incubação sendo este, um limite a ser superado e, talvez, um dos principais gargalos do processo, o outro grande desafio é a manutenção da incubadora, por ser um projeto interdisciplinar fica sujeito a financiamentos e bolsas das Instituições (CUNHA, 2014).

É importante destacar que essas incubadoras se diferenciam em diversos pontos das incubadoras tradicionais. Segundo Cunha (2014 *apud* TAVARES; COSTA, 2016) as incubadoras da ECOSOL são voltadas para público de baixa renda que se organizam segundo a lógica dessa outra economia; não há cobrança de taxas; as instalações não são para o funcionamento de empreendimentos; promovem a autogestão; possuem princípios próprios para o seu funcionamento; os atendimentos devem ser realizados *in loco*; todo o grupo deve ser envolvido nas tomadas de decisões e, como ponto central de todo o processo, há promoção do protagonismo dos participantes.

As Incubadoras são de fundamental importância no debate sobre o movimento de Economia Solidária nas universidades, compreendendo esses espaços não só como de reprodução do *status quo*, mas, como um dos lugares para sua contestação.

## 4. O SERVIÇO SOCIAL E A ECONOMIA SOLIDÁRIA

Para atender o escopo do trabalho, foi assumido o pressuposto de que o Serviço Social é uma profissão com foco na coletividade que necessita incorporar conhecimentos que possibilitem a reconstrução de conceitos e posturas permitindo o enfrentamento dos obstáculos éticos impostos no cotidiano.

O (a) Assistente Social tem a sua prática pautada no seu Projeto Ético-Político, que se materializa no Código de Ética, na Lei de Regulamentação da profissão, nas Diretrizes curriculares, com também, nas demais leis, decretos e resoluções que determinam sua atuação.

Através da pesquisa bibliográfica realizada foi possível perceber que existe uma aproximação entre a ECOSOL e o Serviço Social haja vista as suas origens relacionadas com os movimentos que lutam por direitos sociais e dignidade nas condições de trabalho.

[...] há uma grande recepção, no interior do Serviço Social, ao conjunto ideopolítico e prático que caracteriza o movimento de economia solidária no Brasil. Uma economia solidária cravada de concepções heterogêneas, de experiências e inserções diversificadas, de sujeitos com posições sociais distintas, mas que, particularmente, cresceu e vem se consolidando a partir das mudanças regressivas impostas ao trabalho no curso da atual ofensiva do capital (CFESS, 2013, p. 15).

Porém, mesmo com algumas características em comum na articulação em defesa dos direitos dos usuários/empreendedores, existe dentro da categoria da profissão um forte debate sobre o posicionamento de alguns profissionais frente às ações do movimento da Economia Solidária.

No terreno do factual, os empreendimentos de economia solidária revelaram-se atividades de baixíssimo impacto econômico, pondo radicalmente por terra todas as análises e defesas da economia solidária enquanto uma modalidade de geração de renda (...). A nosso ver, a economia solidária é absorvida pelo Serviço Social com todas essas determinações problemáticas e vem comparecendo em âmbitos muito diversos do circuito profissional (SOUSA; NEVES, 2011, p.12).

Embora a categoria apresente um posicionamento crítico sobre o movimento da Economia Solidária, é indiscutível o reconhecimento da inserção desse espaço ocupacional para o profissional.

## 5. EXPERIÊNCIA NA ITEPS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI – UFCA

A Incubadora da Universidade Federal do Cariri – UFCA funciona como um programa de extensão desde o ano 2009 e tem como objetivo fomentar e apoiar o desenvolvimento de empreendimentos na região do Cariri. A incubadora é filiada à rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares – ITCPs, desta forma, é possível acompanhar os principais debates nacionais sobre a temática, como também, possibilita o estabelecimento de parcerias com outras incubadoras do Nordeste permitindo uma troca de experiências (UFCA, 2018).

A incubadora funciona com uma equipe multidisciplinar, composta por profissionais da Administração Pública, Ciências Sociais, Engenharia Civil e Serviço Social, envolvendo, professores e estudantes, voluntário e/ou bolsistas, vinculados aos cursos de graduação e pós-graduação, podendo ser da UFCA ou externos. Ao longo de sua história, muitos outros professores e estudantes advindos de diferentes cursos e áreas de conhecimento, como administração, agronomia, comunicação, filosofia etc., contribuíram com os projetos.

Durante o período de imersão foi possível observar que o grupo possui um calendário fixo de reuniões e tinha como membros: o coordenador (professor e coordenador do curso de Administração Pública), uma professora também do curso de Administração Pública, discentes bolsistas e voluntários de cursos diferenciados, uma aluna da pós-graduação *lato sensu* em Inovação Social e Economia Solidária, no caso, uma das autoras deste artigo.

O planejamento da Incubadora ocorre sobre as seguintes pautas: **Capacitação** – por ser um programa de extensão percebe-se que há uma rotatividade dos membros, principalmente discentes, desta forma, fazem-se necessários estudos de grupo sobre a temática para construção de um embasamento conceitual fundamental na etapa prática do programa. **Cronograma de atividades** – se faz necessário adequar as demandas de ITEPS às condicionalidades dos membros, buscando atender a carga horária necessária que deve ser disponibilizada para o programa (bolsistas). **Metas/Ações** – definição dos objetivos, especificamente no que se referem aos empreendimentos que são acompanhados pela Incubadora, assim como, os novos que devem ser agregados. **Eventos** – a importância da participação da incubadora em eventos regionais e nacionais.

A publicação das experiências nesses eventos é importante para fomento da Economia Solidária. A organização de eventos internos e alguns outros pontos discutidos são sobre a operacionalização do espaço e dos equipamentos, entrega de relatórios entre outras atividades pertinentes ao funcionamento de um programa de extensão.

Durante a imersão na ITEPS foi possível acompanhar o processo de Pré-incubação e Incubação de um empreendimento localizado na cidade de Barbalha, o Café Cariri Encantado. O processo de Incubação do empreendimento iniciou no mês de setembro com o objetivo de mobilizar parceiros, captar recursos e dar visibilidade ao projeto uma vez que foi possível perceber através de uma pesquisa local que a comunidade não conhecia o espaço no qual o café viria a funcionar.

Para o período de pré-incubação foi estabelecido como meta: reunião com os idealizadores do projeto para construção dos objetivos; reconhecimento do espaço; definição de possíveis parceiros. Foi realizado um diagnóstico participativo onde todas as demandas foram pontuadas, os prazos e responsabilidades estabelecidos. O Café Encantado Cariri foi lançado no dia 12 de setembro de 2017 durante a abertura do I Encontro de Artes e Saberes do Sertão, na Escola de Saberes, e com ele começou a funcionar o ponto fixo de comercialização Solidária, um avanço para Economia Solidária da Região.

Em todos os momentos de observação foi possível perceber a possibilidade de atuação para o (a) Assistente Social. Sem a intenção de gerar instrumentalidade para a profissão, a contribuição do serviço social pode acontecer na realização de reuniões, entrevistas, visitas aos empreendimentos e domiciliares, nas oficinas, na inclusão dos sujeitos nas políticas sociais, no planejando em conjunto com as outras áreas das atividades de incubação e fomento à Economia Solidária. Vale ressaltar que o período de participação nas atividades da incubadora foi insuficiente para produzir uma técnica validada para desempenho da função do Serviço Social dentro de um projeto de incubação. Conforme atesta Lamamoto (2011): “Os assistentes sociais trabalham com a questão social nas suas mais variadas expressões quotidianas, tais como os indivíduos as experimentam no trabalho, na família, na área habitacional, na saúde, na assistência social pública, etc.” (IAMAMOTO, 2011, p. 27).

Todos os pontos temáticos envolvidos nessa discussão ainda são recentes, a própria Economia Solidária vem ao longo dos seus anos construindo o seu referencial teórico no diálogo com outros campos de saberes e práticas. No entanto, foi possível coletar dados sobre assessoria e acompanhamento de Assistentes Sociais em

empreendimentos solidários em alguns artigos de relato de experiência, entre eles artigos de autoria de Cruz (2006) e Goerk (2006) utilizados para fins dessa pesquisa e, em uma nota técnica divulgada pela categoria. Desta forma, é possível constatar uma necessidade de análises que inter-relacione esses campos de pesquisa e atuação prática, com discussão sobre a instrumentalidade e atuação do (a) Assistente Social nos empreendimentos da Economia Solidária. Entendemos que a prática seria um caminho utilizado para reflexão teórica e vice-versa.

### 5.1. A FORMAÇÃO DO (A) ASSISTENTE SOCIAL E A ECONOMIA SOLIDÁRIA

Para ampliar o escopo da pesquisa, houve a tentativa de realizar um grupo focal com profissionais do Serviço Sociais inseridos (as) no meio acadêmico a fim de perceber como o conhecimento sobre a ECOSOL é construído durante a formação e como é a relação entre essas duas áreas. O resultado seria uma intervenção com esses docentes e uma possível inserção da temática nas aulas. Como não houve êxito na formação do grupo focal, apenas três docentes compareceram, a metodologia foi reestruturada para entrevistas semiestruturadas.

Após diversas tentativas de escuta, apenas três docentes de duas Instituições de ensino Superior da Região, UNILEÃO e Estácio, participaram da pesquisa. As rejeições e dificuldades interpostas direcionam para alguns questionamentos que podem servir de base para pesquisas futuras. Afinal, porque é difícil para o profissional que atua no campo da assistência social, falar sobre economia solidária?

Entre os docentes entrevistados estão duas Assistentes Sociais (AS) e uma Socióloga (SO), porém, todas atuam em cursos de Serviço Social nas instituições mencionadas. Em relação à primeira pergunta, sobre o conceito da ECOSOL, foi possível perceber que para a Socióloga a temática é mais familiar, o discurso consegue fluir com propriedade. Para as Assistentes Sociais há uma dificuldade na elaboração de uma definição, ambas justificam não ter tido uma formação básica e complementar que abordasse a ECOSOL como também não há uma prática desenvolvida nessa área.

Quando questionadas se conhecem alguma ação ou projetos de Economia Solidária realizados na Região do Cariri, uma informou conhecer projetos de reciclagem (AS), mas não sabe o nome, outra mencionou conhecer a feira Cariri Criativo (SO) e a outra não conhece nada relacionado à Economia Solidária (AS).

Sobre a relação do Serviço Social e Economia Solidária as entrevistadas responderam que essa relação pode ser percebida quando se trabalha com o usuário a sua autonomia e na identificação das suas potencialidades a fim de transformar em economia (AS); a outra colocou que a profissional da assistência social pensa mais na assistência e deixa de lado o social (SO), pois essa é uma profissão que ainda está construindo sua identidade e essa relação pode trazer uma nova forma de pensar, não de entender como algo que vai aumentar renda, mas, que vai trazer melhoria nessa vida com qualidade. A colocação abordada pela outra entrevistada (AS) foi que o trabalho do serviço social engloba, também, os princípios da Economia Solidária não há como realizar as intervenções sem considerá-los, seria um retrocesso, uma atuação voltada para caridade.

Sobre a Economia Solidária ser um campo de atuação para o (a) Assistente Social, as entrevistadas concordam que não só pode como já é um campo de atuação. Segundo a socióloga, é um campo que ainda não foi desvendado pelos profissionais, mas, a ciência tem essa característica reveladora.

Quanto à atual formação curricular do (a) Assistente Social, no que diz respeito ao compromisso com a transformação social, emancipação humana, enfrentamento da exclusão social todas as entrevistadas concordam que precisa mudar. O profissional do Serviço Social precisa conhecer outras linhas que permeiam as transformações que estão ocorrendo no mundo, não apenas o materialismo histórico dialético. Sobre como essa sensibilização acontece, foi colocado que quando os estudantes do curso de Serviço Social chegam ao estágio esse processo deve acontecer, eles passam a enxergar as questões sociais presentes na sociedade, muitas vezes os estudantes saem sensibilizados quanto a essas questões, mas quando chegam ao mercado de trabalho essa sensibilidade acaba se dissipando.

Quando questionadas sobre o que é preciso para se caracterizar um “campo de estágio” as respostas indicavam: inserir uma disciplina, abrir cursos de introdução, portfólios, a sociedade dentro das Instituições, haver inserção do profissional como supervisor para caracterização do campo. Segundo uma entrevistada (SO), é imprescindível desenvolver primeiro o conhecimento nos profissionais para que possam orientar os discentes. Ainda sobre o estágio, foi perguntado se seria útil para a formação do (a) Assistente Social. As entrevistadas colocaram que o estágio nesse campo iria trazer outras vertentes para formação, as inovações sociais e tecnológicas. Diante do contexto sociopolítico novos espaços servem para fortalecer a profissão.

Outro ponto importante a ser analisado, mencionado pelas entrevistadas, é o fato de que a Instituição (UFCA) não possui o curso de Serviço Social e, como os membros são, em sua maioria, discentes da universidade o fato de não ter o curso dificulta essa aproximação. Embora existam cursos de Serviço Social no território, não há uma aproximação institucional.

A ITEPS oportuniza vagas para voluntários externos, porém, no caso do discente só seria possível com a presença de um supervisor (a) profissional do Serviço Social devidamente credenciado. Algumas soluções são vislumbradas para esse impasse: uma seria a vinculação através de parcerias com as outras instituições de ensino superior da região, existem duas no entorno da UFCA; a outra é o setor de Serviço Social existente na UFCA. A universidade conta com o setor de Serviço Social com três assistentes sociais trabalhando nas políticas afirmativas, esses profissionais poderiam ocupar a função de supervisor na incubadora possibilitando assim a existência de mais um espaço de estágio.

Enquanto formadoras todas as entrevistadas mostraram-se dispostas a atuar no contexto da economia solidária, porém, sinalizaram a necessidade de um embasamento teórico, de conhecer mais de perto os empreendimentos e sua logística de funcionamento. Nesse contexto, realizando uma reflexão sobre a formação do (a) Assistente Social e sua atuação, é possível, a partir dessas características, entender o distanciamento que existe entre a incubação em Economia Solidária e o trabalho do (a) Assistente Social.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao levantar a questão da relação entre o trabalho do (a) Assistente Social e a Economia Solidária, mais do que chegar a conclusões definitivas, essa pesquisa produziu reflexões substantivas tanto para o aprimoramento do trabalho realizado pelas incubadoras de economia solidária, quanto para o aperfeiçoamento e ampliação crítica do papel profissional desempenhado pelo assistente social.

Os (as) Assistentes Sociais são profissionais que se destinam, majoritariamente, a ter sua atuação com a classe trabalhadora, segmento que também agrega os empreendimentos. Nessa perspectiva, já é fato que o Serviço Social tem muito a contribuir com as ações frente à Economia Solidária, seja na assessoria quando solicitado pelos empreendimentos, ou como membro de uma equipe de incubagem.



Sintetizando as contribuições advindas dessas reflexões, pontuam-se alguns elementos percebidos durante a análise: é fundamental a criação de mecanismos/parcerias que possam inserir o (a) profissional do Serviço Social na Incubadora, uma vez que o curso não é ofertado na Instituição; faz-se necessário ampliar a atuação do (a) profissional em empreendimentos para que a prática possa fomentar resultados teóricos a fim de contribuir com o fortalecimento desse espaço ocupacional; e, por último, entende-se como indispensável, para o (a) profissional do Serviço Social, a compreensão da prática de economia solidária, pois somente assim essa prática poderá se constituir, verdadeiramente, um instrumento de ação.

Por fim, compreendendo que a Economia Solidária surge como uma alternativa de geração de emprego e renda visando enfrentar o processo de exclusão social condicionado pelo mercado capitalista e, nesse sentido, aproxima-se dos princípios fundamentais do (a) Assistente Social: a plena expansão dos indivíduos sociais; a defesa intransigente dos direitos; a ampliação e a consolidação da cidadania; e a defesa do aprofundamento da democracia. Portanto, impossível separar as duas temáticas em questão. Desta forma, cabe ao Assistente Social apropriar-se dessa prática e transformar os limites de atuação na perspectiva de cumprir o seu compromisso ético-político e teórico-metodológico de qualificar as experiências e as práticas sociais na sociedade.

## REFERÊNCIAS

ATLAS. Disponível em: <[atlas.sies.org.br](http://atlas.sies.org.br)>. Acesso em 27 jan. 2017.

BRASIL. *Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão*. 9. ed. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2011.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, 1988. Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 28 jan. 2018.

BRASIL. Senado Federal. PLC 137/2017. *Projeto de Lei da Câmara Nº 137 de 2017*. Disponível em:<<https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaomateria?id=131528&voto=favor>> . Acesso em: 23 jan. 2018.

CFESS. *Nota Técnica*. Disponível em: <<http://www.cress-sc.org.br/docs/Parecer%20Economia%20Solid%C3%A1ria%20CFESS%20CRESS.pdf>>. Acesso em: 24 jan. 2018.

CFESS. *Parecer em atendimento à deliberação nº 18 do eixo de Seguridade Social do Relatório Final do 40º Encontro Nacional CFESS-CRESS*. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/DanielaNeves-NotaTecnica.pdf>>. Acesso em: 24 jan. 2018.

CRUZ, A. C. M. *A diferença da igualdade: a dinâmica da economia solidária em quatro cidades do Mercosul*. Campinas (SP): [s.n.], 2006.

CRUZ, A. *Políticas Públicas para a Economia Solidária: fronteira entre política social e política para o desenvolvimento local*. Sociedade em Debate, Pelotas, v. 12, n. 1, p. 117-138, jun., 2006.

CUNHA, E. V. In: BOULLOSA, Rosana (org). *Dicionário para Formação em Gestão Social*. Salvador: Editora CIAGS/UFBA, p. 95-97, 2014.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, FBES. *Sobre o Fórum Brasileiro de Economia Solidária*. Disponível em: <<http://fbes.org.br/o-fbes/>>. Acesso em 23 fev. 2018.

GADOTTI, M. *Economia Solidária como práxis pedagógica*. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

GAIGER, L. I. *A Economia Solidária e a revitalização do paradigma cooperativo*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 28, n. 82, 2012.

GOERK, C. Serviço Social e experiências de Economia Popular Solidária: um novo espaço de trabalho aos assistentes sociais. *Revista Virtual Textos & Contextos*, n. 5, nov. 2006.

IAMAMOTO, M. V. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo, 20 ed., Cortez, 2011.

SANTOS, L. S. OLIVEIRA, M. de. PELOSI, M. *Economia solidária em contexto: um breve mapeamento dos empreendimentos solidários no Brasil*. Observatório de la Economía Latinoamericana, n. 170, 2012. Disponível em: <<http://www.eumed.net/cursecon/ecolat/br/>>. Acesso em: 22 fev. 2018.

SOUSA, A. de; NEVES, D. *Economia solidária e trabalho: elementos para análise das políticas públicas de geração de trabalho e renda*. Anais do I Circuito de Trabalhos Acadêmicos, 2011. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area2/area2-artigo3.pdf>>. Acesso em: 05 ago. 2018.

TAVARES, A. O. (Org.). *Incubação em economia solidária: contextos, desafios e perspectivas*. Juazeiro do Norte: Universidade Federal do Cariri, 2016.

THIOLLENT, M. *Metodologia da Pesquisa-ação*. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

UFCA. *Universidade Federal do Cariri*. Disponível em: <<https://www.ufca.edu.br>>. Acesso em: 28 jul. 2018.

## CAPÍTULO XIII

# DESAFIOS DA INCLUSÃO PRODUTIVA EM GRUPOS VULNERABILIZADOS INTEGRANTES DO CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL EM JUAZEIRO DO NORTE/CEARÁ

Sara Magna Lacerda Feitosa<sup>1</sup>  
Francisco Raniere Moreira da Silva<sup>2</sup>

### 1. INTRODUÇÃO

Em linhas gerais, o projeto que iniciou este artigo constituiu-se por meio dos seguintes propósitos: definição do campo de atuação, processo de construção da proposta e justificativa, caracterização da organização, e, por fim as reflexões e aprendizados desencadeados no decurso de experiência em campo. Para tanto, como a pesquisa está voltada para os desafios da inclusão produtiva em grupos de vulnerabilidade social, se faz necessário, uma breve contextualização sobre o tema.

Conforme o MDS (2015), inclusão produtiva seria a articulação de programas e ações que proporcionam a inserção no mercado de trabalho, seja por meio do emprego formal, do empreendedorismo ou de empreendimentos da Economia Solidária, visando a autonomia e emancipação de indivíduos e/ou grupos. Sendo diferenciada para o meio urbano e rural, estimulando o aumento da produção no campo e a geração de ocupação e de renda na cidade.

O Centro de Referência da Assistência Social – CRAS é uma unidade pública e estatal localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinada ao atendimento socioassistencial de famílias e indivíduos. Agrega-se ainda que, no CRAS é possível encontrar o Serviço de Proteção e Atendimento Integral a

---

<sup>1</sup> Psicóloga. Graduada em Psicologia pelo o Centro Universitário Dr. Leão Sampaio – UNILEÃO. Especialista em Inovação Social em Economia Solidária pela UFCA.

<sup>2</sup> Doutor em Administração pela Universidade Federal da Bahia – NPGA/UFBA. Professor do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Cariri (CCSA/UFCA) e Vice-Coordenador da Especialização em Inovação Social em Economia Solidária da UFCA.

Família – PAIF, ofertando ações e serviços socioassistenciais, socioeducativos e de preparação para inclusão produtiva (Brasil, 2006). Assim, entende-se o CRAS como um equipamento social que tem como objetivos principais prevenir situações de risco, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e fortalecer vínculos familiares e comunitários.

Ressaltando que, a Política Nacional de Assistência Social – PNAS (Brasil, 2004) recomenda que o CRAS desenvolva serviços, programas e projetos locais de acolhimento, socialização e convivência. Outra função primordial é realizar um ativo serviço de mapeamento da rede pública e privada de atenção à população, a fim de sistematizar as informações obtidas e articular as demais políticas sociais.

Pode-se mencionar que, uma das propostas iniciais deste trabalho seria a conscientização de projetos e/ou programas voltados para a Inovação Social em Economia Solidária na região Cariri, visto que, conforme (LEITE, e. al., p. 36, 2013) essa região seria um polo de relações institucionais Sociedade-Governo a Secretaria das Cidades do Ceará busca criar condições culturais, políticas, socioeconômicas e socioambientais necessárias à geração de oportunidades que contribuam para o desenvolvimento da região e, conseqüentemente, para a diminuição do desequilíbrio e a desigualdade social.

Mediante o exposto, o Setor de Trabalho e Renda, da Secretaria de Desenvolvimento Social e Trabalho – SEDEST, do Município do Juazeiro do Norte – CE, desde o início da gestão tenta reinserir a inclusão produtiva nos grupos que são referenciados pelos CRAS a inclusão produtiva nos grupos que são referenciados pelos CRAS locais, por meio de assessoramento, acompanhamento e acompanhamento das ações de artesanatos, fundamentados no Programa de Promoção do Acesso a Mundo do Trabalho (Acessuas Trabalho), que busca a autonomia das famílias usuárias da Política de Assistência Social, por intervenção da integração ao mundo do trabalho.

Contudo, os CRAS que foram visitados no decorrer da intervenção sofrem com algumas limitações/dificuldades para reinserir a inclusão produtiva em seus contextos, uma vez que as comunidades são assistidas estavam inseridas dentro de uma cultura assistencialista. Salientando que, o fato de que o conhecimento técnico limitado de alguns profissionais acerca da política de inclusão produtiva e a rotatividade dos mesmos faziam com que não houvesse êxito na continuidade das ações. Ressalta-se ainda que perfil dos sujeitos assistidos por estes equipamentos sociais são famílias que se encontram dentro de um quadro de extrema vulnerabilidade social. Quando se fala de família estamos

falando de todo o seu contexto, desde as crianças aos idosos, e que estes deveriam participar ativamente de algumas decisões frente ao equipamento, contudo ainda não é praticável se ter devido que há ruptura no que se refere à capacidade no senso crítico dos mesmos, uma vez que foi possível observar que a grande maioria percebe o equipamento que oferta apenas uma ajuda.

Em função dos aspectos elencados nos parágrafos anteriores, o objetivo do presente trabalho foi gerir formações com os profissionais que referenciam os grupos do PAIF, tendo em vista as dificuldades/limitações enfrentadas pelos mesmos. Para isso, foi realizada uma pesquisa-intervenção, utilizando-se a metodologia de pesquisa-ação (Thiollente, 2011), visto que conforme o autor, pode-se ter melhor compreensão da situação, bem como a busca de soluções internas para possíveis problemas no decorrer da pesquisa. Em suma, a intervenção objetivou construir alternativas de autogestão, bem como empoderamento acerca da economia solidária em grupos que se encontram em situação de vulnerabilidade social, por meio de formação dos técnicos que referenciam e conduzem tais grupos, visando à geração de trabalho e renda e a melhoria das condições de vida das comunidades assistidas pelos CRAS. Este projeto oportunizou vivenciar com o grupo a prática da autogestão, bem como observar e analisar os desafios, os pontos positivos e as dificuldades enfrentadas pelos profissionais em inserir a inclusão produtiva no seu contexto.

Por fim, o presente artigo está estruturado da seguinte forma, na primeira parte apresenta-se o referencial teórico que traz um breve histórico da política de assistência social para uma melhor compreensão da proposta com o tema do trabalho, como também a inclusão produtiva como uma ferramenta de enfrentamento da vulnerabilidade social. A metodologia que resulta no desenho da pesquisa avaliativa, descrição do campo e ações. Em síntese, as considerações finais, apresentando os resultados obtidos na pesquisa como possíveis sugestões para novos estudos na área.

## **2. REFERÊNCIAL TEÓRICO**

### **2.1 POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL: UM BREVE HISTÓRICO**

Para analisarmos tal política é fundamental explorarmos a sua trajetória. A assistência foi reconhecida como política a partir da Constituição Federal de 1988, onde

compõe o tripé da seguridade social junto à saúde e à previdência, mostrando-se assim um marco recente. Porém, anterior a isso, verificamos muitas ações e práticas que caracterizam a assistência. Desde a antiguidade, a ajuda é transformada em caridade substituindo o direito à assistência, assim sendo necessário averiguarmos o contexto histórico, partindo das primeiras práticas caritativas, para que se possa contextualizar a política em questão.

No Brasil, até 1930, a questão social era tratada como “caso de polícia”. A pobreza não era entendida como uma de suas expressões e sim como uma disfunção individual. As formas de “enfrentamento” da pobreza davam-se mediante a bondade pelas instituições de caridade, religiosas, no sentido de ajudar ao próximo.

Temos no período anterior à década de 1930 as primeiras formas de garantia de direitos, mesmo que para poucas categorias, conforme Sposati et al. (2010, pág. 42):

[...] em 1923 a Lei Elói Chaves (Lei n.º 4.682, de 24 -1-1923) criava a Caixa de Aposentadorias e Pensões. Antes de 1930 duas outras categorias já recebiam os benefícios do seguro social: portuários e marítimos, pela Lei n.º 5.109 (20-12-1926), e telégrafos e radiotelegráficos, pela Lei n.º 5.485 (30-06-1928). (SPOSATI, 2010, p. 42)

Mediante tal conjuntura é possível compreender essas primeiras expressões de previdência social, mesmo que sendo restrito a poucas categorias, como importantes para buscar fortalecer a luta pelos direitos sociais. Nesse sentido, o Estado passa a reconhecer a questão social como uma questão política, passível de sua intervenção.

Porém, é só a partir da Constituição de 1988 que se modificam alguns dos princípios fundamentais da Assistência Social, apontado historicamente a relevância desta política como direito, o que ocasionou uma alteração das normas e regras centralizadoras e distribuição as competências entre União, Estados e Municípios, junto ao Distrito Federal, acarretando uma maior atuação e colaboração entre as coletividades. Esta Constituição, no mesmo momento em que se fecha uma legislação formal, desperta um encadeamento de firmação de uma mais nova proteção social (Boschetti, 2006).

A partir de então, a Política Pública de Assistência Social ganhou uma nova roupagem, inaugurando um novo padrão de proteção social, na perspectiva da garantia de direitos e superando a visão assistencial. É possível perceber o caráter seletivo da lei levando em conta que ela será prestada a quem dela necessitar, nisso podemos verificar que o público alvo será segmento da população que se encontra em situação de risco e vulnerabilidade social.

Entretanto, só em 2004, após um movimento de discussão nacional, foi adotada uma nova Política Nacional de Assistência Social na compreensão de elaboração do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), que é um sistema público de forma descentralizada dos serviços socioassistenciais no Brasil, organizando suas ações em dois tipos de proteção social. Conforme Couto et al. (2012):

A PNAS situa a Assistência Social como Proteção Social não contributiva, indicando para a promoção de ações conduzidas para a proteção dos cidadãos contra riscos sociais pertencentes aos ciclos de vida e para o atendimento de necessidades individuais sociais. (p. 63).

Diante desse contexto é possível compreender a estruturação da Proteção Social ofertada pela Assistência Social, posta em dois níveis de atenção: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial (de alta e média complexidade).

A Proteção Social Básica (PSB) trata da prevenção da violação de direitos e promoção da inclusão social, desenvolvendo as potencialidades e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Couto et al. (2012, p 64) afirma que “os serviços de Proteção Social Básica – PSB deverão ser executados de forma direta nos CRAS – Centros de Referência da Assistência Social”. A responsabilidade é de todos os municípios, em fortalecer os vínculos familiares nas três dimensões: vínculos legais, socioculturais e afetivo-relacionais. (SIMÕES, 2010, p. 325).

Conforme, Glória (2011), ainda existe uma confusão entre o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), que é o principal serviço desenvolvido necessariamente dentro do CRAS e do equipamento físico CRAS. Sendo que, a sigla CRAS deve ser entendida como o modelo de gestão territorial, uma vez que o mesmo trabalha dentro de um territorialização. Tal confusão foi percebida em visita e contato da pesquisadora com os CRAS do Município de Juazeiro do Norte – CE. Ainda de acordo com Glória (2011):

O CRAS, como instrumento de política pública, tem particularidades porque a articulação dos serviços, programas, benefícios e projetos ocorrem em uma unidade pública e estatal, instalada em áreas de vulnerabilidade social atendendo as necessidades de um determinado território. (p. 06).

De acordo com Lavinias, (2003, p. 2): falar de gestão pública hoje é falar da construção da cidadania. Porém, sabe-se que a gestão pública, principalmente na área de assistência social, comporta inúmeros desafios desde a superação do modelo de política cultural e historicamente vem imperando substituindo-a pela construção de uma gestão que reconheça a assistência social como um direito social adquirido do cidadão e lute pelo



estabelecimento destes direitos, solidificando a política de assistência social na direção da universalização da proteção social e a prestação de um serviço de qualidade.

## 2.2 INCLUSÃO PRODUTIVA COMO ENFRENTAMENTO DA VULNERABILIDADE SOCIAL

Conceituar inclusão produtiva ainda é um processo que está posto para a comunidade acadêmica, especialmente no tocante a sua alternância entre a compreensão de processo e autonomia. Souza (2013) aponta para a ausência de uma conceituação clara a respeito do termo inclusão produtiva, principalmente pela sua recente adoção no âmbito das políticas públicas e por sua discussão ainda incipiente dentro da academia. De modo geral, a construção inicial do conceito se deu no âmbito das políticas de combate à fome promovida pelo MDS, mais especificamente na Secretaria de Articulação para a Inclusão Produtiva – SAIP, que se baseou no Decreto n° 6.393 de março de 2008, apontando para a inclusão produtiva como um “processo que conduz à formação de cidadãos, integrados ao mundo através do trabalho” (SOUZA, 2013, p. 291).

A PNAS (2004) ampliou significativamente o conceito de usuários da assistência social, se compararmos com a definição de beneficiários presentes na LOAS. Ao receber personalidade de política pública, a Assistência Social reconhece seus usuários como cidadãos de direitos, sendo rejeitada a ideia de “carentes”, “necessitados”. A população atendida pela assistência social, tradicionalmente, é aquela empobrecida, que apresenta vulnerabilidade não só do ponto de vista econômico material, mas também de sua cidadania, que a afasta do alcance dos direitos políticos, civis e sociais.

No entanto, há que se admitir que tal formulação apresente evidente limitação, tornando-se necessário aprofundar a reflexão não apenas sobre a concepção do termo, mas principalmente das intenções e das consequências promovidas por sua adoção no âmbito das políticas públicas socioassistenciais. Rodrigues e Almeida (2013, p. 200), ao tentar elaborar um conceito que dê conta desta temática, apontam que:

[...] sob enfoque produtivo, a inclusão deve conduzir à formação de cidadãos integrados ao mundo pelo trabalho tendo como perspectiva a conquista de autonomia para uma vida digna e autossustentada por parte das pessoas que estão excluídas ou fragilmente vinculadas à produção de renda e riqueza [...].

Mediante tal conjuntura, e considerando o atual estágio de desenvolvimento do capitalismo, que dispensa uma grande parcela de trabalhadores, aproximando o foco da discussão, a assistência social deve levar em consideração, na elaboração de programas e projetos voltados para inclusão produtiva da população atendida os conceitos apontados

acima, em que transita o reconhecimento de direitos e o afastamento dele. Entendemos que a assistência social deve ser garantidora de direitos sociais; no entanto, para garantir, tem que incluir. Perguntamos, então, como incluir uma população que, tradicionalmente, apresenta vulnerabilidades tanto do ponto de vista material como de sua cidadania?

Em suma, o Sistema Único de Assistência Social – SUAS e a inclusão produtiva estruturam-se numa sociedade que as necessidades básicas e trabalho digno tornam-se cada vez mais escassos, por outro lado a cultura do capitalismo cresce a cada dia. Conseqüentemente, a geração de trabalho e renda não engloba tudo que diz respeito à política de trabalho fazendo com que muitas vezes o termo inclusão produtiva seja apenas um jargão, tendo em vista a sua inexistência, bem como a falta de conhecimento acerca do tema no desenvolvimento desta intervenção dentro dos CRAS.

### **3. METODOLOGIA**

#### **3.1. A INTERVENÇÃO: PERCURSO METODOLÓGICO E ATIVIDADES REALIZADAS**

Para tanto, a pesquisa assumiu um caráter de intervenção, pautada nos princípios da pesquisa-ação que, conforme Thiollet (2011) seria uma ação intencional destinada a tornar mais inteligível um objeto ou fenômeno complexo de modo a construir conceitos que vão alimentar o raciocínio do pesquisador que planeja uma intervenção deliberada na realidade. Tendo como finalidade a mudança, e, essa mudança inclui os valores dos participantes e se faz na própria natureza da pesquisa, em momentos de revisão da ação e do pensamento, enriquecendo especialmente o saber prático. Assim, a pesquisa-ação visa à produção do saber teórico, mas também contribui para a reflexão sobre problemas e tensões institucionais.

Por se tratar de uma análise de experiência por meio da intervenção, compreende-se que o percurso metodológico da intervenção se configura através das ações que foram efetivadas em campo, embasadas nos princípios da economia solidária, bem como no próprio objetivo da política de inclusão produtiva e como essa é passada para os grupos de vulnerabilidade social. A priori, foram realizadas visitas institucionais nos CRAS do Horto, Timbaúba e Frei Damião do Município de Juazeiro do Norte – CE com o intuito de formar parceria com tais grupos, tendo em vista que ambos teriam iniciado um

trabalho de gestão de renda como ferramenta de enfrentamento de vulnerabilidade social no grupo de mulheres.

Contudo, no decorrer das visitas, em diálogo com os técnicos que referenciam tais grupos e com as próprias mulheres do mesmo foi possível observar que, o termo de inclusão produtiva não estaria tendo uma ligação direta com os grupos, uma vez que sempre que se tocava no assunto, as falas, principalmente dos técnicos descentralizavam para o setor de trabalho e renda da própria SEDEST, salientando que era o mesmo que desenvolvia algum tipo de atividade e ação relacionado ao tema.

Assim as principais atividades desenvolvidas foram: participação direta em grupos do PAIF, roda de conversas com mulheres que frequentam e fazem parte do CRAS que ocorreram após o encontro com das mesmas com o núcleo gestor do setor de trabalho e renda da SEDEST, articulação com a rede socioassistencial e intersetorial, por meio do contato direto com o diretor responsável e coordenadores dos CRAS visitados, levantamento das ações/atividades, mediante pesquisas nos arquivos de planejamento e relatórios técnicos de atividades mensais os comparando para se ter ciência das potencialidades, como também limitações enfrentados pelos mesmos, e conseqüentemente a sistematização das informações.

E por fim, a formação com os profissionais que conduzem e referênciam os grupos do PAIF, que fora com o intuito de produzir uma aproximação e construção coletiva acerca do próprio tema, bem como sugestões de condução dos grupos, que estavam ocorrendo majoritariamente associado a realização de cursos e oficinas, para inserção no mercado de trabalho ou para a montagem do próprio negócio, respaldados pela lógica do empreendedorismo sem que houvesse um trabalho socioeducativo, e na maioria dos grupos visitados foi possível observar que o mesmo tinha apenas o viés recreativo sem nenhuma função voltada para inclusão produtiva.

Mediante o que foi observado, bem como vivenciado foi proposto para os técnicos uma formação acerca do próprio conceito de inclusão produtiva, economia solidária e suas ligações com a Política de Assistência. O encontro foi agendado e marcado para os técnicos dos CRAS Frei Damião, CRAS horto e CRAS Timbaúbas, com duração de um dia na sede do CRAS Frei Damião, perfazendo o total de 08 (oito) horas, com a participação de 20 (vinte) técnicos de nível superior, psicólogos, pedagogos e assistentes sociais. Sendo de suma importância a participação dos mesmos, pois se tornou um momento de construção coletiva, o qual se pode partilhar das experiências dos territórios, como também suas singularidades.

## 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O presente trabalho teve por objetivo construir alternativas de autogestão, bem como o empoderamento acerca da economia solidária em grupos que se encontram em situação de vulnerabilidade social, por intermédio da análise dos principais desafios em executar a política de inclusão produtiva, bem como a identificação de possíveis estratégias para a promoção da mesma, conseqüentemente, propondo sugestões de superação de tais desafios através da formação dos técnicos que referenciam e conduzem tais grupos, visando a geração de trabalho e renda e melhoria das condições de vida das comunidades assistidas pelos CRAS, oportunizando um momento de construção coletiva em relação ao tema.

No tocante aos desafios à inclusão produtiva em grupos de vulnerabilidade social pode-se destacar que a falta do conhecimento acerca do tema, como um dos principais desafios enfrentados pela gestão para implantação desta política. Tal fato pode ser observado através do diálogo estabelecido com os técnicos que referenciam os grupos, apesar de que a Política Nacional de Assistência Social – PNAS utilize da inclusão produtiva como uma ferramenta primordial contra o enfrentamento da pobreza. Posto isto, foi sugerido a equipe do setor do trabalho e renda a formação com os técnicos acerca do tema.

Outro ponto a ser destacado como desafio foi a falta de comunicação com as demais políticas públicas, sendo identificada por intermédio da fala da direção do setor de Trabalho e Renda da SEDEST, bem como a fala dos técnicos que referiam os grupos. Então se sugeriu, um momento de construção coletiva para que fosse estabelecida tal comunicação acerca do que vem sendo desenvolvido por ambos, e para que assim pudessem construir e desenvolver a política de inclusão produtiva, pois conforme Nunes (2012), o desafio de melhorar as condições de vida das famílias que vivem em situação de vulnerabilidade social, através da inclusão produtiva, é uma tarefa que se coloca para um conjunto amplo de políticas públicas.

E não apenas para políticas tipicamente entendidas como sociais: é necessário também que políticas de fomento ao crédito e investimento incorporem como seu objetivo de atingir também esta população. Não se apresenta nenhuma relação com essas políticas e nem com políticas que avaliamos serem fundamentais para seu desenvolvimento, tais

como a política do trabalho e de desenvolvimento agrário. As ações que dão sinais da presença de outras políticas se concentram nas áreas da saúde, educação e habitação. Apresenta a possibilidade da integração das políticas, através de ações em conjuntas no aumento da oferta de serviços.

Agrega-se ainda que, através das rodas de conversas com as mulheres, foi possível observar na fala delas que, um dos desafios que a gestão enfrenta para efetivar a política de inclusão produtiva seria o perfil dos usuários, pois eles demandavam um retorno sem ao menos antes tentarem desenvolver a cidadania participativa, uma vez que em uma das falas uma determinada senhora relatou: *“A minha filha, a gente não pode nada disso que você está falando aqui, porque as mulheres aqui são muito desunidas, só pensam nelas, não conseguem ensinar pras outras, o que sabem, além do que a prefeitura vai ajudar a gente como? Pra fazer tudo isso a gente precisa de um ponto”*. (sic). Somente a fala desta senhora foi destaca, pois representa todas as demais falas dos grupos visitados, apesar de estarem em realidades de territórios diferentes.

**Figura 1: Grupo de mulheres - CRAS Horto**



Fonte: Acervo dos autores

Então, pensou-se na interação entre a entidade e a política dentro de uma dinâmica de resolução dos fatos cotidianos vividos pelos usuários dos grupos estimulando a cidadania participativa do mesmo, por meio da escuta ativa, bem como a construção das ações e atividades que desejam ser desenvolvidas para eles, pois a política pública tem que ser capaz de oferecer proteção e promoção no que se refere a garantia de direitos.

**Figura 2: Grupo de mulheres - CRAS Horto**



Fonte: Acervo dos autores

Couto et al. (2011) apontam para enormes desafios a serem enfrentados pelo conjunto dos sujeitos sociais, principalmente quando a relevância de determinações não se situa somente no campo específico da assistência social; isto é, as determinações sociais abrangem um campo amplo da esfera político-cultural que se espalha no conjunto das relações sociais. No entanto, cada vez mais, a assistência social é entendida e chamada para dar conta das soluções que outras políticas deixaram de atender; conseqüentemente, agravando o nível de necessidades, aparecem as vulnerabilidades que a assistência social deve dar conta.

E tais desafios foram confirmados durante a execução desta pesquisa, pois como mencionado anteriormente, os usuários requerem muito da política, contudo, de forma assistencialista, não sendo ativos e participativos na construção da mesma. Apesar disso,



ao mesmo tempo em que, a pesquisadora contribuiu para ampliação e qualificação dos trabalhos desenvolvidos pela gestão ao mesmo tempo em que, a pesquisadora contribuiu ampliação e qualificação dos trabalhos desenvolvidos pela gestão buscando elucidar as novas implicações e desafios postos à efetivação de direitos sociais, bem como ao exercício profissional, considerando-se, especialmente, a dimensão territorial incorporada, uma vez que a intervenção resultou em futuras formações e capacitações do núcleo gestor do Setor de Trabalho e Renda da SEDEST do Município de Juazeiro do Norte – CE para com os demais setores da política de assistência, bem como os CRAS que não puderam ser visitados no decorrer da pesquisa.

**Figura 3: formação com os técnicos**



Fonte: Acervo dos autores

Conforme Nunes (2012), pensar em inclusão produtiva para este contingente de pessoas requer superar mais do que as questões materiais-financeiras. A LOAS afirma que suas ações devem ser direcionadas para quem dela necessitar, e a PNAS (2004) qualificou seus usuários como cidadãos de direitos, constituindo como público alvo cidadãos e grupos de vulnerabilidade e risco; entre tantos outros destacamos grupos e indivíduos de inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal, de estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e risco social, agravados por fatores evidenciados pelo censo preliminar do IBGE (2010), como as péssimas condições de saúde da população, saneamento básico,

educação, moradia, trabalho infantil, adolescente fora da rede escolar, gravidez na adolescência, entre outros.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, vale salientar os objetivos da pesquisa, desde objetivo geral até os específicos, que foi o fomento do elo de conscientização de ações e/ou projetos voltados para Inovação Social e Economia Solidária, como também elencar novas alternativas para efetivação da mesma, empoderar os sujeitos envolvidos em tais ações e por fim, buscar novas parcerias entre os diversos saberes teóricos e metodológicos. Para tanto, pode-se afirmar que os objetivos foram alcançados, pois a partir da parceria estabelecida com o setor de Trabalho e Renda da SEDEST, as rodas de conversas com as mulheres, e a formação com os técnicos de referência, os mesmo obtiveram mais prioridade acerca do tema para a sua efetivação enquanto política, os usuários passaram a participar mais ativamente das escolhas e da estruturação das ações, os profissionais buscaram se capacitar cada vez mais, que o núcleo gestor da SEDEST ficou de promover novas formações para os mesmos.

Além de que, a experiência obtida pela pesquisadora no decorrer da intervenção pode abrir um leque de conhecimentos acerca dos temas, bem como, vivenciar cada uma das dificuldades enfrentadas para a construção e efetivação da inclusão produtiva nos grupos de vulnerabilidades sócias, que vai para além da falta do conhecimento técnico-metodológico das políticas, tendo em vista a singularidade dos desafios relatados pelos técnicos durante a formação, que forma desde a falta de incentivo e retorno da gestão, infraestrutura e até mesmo a inserção da cultura capitalista.

A possibilidade de estar presente durante os encontros com as mulheres, no decorrer do mapeamento das atividades de monitoramento do Setor de Trabalho e Renda da SEDET, proporcionaram um processo desafiador no sentido de assimilação de um campo até então desconhecido, uma vez que a inclusão produtiva foi inserida recentemente na política de assistência social. Ressaltando que o trabalho desenvolvido durante a pesquisa resultou em futuras formações com as equipes, parceria do núcleo gestor na participação do X Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social, ENAPEGS, bem como uma atenção maior por parte da gestão.



Em síntese, conclui-se que para Assistência Social incluir ou promover programas/ações voltadas para inclusão produtiva a grupos de vulnerabilidade social se faz necessário, a construção de mecanismos que tenham a capacidade de envolvimento de um conjunto de ações interligadas entre as mais diversas políticas públicas do campo social, uma proposta de articulação integrada das políticas sociais é indicar uma ação de transversalidade e transformação, que só seria efetiva e eficaz por meio de convergência de todas as políticas a um objetivo comum.

Autores, como Dees e Anderson (2006) e Sharra e Nyssens (2009), têm aplicado o termo inovação social como se fosse uma escola de pensamento relacionada com o empreendedorismo social. Tais conceitos estariam conexos de forma direta ou indireta ao conceito de economia solidária, uma vez que prevê uma forma de organização da produção, consumo e distribuição de riqueza centrada na valorização do ser humano e não do capital, caracterizada pela cooperação e solidariedade. Mediante o contexto, conclui-se que, experiência da pesquisa além de proporcionar a pesquisadora um leque de conhecimento, proporciona também uma contribuição para o campo no que se refere a estudos, pois ainda existem poucos que falam sobre a economia solidária, inovação social, inclusão produtiva e políticas públicas.

No tocante a limitação da pesquisa pode-se destacar a questão do tempo, pois lidar com pessoas demanda tempo, além de que é um grande desafio falar sobre economia solidária dentro de uma cultura capitalista. Sugere-se então que, invista-se em mais pesquisas na área, possibilitando também uma mudança dentro da política, existindo a necessidade de formativas de gestão, de formação profissional e de promoção dos recursos humanos, na qualidade dos serviços ofertados dentro das políticas públicas, reforçando os laços sociais e comunitários, como também criar novas parcerias entre o Estado e a sociedade civil. Desta forma, ficam estas considerações registradas como sugestões para trabalhos futuros na área.

## REFERÊNCIAS

BOSCHETTI, I. (2006). *Seguridade social e trabalho: paradoxos na construção das políticas de previdência e assistência social no Brasil*. Brasília: Letras Livres / Editora UnB.

BRASIL. MDS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza. *Assistência Social*. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/brasil-sem-miseria/inclusao-productiva-urbana-1>. Acesso em: 20 nov. 2017.

BRASIL. *Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS/ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome*. – 1. ed. – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009. 72 p.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS ANOTADA 2*. Ed Brasília, 2010.

BRASIL. *Política Nacional de Assistência Social – PNAS*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Secretaria Nacional de Assistência Social, 2004.

COUTO, B. R. *et al.* *O sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento*. São Paulo: Cortez, 2010.

DEES, G.; ANDERSON, B. B. “Framing a theory of social entrepreneurship: building on two schools of practice and thought”. *Research on Social Entrepreneurship*, ARNOVA occasional paper series, v.1,n.3, p. 39-66, 2006.

GLÓRIA, A. C. M. *O CRAS como um modelo territorial de gestão social: proposta de um sistema de avaliação e monitoramento/ Ana Carolina Menezes da Glória – 2011*. 100 f. Disponível em: Acesso em 20 de mar. de 2018.

LEITE, M. *et al.* O Fórum Cariense de Economia Solidária como Possibilidade de Integração Entre Empreendimentos de Economia Solidária, Entidades de Apoio e Fomento e Poder Público Local no Cariri Cearense. *Revista Nau Social* – v.3, n.5, p. 33-39 nov. 2012/Abr. 2013. Disponível em: <<https://www.ufca.edu.br/portal/documentos-online/informativos/proex-2/1412--994/file>>. Acesso em: 06 fev. 2018.

NUNES, N. M. S. *Inserção produtiva e assistência social: caminhos para a inclusão*. Porto Alegre, 2012. 117 f. Diss. (Mestrado) – Faculdade de Serviço Social, Pós Graduação em Serviço Social. PUCRS.

SHARRA, R.; NYSENS, M. *Social innovation: an interdisciplinary and critical review of the concept*. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/267790005\\_Social\\_Innovation\\_an\\_Interdisciplinary\\_and\\_Critical\\_Review\\_of\\_the\\_Concept?enrichId=rgreqf55241a8b5e8f80734627f3cfa199d65XXX&enrichSource=Y292ZXJQYWdlOzI2Nzc5MDAwNTtBUzoxODgwMjEyMDI3NTk2ODJAMTQyMTgzOTE1NjY5OA%3D%3D&el=1\\_x\\_2&\\_esc=publicationCoverPdf](https://www.researchgate.net/publication/267790005_Social_Innovation_an_Interdisciplinary_and_Critical_Review_of_the_Concept?enrichId=rgreqf55241a8b5e8f80734627f3cfa199d65XXX&enrichSource=Y292ZXJQYWdlOzI2Nzc5MDAwNTtBUzoxODgwMjEyMDI3NTk2ODJAMTQyMTgzOTE1NjY5OA%3D%3D&el=1_x_2&_esc=publicationCoverPdf)>. Acesso em 20 abr. 2018.

SIMÕES, C. *Curso de Direito do Serviço Social*. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2010 – (Biblioteca básica de Serviço Social; v. 3).

SPOSATI, A. O. *et al.* *A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise*. 11 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SOUZA, F. *Assistência social e inclusão produtiva: algumas indagações*. O social em questão. Rio de Janeiro, n. 30, Ano XVII, p. 287-298, 213. Disponível em: [http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ\\_30\\_Souza\\_14.pdf](http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_30_Souza_14.pdf). Acesso em 06 fev. 2018.

RODRIGUES, R.; e ALMEIDA, P. A Contribuição das Associações na Inclusão Produtiva e Social dos Catadores de Materiais Recicláveis do Município de Fortaleza. *Revista do Mestrado Profissional em Planejamento em Políticas Públicas*. Fortaleza, v. 1, n. 7, 2013. p. 157-202.

SINGER, P. *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas*, São Paulo: Contexto, 2003.

THIOLLENT, M. *Metodologia da pesquisa-ação*. 14 ed. Aumentada. São Paulo: Cortez, 2005a.

# CAPÍTULO XIV

## PLANEJAMENTO PARA A GESTÃO PARTICIPATIVA DO FÓRUM CARIRIENSE DE ECOSOL: APRENDIZADOS E DESAFIOS DE UMA PESQUISA-AÇÃO

Maria Dasdores Gonçalo Costa<sup>1</sup>  
Augusto de Oliveira Tavares<sup>2</sup>  
Victoria Régia Arrais de Paiva<sup>3</sup>

### 1. INTRODUÇÃO

O presente artigo é resultado do trabalho final do curso de Especialização em Inovação Social em Economia Solidária, com o intuito de colaborar com o fortalecimento do Fórum Caririense de Economia Solidária (FOCAES) – um espaço público permanente de representação, articulação política, fomento e apoio técnico ao desenvolvimento da Economia Solidária na Região do Cariri cearense. Assim, o objetivo desta pesquisa-ação é facilitar a elaboração coletiva de um modelo de gestão pautado nos princípios da autogestão, cooperação e solidariedade, com vistas à geração de impactos positivos em seu processo organizacional, de tomada de decisão e a internalização do papel de cada membro, podendo, assim, contribuir com o possível engajamento de novos atores sociais.

Segundo Singer (2000) a autenticidade dessas organizações solidárias depende fundamentalmente de sua democracia interna e da sua autonomia externa. Segundo este autor, a Economia Solidária e suas variantes (Economia Social, Economia Popular

---

<sup>1</sup> Graduação em Recursos Hídricos/Saneamento Ambiental pelo CETEC, e especialização em Saúde e Meio Ambiente pelo CETEC e em Inovação Social em Economia Solidária pela UFCA. Licenciatura em Química pela UFC e mestrado em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis UNILAB.

<sup>2</sup> Mestre em Sociologia (UFC), Doutor em Desenvolvimento Sustentável (CDS/UnB), professor efetivo do Curso de Administração Pública (UFCA).

<sup>3</sup> Doutora em Sociologia, pela UFC, docente do Curso de Administração Pública e Gestão Social da Universidade Federal do Cariri (UFCA). Compõe a equipe de coordenação da ITEPS, e acompanhou o processo de estruturação da Rede de Feiras Agroecológicas e Solidárias do Cariri (Rede FASOL) desde 2015.

Solidária ou Socioeconomia Solidária), sustentam, em comum, a antítese entre a solidariedade e o individualismo competitivo vigente na sociedade capitalista.

Tais formas organizativas podem ser concebidas como resposta e como forma de superação às crescentes mudanças conduzidas pela globalização neoliberal, que produziram elevados índices de desemprego, violências diversas, notadamente com grupos sociais vulnerabilizados, crise ambiental sem precedentes, etc. Por outro lado, conforme registra Lemos *et al.* (2012), a partir dos anos 1990, vários espaços democráticos foram conquistados estrategicamente pela sociedade, sendo muitos deles voltados para o fortalecimento de iniciativas organizadas sobre os princípios da economia solidária.

Esse processo considerado inovador pode ser observado no espaço do Fórum Cariense de Economia Solidária (FOCAES), visto o seu funcionamento integrado e participativo, mesmo diante dos conflitos evidentes em relação a opiniões divergentes e a posições dos segmentos, existe uma busca pela construção de consenso a partir da diversidade. É nesta direção que, segundo salientou Tavares (2014), o sentido da participação manifesto pelo Focaes, advém de um sistema interativo, característico dos espaços públicos no sentido habermasiando, no qual as partes se influenciam mutuamente, devendo considerar os contextos nos quais estão inseridos.

Para Gaiger (2016), iniciativas que semeiam a solidariedade deixam os vínculos sociais explícitos. Seu fundamento evidencia a necessidade de aperceber o absconso, ladeado por formas não mercantis e não utilitaristas que dão sentido a uma relação humana interdependente, dotada de harmonia e em defesa do bem comum.

É nesse sentido que o Fórum em estudo tende a funcionar como uma inovação social, no sentido atribuído por Andion (2014), pois consiste numa rede solidária que agrega diversos atores sociais que conjugam seus saberes e fazeres numa lógica de desenvolvimento sustentável, sendo diferenciado pelo seu pioneirismo no Estado do Ceará, bem como pela sua capacidade de resistir apesar dos obstáculos.

Partindo do fato de que atualmente o FOCAES experimenta enormes desafios quanto à sua estrutura organizacional interna, caracterizada pela fragilidade na definição de papéis, bem como quanto às condições concretas da participação (deslocamento, tempo, informações disponíveis e empoderamento), esta proposta de intervenção se justifica frente à necessidade de um desempenho organizativo mais dinâmico, sistemático e qualificado das organizações e atores que o integram.

Uma das motivações para a pesquisa veio da aproximação com a comunidade científica local, cuja primeira sistematização gerou um capítulo de livro sobre as experiências do Fórum Cariense de Economia Solidária. Este texto, publicado em 2016 apresentou as principais ações do Fórum desde a sua formação, em 2010, até o ano de 2015[1]. Além disso, vale destacar a vivência da pesquisadora, que foi integrante da primeira coordenação do FOCAES, no biênio 2013/2014, e até então participa ativamente das discussões e deliberações construídas pelo referido espaço público de referência em Economia Solidária na região.

Os procedimentos metodológicos definidos para a intervenção realizada no contexto atual, priorizou a pesquisa de campo de cunho descritivo e qualitativo, realizada entre 2016 e 2017, consubstanciando uma pesquisa-ação nos termos de Thiollent (2005). Este tipo de pesquisa consiste numa investigação empírica em que busca de forma aprofundada a compreensão dos fatos e geralmente preocupa com a atuação prática. A técnica de coleta de dados complementares consta de ferramentas adaptadas e orientadas à participação e à aprendizagem.

Por fim, destaca-se que a proposta construída com os atores sociais integrantes do FOCAES consiste num conjunto de ações associada a democratização nos processos decisórios e visou provocar uma forma de registrar e monitorar as ações do Fórum para aventar soluções e possíveis transformações dentro do contexto estudado.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1. REDES DE MOVIMENTOS SOCIAIS

A promoção de cenários possíveis de uma política participativa capaz de alicerçar uma sociedade sustentável está arraigada em dimensões que podem ser notáveis na premissa básica dos movimentos sociais.

Segundo Scherer-Warrer (1999, p. 15), um mesmo movimento social pode se moldar sincronicamente, tomando como bases três dimensões: “contestadora, solidarística e propositiva”. Na mesma linha argumentativa, Valério (2014) destaca a realização de práticas afirmativas para a construção de identidades sociais que contribuam para uma sociedade igualitária. Com isso, vislumbra a importância das organizações

numa sociedade complexa, atuando na qualidade de fontes inovadoras e originárias de saber.

Os movimentos sociais afloram tanto no contexto econômico quanto no político com a filosofia pragmática de lutar por transformações sociais no país por intermédio da participação direta, que culmina com o empoderamento da sociedade, no processo democrático participativo, porque assim é possível construir equidade e justiça social. O horizonte dos movimentos sociais nos espaços foi sustentado em formato de rede, inovando com a combinação mais dinâmica de práticas diversificadas, no compartilhamento de informações, de conhecimentos e de experiências por meio de oficinas de trabalho, feiras, encontros, conferências, reuniões, marchas, dentre outras. Estas, podem ser evidenciadas com o surgimento de novos movimentos com pautas coletivas de diferentes instituições atuando estrategicamente como atores políticos passíveis à transformação social.

A partir do início do século XX, as primeiras ações coletivas surgem timidamente como forma de superar o sistema excludente e, em meados desse mesmo século, adquirem uma conotação mais de formação política, transcursando da objetividade para a subjetividade. No Brasil, as redes movimentalistas incorporaram estratégias de fortalecimento, as quais destacam-se pelos moldes e forma de interação Estado-sociedade: protestos e ação direta; participação institucionalizada; política de proximidade; e ocupação de cargos na burocracia. Destarte, consoante Tatagiba (2014):

Entender a construção concreta de novas rotinas de conflito, negociação e participação requer examinar como as redes que obtiveram acesso ao Estado em momentos particulares trabalharam com práticas históricas de interação Estado-sociedade em cada área da política (TATAGIBA, 2014, p. 348).

Convém mencionar que, no caso da Economia Solidária, mesmo antes do Governo Lula, quando esta passar a ter uma maior expressividade, existia um conjunto de esforços reivindicatórios representados por atores plurais (grupos religiosos, pesquisadores, militantes, profissionais e ativistas) e em alguns casos com apoio de atores estatais, inclinados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), por exemplo. A insígnia desse governo, o qual se reivindica como “progressista” ou “democrático-popular”, reafirma um projeto sedimentado na autenticidade de políticas participativas, sinalizado por conjuntura distintiva.

Um ponto inegável nesse processo é o diálogo e a articulação em redes, conforme expressa o pensamento de Scherer-Warrer (2008):

[...] esse processo reverte positivamente na construção de pautas para as políticas emancipatórias que conectam as várias particularidades dos indivíduos em redes normativas mais abrangentes, contribuindo para a transformação dos indivíduos participantes em sujeitos de direito (SCHERER-WARRER, 2008, p. 508).

Nesse sentido, a autora menciona que os movimentos sociais latino-americanos se articulam em redes políticas dentro de uma inovação associativa. Por esse motivo, o *know-how* de articulação é fator preeminente para construir laços fortalecidos entre os atores sociais internos e externos.

Conforme registram Abers e Vom Büllow (2011) sobre o termo “rede”, há diversas definições com características que o diferenciam; conseqüentemente, a sua propagação tem apresentado como resposta um conjunto heterogêneo de ensaios. Isto implica dizer que a “rede” é uma teia constituída de atores interessados num objetivo comum, contemplando, além dos movimentos sociais, intelectuais, pesquisadores, militantes, integrantes de governos, ONG, etc.

Nessa definição, percebe-se uma aproximação com a presente pesquisa quando o movimento de Economia Solidária se torna notório em que a coletividade buscar construir relações de produção e de convívios harmoniosos, tendendo a organização em redes. Embora a finalidade de competir não atenda aos princípios da economia solidária, fica claro que quando “um grupo trabalha, pensa e age em conjunto, há ganhos em prol da coletividade e do interesse comum” (SANTOS, 2016, pg. 46). No caso do FOCAES, observa-se que as práticas imbricadas com os traços citados são realizadas por trabalhadores que se agrupam em organizações e recebem a denominação de Empreendimentos Econômicos Solidários. Este segmento contempla as associações, clubes de trocas, sindicatos, ONGs e outros, que tem como premissa o trabalho autogestionário e solidário de forma a promover a igualdade de direito de todos os envolvidos.

o fomento de práticas econômicas solidárias nos EES e a articulação destes em redes, tendo o FOCAES como uma ponte, apesar da dificuldade de dialogar com o poder público, criam um ambiente de promoção de constante trocas de saberes, harmonizam as ações, disseminam informações e constroem movimentos de transformação no ser humano voltados para o ser solidário,



afetivo e cooperativo que visam atitudes que beneficiam o bem comum, o coletivo, o social, enfim a sociedade (SANTOS, 2016, p. 18).

Como fruto dessa simetria, compreende-se que a relação, o vínculo, o conflito e a colaboração entre os atores plurais devem estar presentes para que, de fato, os movimentos sociais sejam organizados como redes de movimentos sociais, considerando a singularidade de cada um.

## 2.2. GESTÃO SOCIAL DO TERRITÓRIO

A gestão social é um conceito ainda em construção. Com amplo sentido, apresenta, desde o início dos anos 90, uma expressão sob diferentes olhares por pesquisadores brasileiros, a depender da contextura dos distintos campos do conhecimento teórico e prático.

Notadamente, encontra-se na literatura vários significados que caracterizam a gestão social. Segundo Cançado (2014), o termo gestão social estava focado inicialmente para a gestão de políticas públicas, mais especificamente as sociais e, com a inserção de novas instituições, passou a ser utilizada como sinônimo de gestão de organizações do terceiro setor com qualidade de gestão participativa e democrática. Para Araújo (2014) a pluralidade do conceito de gestão social remete à necessidade de um posicionamento intercultural, considerando um espaço polissêmico e de vozes diversas. Nas palavras de Tenório (2005), a partir do *re* (visitar) o conceito de gestão social estudado desde o ano de 1990, menciona que

não está atrelado às especificidades de políticas públicas direcionadas a questões de carência social ou de gestão de organizações do denominado terceiro setor, mas também a identificá-lo como uma possibilidade de gestão democrática na qual o imperativo categórico não é apenas o eleitor e/ou contribuinte, mas igualmente o cidadão deliberativo; não é só a economia de mercado, mas também a economia social; não é o cálculo utilitário, mas o consenso solidário; não é o assalariado como mercadoria, mas o trabalhador como sujeito; não é somente a produção como valor de troca, mas igualmente como valor de uso; não é tão-somente a responsabilidade técnica, mas, além disso, a responsabilidade social; não é a *res privata*, mas sim a *res publica*; não é o monólogo, mas, ao contrário, o diálogo (TENÓRIO, 2005, p. 121) .

Carvalho (2012, p. 42) aponta que a Gestão Social se constitui na noção de um Estado Social de Direito comprometido com a cidadania de todos os cidadãos de um território. Essa relação coexistencial envolve ações, articulações, agendas que definem as

políticas públicas, emergem no sentido de inovar com a sua formulação e implementação dessas políticas.

Em regra, a efetivação do conjunto de ações de governo se dá em um território, onde as relações acontecem. Consoante definição de Fischer (2012, 308): “A Gestão Social do desenvolvimento de territórios ocorre quando se considera o território como a origem e o destino das ações”.

Nesse sentido, cogita que a relação entre gestão social e território possa existir baseado em ações práticas individuais e coletivas, de maneira harmônica, envolvendo interorganizações heterogêneas que se destacam pelo processo de hibridização, fortemente integradas e dinâmicas para o desenvolvimento do território. Convergingo com esse pensamento, para Chacon (2014) importa discutir o conceito de desenvolvimento tendo em mente a dicotomia crescimento *versus* desenvolvimento, nos termos a seguir:

“Enquanto o crescimento ocorre em termos eminentemente econômicos, detectado pelo aumento da quantidade produzida em certo período de tempo, em um dado espaço territorial, o desenvolvimento se manifestaria pela distribuição equitativa dos resultados do crescimento para toda a sociedade” (CHACON, 2014, p. 48).

Considerando-se o desenvolvimento um arquétipo para uma outra realidade, surgem os planos como instrumentos fundamentais de promoção ao desenvolvimento sustentável dos territórios, a exemplo do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural, Sustentável e Solidário do Território do Cariri – PTDRS (BRASIL, 2010).

Logo, não se pode deixar de constatar a relação território e territorialidade nesse contexto, devido à complementariedade existente entre ambos e sua relação com o foco do estudo no que concerne à processos sociais e relacional, indissociável da proposta de um modelo de gestão participativa. Pesquisas revelam que o termo território é bastante antigo e, semelhante ao conceito de gestão social, pois, também reúne diversos significados. Define-se na perspectiva de vários autores citados por Saquet, o território como sendo a apropriação social de uma porção de espaço geográfico, enquanto a territorialidade é o conjunto de relação estabelecida pela sociedade (SAQUET, 2011). Ou seja, o território é a fixação no espaço onde acontece todas as relações sociais, essas chamadas de territorialidade.

Ainda segundo Saquet (2009), há diferentes abordagens e concepções de poder, de território e de territorialidade. Consequentemente, pesquisas evoluíram no sentido de

oferecer “subsídios teórico-metodológicos para estudos geográficos do território e da territorialidade humana” (SAQUET, 2009, P. 73).

Raffestin (2009), diz que atualmente os territórios transformam-se conforme o ritmo das novas técnicas tanto na cidade quanto no campo. O autor provoca reflexão sobre a definição de espaço e território, explicando que o território é gerado a partir do espaço, que resulta numa ação seguida por um ator que apropria-se de alguma forma desse espaço e o territorializa por intermédio do agir territorial. Na sua concepção, a territorialidade é relacional e dinâmica, passíveis de mudança no tempo e no espaço, em conformidade com as especificidades de cada sociedade.

Na versão de SOUZA (2009), o conceito de território, no Brasil, tem sido tratado preferencialmente com características de modismo por autores clássicos, perdendo o sentido fundamental e provocando um certo desinteresse, isso em meados da década passada até 2008. Para Souza, o poder é quem “define” o território, onde a dimensão política define o perfil, sem porém, descartar a relevância da dimensão cultural e até mesmo a econômica.

Diante dessas teorias, as quais, embora eventualmente conflitantes, coincidem em um propósito: dimensões das relações sociais. Assim, retoma-se à abordagem territorial com foco no Cariri, tratando do PTDRS formulado em 2010, dotado de informações coletadas e sistematizadas do Território caririense por meio de encontros participativos, quando os indivíduos são capazes de cooperar e interagir entre si. O documento-base de orientação para a estruturação desse plano permitiu organizar os saberes, os sentimentos, as imagens, culturas, histórias, os anseios a realidade das pessoas, os dados objetivos que se materializaram nesse impresso (BRASIL, 2010, p. 15).

São 28 (vinte e oito) municípios que compõem o território caririense, divididos em três microterritórios, sendo Micro-Território Cariri Central, com uma área de aproximadamente 5099,7 quilômetros quadrados, formado por Abaiara, Barbalha, Caririçu, Crato, Farias Brito, Grangeiro, Jardim, Juazeiro do Norte, Missão Velha e Várzea Alegre; Micro-Território Cariri Leste, que possui uma área de aproximadamente 4656,1 quilômetros quadrados, com os municípios de Aurora, Barro, Brejo Santo, Jati, Mauriti, Milagres, Penaforte e Porteiras; Micro-Território Cariri Oeste, com uma área de aproximadamente 5186,1 quilômetros quadrados, formado pelos municípios de Altaneira, Antonina do Norte, Araripe, Assaré, Campos Sales, Nova Olinda, Potengi, Salitre, Santana do Cariri e Tarrafas (BRASIL, 2010).

Pode-se afirmar, portanto, que o plano é uma estratégia dialógica que mobiliza os recursos disponíveis no território com o propósito de construir um documento contemplativo e norteador das políticas locais. É por essa razão que essa política de planejamento entre territórios, microterritórios e seus municípios gera conhecimento e saberes indispensáveis para o desenvolvimento rural e sustentável do Território.

Os dados postos no Plano Territorial de Desenvolvimento Rural, Sustentável e Solidário do Território do Cariri estruturado nas dimensões sociocultural educacional, ambiental, político institucional e socioeconômica contempla diferentes olhares e favorece o processo de empoderamento dos atores sociais, posto que há um conjunto de informações técnicas, científicas e humanas socializadas numa perspectiva ampla, embora encaminhada para as questões locais. Nessa direção, o desafio está na operacionalização do plano entre as instâncias de representação como uma forma de emanar à gestão social sustentável.

Tal conjuntura reforça a existência da esfera pública territorial, o que suscita o fortalecimento do FOCAES nos municípios do Cariri. Esse território é caracterizado pelas belezas naturais e suas riquezas cultural, histórica, geológica, paleontológica, arqueológica, etc, podendo expressar sob a formato de: festas culturais; romarias; artesanato; culinária; música e a literatura popular; recursos hídricos subterrâneos; biodiversidade, entre outros elementos que reflete a alma caririense. É, pois, este cenário que manifesta a importância de conceber vínculos sociais consolidados para uma melhor articulação em rede que leve ao desenvolvimento da economia solidária no território.

### **2.3. A PARTICIPAÇÃO NOS ESPAÇOS PÚBLICOS**

Dos cinco princípios da democracia, a participação é propulsora no cenário de transformação da realidade com os demais: igualdade, liberdade, solidariedade e diversidade. Na acepção de Paul Singer, essa participação educa e conscientiza, deixando a pessoa mais realizada, autoconfiante e segura (Singer, 2002, p. 21). Para o autor, as discussões e decisões coletivas advindas de uma gestão democrática é conciliável com a utilização da competência científica, quando da capacidade de organizar alternativas sem que necessariamente detenha “autoridade”. Assim, parece claro que o processo democrático participativo consiste numa possível ruptura de poder autocrático com possibilidade de emancipação da Sociedade fundamentado na capacidade decisória por meio da participação ativa. É significativo reportar que a sociedade civil no Brasil sinaliza

uma oposição ao Estado autocrata, e esse progresso culmina no fortalecimento da luta pela democracia que teve características distintas em diferentes períodos históricos.

Portanto, convém pontuar questões correlatas que, de certa forma, apresenta características dessa luta. Nas décadas de 1930, 1940 e 1950 conferem as políticas de proteção ao trabalho conquistadas por esforços do movimento social e por alguns acordos políticos (Fisher, 2012, p. 280). De acordo com Oliveira (2012, p. 235), a participação social no país por meio de algumas conferências, aconteceu a princípio discutindo a Saúde, remonta a década de 40. Enquanto que nos anos 1960, a “participação da comunidade” foi evidenciada com os Programas de Desenvolvimento de Comunidade da ONU, direcionados para atender as áreas rurais dos países considerados “subdesenvolvidos”, trazendo uma gestão mais integradora (Moura, 2014, p. 74).

Com o autoritarismo militar instalado em 1964, ressurgiu no Brasil, a partir da década de 70, a luta unificada pela democracia em que os mais diversos setores da sociedade colaborou para uma visão semelhante da sociedade civil, deixando marcas no debate teórico e político (Dagnino, 2002, p. 9). No mesmo sentido, Texeira destaca “[...] um novo “campo ético-político” composto por extensas redes sociais, tecidas em torno de instituições como a Igreja Católica, o ecumismo secular, a academia científica e uma grande quantidade de ONGs” (TEXEIRA, 2002, p. 120). Avritzer (2002) complementa esta visão, reportando que em meados dos anos 70 surgiu uma sociedade civil autônoma e democrática, atribuindo ao “crescimento das associações civis; a uma reavaliação de ideia de direitos”, entre outros fenômenos mencionados por diversos autores e destacados no seu texto. A crise econômica marca o início dessa década e, a partir de 1980, com o desemprego urbano e o agravamento das circunstâncias de trabalho, um fato importante apresenta, o estabelecimento das cooperativas no Brasil, nomeadas cooperativas populares, as quais compõem-se um movimento maior: a economia solidária (CANÇADO, 2014).

Ainda segundo Texeira (2002), a década de 90 retratou maior aproximação entre organizações da sociedade civil e governos, sinalizado por relações que apresentavam momentos ora concordante ora discordante. Nesta mesma década, SILVA (2002, pg. 143) destaca que, com a democratização do Brasil, a sociedade passou a vislumbrar novas formas de expressão política, referindo-se ao surgimento no campo societário.

A discussão é bem mais ampla como pode-se perceber, portanto, referenciar o processo de democratização que teve início com as lutas em resposta ao regime militar e

continua em processo de idealização até os dias atuais, reflete a complexidade histórica da democracia.

Entretanto, os entraves relacionados às ações do Estado com os problemas sociais e à incomplacência do que seria democracia, ocasionam certa inquietude na aceitação de uma nova cidadania.

A redefinição da noção de cidadania, empreendida pelos movimentos sociais e por outros setores sociais na década de 80, aponta na direção de uma sociedade mais igualitária em todos os seus níveis, baseada no reconhecimento dos seus membros como *sujeitos portadores de direitos*, inclusive aquele de participar efetivamente na gestão da sociedade. “Além disso, apesar dos vários significados que esse termo tem adquirido nos últimos anos, como parte de disputa política pela sua apropriação, a ênfase na questão da cidadania aponta para a importância de assegurar uma das condições mesmas de existência da sociedade civil: a vigência de um conjunto de direitos, tomados como parâmetros básicos da convivência em sociedade” (DAGNINO, 2002, p. 10 – grifo nosso).

Assim, diante da emergência de edificar espaços em que a sociedade possa defender seus direitos e formular suas proposições, originam-se espaços públicos com a participação de atores sociais essenciais na constituição da sociedade civil (Dagnino, 2002), organizados em cooperativas, ONGs, fóruns, conselhos, igreja, associações, universidades, entre muitos outros. Sua característica é centrada na participação e expressa relações inovadoras, capazes de condicionar à reestruturação democrática do Estado.

O contingente dos movimentos sociais, notadamente o movimento de economia solidária inserido nesse contexto, com destaque ao FOCAES, representado pelos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), Entidades de Apoio e Fomento (EAF) e Representantes dos Poderes Públicos (PP), conta também com a participação da sociedade civil em geral, possui atuação própria que interessa ressaltar. Com efeito, o nível de participação ainda é incipiente, principalmente do segmento poder público, no entanto, a representação social se dá por atores interessados e comprometidos com a causa. E quanto ao envolvimento dos atores nas discussões tende a limitar àqueles com mais experiência de militância e com nível superior de escolaridade, logo o “poder de persuasão” destes é bem maior, resultando em perda da capacidade de influência dos demais envolvidos. De fato, essa assimetria no processo gera comprometimento na legitimidade democrática, mesmo com direito a voz e voto, as pessoas estão susceptíveis de desigualdades e o reconhecimento pelo grupo e/ou de sua entidade precisa acontecer, porque todos têm uma legitimidade distinta ao se apropriar desses espaços públicos.

Para tanto, de acordo com Tatagiba (2002, p. 71), o processo deliberativo sobre as políticas públicas como prática participativa de gestão democrática ocorre nos conselhos, fóruns, orçamentos participativos, câmaras setoriais, etc. A autora discorre como desafio nessas experiências participativas a inserção de mecanismos que atenuem as implicações das instabilidades sociais nos processos deliberativos, expondo que os espaços públicos com ênfase nos conselhos gestores de políticas públicas, ainda com inúmeras fragilidades, requerem vínculos fortes entre os representantes governamentais e seus órgãos de origem; representação paritária e plural, o reconhecimento do “outro”; relação dos partícipes com suas organizações e qualificação dos mesmos, dentre outros fatores que se traduzem em estratégias de cooperação para a realização de projeto transformador.

Em outra ótica, o movimento da economia solidária durante os Governos Lula e Dilma adere a negociações com o Estado, depois da criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, a ponto de ficar dependente financeiramente das políticas públicas correlatas e sentir dificuldades de construir sua autonomia.

Efetivamente, a institucionalização da participação popular nas políticas públicas foi um marco na história da democracia brasileira e muitas políticas participativas foram implementadas.

### 3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa reflete sobre um processo sistemático de atuação com o objetivo de construir novos conhecimentos e/ou colaborar com os questionamentos ora apresentados. Para tanto, a abordagem é do tipo qualitativa, de natureza aplicada e descritiva, uma vez que intenciona retratar percepções dos atores sociais internos e externos ao FOCAES em referência ao processo organizacional e estrutural do movimento, com o intuito de formular um diagnóstico situacional, bem como definir estratégias de fortalecimento. Para Gil (2008, p. 28), este tipo de pesquisa, juntamente com as exploratórias, são as que habitualmente realizam os pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática. Nesse sentido, o procedimento técnico refere-se à pesquisa-ação ativa por tratar de ações interventivas que modificam a realidade com a

participação dos atores na busca de alternativas aos seus problemas, que consoante Thiollent (2005).

O estudo foi efetivado no Fórum Caririense de Economia Solidária, espaço que congrega Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), Entidade de Apoio e Fomento (EAF) e Gestores de Poder Público (GPP) com abrangência em 28 municípios do Cariri cearense.

A pesquisa de campo foi realizada mediante a participação e o acompanhamento em espaços plurais, como reuniões, feiras e audiência pública. A técnica de coleta de dados consta de ferramentas adaptadas orientadas à participação e à aprendizagem, a saber: o planejamento das ações coletivas e a análise de árvore de problemas e árvore de objetivos como pontos cruciais. No planejamento, os participantes foram levados a refletir sobre a situação ou problema e propor ações coletivas, já a análise, pode ser entendida como a peça fundamental para identificar o ponto crucial da situação e transformar as ações pensadas em realidade, a partir do diálogo e consenso estabelecidos.

Importa ressaltar a contribuição do campo de observação empírica e da discussão direta com os atores sociais implicados, porque permitiram a apreensão do dia a dia em escala que transcendeu o espaço do Fórum. O início da atuação junto ao Fórum foi em 2013, porém o foco deste estudo está nos anos 2016 e 2017. Nesse período destacam-se: as reuniões ordinárias do Fórum, da Rede de Feiras Agroecológicas e Solidárias do Cariri – FASOL e do Grupo de Trabalho – GT criado para discutir a reformulação do estatuto; a audiência pública; e as feiras.

A aproximação da pesquisadora com o espaço pesquisado foi fundamental para estabelecer relações de confiança e proximidades com os interlocutores. Sendo assim, convém destacar o percurso interventivo e suas diferentes formas de atuação, a seguir.

## 4. APLICAÇÃO E DISCUSSÕES

Os caminhos pelos quais as informações são expressas buscou reconstruir a trajetória do FOCAES a partir das principais atividades que se destacaram no processo de discussão marcado pelo diálogo.



#### 4.1 O FÓRUM COMO ESPAÇO DIALÓGICO DE CONSTRUÇÃO

De acordo com a fala de um representante dos empreendimentos econômicos solidários que participou do processo de criação do FOCAES e atualmente é membro da secretaria executiva, o fórum iniciou em 2008:

*“No segundo semestre de 2008, o debate sobre a criação do Fórum aconteceu na Universidade Federal do Ceará com a presença de militantes da economia solidária; reuniões subsequentes foram realizadas, culminando em um seminário realizado no SESC Juazeiro do Norte, formando uma comissão para dar prosseguimento às discussões. A existência de uma rede de Ecosol em Fortaleza impulsionou no Cariri a ideia de fundar uma organização com os segmentos promotores e fomentadores da economia solidária. Durante todo o ano de 2009, foi discutido vigorosamente o processo de criação. Dessa forma, o Fórum nasceu após quase dois anos de debate, contando com a participação expressiva de diversos empreendimentos e instituições, com o propósito de organizá-los num espaço coletivo” (EES 1[2], 2016).*

O mesmo relata que, como a economia solidária já vinha acontecendo através de algumas experiências — as feiras —, uma delas buscou um instrumento que pudesse ser o articulador dessas políticas na região do Cariri, congregando, além dos empreendimentos, o poder público e os apoiadores.

O Fórum realiza reuniões mensais, cuja pauta se define coletivamente, de acordo com a demanda em cada encontro, muitas vezes seguindo o planejamento participativo que acontece geralmente no início de cada ano.

Compreendemos que preservar a memória e registrar o processo de deliberação ao longo desses anos é fundamentalmente importante para delinear percepções dos atores endógenos e exógenos do FOCAES. Para tanto, apresentou-se em reunião um documento construído com os dados pesquisados do FOCAES desde a sua criação, em 2010, para uma autorreflexão sobre o processo organizacional e estrutural do movimento. Esse momento de reconhecimento das experiências do Fórum Caririense de Economia Solidária abriu possibilidade para a publicação de um capítulo no livro *Incubação em Economia Solidária: Contextos, desafios e perspectivas*.

Para análise das informações apresentadas, os integrantes do Fórum manifestaram o desejo de avançar nas discussões relativas a economia solidária e a necessidade efetiva de avaliar como estaria ocorrendo a participação dos que compõem o referido espaço, pois, segundo Carvalho[3] (2016) mais valioso do que aparecer no nome da organização, é sentir-se pertencente enquanto representação e sujeito de possibilidades. O momento avaliativo do período de 2010 a 2015, retratou a ascensão e o declínio das políticas

públicas em economia solidária, configurando um recuo em 2015 que não se dá por acaso, fato que será mostrado na linha do tempo no decorrer desta exposição.

É pertinente registrar que o FOCAES promoveu a primeira audiência pública para tratar da Lei nº 2.813/2012, que institui a Política Municipal de Fomento à Economia Solidária no município do Crato, por intermédio da Comissão do Marco Legal, esta constituída numa reunião de planejamento do Fórum realizada em janeiro de 2016, pelos membros Heliane Aragão (SESC Crato), Professor Geovani Tavares (UFCA), Professora Victoria Régia (UFCA), Maria Guedes (Conselho da Mulher), Maria Ianamar (Prefeitura Municipal do Crato), Francisco Antônio (UNAB) e José Sobral (Sintraf Crato), para discutir a regulamentação e criação do Conselho Municipal de Economia Solidária através de um projeto de lei específico, tendo como produto resultante dessa ação a constituição da minuta[4]. O processo de formação dessa comissão aconteceu no âmbito interno do FOCAES e contou com o apoio da Câmara Municipal de Crato, mesmo que de forma tímida, encontrando ainda certa dificuldade em dialogar com o executivo.

No campo da observação e na fala do promotor de justiça, Thiago Marques[5], foi identificada a urgência de construir uma proposta exequível de Projeto das Ações que demandam recursos nas atividades do Fórum, considerando a possibilidade de não existir normativa complementar. Essa questão está sendo uma demanda recorrente nas reuniões ordinárias do Fórum desde 2013, lembrando que o município de Barbalha se encontra nas mesmas condições, com a lei sem regulamentação desde 2015.

Quanto às limitações do grupo, afirma-se que a maior fragilidade consiste na participação descontínua de alguns membros, podendo atribuir à insuficiência de condições econômicas e/ou falta de prioridade nas discussões. Como alternativa, propõem-se ações integradas como estratégias para promover o desenvolvimento territorial sustentável; destaca-se, nesse sentido, a realização de reuniões itinerantes para viabilizar a participação das organizações no espaço do FOCAES e, ao mesmo tempo, trocar experiências para que essa provável falta de prioridade nas discussões transforme em interesse coletivo.

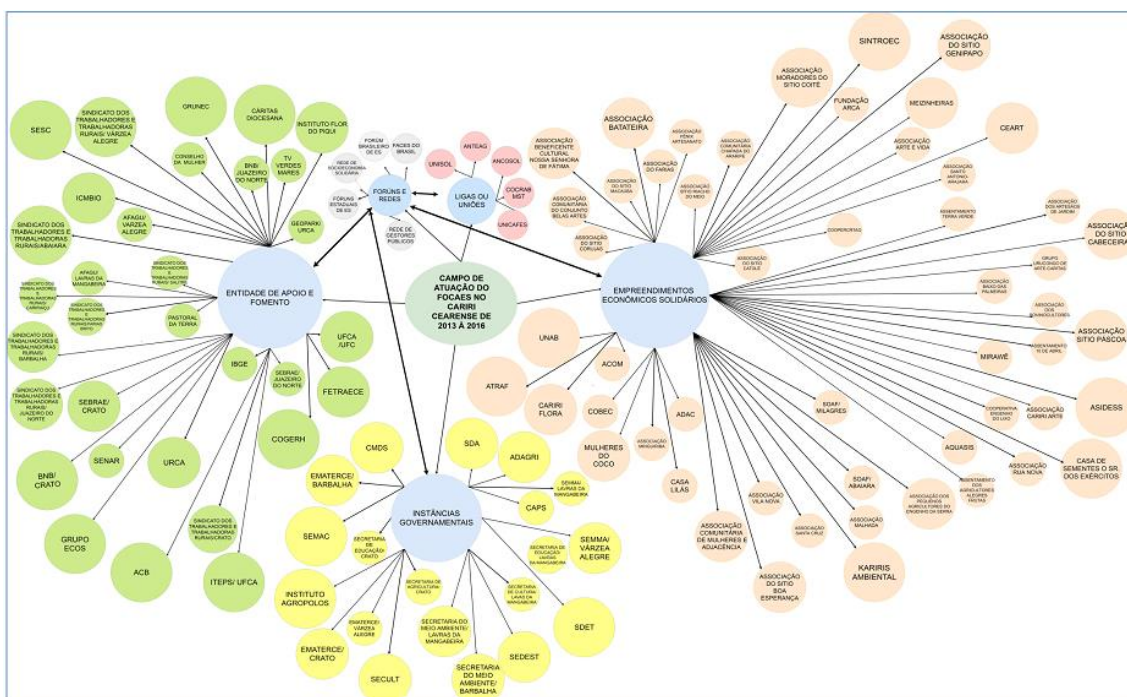
Outra estratégia adotada pelos movimentos da economia solidária são as feiras locais, regionais e estaduais, nas quais acontece o conagraçamento dos territórios e as práticas são colocadas na grande mostra (PAIVA, 2016). Na região do Cariri, destacam-se o Cariri Frutas, a Feira das Culturas e a Exposição de Produtos da Economia Solidária de Base Familiar do Cariri (EXPOFAM). Também a Rede de Feiras Agroecológica e Solidária do Cariri, promotora da 1ª Ação Coletiva envolvendo os feirantes dos

municípios de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha, no mês de março de 2017, no Largo da RFFSA, em Crato. Como último elemento a ser destacado nesse sentido, vislumbrando a construção de uma reciprocidade entre as organizações do Cariri com as demais da região do estado, vale registrar a participação de 12 entidades no 15º Feirão de Economia Solidária do Ceará e a 1ª Mostra de Arte Solidária da População em Situação de Rua: Caminhos para o Exercício da Autogestão, da Cooperação e do Consumo Consciente, que ocorreram no período de 15 a 17 de dezembro de 2016, em Fortaleza. Nesta ocasião, foram realizados o Seminário sobre o Marco Regulatório das Organizações de Sociedade Civil; o lançamento do livro *Incubação em Economia Solidária: experiências, articulações e parcerias*, organizado pela ITEPS/UFCA; o lançamento do cordel *Economia Solidária, Barbalha de ponto a ponto*, o qual foi distribuído pela autora Lindicássia Nascimento; e a exposição dos feirantes ao longo do evento. Esses registros representam apenas uma parte da agenda de discussão; parte esta significativa no que se pretende afirmar: o Fórum assume um papel de articulador de cidadania ativa e de resistência, mesmo diante de cenário desolador.

Certamente, esse processo de construção dialógica moldada em princípio inovador configura um avanço nas questões democráticas com interferência no modelo tradicional vigente. Além disso, atesta o molde de atuação do FOCAES em rede conexa ao território nacional, como pode ser observado na Figura 01.

A figura apresenta as instituições que integraram o espaço do Fórum no período de 2013 a 2016 e suas ligações com a Rede Cearense de Socioeconomia Solidária que interage com instâncias nacionais. No fluxograma seguinte, também poderemos evidenciar o nível de participação dos segmentos durante esse período.

**Figura 01: O FOCAES como elemento integrador da rede no Cariri cearense e deste com o Brasil**



Fonte: Santos, 2017, p. 97

Santos (2017) classifica o nível de participação pelo tamanho da circunferência, tendo as organizações participantes todos os anos dentro da circunferência maior, enquanto o tamanho médio contempla os que pelo menos participaram dois anos e o tamanho menor são organizações que tiveram participações inconstantes ao longo dos quatro anos. Segundo a autora, das 109 instituições participantes das reuniões e ações do Fórum, 50,9% são empreendimentos econômicos solidários, 30% são entidades de apoio e fomento e 19,1% representam o poder público. Portanto, fundamentado no Estatuto do FOCAES e ratificado por Santo, a participação dos gestores públicos requer melhoramento, visto que para deliberação da plenária será observado a seguinte proporção: 50% de EES, 25% EAF e 25% PP (FOCAES, Art. 7º, III, §8º P.4). Santo (2017), menciona que as características apresentadas no fluxograma são próprias de uma rede. Assim, o fortalecimento desse universo depende da participação proporcional que depende do interesse dos atores sociais implicados.

#### 4.2. A REALIZAÇÃO DO PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO MEDIANTE CONSTRUÇÃO E ANÁLISE DA ÁRVORE-PROBLEMA E ÁRVORE-OBJETIVO

A técnica de Aprendizagem e Ação Participativas (AAP) tratada por Boef e Thijssen (2007, p. 15) expressa uma cadeia de abordagens, métodos, atitudes, comportamentos e relações que tencionam empoderar atores para compartilhar, analisar e intensificar seu conhecimento da vida e das condições circundantes aptas a planejar, agir, monitorar, avaliar e refletir.

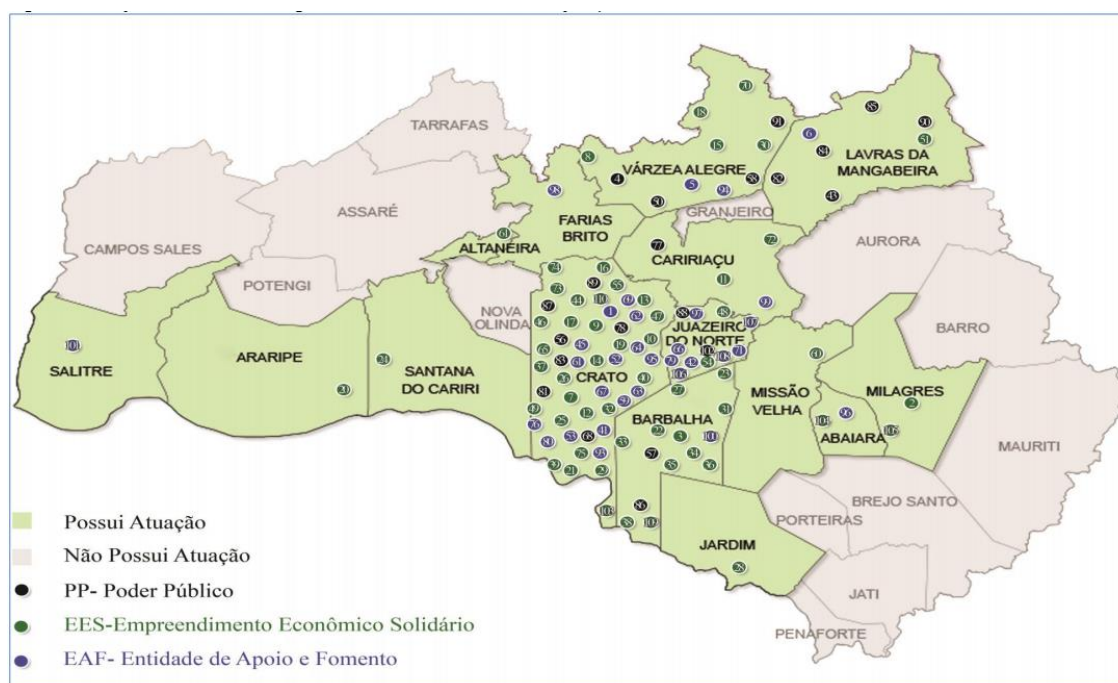
A idealização do planejamento participativo na construção de uma prática transformadora reflete-se sobretudo no fortalecimento do FOCAES e de sua soberania, inovando com abordagens participativas, as quais direcionam a mudança e melhoria da situação. Sem dúvida, esta é uma dimensão relevante que visa à obtenção de resultados exitosos a partir da utilização regrada e sistemática de esforços e recursos.

Os dados recorrentes dessa prática empreendida em anos consecutivos, a começar de 2013 a 2017, declaram as demandas elencadas com participação heterogênea e objetivos bem definidos com relação entre as ações planejadas e executadas. Então, importa-se citar as principais demandas listadas nos anos 2016 e 2017 por meio do planejamento participativo, quais sejam: formação em Práticas de Economia Solidária (Fundos Rotativos Solidários, Comercialização, Selo de Certificação); formação em Economia Solidária e Feminista; audiências públicas para criação da Lei de Economia Solidária (Ecosol) em Várzea Alegre, Lavras da Mangabeira e Juazeiro do Norte; agenda integrada com outros fóruns da Região do Cariri (Fórum das Águas e Fórum Araripense de Prevenção e Combate à Desertificação); planejamento coletivo, a partir das agendas específicas de cada empreendimento; apropriação da função para a qual os membros se oferecem; reflexão sobre a possibilidade de o Fórum criar uma estrutura própria, sobre qual é a personalidade jurídica desejada e como pode gerar uma estrutura mais formal para dar maior viabilidade; apoio e acompanhamento das feiras de economia solidária; formação de Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e de Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); e formação sobre o papel das instâncias representativas, principalmente Coordenação Geral e Secretaria Executiva.

Os sentimentos manifestados pelos integrantes do FOCAES dão conta, por um lado, das dificuldades, principalmente dos empreendimentos, em participar das reuniões, seja pela escassez de recursos para o deslocamento ou agenda conflitante com outros compromissos, ficando nítido em diversas falas de representantes de organização da

sociedade civil. Nesse sentido, foi proposto que o Fórum possa ir às comunidades com reuniões itinerantes, e contemple os municípios que ainda não têm atuação (Figura 02); por outro lado, é preciso firmar parcerias com outras instituições de apoio para captação de projetos e demais recursos que permitam uma atuação mais consistente. Importante, nesse quesito, retomar a execução das ações planejadas, avaliando resultados e reprogramando, quando necessário, como já ocorreu no passado.

**Figura 02: Mapa da abrangência do FOCAES**



Fonte: Santos, 2017, p. 99

A figura acima reflete um contexto pouco ou praticamente inalterado no processo de discussão, em termos regionais. Mesmo com a valorização cidadã e espaço de transversalidade, percebe-se no transcurso da pesquisa que o FOCAES experimenta uma certa estagnação, sobretudo no decurso da formação dos integrantes e da circulação de informações. Destarte, esse panorama requer avanços na participação e elos de ligação com os atores externos, como estratégias de superação.

Para colaborar com esse processo, foi formulado em julho de 2017 um Diagnóstico Situacional recorrendo à Análise da árvore de problemas e árvore de objetivos, contando com a participação de EES (07), EAP (08) e PP (05), totalizando 20 pessoas. Essa ferramenta facilita a definição de um problema central e seus efeitos e causas de origem, bem como a chegar a consenso sobre objetivos centrais e atividades essenciais para tratar o problema, consoante Boef e Thijssen (2007 p. 72).

A seguir consta a revisão do planejamento e a validação da demanda com inserção de novas reivindicações, de forma mais dinâmica e reflexiva. Dois momentos marcaram a prática: o primeiro se deu com uma avaliação da participação apresentada em um painel de cores com a seguinte classificação: vermelho/esporádica, amarelo/intermediário e verde/ativa. E o segundo momento culminou com a construção da árvore propriamente dita, iniciando com uma “tempestade de ideias” acerca dos principais problemas existentes dentro da estrutura da situação para formulação do problema central (locado no centro da árvore); em seguida, definiu-se uma pergunta norteadora, “Quais as principais causas do problema inicial?”, e discutiu-se sobre as causas desse problema (raízes da árvore); o passo seguinte foi identificar os efeitos/impactos do problema (galhos da árvore), correlacionando causa e efeito.

O propósito, no primeiro momento, foi avaliar o tipo de participação prevalecente no FOCAES e como esta tem se revelado, a partir da imagem visual os participantes se colocavam por meio de suas falas. Nove dos vinte participantes sentem que a participação é mediana, externalizando a necessidade de um empenho maior para serem mais atuantes. Cinco se declararam ativos, e três afirmaram que a participação acontece de forma esporádica — apenas três estavam indo pela primeira vez. Ou seja, mais de 50% dos presentes manifestaram positivamente a participação nas discussões da Economia Solidária.

Já o segundo momento proporcionou uma análise inter-relacional dos problemas de forma a torná-los objetivos. A construção da árvore de problemas e árvore de objetivos se deu com a utilização de tarjetas para registrar as ideias, em seguida, foram apresentadas para o grupo e afixadas na árvore desenhada na ocasião. Assim, para uma melhor visualização segue o quadro com as informações:

**Quadro 01 – Análise de árvore problema construída pelos membros do FOCAES em 16 de agosto de 2017**

PROBLEMA CENTRAL	CAUSA	EFEITO
	Sobrecarga dos/das participantes com o trabalho/emprego e participação em outros espaços	Pouca articulação das políticas públicas

Falta de participação das instituições eleitas	Excesso de ocupações nas instituições de origem fragiliza a participação, e o monitoramento das ações é bastante falho, carece de maior coordenação das atividades	Morosidade na solução dos encaminhamentos, maior dificuldade de execução
	Membros acomodados e falta de interesse	Monitoramento da agenda e fragilidade do FOCAES.
	Falta de formação, capacitação e acompanhamento dos empreendimentos, além de descrença	
	Falta de continuidade e compromisso dos membros da gestão anterior; falta de estrutura física e recursos financeiros para execução das atividades	

Fonte: Elaboração própria a partir das falas dos membros do FOCAES

O resultado final pode ser observado quando todos os problemas são convertidos em objetivos, ou seja, o problema central, que antes era ausência de participação, passa a ser delineado como objetivo geral. As causas, em meios para atingir o objetivo (raízes); e os efeitos positivos advindos do objetivo são os galhos. Essa intervenção concedeu uma visão integralizada, embora simplificada, da realidade atual do Fórum, tendo como premissa o fortalecimento de suas próprias ações.

## 5. REFLEXÕES FINAIS

É possível afirmar que os movimentos sociais vivem um momento marcado por desafios nas lutas que visam ao restabelecimento da democracia e o fortalecimento da sociedade civil. Prova disso é o desafio de manter sustentáveis as atuações em redes de movimentos sociais, diante do panorama contemporâneo de instabilidade política do país, marcado pelo ultraconservadorismo e pela necropolítica – este último termo cunhado pelo historiador camaronês Mbembe (2018). Essa questão, foi vigorosamente discutida no Fórum Social Mundial por militantes de diversos países. Nesse sentido, Jesus[6] (2018) afirma; “Essa articulação em rede sempre foi uma das melhores estratégias de superação...As experiências autogestionárias se percebem enquanto sujeitos de



construção de uma nova sociedade para não repetir a prática do sistema capitalista que oprime e quando desenvolvendo economicamente distancia da economia solidária”. O evento ocorreu na cidade de Salvador, entre 13 a 17 de março de 2018, foi um momento oportuno para discutir/vivenciar a temática “Resistir é criar, resistir é transformar”, reunindo pessoas do mundo inteiro.

A prática da economia solidária está acontecendo no Brasil e em vários países com mais vigor ao longo de quase 30 anos, com valorização do trabalho humano, cooperação, autogestão, participação, consumo ético e solidário, respeito ao meio ambiente, preocupação com a comunidade e o desenvolvimento territorial, trabalho em rede, tecnologia social e empoderamento, todas as características passíveis de ser potencializadas pelo Fórum em tela.

A partir da pesquisa interventiva realizada, ficou explícito que o Fórum Cariense de Economia Solidária faz parte desse contingente de redes consideradas inovadoras, que possui capacidade de manter acesos os referenciais do campo da economia solidária no Cariri, em que pesem os desafios do contexto atual, marcado pela retração nas políticas de apoio ao setor.

Na trajetória do FOCAES, percebeu-se que as ações acontecem principalmente pela sinergia entre as visões de mundo de seus integrantes, de que “um outro mundo é possível”, perspectiva esta referenciada nos diversos movimentos e organizações da sociedade civil que o compõem, portanto, as relações interpessoais são relativamente harmoniosas, marcadas pela reciprocidade e pelo fazer coletivo. Como desafio, há uma tendência mundial de enfrentamento de um cenário desafiador nos próximos anos, em que a capacidade de diálogo e de articulação entre movimentos sociais e suas redes aparece como uma condição *sine qua non* para a retomada da democracia.

Ao imergir na pesquisa e no delineamento das ações do FOCAES, emergiram duas questões que são demandas gerais do movimento de economia solidária como um todo, a saber: a participação e a formação continuada, pois uma complementa a outra. Esse resultado, a partir do olhar dos membros do FOCAES, evidenciou a importância do desenvolvimento de ações não somente atreladas às políticas públicas governamentais, mas também para além delas.

Por fim, esta pesquisa apresenta subsídios e possibilidades de fortalecimento do FOCAES podendo ser instrumento de estudos futuros em diferentes áreas do conhecimento.

A partir da adoção de práticas de gestão que partem da árvore de objetos, quando atores e instituições sociais em interação se propõem a cooperar, analisar, decidir e melhorar o contexto, firma-se um compromisso assumido coletivamente, uma vez que ao propor ações a responsabilidade é compartilhada. Nesse sentido foram designadas as seguintes ações prioritárias: a) formação para a internalização de papéis de cada integrante da coordenação; b) reuniões descentralizadas como forma de viabilizar a participação e dar visibilidade ao FOCAES; c) planejamento das ações e agenda coletiva para melhor apropriação do Estatuto; d) ampliação das parcerias no sentido de fomentar o desenvolvimento sustentável e o Bem Viver. Finalmente, a adoção do instrumento de Procedimento Simples de Registro de Informações (PSRI), definido em função da necessidade de documentar o processo de construção coletiva do FOCAES, consistiu num passo a mais na sua organização, visto que as discussões estavam se perdendo no decorrer dos encontros.

Um lastro de esperança com possibilidade de apoio efetivo à economia solidária no mundo é não somente realizável, mas já acontece, e, para ser ampliado, requer articulação em rede, por se constituir numa das melhores formas convergir e superar as desigualdades sociais. É nesse contexto que a participação em redes reafirma o formato horizontal dos movimentos sociais que suscitam relevante metamorfose secular, expressa historicamente por forças coletivas e associadas determinantes à constituição de um novo sujeito social e político, tecendo-se de saberes e fazeres para a práxis em Economia Solidária.

## REFERÊNCIAS

ABERS, R.; VOM BÜLLOW, M. *Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade?* *Sociologias, Porto Alegre*, ano. 13, nº 28, p. 52-84, set./dez. 2011. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-45222011000300004&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222011000300004&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 13 fev. 2018.

ANDION, C. *Inovação Social*. In: BOULLOSA, R. F. (org.). *Dicionário para a formação em gestão social*. Salvador: CIAGS/UFBA, 2014. P. 98-102.

ARAÚJO, E. T. *Gestão social*. In: BOULLOSA, R. F. (org.). *Dicionário para a formação em gestão social*. Salvador: CIAGS/UFBA, 2014. p. 85-90.

AVRITZER, L. *O Orçamento Participativo: As Experiências de Porto Alegre e Belo Horizonte*. In: Dagnino, E. (org.). *Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

BOEF, W.S.; THIJSSSEN, M.H. *Ferramentas participativas no trabalho com cultivos, variedades e sementes*. Um guia para profissionais que trabalham com abordagens participativas no manejo da agrobiodiversidade, no melhoramento de cultivos e no desenvolvimento do setor de sementes. Wageningen: Wageningen Internacional, 2007. 87p.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável: Território Cidadania do Cariri – MDA/SDT/AGROPOLOS*. Fortaleza: Instituto Agropolos do Ceará, 2010. v 1.

CANÇADO, A. C. *Gestão social*. In: BOULLOSA, R. F. (org.). *Dicionário para a formação em gestão social*. Salvador: CIAGS/UFBA, 2014. p. 80-84.

CARVALHO, M do C. B. *Gestão Social e Políticas Públicas: uma questão ainda em debate no século XXI*. In: JUNQUEIRA, L. A. P.; DIAS, S. L. F. G.; WANDERLEY, M. B.; MENDONÇA, P. M. (Orgs). Vários autores. *Gestão social: mobilizações e conexões*. Coleção Enapegs, vol. VI. São Paulo: LCTE Editora, 2012.

CHACON, S. S. *Desenvolvimento*. In: BOULLOSA, R. F. (org.). *Dicionário para a formação em gestão social*. Salvador: CIAGS/UFBA, 2014. pp. 48-50.

COSTA E TAVARES. *Experiências do Fórum Carirense de Economia Solidária*. In: TAVARES, O. A.; SILVA, L.B.; SILVA, S. R. O.; PAIVA, V. R. A. (Orgs.) *Incubação em Economia Solidária: contextos, desafios e perspectivas*. Juazeiro do Norte: Universidade Federal do Cariri, 2016.

DAGNINO, E. *Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil*. In: Dagnino, E. (org.). *Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FISCHER, T. *Desenvolvimento Territorial como Campo de Convergências*. In: JUNQUEIRA, L. A. P.; DIAS, S. L. F. G.; WANDERLEY, M. B.; MENDONÇA, P. M. (Orgs). Vários autores. *Gestão social: mobilizações e conexões*. Coleção Enapegs, vol. VI. São Paulo: LCTE Editora, 2012.

FOCAES. *Estatuto do Fórum Caririense de Economia Solidária*. Crato, 2010.

GAIGER, L. I. G. *A descoberta dos vínculos sociais: os fundamentos da solidariedade*. São Leopoldo: Unisinos, 2016. 252p.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOHN, M. G. *Movimentos sociais na atualidade: manifestações e categorias analíticas*. In: *Movimentos Sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais*. 5 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. p. 13 - 32.

JESUS, L. F. *Fórum Social Mundial*. Salvador, 15 de março de 2016 (Comunicação Oral).

LEMOS, M. E.; FALCOSKI, L. A. N.; CASTRO, C. M. P. 2012. *Implantação de bancos comunitários e o desenvolvimento social dos territórios*. VII Congresso de Medio Ambiente /AUGM. 22 al 24 mayo de 2012. UNLP. La Plata Argentina.

NASCIMENTO, L. *15º Feirão de Economia Solidária do Ceará e a 1ª Amostra de Arte Solidária da População em Situação de Rua: Caminhos para o Exercício da Autogestão, da Cooperação e do Consumo Consciente*. dez. 2016. Lançamento do Cordel Economia Solidária, Barbalha de ponto a ponto.

MBEMBE, A. *Necropolítica*. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MOURA, M. S. S. *Gestão participativa*. In: BOULLOSA, R. F. (org.). *Dicionário para a formação em gestão social*. Salvador: CIAGS/UFBA, 2014. p. 74-76.

OLIVEIRA, W. C. A. *As ONGs e o Marco Regulatório*. In: JUNQUEIRA, L. A. P.; DIAS, S. L. F. G.; WANDERLEY, M. B.; MENDONÇA, P. (Orgs). *Vários autores. Gestão social: mobilizações e conexões*. Coleção Enapegs, vol. VI. São Paulo: LCTE Editora, 2012.

PAIVA, V. R. A. *Reunião Ordinária do FOCAES*. Crato, 16 de novembro de 2016. (Comunicação oral).

RAFFESTIN, C. *A produção das estruturas territoriais e sua representação*. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Orgs). *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008. 368 p.

RIGO, A. S. *Moedas sociais e bancos comunitários no Brasil: aplicações e implicações, teóricas e práticas*. 2014. 339 f. Tese (Doutorado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

SANTOS, A. V. *Redes de cooperação solidária e desenvolvimento regional sustentável: um estudo de caso sobre o Fórum Caririense de Economia Solidária – FOCAES*. Crato: Universidade Federal do Cariri, 2017. 127 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Desenvolvimento Regional Sustentável) - Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável da Universidade Federal do Cariri, Crato, 2017.

SAQUET, M. *Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial*. In: *Ateliê Geográfico*. Revista Eletrônica, UFG. v.6, n.2, p. 222-227, ago/2012. Disponível em: < <https://www.revistas.ufg.br/atelie/article/view/17571/11456>>. Acesso em: 05 ago. 2018.

SAQUET, M. A. *Por uma abordagem territorial*. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Orgs). *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009. 368 p.

SCHERER-WARREN, I. *Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999.

SILVA, C. A. *Os Fóruns Temáticos da Sociedade Civil: Um Estudo Sobre o Fórum Nacional de Reforma Urbana*. In: Dagnino, E. (org.). *Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

SINGER, P. *Economia solidária: um modo de produção e distribuição*. In: SINGER, P.; SOUZA, A. R. (org.). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000.

SINGER, P. *Introdução à Economia solidária*. 1ª ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOUZA, M. L. “Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Orgs). *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009. 368 p.

TATAGIBA, L. *Os Conselhos Gestores e a Democratização das Políticas Públicas no Brasil*. In: E. Dagnino (org.). *Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002. pp. 47-104.

TATAJIBA, L.; ABERS, R.; SERAFIM, L. *Repertórios de Interação Estado-Sociedade em um Estado Heterogêneo: A Experiência na Era do Lula*. In: DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 57, n. 2, p. 325 a 357, 2014.

TAVAES, A. O. *Participação*. In: Boulosa, R. F. (Org). *Dicionário para a formação em gestão social*. Salvador: CIAGS/UFBA, 2014. P. 133-135.

TENÓRIO, F. G. *(Re)Visando o Conceito de Gestão Social*. Desenvolvimento em Questão, Rio Grande do Sul. [S.I], v. 3, n. 5, pp. 101-124, jan./jun./2005.

TEXEIRA, A. C. C. L. *A Atuação das Organizações Não-Governamentais: entre o Estado e o Conjunto da Sociedade*. In: E. Dagnino (org.). *Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002. pp. 105-142.

THIAGO MARQUES. Representante do Ministério Público do Estado do Ceará no Município de Crato. *Audiência Pública* realizada em 30 nov. 2016.

THIOLLENT, M. *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez, 2005.

VALÉRIO, E. D. *Reflexões sobre movimentos sociais e informação: a experiência do Grupo de Valorização Negra do Cariri – GRUNEC*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2014. 160f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Ciência da Informação) - Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação do Centro de Artes e Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/352355893/DISSERTACAO-Erinaldo-Dias-Valerio>>. Acesso em: 19 nov. 2017.

VALÉRIO, E. D. *Redes de movimentos sociais na América Latina: caminhos para uma política emancipatória?* Caderno CRH, Salvador, v. 21, n. 54, p. 508, set./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php>>. Acesso em: 02 fev. 2018.

---

[1] Para mais informações, consultar o livro *Incubação em Economia Solidária: Contextos, desafios e perspectivas*, organizado pela Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Populares Solidários – ITEPS/UFCA.

[2] Integrante de um empreendimento econômico solidário localizado na cidade de Crato (CE), Sinttroec - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, Orgânicos e Ecológicos do Cariri, militante dos movimentos sociais e atuante nas ações do FOCAES.

[3] Representante da Entidade de Apoio e Fomento, Cáritas Diocesana de Crato e Grupo de Valorização Negra do Cariri, sendo participante nas reuniões do FOCAES.

[4] No Art. 1º o CMES (Conselho Municipal de Economia Solidária), tem caráter consultivo, deliberativo e fiscalizador. Composto por 18 membros, representantes do Poder Público (5), dos Empreendimentos Econômicos Solidários (7) e Entidades de Apoio e Fomento (6).

[5] Representante do Ministério Público do Estado do Ceará no município de Crato, preside audiência pública acerca da Lei Municipal nº 2.813/2012.

[6] Representante do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), participante da Conferência Economia Solidária como estratégia de Desenvolvimento – UNICOPAS, no Fórum Social Mundial 2018.

**PARTE III**

**ALIMENTO DA ESPERANÇA:**

**A ABUNDÂNCIA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA.**

# CAPÍTULO XV

## METODOLOGIA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO GRUPO DE EXTENSÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

André Vasconcelos Ferreira<sup>1</sup>  
Talita Jéssica do Nascimento de Araújo<sup>2</sup>  
Lucas Ramiro Soares Fernandes<sup>3</sup>  
Luís Henrique Barbosa de Araújo<sup>4</sup>

### 1. INTRODUÇÃO

O Grupo de Extensão em Economia Solidária (Gesol) é um projeto interdisciplinar da UFC que desenvolve atividades de extensão destinadas à formação de trabalhadores/as em empreendimentos econômicos solidários (EES), de forma integrada ao ensino e à pesquisa. A produção de conhecimentos junto aos EES busca potencializar o planejamento e o desempenho da produção, da comercialização e dos processos financeiros autogestionários, tendo em vista o desenvolvimento sustentável.

Tais formas econômicas têm enfrentado grandes desafios para se desenvolver, em parte, devido às dificuldades de acesso a métodos e técnicas adequados à realidade dos/as trabalhadores/as de empresas autogestionárias, criando obstáculos às atividades econômicas associativistas e cooperativistas – fundamentais para o desenvolvimento sustentável (OSTROM, 1990; 2007; 2009). Nesse contexto, o Gesol trabalha a partir de demandas da sociedade, envolvendo, além do público referido, estudantes, professores e

---

<sup>1</sup> Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Ceará (UFC), Mestre e Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Professor Adjunto do Departamento de Teoria Econômica (DTE/UFC).

<sup>2</sup> Graduada em Ciências Econômicas pela UFC, Mestra em Economia e Desenvolvimento pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e Doutoranda em Economia Aplicada pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

<sup>3</sup> Graduando em Ciências Econômicas pela UFC.

<sup>4</sup> Graduando em Ciências Econômicas pela UFC.



outros interessados na produção de conhecimentos junto aos processos de trabalho autogestionários.

Após terem atravessado um período de relativo desinteresse por suas organizações – notadamente, enquanto o movimento operário encontrou acolhimento para suas demandas no seio da sociedade capitalista –, os EES ressurgiram no contexto de ampliação do desemprego e precarização das relações de trabalho realizados a partir dos anos 1970 (SINGER, 2002). A economia solidária, desde então, se colocou como alternativa de produção/existência para um segmento crescente da população mundial, de algum modo, excluída do mercado de trabalho.

O conhecimento, por seu turno, assume importância crescente na busca pela sustentabilidade também nos EES, em particular, no período da chamada pós-grande indústria (PRADO, 2005), quando a produção de inovações científicas e tecnológicas se coloca como força produtiva essencial, requisito não apenas para inserção no mercado, mas para o desenvolvimento de relações sustentáveis com a natureza e a própria sociedade. Nesse diálogo, as universidades públicas brasileiras vêm atuando com certo destaque, sobretudo, através de ações de extensão, tais como o Programa de Extensão e Pesquisa em Economia e Meio Ambiente (PROGEPA) – em que se insere o Gesol – ou por meio das próprias Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs), presentes em todo o país, e que servem de modelo para outros países, como o Uruguai, através da *Universidad de la Republica* (UDELAR), por exemplo, na construção da economia solidária.

Diante do exposto, pretende-se analisar o trabalho do Gesol do ponto de vista das suas escolhas metodológicas, incluindo seus objetivos, relacionados à formação para a sustentabilidade em meio aos EES. Busca-se, assim, após essa introdução, debater as características gerais do movimento de economia solidária, além da sua manifestação específica no Brasil – e no Ceará, em particular – no intuito de compreender os objetivos e a metodologia sistematizada pelo Gesol, levando-se em conta a realidade histórica (incluindo as características locais do seu desenvolvimento) e as experiências vivenciadas desde a sua criação.

## 2. ECONOMIA SOLIDÁRIA: SIGNIFICADOS E TENDÊNCIAS

De acordo com Singer (2000), a economia solidária ressurgiu com força, na maioria dos países, especialmente a partir da segunda metade dos anos 1970, durante as chamadas décadas de crise, quando o desemprego se intensificou, em todo o mundo, e as relações de trabalho se precarizaram (HOBSBAWM, 1995)<sup>5</sup>

Ainda de acordo com Singer (2002, p. 111), esse “Novo Cooperativismo” surgiu como uma “volta aos princípios (democracia e igualdade nos empreendimentos, autogestão e repúdio ao assalariamento)”, também, “em sintonia com outras transformações que atingiram os movimentos políticos de esquerda (crise do “socialismo real” e dos governos e partidos social-democratas)”. Resulta, ademais, conforme o autor (ibid., p. 10), a caracterização da economia solidária como “[...] outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual”.

Acrescente-se outros significados. Conforme Culti (2010, p. 7), a economia solidária é “[...] um modo de organização da produção, comercialização, finanças e consumo que privilegia o trabalho associado, a cooperação e a autogestão”; França Filho (2004), por sua vez, propõe considerá-la como um novo modo de gestão pública.

Sobre o processo de ascensão da economia solidária, tomando como exemplo o Brasil, Singer (2002) destaca o apoio de entidades como igrejas, sindicatos e universidades, e realça também o papel do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que, ao assentar “[milhares] de famílias em terras desapropriadas de latifúndios improdutivos, decidiu que promoveria a agricultura sob a forma de

---

<sup>5</sup> Os antecedentes históricos da economia solidária remontam ao movimento cooperativista realizado principalmente a partir de meados do século XIX, como um resultado do desenvolvimento capitalista, também incluindo suas contradições. Por isso mesmo, não se pode negar a influência dos períodos de crise do capitalismo na expansão dos EES. O historiador E. Hobsbawm (1995) aponta que com a desaceleração econômica do último quartel do século XIX, houve um grande impulso na criação de cooperativas, especialmente agrícolas – já que a crise naquele momento tinha como sintoma fundamental os baixos preços dos produtos agrícolas. Isso, dentre outros aspectos (que não cabem aqui aprofundar), explicaria o fato da economia solidária, conforme Singer (2002), ter se mantido em crescimento em todo o período desde sua origem, até o seu “ressurgimento” nos anos 1970. Portanto, embora possa ter havido algum “desinteresse” pela mesma em meio a esse processo – na medida em que o capitalismo acolheu demandas dos/as trabalhadores/as – tal não foi responsável por mais que uma desaceleração do crescimento em pauta, no sentido que Hobsbawm atribui ao capitalismo em fins do século XIX, no caso, como uma economia “mudando de marcha”. O período do capitalismo regulado e, com ele, do Estado de Bem-Estar Social teria, assim, no que se refere à economia solidária, representado uma mudança de marcha.

cooperativas autogestionárias, dando lugar a outra modalidade de economia solidária [...]” (SINGER, 2002, p. 123). Há, ainda, que considerar a criação, da Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego (SENAES/MTE) em 2003, como fruto das demandas do movimento de economia solidária representado pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária, em diálogo com o então Governo do Presidente Luis Inácio Lula da Silva. Entre as principais ações para o fortalecimento da economia solidária no país foi produzido o Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES), com o seguinte intuito de:

[...] constituir uma base nacional de informações que contribuísse para a visibilidade e o fortalecimento e integração dos empreendimentos de economia solidária [...], além de] oferecer subsídios aos processos públicos de reconhecimento das iniciativas de economia solidária, para a formulação de políticas públicas e para a elaboração de um marco jurídico para a economia solidária (CULTI, 2010, p. 8).

Segundo o Sies, existiam, em 2007, 19.708 EES no país, concentrando-se no Nordeste (40,8%) o maior percentual (BRASIL/SENAES, 2007). O Ceará correspondendo a 7,35% do total do país, sendo 1.449 EES no estado, dos quais 1.147 no meio rural. Nesse contexto, o MST, como um dos agentes que vem buscando potencializar a capacidade dos/as trabalhadores/as rurais de se apropriarem do valor gerado ao longo das diferentes cadeias de produção agropecuárias em que atuam, bem como se integrem ao mercado de forma mais estável e independente de atravessadores comerciais, vem fomentando a criação de cooperativas agroindustriais de pequeno e médio porte em assentamentos rurais.

Quanto ao desenvolvimento destas cooperativas, observa-se desde a oportunidade de ampliação da cooperação agrícola pela agricultura familiar, reduzindo o custo de produção, inclusive através do desenvolvimento das condições para a especialização do trabalho, até sua inserção num segmento de mercado bastante oligopolizado e competitivo, no qual o grau de solidariedade interno e externo, bem como a capacidade de autogestão dos empreendimentos estará diretamente correlacionado à sua capacidade de sustentação ao longo do tempo (GAIGER, 2007).

Sobre as perspectivas de desenvolvimento da economia solidária, Singer (2002) questiona se, sendo a mesma resultado da falência de firmas capitalistas, da subutilização do solo por latifúndios e do desemprego em massa, seria possível “projetar a vasta crise do trabalho que atingiu a maioria dos países nos anos 80 e 90 do século XX para as próximas décadas?”. Importa considerar que quando o autor coloca a questão acima ainda

não se tinha vivido a crise de 2008, ao passo que essa última reforça a tese do avanço das contradições do capitalismo e, com isso, das condições históricas (objetivas) para o desenvolvimento da economia solidária. O autor questiona, ademais, sobre a possibilidade da “[...] economia solidária [...] ser o que em seus primórdios foi concebida para ser: uma alternativa superior ao capitalismo (não apenas em termos econômicos)”; o problema, segundo ele, é “como a economia solidária pode se transformar de um modo de produção intersticial, numa forma geral de organizar a economia e a sociedade”. E sugere que “[...] os empreendimentos solidários teriam que se agregar num todo consistente”, com destaque para a criação de “[...] um sistema de crédito cooperativo, que ao mesmo tempo incub[e] os novos empreendimentos”, enquanto “[...] outro pré-requisito seria construir um sistema de geração e difusão de conhecimento, para dar formação técnica e ideológica aos futuros integrantes da ES” (SINGER, 2002, p. 117).

Considere-se, ainda, o debate clássico do pensamento econômico sobre o cooperativismo, conforme realizado por autores como J. S. Mill (2001), K. Marx (2006; 2004) e A. Marshall (1982). O primeiro discute as cooperativas do ponto de vista da sua eficiência interna (em comparação com as empresas tradicionais/capitalistas), em que sendo as cooperativas capazes de mostrar sua eficiência (na competição de mercado) seria possível defender sua disseminação, incluindo até a subversão da ordem capitalista em escala nacional. O critério utilizado por Mill para medir a eficiência das diferentes unidades produtivas foi o dos estímulos que cada tipo de unidade produtiva fosse capaz de oferecer para a obtenção do trabalho dedicado, do qual resultaria o aumento da produtividade entre os/as trabalhadores/as. O autor sugere, em síntese, haver diferentes motivações para o trabalho em se tratando dos diferentes tipos de empresa, sendo os trabalhadores menos especializados, segundo ele, os mais motivados para o trabalho em regime de cooperativa, enquanto os mais qualificados (incluindo gerentes etc.) não teriam, *à priori*, maior interesse nesse tipo de organização econômica.

Resulta, entretanto, de acordo com Mill, a necessidade das cooperativas serem experimentadas (e avaliadas) à luz das condições de produção correntes (e da concorrência mercantil em particular), ainda que Mill não acreditasse que nas circunstâncias de sua época mais que uma pequena *elite* estivesse disposta e preparada (do ponto de vista ético...) para o trabalho em cooperativas – muito embora o autor incentivasse as cooperativas também no intuito de permitir que a sociedade pudesse se educar no regime cooperativista, através da prática cotidiana dos seus princípios.

Marshall segue numa linha próxima a de Mill, ao discutir a eficiência das cooperativas, enquanto as compara a árvores numa floresta (mercado), onde as mesmas estariam, ao lado de outras “espécies”, buscando a sobrevivência. Diferente de Marx, o autor considera que o principal obstáculo para o que chamamos hoje de empreendedorismo não seria a obtenção do capital necessário pelo/a empresário/a, mas o acesso ao conhecimento indispensável para a gestão do “negócio”. O capital, segundo o fundador da escola econômica de Cambridge (Inglaterra), existiria em tamanha abundância nas mãos de pessoas dispostas a emprestá-lo, em particular, para aqueles indivíduos capazes de demonstrar as habilidades necessárias para obter sucesso nos empreendimentos, que esses últimos poderiam acessá-lo por um baixo custo; sendo as cooperativas, como as empresas públicas e as sociedades anônimas oportunidades para a ascensão de trabalhadores/as ao posto de empresários/as.

Já em Marx, as cooperativas são tomadas como forças produtivas/ relações de produção inovadoras, surgidas em meio ao desenvolvimento do modo de produção capitalista, enquanto iniciativas autônomas dos/as trabalhadores/as buscando a produção de suas necessidades, natural e humanamente. A questão da eficiência, nesse caso, seria tomada não apenas do ponto de vista microeconômico, mas sob a ótica das contradições gerais, incluindo as mediações regionais e nacionais, do sistema econômico dominante.

No período mais recente, Culti (2010, p. 16) sugere que “[...] os princípios intrínsecos dos empreendimentos de economia solidária não os impedem de competir no mercado e, por outro lado, possuem vantagem quanto a sua capacidade adaptativa diante dos movimentos desse mercado”. Porém, Marx não apontou apenas as dificuldades de reprodução das cooperativas no interior do capitalismo. Segundo esse autor (MARX, 2006), nas cooperativas estaria superada a oposição entre capital e trabalho, ainda que nelas os/as trabalhadores/as pudessem ser considerados/as patrões/as de si mesmos/as e, nessa medida, sofressem as consequências do desenvolvimento sistêmico do capitalismo, suas crises, etc. Estaria, entretanto, na organização autônoma dos/as trabalhadores/as o embrião de uma nova sociedade, pós-capitalista, ou seja, a posição histórica que o autor caracterizou como de “negação da negação” do sistema capitalista (MARX, 2004); onde incluiu as cooperativas autênticas – visto que, já à época, se podia identificar “embustes” entre as mesmas. Uma das dificuldades para a reprodução das cooperativas, por sua vez, diria respeito à pequena escala de apropriação dos meios de produção pelos EES, incluindo os obstáculos para acesso ao próprio conhecimento, como ao crédito, etc. Resulta, portanto, necessário considerar os desafios de inserção dos EES no mercado

capitalista; nesse aspecto, Singer se refere às incubadoras tecnológicas – possivelmente inspirado na experiência de Mondragón, no País Basco (Espanha) – como instituição capaz de garantir formação técnica e política aos/às trabalhadores/as dos EES, bem como, em última instância, acesso ao crédito, etc.

Cabe, então, referir-se ao objetivo deste trabalho, qual seja, discutir a metodologia e os objetivos do Gesol à luz das necessidades de produção de conhecimentos científicos e tecnológicos pelos EES, tendo em vista, nesse contexto, o papel da universidade pública – e da UFC, em particular – na produção de inovações de caráter social e ecológico. Nesse âmbito, o destaque dos EES tem por base a autogestão, não apenas por sua eficiência organizativa em se tratando, como sugere Mill, do grau de motivação alcançado pelos/as trabalhadores/as autogestionários/as, mas por ser ela considerada, nas palavras de Gadotti (2009), como uma práxis pedagógica, o que tende a impulsionar a produção de conhecimentos nos EES, que se aproximam da sustentabilidade, ainda mais no período da já referida pós-grande indústria (PRADO, 2005).

Até aqui, consideramos as características da economia solidária numa perspectiva histórica e tendo como referência as necessidades de produção de conhecimentos pelos EES. Nessa direção, a próxima seção terá como foco a economia solidária no Brasil, e mais detidamente no Ceará, a partir do que se pretende compreender os objetivos e a metodologia do Gesol, na perspectiva do desenvolvimento sustentável.

### **3. A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL E NO CEARÁ: ELEMENTOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO GESOL.**

Analisando as informações do SIES, de 2007, Culti observa, do ponto de vista organizativo da economia solidária, no Brasil, uma divisão regional conforme a seguir: “[...] Norte e Nordeste carregando os EES rurais, associações, mais antigos e com maior número de sócios e as regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul com os EES urbanos, mais jovens, informais e com menos sócios” (CULTI, 2010, p. 33).

A respeito da Gestão Financeira dos empreendimentos segundo ela, há “[...] uma divisão importante demonstra que mais da metade dos empreendimentos de economia solidária existentes não realizam investimentos e não têm acesso a financiamento ou crédito” (CULTI, 2010, p. 43). A autora destaca um precário acesso ao crédito e ao

financiamento, principalmente, no Centro-Oeste (58,8%), Nordeste (55,4%) e Norte (64,6%), concluindo que “A necessidade de investimentos nos empreendimentos parece inquestionável, quando as respostas dadas por 76,4% deles, foi de necessitar de novos financiamentos para aplicar em custeio ou capital de giro e investimentos (48,1%) e só em investimentos (41,9%)” (CULTI, 2010, p. 45).

Considere-se, ainda, no quadro nacional dos EES – com o Nordeste representando bem a situação nacional – “a predominância absoluta daqueles que têm como associados trabalhadores ocupados diretamente nas atividades dos empreendimentos, gerando renda monetária destinada para remuneração de seus associados e, na maioria, não há trabalhadores não sócios”. Sugere-se, com isso, que sejam “[...] empreendimentos com alguma sustentabilidade econômica e social” (CULTI, 2010, p. 58).

Em particular, no que se refere à Gestão Administrativa, 52,2% dos EES existentes no Brasil apresentaram, segundo a autora, maior complexidade organizacional<sup>6</sup>, ou seja: “[... com predomínio dessa característica em] todos os estados do Nordeste (exceto o Piauí), Acre, Rondônia, Goiás, Tocantins, Espírito Santo e Santa Catarina” (CULTI, 2010, p. 49).

Já com relação ao mapeamento dos EES realizado no Ceará entre outubro de 2010 e novembro de 2012, no âmbito do segundo mapeamento nacional (BRASIL, 2012), se pode confirmar a concentração de EES no meio rural, com 79,2%, correspondendo ao que fora apresentado na região Nordeste. Há de se evidenciar o papel desses empreendimentos na geração de renda, tendo em vista, ademais, a precariedade da zona rural cearense em termos de dinamismo econômico, também considerando a reduzida atuação do Estado na geração de oportunidades de trabalho. Merece destaque o município de Tauá, no Sertão dos Inhamuns, que inclusive possuiu o maior índice de desertificação do estado, registrando, ao mesmo tempo, o maior número de EES.

Outro aspecto capaz de explicar a maior presença de EES no meio rural cearense se refere à maior organicidade da população local, notadamente, influenciada por uma maior tradição comunitária – que se manteve historicamente falando também na medida dos obstáculos encontrados pela agricultura capitalista, em particular, relacionados ao relevo (incluindo solos bastante pedregosos) e ao clima (semiárido) do Ceará.

---

<sup>6</sup> Nas palavras da autora: “As atividades identificadas neste grupo possuem como instâncias de direção: assembleias, diretorias e conselhos fiscais, majoritariamente. Em relação às formas de participação nas decisões, têm-se: acesso a registros, decisão sobre fundos/sobras, eleição de diretoria, prestação de contas e, em metade deles, plano de trabalho. A periodicidade das reuniões é mensal em mais de 50% dos EES” (CULTI, 2010, p. 49).

Ao analisarmos as motivações apresentadas para a criação dos EES no estado, se pode notar a economia solidária como “condição exigida para ter acesso a financiamentos e outros apoios”, ainda de acordo com o segundo mapeamento nacional (BRASIL, 2012). Importa ressaltar não apenas o aspecto formal da criação dos EES, e as possibilidades institucionais e de políticas públicas que se abrem com ela, mas o próprio aumento da escala de cooperação e divisão do trabalho então realizada, que permite uma maior força produtiva, facilitando, por exemplo, o destacamento de associados para a busca de financiamentos, dentre outros apoios.

O aspecto prático desses empreendimentos inclui desde associações (82,5%) até grupoS informais (14,7%), cooperativas (2,7%) e sociedades mercantis (0,1%); no caso das associações, cooperativas e sociedades mercantis, a formalização favorece mais na busca por apoios institucionais<sup>7</sup> (BRASIL, 2012).

A segunda motivação mais recorrente para a prática econômico-solidária no estado foi para obtenção de uma “fonte complementar de renda para os/as associados/as”, evidenciando que mesmo tendo a uma fonte primária de renda essas pessoas buscaram alternativas para aumentar a renda, constatando uma situação de subemprego. Em seguida, aparece o “desenvolvimento comunitário de capacidades e potencialidades” como motivação para a criação de EES, através do acesso à cooperação mediante relações autogestionárias propiciadas pelos mesmos; posteriormente, vem a “obtenção de maiores ganhos em um empreendimento associativo”, tendo em vista, mais uma vez, as capacidades e potencialidades do trabalho coletivo (cooperação) na produção e distribuição de renda entre os associados; e, depois, o “desenvolvimento de uma atividade onde todos/as são donos/as”, portanto, observe-se a busca por autonomia e por uma alternativa à exploração do trabalho.

É importante notar que a motivação em direção à economia solidária como “alternativa ao desemprego” corresponde somente à sexta resposta entre as referidas motivações – embora seja necessário salientar o período em que esse questionário foi realizado. No caso, foi entre 2010 e 2012, como já se falou, quando a taxa de desemprego no Brasil era bem menor do que em julho de 2019 (quando esse artigo foi escrito),

---

<sup>7</sup> A importância desse tipo de recurso pode ser observada quando analisamos as fontes de investimento utilizadas pelos EES cearenses: no caso, 60% são recursos dos próprios sócios; 34,6%, recursos públicos não-reembolsáveis; empréstimos ou financiamentos, 12,8%; doações de organismos internacionais respondem por 10,4% das fontes de investimento; enquanto doações de pessoas físicas ou empresas representam 6,6% das fontes, ao passo que 4,4% responderam que não houve necessidade de recursos; verifique-se, com isso, que grande parte dos recursos necessários foram provenientes de financiamentos e/ou apoios externos (BRASIL, 2012).



chegando próximo ao pleno emprego; é provável que se um novo mapeamento fosse realizado hoje em dia, haveria mais respostas nesse sentido. Motivações de ordem social (filantrópica ou religiosa) e incentivos relacionados à obtenção de políticas públicas vêm logo após essa última opção, como principais motivações para a criação dos EES. A presença de grupos religiosos atua historicamente no segmento da economia solidária, em particular, no combate à pobreza – destaque-se, por exemplo, a atuação da Cáritas Diocesana – articulando e organizando comunidades na perspectiva associativa. Além disto, no último período, houve uma série de políticas públicas que fomentaram a prática da economia solidária para atuarem também no combate à pobreza, principalmente a partir de 2003 (BRASIL, 2012).

Ao serem questionados sobre os principais desafios dos empreendimentos, as respostas mais recorrentes foram: gerar renda para os/as sócios/as, com (72,8%), viabilizar economicamente o grupo, com (62,3%), manter a união do grupo/coletivo (51,8%), alcançar a conscientização e a politização dos/as sócios/as (46,9%), efetivar a participação e autogestão (46,7%), garantir a proteção social (previdência, assistência e saúde) (46,3%), alcançar maior conscientização ambiental dos/as sócios/as (46,2%), articulação com outros empreendimentos e com o movimento de economia solidária (39,1%).

Assim, entende-se que o Gesol, tendo como objetivo atender às demandas do movimento de economia solidária, deve atuar concomitantemente a esses desafios. Nessa perspectiva, creditamos um papel de destaque à questão da formação, por acreditar que a superação das limitações atuais impostas ao desenvolvimento dos EES perpassa, necessariamente, pela formação, e daí a importância do debate metodológico, que será feito a seguir, juntamente com a apresentação e discussão dos objetivos do projeto em pauta.

#### **4. OBJETIVOS E METODOLOGIA DO GESOL**

Resulta da problemática acima mencionada o objetivo geral do GESOL de desenvolver uma metodologia de trabalho extensionista, vinculada à pesquisa e ao ensino, visando ao planejamento autogestionário da produção, comercialização e dos processos financeiros dos EES no Ceará.

Diante disso, seguem os seguintes objetivos específicos:

1) Estruturar o Grupo de Extensão de forma que congregue de maneira interdisciplinar professores e estudantes da UFC, e demais interessados, com a perspectiva do desenvolvimento do planejamento solidário (e autogestionário);

2) Qualificar o Grupo de Extensão em metodologia do trabalho de extensão, vinculada à pesquisa e ao ensino, voltada ao planejamento autogestionário de EES no Ceará;

3) Produzir conhecimentos sobre economia solidária como possibilidade de organização social para produção de necessidades humanas e desenvolvimento sustentável, e sobre métodos de formação em economia solidária;

4) Capacitar agentes sociais (multiplicadores) em métodos e técnicas de formação em autogestão da produção, da comercialização e dos processos econômico-financeiros;

5) Assessorar a implantação de EES;

6) Assessorar grupos produtivos na elaboração participativa de normas de funcionamento de EES;

7) Realizar análises situacionais de empreendimentos solidários, mediante indicadores de viabilidade econômica, social, ambiental e de autogestão dos empreendimentos;

8) Assessorar processos de integração a redes de produção e intercâmbio em Economia Solidária;

10) Difundir conhecimento científico em Economia Solidária, mediante elaboração de artigos e/ou realização de eventos voltados ao debate acerca da temática.

A discussão dos objetivos do Gesol será realizada tendo como base os fundamentos metodológicos do Grupo, compreendendo serem esses últimos decisivos para se atingir os objetivos, estando os mesmos articulados intimamente com a justificativa e a problemática de pesquisa.

Destaque-se, com isso, um primeiro aspecto metodológico a ser ressaltado, qual seja, a busca por situar historicamente o objeto de pesquisa/extensão/ensino; de onde resultam as categorias do trabalho acadêmico do Gesol. A atividade de extensão, evidentemente, é tomada em unidade com a pesquisa e o ensino, na perspectiva de que não basta interpretar o mundo de uma maneira diferente, “[...] do que se trata é de *transformá-lo*” (MARX, 1998).

Nesse sentido, a atividade de extensão tem como fundamento a pesquisa-ação, de acordo com Thiollent (1986, p. 14)

[...] um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.

O Gesol propõe, então, diante da natureza socioeconômica diferenciada dos EES, produzir conhecimentos a partir de um processo de interação dialógica (FREIRE; 1987, 1996) envolvendo professores, estudantes e trabalhadores/as de empresas autogeridas, dentre outros interessados, também através de uma metodologia de extensão baseada na gestão coletiva e autogestionária do conhecimento, na perspectiva do desenvolvimento sustentável. Ressalte-se, com isso, que a atividade do Gesol não se constitui numa simples transferência de conhecimentos aos trabalhadores/as dos EES, mas numa relação horizontal entre a Academia e a Sociedade, com o fito de desencadear um processo de aprendizagem mútuo e transformação social, a partir do qual os atores envolvidos se constituam como sujeitos sociais, em torno do estabelecimento de relações solidárias tendo em vista a produção das necessidades de um segmento cada vez mais significativo da sociedade.

Por último, o presente projeto se desenvolve a partir de uma demanda da sociedade movida por agricultores/as assentados/as da reforma agrária cearense, organizados/as no MST, que motivados imediatamente pela busca de recursos oriundos do Projeto São José III, solicitaram parceria com o Gesol na realização de um processo de formação em economia solidária, o qual vem se desenvolvendo como uma pesquisa (ativa) vinculada à temática da formação nos EES, essa última, incluindo temas como os princípios da economia solidária, sua eficiência (como tecnologia social e ecológica), significado histórico, além da história social e das políticas públicas, dentre outros temas, considerados mais “técnicos”, como educação jurídica, contábil e administrativa, responsabilidade socioambiental, análise de conjuntura e planejamento participativo<sup>8</sup>.

---

<sup>8</sup> Em atividade desde 2015, o Gesol foi responsável por promover cinco cursos de extensão – o último deles em parceria com a Fundação Mundukide, País Basco (Espanha), sendo eles, dois Cursos de Extensão em Economia Solidária (com 64 e 72h/aula, em 2015 e 2016, respectivamente), um Curso de Extensão em Contabilidade e Administração Financeira para Empreendimentos Econômicos Solidários (com 24 h/aula, em 2017), um Curso de Extensão para a Capacitação de Associações beneficiárias do Projeto São José visando à implantação de Agroindústrias (com 128 h/aula, em 2018), além de um Curso de Extensão em Técnica de Gestão de Cooperativas (com 438 h/aula, em 2018-2019). O Gesol desenvolve parceria com a Cooperativa Central das Áreas de Reforma Agrária do Ceará (CCA-CE) desde o seu primeiro ano de atividade, incluindo apoio e consultoria na elaboração de planos de negócios, os quais, após terem concorrido em Edital do Projeto São José III, foram contemplados, gerando recursos para a construção de cinco agroindústrias no Ceará, em andamento. O projeto continua assessorando a criação e funcionamento dessas últimas, as quais vêm sendo organizadas em formato de cooperativas. No mais, o Gesol organizou a oferta da disciplina Economia Solidária,

Um desafio que ainda persiste no âmbito da proposta de formação do Gesol é o debate de gênero, ainda não devidamente inserido nos cursos do projeto. Esse último, além de ser um debate essencial para o movimento de economia solidária vai amplamente ao encontro da realidade dos empreendimentos no Ceará, onde há mais mulheres ocupando cargos de direção do que homens – de acordo com os dados do Sies, são em média 5,5 mulheres para 4,1 homens nestes cargos. Dessa forma, e seguindo um processo de crítica e autocrítica, o Gesol pretende, cada vez mais, suprir as dificuldades concretas e subjetivas dos/as trabalhadores/as dos EES.

Esse último princípio metodológico do trabalho de extensão aqui referido, qual seja, a realização mediante geração de demanda da sociedade, também se articula ao que Gadotti (2009) sugere que a economia solidária seja, no caso, a já referida *práxis* pedagógica. E, também por esse motivo, o Gesol optou, desde o início, por se organizar de maneira horizontal e dialogicamente, portanto, admitindo o princípio da autogestão na perspectiva acima, ao mesmo tempo, exercitando internamente os princípios a serem trabalhados nas atividades de formação.

Destaque-se, ademais, que a permuta entre o saber acadêmico e o saber popular (MORIN, 2000) serve, de um lado, como catalizador da integração entre ensino, pesquisa e extensão, fomentando adicionalmente a qualidade do trabalho científico e, no mais, se articula aos demais segmentos da Universidade Pública na construção de um programa de formação comum, voltado à realidade dos EES. Ao mesmo tempo, essa dimensão de integração entre Academia e Sociedade Civil, mediante parceria com Movimentos Sociais ratifica o princípio metodológico da historicidade do trabalho de extensão em curso, com ênfase no espaço rural cearense, como combate à pobreza, desenvolvimento local e, finalmente, como sustentabilidade; caracterizando também geograficamente o trabalho do Gesol, localizado numa região subdesenvolvida de um país (capitalista) subdesenvolvido, além de situado no período de ascensão do neoliberalismo – patamar histórico avançado das contradições do capitalismo, do qual decorre uma situação particular de acirramento das relações entre as classes sociais especificamente capitalistas

---

optativa dos cursos de Ciências Econômicas e Gestão de Políticas Públicas da UFC, nos semestres 2017.2 e 2018.2; além disso, cumpre papel na realização de eventos, como o Seminário Cearense de Economia Solidária, realizado em dezembro de 2016, e na sensibilização de empreendimentos sociais e comunidades periféricas na perspectiva da economia solidária e do desenvolvimento sustentável. Ressalte-se que as atividades desenvolvidas pelo projeto estão integradas ao Programa de Extensão e Pesquisa em Economia e Meio Ambiente (PROGEPA), de modo a fomentar o debate socioambiental aliado ao planejamento participativo em EES. Ademais, o Gesol desenvolve pesquisa, integrada à extensão e ao ensino, tendo entre seus produtos, além de uma série de resumos em eventos científicos, também artigos e monografias.

– e da pós-grande indústria. Tudo isso, que define, em última instância, o significado histórico (e metodológico) do Gesol em relação ao desenvolvimento sustentável.

Assim, a universidade pública brasileira, por meio da UFC, se insere, através do Gesol, nesse contexto histórico, reafirmando seu papel como coparticipe em mais uma ação no sentido do fortalecimento das experiências de economia solidária no Ceará, como já o tem feito, a partir de programas de incubadoras tecnológicas, dentre outras ações, focadas na realidade dos EES.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo se debruçou sobre a atuação do Gesol no processo formativo de trabalhadores/as em EES, atuando na produção de conhecimentos científicos e tecnológicos, como forma de gerar melhorias nos processos produtivos desses empreendimentos dentro de uma lógica de desenvolvimento em patamares sustentáveis.

Através da análise dos dados do Sies (2007), pôde-se perceber que há uma predominância de EES na região Nordeste do Brasil, que conta com cerca de 40% dos empreendimentos. Desse total, o Ceará corresponde a 7,35% do total do país, sendo 1.449 EES no estado, dos quais 1.147 no meio rural. Demonstrou-se, nesse sentido, a pertinência do trabalho do Gesol no estado, centrado no aprimoramento do processo produtivo desses empreendimentos, na medida em que se compreende que a superação de uma série de questões apontadas como desafios ao pleno desenvolvimento dos mesmos perpassa, necessariamente, pela formação.

Nesse sentido, a revisão bibliográfica apresentada estabeleceu a atividade de formação como um pré-requisito para que a economia solidária se estabeleça como um modo consistente de organizar a economia e a sociedade, buscando que se constitua “[...] um sistema de geração e difusão de conhecimento, para dar formação técnica e ideológica aos futuros integrantes da ES” (SINGER, 2002, p. 117). Assim, o trabalho do Gesol na assessoria e formação dialógica dos trabalhadores mostra-se crucial para a sustentabilidade dos mesmos.

Ressalte-se, por fim, a importância da atuação das universidades públicas em medidas que visem atender a demandas da sociedade. Nesse sentido, deve-se haver um movimento de expansão de iniciativas como a perpetrada pelo Gesol, que tem a virtude

de, quando implementadas de forma contínua e eficiente, ajudar a solucionar problemáticas sociais como a pobreza rural, o subdesenvolvimento e a insustentabilidade da produção.

Além disso, é válido destacar o papel primordial dado à autonomia dos indivíduos nesse processo de emancipação social, uma vez que a atividade do Gesol preza pela participação ativa dos/as trabalhadores/as na sua metodologia de formação, aliás desde a sua organização interna, até o trabalho com público-alvo aqui referido, com o fito de desencadear um processo de aprendizagem mútuo e transformação social, a partir do qual os atores envolvidos se constituam como sujeitos sociais, em torno do estabelecimento de relações solidárias tendo em vista a produção das necessidades de um segmento cada vez mais significativo da sociedade, seja em termos quantitativos, ou do seu elevado potencial humanizador.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. MTE-Ministério do trabalho e Emprego. *Atlas da Economia Solidária no Brasil*. Disponível em: <[http://www.trabalho.gov.br/ecosolidaria/sies\\_atlas.asp](http://www.trabalho.gov.br/ecosolidaria/sies_atlas.asp)>. Acesso em: jul.2007.

CULTI, M. N. *Economia solidária no Brasil – Tipologia dos empreendimentos econômicos solidários* – São Paulo: Todos os Bichos, 2010.

FRANÇA FILHO, G. C. de. A problemática da economia solidária: um novo modo de gestão pública? *Cadernos EBAPE.BR - Volume II – Número 1 – Março 2004*. Disponível em: [www.ebape.fgv.br/cadernosebape](http://www.ebape.fgv.br/cadernosebape). Acesso em: 16/04/2019.

FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. 17º ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa* – São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, M. *Economia solidária como práxis pedagógica*. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

GAIGER, L. I. A outra racionalidade da economia solidária. Conclusões do primeiro Mapeamento Nacional no Brasil. *In Revista Crítica de Ciências Sociais (79)*, 2007.

HOBSBAWM, E. *A era dos impérios, 1875-1914*. 24ª ed. Rio de janeiro/são Paulo: paz e terra, 2017.

- HOBSBAWM, E. *A era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- MARSHALL, A. *Princípios de Economia: tratado introdutório*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2006.
- MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo. Boitempo Editorial, 2004.
- MARX, K. Teses sobre Feuerbach. In MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- MILL, J. S. *Capítulos sobre o socialismo*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.
- MORIN, E. *Saberes globais e saberes locais: o olhar transdisciplinar*. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.
- OSTROM, E. A general framework for analyzing sustainability of social-ecological systems. *Science*, v. 325. 2009.
- OSTROM, E. A diagnostic approach for going beyond panaceas. *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America*. P. 15181-15187. 2007.
- OSTROM, E. *Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Action*. New York: Cambridge University Press. 1990.
- PRADO, E. *Desmedida do valor: crítica da pós-grande indústria*. São Paulo: Xamã, 2005.
- SINGER, P. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2002.
- THIOLLENT, M. *Metodologia da pesquisa-ação*. 2ª ed. São Paulo: Cortez; 1986.

# CAPÍTULO XVI

## A INCUBADORA UNIVERSITÁRIA DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO VALE DO ACARAÚ – SOBRAL/CE: HISTÓRICO E PRÁXIS PEDAGÓGICA

Francisco de Assis Guedes Barros<sup>1</sup>  
Catiana Maria do Nascimento Marques<sup>2</sup>  
Antônia Fabrina Mendes dos Santos<sup>3</sup>  
José Inácio Pereira Rodrigues Neto<sup>4</sup>  
Leidiane Josué da Silva<sup>5</sup>  
Victoria Régia Arrais de Paiva<sup>6</sup>

### 1. INTRODUÇÃO

Este texto compartilha os principais aspectos da criação e processo de sistematização teórico-metodológica que orienta a práxis pedagógica desenvolvida pela Incubadora Universitária de Empreendimentos Econômicos Solidários<sup>7</sup> da Universidade

---

<sup>1</sup> Graduação em Administração e Especialização em Gestão de Organizações Sociais, pela UECE e UVA respectivamente. Professor efetivo da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) e, idealizador e coordenador da Incubadora Universitária de Empreendimentos Econômicos Solidários - IEES-UVA.

<sup>2</sup> Pedagoga pela UVA, com Licenciatura Plena e Habilitação em Movimentos Sociais e Educação Popular. Especialista em Gestão de Organizações Sociais, pela mesma Universidade. Integra a equipe da IEES-UVA, na Coordenação da Célula de Representação Local, junto ao Centro Cooperativo Popular - CEPOP.

<sup>3</sup> Graduação em Pedagogia (licenciatura) e Especialização em Gestão Educacional pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - CE. Colaboradora na Incubadora Universitária de Empreendimentos Econômicos Solidários da Universidade Estadual Vale do Acaraú - IEES/UVA.

<sup>4</sup> Cursando Técnico em Fruticultura pelo Instituto Federal do Ceará - IFCE. Especialista em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS pela Faculdade Latino Americana de Educação -FLATED. Possui graduação em Letras pela UVA. Servidor no Departamento Financeiro da UVA (DIFIN).

<sup>5</sup> Especialista em Gestão de Organizações Sociais pela UVA. Pedagoga com Licenciatura Plena e Habilitação em Movimentos Sociais e Educação Popular pela mesma instituição. Graduanda em Direito pela UVA. Integra a equipe da Incubadora IEES-UVA.

<sup>6</sup> Doutora e Mestre em Sociologia (UFC), Professora do Curso de Administração Pública (UFCA) e do Mestrado em Desenvolvimento Regional Sustentável (UFCA).

<sup>7</sup> EES – Empreendimentos Econômicos Solidários, conforme nomenclatura definida por Gaiger (2004).



Estadual do Vale do Acaraú – IEES/UVA, em Sobral/Ceará. Para tanto, percorre o histórico de sua criação, os principais projetos desenvolvidos e finaliza com os desafios e aprendizados. A criação da IEES/UVA em 2007 foi impulsionada pelo Programa Nacional de apoio às Incubadoras de Cooperativas Populares (Proninc<sup>8</sup>), operacionalizado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária em parceria com a FINEP e o Ministério da Ciência e Tecnologia, que contemplou a criação de novas incubadoras.

No ano seguinte (2008), foram dados os próximos passos no sentido de viabilizar as instalações físicas, a definição da equipe de trabalho e os empreendimentos a serem incubados. No decorrer de sua trajetória, a IEES/UVA busca trabalhar em estreita cooperação com grupos de pesquisa (a exemplo do MEDUC – História e Memória Social da Educação e da Cultura), bem como mantendo relação com movimentos sociais e espaços públicos de controle social, como o Fórum de Assentamentos da Reforma Agrária de Santana do Acaraú e o Grande Conselho Comunitário de Santana do Acaraú – CE, o CONSELHÃO, criado em 1990, e em atividade até os dias atuais.

## 2. ASPECTOS HISTÓRICOS E INSTITUCIONAIS

Do ponto de vista institucional, a Universidade definiu a interlocução com o IADE (Instituto de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Estadual do Vale do Acaraú), tendo reconhecido, por meio de Portaria Nº 276/2013, Reitoria, 16 de abril de 2013, a existência da IEES.

Além do apoio interno, o processo de nascimento da incubadora contou com a participação de parceiros externos, entre estes destacam-se: a então Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), através de seu Escritório Técnico de Projetos (Etene), a Prefeitura Municipal de Santana do Acaraú,

---

8 O Proninc, a partir de 2003, foi institucionalizado junto com a política de economia solidária no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE/Senaes). Seu principal objetivo é apoiar e fomentar as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs) para que estas realizem a incubação de empreendimentos de economia solidária (EES), fornecendo também assessoria, qualificação, assistência técnica (ADDOR; MENAFRA, 2017). Mais informações estão disponíveis pelo: <[http://base.socioeco.org/docs/proninc\\_relatorio2017.pdf](http://base.socioeco.org/docs/proninc_relatorio2017.pdf)> Acesso em 15.dez.2020

notadamente, a sua Secretaria de Agricultura e Recursos Hídricos. Organizações da sociedade civil também desempenharam um relevante papel, entre estas, a Diocese de Sobral (incluindo a Cáritas), o Escritório Terra Três, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (situados em Santana do Acaraú e Irauçuba), o Grande Conselho Comunitário de Santana do Acaraú (popularmente conhecido por “Conselhão”), o Fórum Multiterritorial e o Conselho de Economia Solidária de Sobral, que vem contribuindo nos diálogos para a construção e fortalecimento dos grupos alcançados pela prefeitura de Sobral, a partir do Projeto Gente Solidária, entre outros.

O início dos trabalhos se deu com foco na extensão, porém, atividades de pesquisa e ensino também foram agregadas quando da criação do Grupo de Estudos Pensar Solidário (GPS) e a implantação da disciplina de Cooperativas e Associações, com foco na Economia Solidária, no Curso de Administração, a partir do semestre 2010.1. Posteriormente, outras disciplinas ministradas por docentes vinculados à IEES também abriram espaço para inserção da temática, fortalecendo a relativa disseminação da Economia Solidária nas áreas de atuação da UVA e o engajamento de estudantes nos processos de incubação. No semestre atual (2020.1, com período restabelecido face à Pandemia COVID19) a disciplina de Estágio Supervisionado do Curso de Administração de alguns semestres para cá, vem gradativamente sendo influenciada pela Incubadora, gerando uma expectativa promissora de novas relações da Universidade com o território (reciprocidade entre conhecimentos), além de também novas compreensões a fundamentarem as atividades econômico-administrativas em modalidade mais pertinente às realidades e dimensões fisiográficas, socioculturais e econômicas, ecologicamente interdependentes, no que pode vir a ser uma experiência exemplar.

Importa destacar que a Universidade Estadual Vale do Acaraú foi criada em 1968 (sob iniciativa e administração da municipalidade de Sobral), tendo sido posteriormente vinculada à Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado do Ceará pela Lei nº 12.077-A, de 1/03/1993, juntamente com a URCA, UECE, FUNCEME, FUNCAP, NUTEC e EPACE. Sua missão consiste em: “Ofertar ensino superior de excelência de forma inclusiva, flexível e contextualizada, e buscar, por meio da pesquisa e extensão, a atualidade e pertinência do ensino, e soluções outras que também promovam a qualidade de vida”.

Embora localizada na sede de Sobral, município integrante da Região Norte do Ceará, a UVA possui uma atuação territorial mais ampla, envolvendo originalmente a Macrorregião de Sobral/Ibiapaba, compreendendo 28 municípios; e, dentro desta tem-se,

especificamente, a Região Administrativa 06, onde está a instalada a sede da UVA, com seus quatro campi, a saber: Betânia, Junco, Derby e CIDAO –, todos localizados na cidade de Sobral. Portanto, um primeiro desafio emerge da grande área de atuação da UVA, fato que requer atenção e cuidado na definição dos empreendimentos a ingressarem em processos variados de incubação.

Mesmo assim, em termos de Missão própria, insiste e ousa a Incubadora IEES, enquanto originalmente ampla Ação de Extensão, na tipologia de Programa<sup>9</sup>, falar numa presunção de perspectiva temporal ambiciosa, de “se pensar um período de até 50 (cinquenta anos)”, desde que se percebendo numa atualidade, onde a influência aumentada da Universidade (criada em 1968) já abrange, de fato e em maior ou menor proporção, “partes do Estado do Ceará, com diversos municípios sendo apresentados de forma aglutinada em “REGIÕES DE PLANEJAMENTO DO ESTADO DO CEARÁ”, a saber:

**Tabela 1 – Regiões e Municípios de Sobral**

<b>REGIÕES</b>	<b>Nº DE MUNICÍPIOS</b>
<b>1 Sertão de Sobral</b>	17
<b>2 Litoral Norte</b>	12
<b>3 Lit. Oeste/Val do Curu</b>	14
<b>4 Sertão dos Crateús</b>	13
<b>5 Serra da Ibiapaba</b>	9
<b>TOTAL</b>	65

Fonte: IPECE Textos para Discussão - nº 111 (novembro de 2015).

Assim, o acima explicitado em uma situação IDEAL e se dentro de alguma normalidade futura, simbolizaria a vontade da Incubadora IEES-UVA através da sua estratégia de incubação de centros cooperativos populares de características local/regional.

<sup>9</sup> Ação de Extensão – Tipologia Programa, observada classificação do SIEXBRASIL, FORPROEX.

### 3. A SISTEMATIZAÇÃO METODOLÓGICA

Antes da definição dos grupos e empreendimentos a serem incubados sob forma dos EES, o primeiro processo de incubação implementado foi o da própria Incubadora que persiste até hoje como primeira prioridade da existência e instalação enquanto IEES-UVA para efetividade, finalidade e, sobretudo, consequências socioinstitucionais, por meio de formações, grupos de estudo, sistematização de experiências, intercâmbios com outras incubadoras, etc. Desse modo, a IEES/UVA se auto define como um “*Complexo de possibilidades na área da Economia solidária*”.

No tocante aos empreendimentos historicamente pensados de 2007 para cá – em expectativa, efetivamente incubados, em processo preliminar de incubação ou mesmo paralisados, pode-se verificar o Quadro 1:

**Quadro 1 – EES e suas fases de incubação pela IEES/UVA**

SETORES/CADEIAS PRODUTIVAS	EMPREENDIMENTO	FASE DE INCUBAÇÃO
<b>Produção e beneficiamento e comercialização de produtos agroalimentares, agricultura urbana, periurbana, rural, familiar e ecológica</b>	Cooperativa de Piscicultores Solidários da Zona Norte do Ceará (Santana do Acaraú)	Expectativa de incubação / suspensa
	Cooperativa Agropecuária dos Assentados de Santana do Acaraú (COOPASA)	Efetiva
	Associação dos Apicultores de Santana do Acaraú (APISA) – Grupo: Mulheres que colhem doçura	Efetiva
	Associação Rural do Chora – Mini-Indústria CASTACAJU (Santana do Acaraú)	Expectativa de incubação / suspensa
	Feira de Agricultura Familiar de Santana do Acaraú – FEAGRIFAMILIAR	Efetiva
	Associação dos Feirantes Familiares de Santana do Acaraú (AFAF)	Efetiva
	Empresa de alimentos Concentrados e de Nutrição Popular de Sobral (NUTREPOPS) (Sobral)	Expectativa de incubação / suspensa
	Cooperativa dos Agricultores Familiares do Baixo Acaraú – SEMENTES DA TERRA (Bela Cruz)	Expectativa de incubação / suspensa

	Cooperativa dos Pequenos e Médios Produtores Rurais de Morrinhos – COOPAMOR	Expectativa de incubação / suspensão
<b>Serviços, microcrédito popular orientado, gestão social e comunitária e outros afins</b>	Banco Social de Santana do Acaraú (BASSA)	Preliminar / suspensão
	Associação de Jovens Empreendedores do Distrito do Juá	Efetiva / suspensão
	Banco Comunitário Juazeiro – Juá (Irauçuba)	Expectativa / suspensão
	Associação Comunitária dos Moradores do Distrito do Juá (Irauçuba)	Preliminar / suspensão
	Associação Comunitária de Cachoeiras – Meruoca	Expectativa / suspensão
<b>Artesanato</b>	Rede de Artesãos da Zona Norte do Ceará – EMBALO SOLIDÁRIO (Sobral)	Expectativa / suspensão
<b>Saúde complementar</b>	Recanto de Saúde Complementar – Centro Sobral Rosa Gattorno Sobral	Expectativa / suspensão
<b>Resíduos sólidos</b>	Cooperativa Popular de Práticas Econômico-Ambientais (COOPERA) Sobral	Expectativa / suspensão
	Grupo de Catadores de Resíduos Sólidos de Massapê	Expectativa / suspensão
<b>Outros segmentos</b>	Secretaria do Coletivo de Jovens do Sindicato dos/as Trabalhadores/as Rurais de Santana do Acaraú (14 jovens)	Grupo existente / suspensão
	Centro Cooperativo Popular Eixo Litorâneo Acaraú – Iús (CEPOP ACARAÚ-IÚS)	Efetiva / suspensão
	Centro Cooperativo Popular de Santana do Acaraú (CEPOP STA DO ACARAÚ)	Efetiva
	Centro Cooperativo Popular Grande Juá e Boa Vista do Caxitoré (CEPOP GRANDE JUÁ), em Irauçuba	Efetiva / semi - suspensão (contatos pontuais)

Fonte: Elaboração dos autores, com base nos relatórios de acompanhamento

Sobre as categorizações referidas na tabela (coluna **FASE DE INCUBAÇÃO**), entre 2007 até o momento 2020, surpreendeu-se (e vem se surpreendendo) a IEES-UVA com profundas mudanças de compreensão que a levaram a mudanças tempestivas em seus projetos conceituais e técnico-operacionais, face a realidades muito diversas, ao passo que difusas e contingenciais e, desde que a IEES-UVA privilegia o cumprimento da sua Missão prioritariamente junto aos EES, tem por bem flexibilizado o instrumental Técnico-Acadêmico sem desprezá-lo, contudo, obedecendo primeiramente à dinâmica

sociocultural, socioeconômica e socioambiental no tensionamento permanente com as exigências formais repetidamente impostas; assim, quando pegos em erros e presunções formais flagrantemente ao arrepio das realidades trabalhadas, não cabe ao meio ambiente físico e humano retratar-se e se atualizar; quanto a nós, Universidade e sua Incubadora IEES-UVA, aí sim, cabe o ônus dessa obrigação.

As categorizações utilizadas na tabela presumem FASES, que ocorrem desde os contatos iniciais com pessoas, grupos de pessoas e/ou comunidades na perspectiva de se configurar um  $\theta$  empreendimento e onde poderá haver, ou não, expectativa de incubação, de ambos os lados. Fases seguintes, processualmente qual um “namoro”, ocorrem de forma diversa e peculiar a cada caso, até se chegar a quando se elabora coletivamente o plano de trabalho que orientará o processo de incubação, “recíproco”, segundo a IEES, e aqui considerando-se como preliminar. E, na sequência, Empreendimentos e Incubadora, que estão em efetivo processo de incubação; encontrarão, no caminho trabalhado, os tempos e formas de percurso(s) e conclusão(ões) desse relacionamento recíproco de convivência sob a modalidade Economia Solidária. É importante frisar que a IEES considera fundamental não haver a separação pura e simples entre quem incuba e quem é incubado, desde que em qualquer processo econômico convencional (a exemplo do modo capitalista) ou na alternativa do modus Economia Solidária, jamais... em tempo algum, haverá desnecessidade de consultorias, assessorias e orientações outras nas dinâmicas de produção e negócios... o que deve ser ponderado também pelas Universidades que se propõem a verdadeiramente interagir e assumir suas missões institucionais.

Com o decorrer das vivências em campo, a metodologia de atuação foi e continua, aos poucos e cuidadosamente, sendo elaborada/reelaborada, por isso denominamos de “práxis pedagógica”, recuperando os ideais da Educação Popular, mediante interlocução estabelecida entre o pensamento marxista e o freireano, que concebem a educação no seu sentido mais amplo, como meio para ação transformadora da realidade.

À vista do parágrafo anterior, é interessante observar o intuído anteriormente pelo Prof. Chico Guedes e adotado pela Incubadora IEES-UVA, que são as perspectivas *lato* e *stricto sensu* da categoria dita Economia (em inglês *Profit*), enquanto uma das três “dimensões” profundas da existência e narrativa antropocêntrica (ao lado de *Planet* – Ambiente Natural e *People* – Pessoa, sociedade humana), quando da formulação da “*Triple Bottom Line*” (discutida por meio da Empresa Shell na Rio92), aqui reconhecida como “3Ps”. É uma espécie de alegoria, na razão das placas tectônicas, formadoras da

crosta terrestre. O equilíbrio entre elas é fundamental para assegurar a nossa sustentabilidade.

Assim, o termo Economia, no seu viés mais amplo (lato), compreende todo o pensar e o fazer humano, momento em que para nós, cultura, produção-distribuição-consumo, educação, saúde, política, religião, agricultura, indústria, lazer, enfim, tudo para além do ambiente natural e da presença da pessoa humana vê-se consolidado enquanto Economia... e, conseqüentemente passa a compor a referência do pensar e do agir do complexo representado pela Incubadora, respectivos EES e comunidades... e expressões expansivas outras de cunho fisiográfico e político, “onde o céu é o limite”, no dizer popular.

Mas, do ponto de vista do foco IEES-UVA, falou-se de “Centro Cooperativo Popular, ou abreviadamente CEPOP”, instalados em três municípios iniciais: Santana do Acaraú (o 1º); Irauçuba, na perspectiva de a partir dos Distritos do Juá e de Boa Vista do Caxitoré (o 2º); e Acaraú, na perspectiva de um território que se denominou Eixo Litorâneo Acaraú-Iús (o 3º), observando-se que os três fazem parte do Estado do Ceará.

Tais CEPOPs foram e são uma estratégia muito específica adotada para que os processos de incubação não se reportassem a casos “atomizados” e isolados que carecessem de suficiente contextualização no universo abordado para se constituir uma possibilidade real e uma oportunidade, face ao que aqui se propõe.

Sabemos que a ideia de se terem centros ou representações político-administrativas e operacionais para as mais diversas atividades e fins, isto é fato e não se configura originalidade, apesar de termos passado alguns anos para entendê-lo a partir de 2010 a 2016... e, sobretudo concebê-lo em evolução, observada a práxis em processos bastante difíceis. Enfim, a complexidade ensejou / tem ensejado buscar processos sistêmicos organizacionais possíveis de nossa parte que promovam, ou pelo menos iniciem e alimentem processos efetivos de busca de superação, respondendo a alguns princípios e fatos de longa data pré estabelecidos:

(1) Vivemos em um universo/mundo sistêmico, ou de múltiplos sistemas que, se não razoavelmente compreendidos, lincados e controlados, não permitem a uma verdadeira efetividade das ações de Economia Solidária sob incubação;

(2) O que predomina, o que é hegemônico... é uma economia em bases solidárias ou em bases capitalistas e até pré capitalistas, sobretudo em se tratando de direitos

ao nosso segmento de viés popular? O que tal realidade demanda em termos de mais mínima potência para sobrevivência e desenvolvimento enquanto real alternativa, “superior ao capitalismo” e dentro dele?

(3) Enquanto fator geográfico 3.1, pode-se descrever o ambiente espalhando-se em “círculos concêntricos”<sup>10</sup> a partir da unidade produtiva, coletiva, sob a economia solidária – 3.1.1; a comunidade imediata, mais primeira – 3.1.2; a localidade – 3.1.3; o Distrito – 3.1.4; o Município – 3.1.5; a Região – 3.1.6; o Estado Membro da Federação – 3.1.7; a União Federal p.p. dita – 3.1.8; e, os universos supra e transnacionais – 3.1.9... cada vez mais distantes! e

4) Usando-se a mesma lógica e processo, enquanto outros fatores conjugados... 4.1, 4.2, 4.3, 4.4, 4.5, 4.6, 4.7... mormente os relativos a poder (informação, formação, capital – meios de produção e poupança–, política, polícia, burocracia e outros meios persuasivos importantes, a exemplo das normas sociais<sup>11</sup> estabelecidas e imperiosas – normas morais, normas jurídicas e normas de etiqueta – impondo as mais diversas formas de coação, externa e interna ao indivíduo e seu grupo/gênero/classe social).

Por fim, não há como não lembrar os fatores da inelasticidade crônica a que se submetem as chamadas classes ou segmentos populares, conjugadas a uma capciosa “distribuição de renda”. Os fatores aqui relatados são, em muito, potencializados por interesses e instrumentos midiáticos e até religiosos, quando corrompidos em suas essências.

Num recorte mais amplo, utilizando-se de esparsos ilustrativos a corroborar ao acima descrito, ousamos emoldurar uma série de excertos, como a seguir se apresenta<sup>12</sup>:

---

<sup>10</sup> Em memória ao saudoso Professor Américo Barreira...

<sup>11</sup> Ver: SROUR, Robert Henry. *Ética Empresarial: a gestão da Reputação* – Rio de Janeiro: Campus, 2003.

<sup>12</sup> Proponente e Coordenador: José Edvar Costa de Araújo - pesquisador; Francisco de Assis Guedes Barros – pesquisador. 2017



INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAÚ-SOBRAL

PROJETO: O CENTRO COOPERATIVO POPULAR DO GRANDE JUÁ – IRAUÇUBA – CE: TECNOLOGIA SOCIAL, PRODUTO E PRODUTOR DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

GRANDE ÁREA: CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

PALAVRAS CHAVE: Centro Cooperativo Popular. Economia Solidária. Tecnologia Social. Desenvolvimento Humano. Desenvolvimento Local-Territorial. Municipalismo. Semiárido.

RESUMO: Este projeto de pesquisa intenciona analisar - dos pontos de vista organizativo/produtivo/formativo e à luz do conceito de tecnologia social - processos socioeconômicos que vêm sendo desenvolvidos por EES e o Centro Cooperativo Popular do Grande Juá, no município de Irauçuba, região do semiárido no noroeste do Ceará, no âmbito da experiência de extensão e desenvolvimento tecnológico da Incubadora Universitária de Empreendimentos Econômicos Solidários da UVA, IEES-UVA, gestada ao ensejo do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares – PRONINC. A pretensão é que a atividade investigativa e formativa do Projeto transborde os aspectos técnicos e administrativos dos empreendimentos, os objetivos da Equipe Técnica que o induz e apoia, assim como a atual visão do público alvo diretamente envolvido. Este transbordamento indicará o cumprimento de um papel político, cultural e educativo mais amplo, gerado no/e/a/partir do ambiente social, histórico e fisiográfico aqui entendido por Grande Juá e do ambiente acadêmico da UVA.

- ✚ (...) pontos de vista organizativo/produtivo/formativo e à luz do conceito de tecnologia social - processos socioeconômicos que vêm sendo desenvolvidos por EES e o Centro Cooperativo Popular do Grande Juá
- ✚ (...) no município de Irauçuba, região do semiárido no noroeste do Ceará, no âmbito da experiência de extensão e desenvolvimento tecnológico e social da Incubadora Universitária de Empreendimentos Econômicos Solidários da UVA, IEES-UVA, gestada ao ensejo do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares – PRONINC.
- ✚ (...) A pretensão é que a atividade investigativa e formativa do Projeto transborde os aspectos técnicos e administrativos dos empreendimentos, os objetivos da Equipe Técnica que o induz e apoia, assim como a atual visão do público alvo diretamente envolvido. Este transbordamento indicará o cumprimento de um papel político, cultural e educativo mais amplo, gerado no/e/a/partir do ambiente social, histórico e fisiográfico aqui entendido por Grande Juá e do ambiente acadêmico da Universidade.
- ✚ (...) Na formulação do projeto citado eram ressaltadas, como agora se faz, “as trajetórias históricas dessa municipalidade no que se refere à organização popular e às ousadias, por vezes empreendidas, ora por governos locais, ora por comunidades, famílias e, mais particularmente, também jovens e mulheres, quando as possibilidades de emprego e renda

afigram-se adversas num contexto selado por dificuldades originadas em políticas públicas equivocadas, portanto danosas, que passam a reforçar uma preconceituosa visão de lugares com destinos insólitos e, portanto, sem capacidade de investimento e quanto mais de futuro para a juventude que ali vive', lógica que se aplica para além dessa categoria".

- ✚ (...) consolidou-se institucionalmente no complexo Universidade UVA a partir de 2013 por conta de razoável acúmulo de experiência que remonta a 2007, orientada por Carta de Princípio desde o seu nascedouro, quando intuiu, estudou e praticou para afirmar que: (01) a própria IEESUVA se elege no primeiro e sempre grupo incubado para fins da sua existência em prol da dita Economia Solidária; (02) por princípio, assume a "incubação de EES" enquanto "processos variados de incubação de grupos EES em processo continuado de convivência em comunidade"; (03) desde sempre sinaliza com horizontes imaginados de 50 (cinquenta) anos à frente, mesmo que eventualmente deva contratar e realizar momentos e tarefas alinhadas e pontuais de curto, médio e mais longo prazos.
- ✚ (...) Que desafios são estes? O desafio de natureza mais abrangente – antigo, persistente, inquietante e sem solução à vista – da organização social e histórica da vida em sociedade, é a existência de grandes contingentes humanos, por sinal os mais numerosos, com reduzida participação no governo da vida social: planejamento, execução, organização da produção e distribuição das riquezas.
- ✚ (...) Esta condição presente universalmente nas mais diferentes sociedades e nações ainda é expressa, na maioria das vezes, através de conceitos criados para os séculos XIX e XX. Pertinentes outrora, hoje não dão conta das mudanças socioculturais observadas nas décadas recentes e soam geralmente como palavras vazias, pois não foram ainda objeto de rigorosa análise crítica e reconstrução. Contudo, é esta situação que gera iniciativas, em diferentes épocas e das mais variadas naturezas e finalidades, visando tornar estes segmentos capazes de atuar mais efetivamente na defesa e realização de seus interesses, representando no final das contas uma maior capacidade de afirmar-se em todos os domínios da existência - a produção material, a organização das relações de poder e a produção de significados.
- ✚ (...) As profundas transformações sócio-históricas em curso no tempo atual, das quais as mais impactantes se situam no campo da microeletrônica, da automação da produção e do desenvolvimento das tecnologias de armazenamento e transmissão das informações, produzem consequências as mais impactantes nas relações humanas cotidianas, mas também no campo do poder político, econômico e social. E na maioria dos casos estas transformações hoje consolidam a tendência de centralização do poder, a concentrações dos bens materiais e imateriais, as estruturas de dominação e colonização nos espaços locais, nacionais e globais.
- ✚ (...) Neste contexto, com a leitura e análise, através de uma aproximação via pesquisa científica, espera-se chegar a dois produtos: a) uma descrição compreensiva a mais exata possível dos processos em curso no âmbito do CEPOP Grande Juá; b) uma sistematização de saberes gestados como resultado desses processos em que 4 entram a relação EES e

IEES/UVA. A produção e a utilização dos referidos produtos, elaborados através da pesquisa colaborativa envolvendo detentores de diferentes saberes e papéis sociais – os EES e a IEES/UVA -, constituem também a revelação do CEPOP Grande Juá como tecnologia social; ao mesmo tempo proverão aos empreendedores e técnicos, no território de Irauçuba e no âmbito da Universidade, da capacidade de enfrentar positivamente os desafios que se antepõem ao desenvolvimento solidário e sustentado.

(...)”

O resgate do conceito de práxis é oportuno no momento atual, em que as disputas epistemológicas e também ideológicas na área da educação estão acirradas, notadamente com proposituras autoritárias (a exemplo de uma tal “Escola sem Partido”), que espelham a conjuntura política mundial em que o conservadorismo se espraia.

As universidades se constituem num espaço de criticidade. Assim, num contexto de disputa de projeto político, ocupamos um lugar estratégico e por isso somos alvo de ataques pelo atual governo federal. Mesmo sendo uma universidade estadual, localizada numa cidade com elevados indicadores na área de educação, e que tem recebido incentivos dos últimos governos, temos desafios peculiares às demais universidades do país, como cortes de recursos para bolsas, por exemplo.

#### **4. AÇÕES DE FORTALECIMENTO, PARA ESPERANÇAR SEMPRE**

A nível estadual, temos nos aproximado das incubadoras da UFC, da Unilab e da UFCA, por meio do diálogo com as coordenações. No final do ano (2019) aconteceu um Seminário que nos congregou durante dois dias e que acendeu nosso desejo de compartilhar experiências nesse contexto de crise. A Prof<sup>a</sup> Victoria Paiva (UFCA) esteve conosco em alguns momentos, pois está desenvolvendo uma pesquisa sobre as incubadoras aqui no Ceará e conheceu mais de perto nosso trabalho. Entretanto, com o isolamento social, temos recorrido aos espaços virtuais de diálogo e organizamos um ciclo de debates que denominamos de Entre(tantos) diálogos e ações solidárias, que já discutiu várias temáticas que consideramos importantes e contou com a participação de várias pessoas engajadas nos movimentos sociais e nas gestões públicas. Os mais recentes encontros foram no dia 19/08 e teve como convidados o Prof. Roberto Silva (Docente da

UFRN e ex-Secretário Adjunto da Senaes), Eudes Xavier (Militante das causas populares e sindicais, Ex-deputado da Frente Parlamentar de Economia Solidária) e o Prof. Chico Guedes (Professor da UVA e Coordenador da Incubadora IEES). E por último, com o tema "A Poética na Vida Rural: Laços e Entrelaços com a Economia Solidária, com a Sra. Raimunda Pedro, diretamente da região da Baixa Fria - sertão de Santana do Acaraú. Assim, entre "pc's e smartphones", tentamos relativizar o isolamento social.

Nos meses de setembro e outubro de 2020 participamos do Encontro Nordestino e também do Encontro Nacional da Rede de ITCPs, um momento de intercâmbio de experiências que muito nos fortaleceu, diante do cenário desafiador intensificado pela pandemia causada pelo novo coronavírus.

Os desafios são muitos, mas o principal é construir ações conjuntas, articuladas, pois cada incubadora tende a ficar imersa nas suas ações específicas. Porém, o momento agora é de unir forças e pensar num projeto comum, que nos agregue num Programa Público que contemple as áreas que temos trabalhado, principalmente no meio rural. Por isso temos buscado alguns contatos com a SDA (Secretaria de Desenvolvimento Agrário) e outras instituições, para captar recursos e manter os processos de incubação, que é atualmente nosso maior desafio.

Com a situação de pandemia da Covid 19 e também pelo reduzido número de integrantes da equipe (que já vinha atuando com jornada de trabalho reduzida, devido aos cortes de recursos sofridos desde 2018), buscamos manter as ações com os grupos integrados aos Centros Cooperativos Populares (CEPOPs) nas cidades de Santana do Acaraú e

Assim, buscamos manter nossos espíritos e as nossas saúdes (nas medidas do possível e do impossível) ...e sonhamos... e procuramos as formas mais adequadas... e minimamente possíveis... de continuarmos a trilhar o honroso, por sincero, caminho de uma Economia sustentável, dignificante e melhor, qualificada no que entendemos por ECONOMIA SOLIDÁRIA.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, podemos afirmar que a IEES/UVA tem contribuído muito do ponto de vista de organização dos empreendimentos e manutenção das atividades produtivas e até sociais se pensarmos os encontros e inúmeras formações que temos realizado com os empreendimentos. Apesar das dificuldades também estamos buscando formas de facilitar ou viabilizar a comercialização dos produtos nesse período difícil de pandemia, e mesmo anteriormente, as ações de Economia Solidária já estavam passando por um momento delicado, principalmente, desde 2015, com a finalização do ciclo de governos progressistas, em que houve avanços significativos para as políticas de economia solidária no Brasil.

O contexto atual é muito desafiador porque não conseguimos atingir a todos por conta dos meios digitais que infelizmente ainda não chegam a todos os locais do nosso sertão o que de certa forma também dificulta o contato com alguns empreendimentos. No entanto nossa relação com os empreendimentos nesse período de isolamento social pode ser considerada razoável, mas esperamos que possa melhorar a partir de 2021, quando a humanidade conseguir perceber as mensagens contidas “cruel pedagogia do vírus”, como disse Boaventura de Sousa Santos (2020) e inauguramos um novo tempo.

## REFERÊNCIAS

ADDOR, F. e MENAFRA, RP (Orgs). *Relatório Final de Avaliação do PRONINC 2017*. Núcleo de Solidariedade Técnica (SOLTEC/UFRJ) – Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social (NIDES/UFRJ): Rio de Janeiro, 2017. Disponível pelo: <[http://base.socioeco.org/docs/proninc\\_relatorio2017.pdf](http://base.socioeco.org/docs/proninc_relatorio2017.pdf)> Acesso em 20.jul.2019.

SANTOS, B. S. *A cruel pedagogia do vírus*. Coimbra: Edições Almedina, 2020.

BARROS, F. A. G. *Economia Solidária e Universidade: a Implantação da Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários IEES/UVA*. In: SOBRINHO, J. F.; LINS JR, J. R. F. (Orgs.) *Extensionando: Cultivando saber na Escola e na Comunidade*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2014.

FREIRE, P. *Pedagogia da Autonomia*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1996.

GAIGER, L. I. *Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2004.

## EPÍLOGO

# CAPÍTULO XVII

## PANORAMA DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ESTADUAIS E O PAPEL DO DOS CONSELHOS NA SUA ESTRUTURA DE GESTÃO

Augusto de Oliveira Tavares<sup>1</sup>  
Cristiane Gomes Barreto<sup>2</sup>  
Geovani de Oliveira Tavares<sup>3</sup>

### 1. INTRODUÇÃO

A participação social na gestão do meio ambiente faz parte de um processo sócio histórico que, no Brasil, foi fortemente marcado pelo papel dos movimentos sociais, partidos políticos progressistas, movimentos sindicais entre outros atores da sociedade civil que, com o fim da ditadura militar de (1964-84) começavam a se organizar e pressionar o Estado para a construção de políticas públicas universais e garantidoras de direitos assim como pelo próprio direito de participar. O ideário e a prática da participação foi se construindo em diferentes cenários desde os anos 1960. Suas características, paradoxos e influências foram analisados por diferentes autores que se dedicaram ao estudo da participação social no Brasil (PIRES e VAZ, 2012; PIRES; 2011; DAGNINO, 2004; AVRITZER, 2009, 2013, 2018; LAVALLE, 2011, 2016; ALMEIDA, CAYRES e TATAGIBA, 2018).

---

<sup>1</sup> Mestre em Sociologia (UFC), Doutor em Desenvolvimento Sustentável (CDS/UnB), professor efetivo do Curso de Administração Pública (UFCA).

<sup>2</sup> Professora do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS) da Universidade de Brasília (UnB). Professora Colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável. Doutora em Política e Gestão Ambiental pelo CDS-UnB. Mestre em Biologia Animal pelo Instituto de Biologia-UnB.

<sup>3</sup> Graduado em Direito pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e mestre em Direito (Direito e Desenvolvimento) pela mesma universidade. Doutor em Desenvolvimento Sustentável pela UnB. Professor da Universidade Federal do Cariri (UFCA).

Ao longo desse tempo, os tipos de abordagem, aplicações e metodologia nos estudos sobre participação também passaram por mudanças. Almeida e colaboradores (2018) analisaram os conselhos, uma das formas de participação mais consolidadas entre estado e sociedade civil no Brasil, sob uma diversidade de abordagens, temas e metodologias. Pires (2014) identificou lacunas, apontando para novas agendas de pesquisa sobre participação, destacando a perspectiva estatal.

A Constituição Federal de 1988 é sempre lembrada como um marco da participação social por ter definido, em diversos dispositivos, o direito ao exercício de poder por parte dos cidadãos e institucionalizado formas de atuação direta do cidadão no processo de formulação, implementação e controle social das políticas públicas por meio dos conselhos participativos (GOHN, 2001; AVRITZER, 2008; PIRES, 2011).

Mais recentemente, a Política Nacional de Participação Social (PNPS) e o Sistema Nacional de Participação Social (SNPS) proposto pelo Decreto 8.243, de 23 de maio de 2014, com o objetivo de “fortalecer e articular os mecanismos e as instâncias democráticas de diálogo e a atuação conjunta entre a administração pública federal e a sociedade civil” (Art.1º) provocou reações de forças contrárias no Congresso Nacional, notadamente de partidos de direita, que articularam forças internas capazes de inviabilizá-lo. Os embates em torno do decreto não esconderam o temor que alguns partidos e representantes políticos tem de uma participação mais ampla, organizada e sistemática da sociedade civil nos assuntos públicos.

Para Avritzer (2014), o decreto trata-se de um reforço institucional de uma política que teve origem ainda em 2003, quando já previa por meio da Medida Provisória nº 103 o papel da Secretaria Geral da Presidência na “articulação com as entidades da sociedade civil e na criação e implementação de instrumentos de consulta e participação popular de interesse do Poder Executivo...” Ainda segundo o autor, esse foi um período de aumento nas formas de participação institucionalizada deram um salto.

O reconhecimento da participação social como direito constitucional e a experimentação quanto a práticas participativas conferiram destaque às políticas públicas brasileiras no cenário Latino Americano e Mundial (SANTOS; AVRITZER, 2002). Isso não significa, porém, que tenham sido ignorados os impactos da burocracia nos processos participativos institucionalizados (NASSUNO, 2006) trazendo ao debate conceitos como discricionariedade e ativismo da burocracia (PIRES, 2009; CAVALCANTE e LOTTA 2015; ABERS e BULOW, 2011).



Dado os descompassos entre o ideário da participação e sua efetividade prática, a participação foi e tem sido criticada pelo seu processo de “mitificação” (SAITO et al, 2011; SANTOS e SITO, 2016; TENÓRIO, 2016), ou seja, uma espécie de solução ou caminho na resolução dos conflitos da administração pública em relação com a sociedade, ou questionada a sua efetividade (PIRES, 2011) ou ainda pela falta de clareza conceitual e metodológica nas suas análises (LAVALE, 2011). Poucos duvidam da sua importância na gestão do meio ambiente enquanto instrumento da ação, ou seja, enquanto processo cuja construção e reconstrução estão voltados para resolver problemas e aumentara a compreensão, mas também instituir-se como alternativa para a ação.

Ainda no cenário político, em 12 de abril de 2019, por meio do decreto 9.759/2019, foram extintos os órgãos colegiados de participação popular na administração pública federal, com a revogação da PNPS, reforçando o que os analistas cartelizam como caráter conservador da atual gestão (SOUZA, 2020). Embora o alcance formal do Decreto seja apenas na esfera federal, afeta também os outros entes federativos articulados com representação via conferências, fóruns, comitês, etc. além de ter um peso simbólico em toda a extensão do que se poderia chamar de democracia participativa incorporada na gestão governamental em diferentes setores de políticas públicas. Por exemplo, em maio de 2019 o Governo alterou e reduziu a composição do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) por meio de um novo Decreto. A participação de organizações ambientalistas e de governos regionais caiu drasticamente. O CONAMA que, antes, contava com quase 100 titulares, passou a ser composto por 21 membros titulares, sendo o próprio Ministro o seu presidente (VENTURA, 2019).

Se, antes, a participação poderia ser criticada pela sua pouca efetividade, burocratização ou mitificação, o que representa, para o setor do meio ambiente sua inoperância ou quase completa extinção? Apesar de muitos estudos apontarem a fragilidade da sua efetividade, a presença dos instrumentos participativos salvaguardava o ideário democrático da relação entre Estado e sociedade e se constituía como “valor” em si mesmo (LAVALLE, 2011).

Diante do cenário atual a “efetiva participação da sociedade” é novamente desafiada tanto do ponto de vista analítico quanto prático. A análise das causas e consequências dessas mudanças extrapolariam, porém, o período delimitado por esta pesquisa. Interessa, no entanto, entender a forma como se deu a construção dos instrumentos de ação social analisados a partir da percepção de seus atores articulados

em torno de espaços de ações e trocas simbólicas, que representam os conselhos, para além de sua função sociojurídica.

Para tal, tomamos como referência a abordagem da “sociologia da ação pública” (LASCOUMES e LE GALÈS, 2012) cuja ênfase nos aspectos relacionais e contextuais do papel dos atores estatais e não estatais no processo de implementação das políticas ganha relevância e singularidade, não se rendendo aos aspectos normativos e idealistas. O que importa são as múltiplas interações entre os atores para a construção das políticas públicas. Nesse sentido, ação pública pode ser definida como “espaço sociopolítico construído tanto por técnicas e instrumentos quanto por finalidade, conteúdo e projetos de ator” (LASCOUMES, p. 21).

Entendido nesses parâmetros, os conselhos de unidades de conservação são instrumentos da ação pública. Pela sua natureza e definição consagrados no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), Lei 9.985 de 18 de julho de 2000 são entendidos como “espaços legalmente instituídos para o exercício da cidadania e do controle social da gestão do patrimônio público, por meio de discussão, avaliação e proposição de ações e políticas...”. (BRASIL, MMA, 2004, p.40). Por Instrumento da Ação Pública - IAP entende-se “dispositivo ao mesmo tempo técnico e social que organiza relações sociais específicas entre o poder público e seus destinatários em função das representações e das significações das quais é portador” (LASCOUMES e LE GALÈS, 2012, p.21).

Imbuídos dessas contribuições teóricas, indagamos, a questão central desta pesquisa, intui sobre o grau de abertura do Estado para implementar políticas ambientais por meio de processo mobilização coletiva dos atores por meio de conselhos, seja consultivo ou deliberativo. Compreender como interagem os diferentes atores nesse processo e em quais circunstâncias. Para tanto, julgamos fundamental o entendimento dos IAPs como uma “instituição social” (LASCOUMES e LE GALÈS, 2012, p.23).

Uma vez entendidos como IAPs, não significa dizer que os conselhos sejam, genuinamente participativos. Embora os conselhos sejam considerados por muitos pesquisadores como uma inovação ou experimentação democrática já consolidada no cenário político-institucional, a efetividade da participação depende de fatores diversos e específicos de cada caso e conjuntura. Na perspectiva da ação pública, a dimensão “participação” nos conselhos pode ser avaliada pela natureza do instrumento e do seu funcionamento de fato, considerando elementos do processo de gestão que se coadunam com os princípios e objetivos para o qual foi criado.

Portanto, analisar o funcionamento dos conselhos tendo como referência a instrumentalização da ação pública nos obriga a deixar claro alguns pressupostos destacados pelos autores. Os IAPs, segundo Lascoumes e Le Galès (2012):

- Não são apenas técnicas: Revelam singularidades históricas na estruturação de relações entre governantes e governados, segundo uma lógica própria;
- Não são neutros: Caracterizam-se também por inércia, produção de representação específica e problematização particular de desafios; e
- Apresentam riscos à ação pública: Não dizem respeito apenas a busca de acordo entre governantes e governados por meio de objetivos.

Esse entendimento nos leva a ultrapassar as abordagens funcionalistas da relação Estado-sociedade e apreender dimensões desse contexto que, de outra maneira, seriam poucos visíveis. Partimos do pressuposto de que nas UCs, determinadas práticas de gestão são operacionalizadas por meio de instrumentos que tanto podem favorecer como obstaculizar a ação pública participativa. Interessa, portanto, identificar e discutir essas instrumentalizações desvelando representações e práticas que podem ajudar a problematizar o funcionamento dos conselhos tendo como referência a criação de instrumentos adequados aos propósitos da participação para além do seu caráter instrumental.

O percurso metodológico desta pesquisa ocorreu a partir de entrevistas com 15 gestores e 26 conselheiros de UCs, análise documental e observação direta em reuniões e oficinas de planejamento, para chegarmos ao conjunto de dados analisados. Não obstante à pesquisa em fontes de dados secundários que ultrapassaram essa delimitação, nos detivemos na gestão 2017-2018 para a análise sistemática das atas e listas de frequência e das entrevistas com gestores e conselheiros.

## **2. OS CONSELHOS GESTORES NAS UCS ESTADUAIS NO CEARÁ**

A obrigatoriedade dos Conselhos Gestores para as UCs está prevista no SNUC, regulamentada pelo Decreto Nº 4.340 de 2002. No entanto, uma vez criada a UC, a Legislação não especifica um prazo formal para a criação e instalação dos mesmos.

Porém, o SNUC no seu Art.27 §3º estabelece o prazo de cinco anos para que seja elaborado o Plano de Manejo e o Decreto Nº 4.340 de 2002, faculta ao Conselho Gestor (CG) a aprovação do Plano de Manejo (Art.12) lhe atribuindo a competência de acompanhar a sua elaboração, implementação e revisão (Art.20). Daí conclui-se que o CG deva estar instalado e em funcionamento em tempo hábil para que se cumpra essa função.

No caso das UCs estaduais do Ceará, as diretrizes, normas e procedimentos para a formação, implementação, modificação e funcionamento dos Conselhos Gestores foram definidas na Instrução Normativa (IN) nº 04 de 01 de julho de 2015 da Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA) do Ceará, que vincula de forma clara o Plano de Manejo à existência e funcionamento do CG.

De acordo com o SNUC, a criação do CG e a responsabilidade pelo seu funcionamento é facultada ao órgão gestor. Nesse mesmo sentido define a IN nº 04/2015. Portanto, a existência dos conselhos e seu funcionamento depende diretamente da ação da SEMA. Nesse sentido, os conselhos de UCs podem ser entendidos como instrumentos de gestão participativa institucionalizados, existindo funções delimitadas de acordo com as normas que regulam o seu funcionamento cujos princípios constam na Legislação ambiental e foram consolidados no SNUC (Art.5º; Art.23; Art.26 e Art.27).

Na IN nº 04/2015 o CG é conceituado como um “espaço público jurídico-institucional” (art. 2º) de representação. Na mesma IN, art. 4º, o Conselho ainda é definido como “fórum democrático de diálogo” incluído as funções que envolvem os fundamentos básicos da democracia institucional, “participação, controle social e debate” e, também, de “gestão” da UC.

O Art. 14 da mesma IN, ao tratar da composição, titularidade e suplência, paridade e representatividade dos Conselhos, não legisla diretamente sobre quem deve assumir a presidência do conselho, no entanto, deixa claro no seu inciso VI que a chefia da UC será exercida pelo gestor institucional, necessariamente vinculado à SEMA.

A rigor, em todos os conselhos de UCs estaduais, a presidência é do gestor da UC, como representante da SEMA e nas situações em que as Células de Gestão das Unidades de Conservação agregam mais uma UC, o gestor é presidente também de mais de um conselho. A exceção é o Parque Estadual do Cocó, cujo presidente é o Secretário do Meio Ambiente, o que pode refletir uma decisão estratégica do ponto de vista político, uma vez que o Parque é considerado, dentre as UCs estaduais, a que mais agrega recursos financeiros, além de ser um parque predominantemente urbano, localizado em uma área

de intensa especulação imobiliária, com um histórico de conflitos de interesses envolvendo empresários, condôminos e residências do entorno, comunitários locais, órgãos ambientais e ambientalistas (BERNARDINE, 2014).

Da sua criação e instalação aos dias atuais, o efetivo funcionamento dos Conselhos variou significativamente de UC para UC, intercalando-se períodos de desmobilização, geralmente pela ausência, demora na nomeação ou mudança de gestor da UC, com destaque também à perda de informações, o que compõe um quadro de desorganização institucional.

Os conselhos mais antigos, antes de 2015, foram criados por decretos estaduais quando a gestão das UCs estava ligada à Superintendência Estadual de Meio Ambiente (SEMACE) ou ao Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente (CONPAM). Com a criação da SEMA em 2015 os conselhos passaram a ser criados por portaria, descentralizando e simplificando o processo. No entanto, a competência de nomeação dos membros dos conselhos das UCs ainda recaía sob o Governador que deveria fazê-lo por Decreto. Essa incongruência administrativa foi corrigida em 2018, com a publicação do Decreto nº 32.537, de 27 de fevereiro de 2018 que delega ao Secretário do Meio Ambiente as atribuições de nomeação dos membros que irão compor os Conselhos das unidades e regulamenta a criação destes também por portaria, de acordo com IN nº 04/2015, revogando os decretos em contrário.

Apenas o conselho da APA da Lagoa do Uruaú, tem o caráter deliberativo. Não por acaso, uma UC com histórico de conflitos de interesses envolvendo empresários, veranistas e comunidades locais, numa área de praia, com intensa valorização turística e imobiliária. De acordo com a legislação, serão consultivos apenas os conselhos de Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Extrativista. Nenhuma das UCs estaduais pertencem a essas categorias, portanto, a orientação institucional da SEMA é que todos os conselhos sejam apenas consultivos. A permanência desse conselho como deliberativo foi resultado da pressão exercida por conselheiros, sobretudo empresários e veranistas que exercem maior poder local desde o processo de criação da UC.

Verificamos que nas UCs estaduais há uma diferença significativa entre o ano de sua criação e o ano de criação do conselho. Em três UCs ainda não há conselho gestor e em uma, embora esteja funcionando regularmente, está pendente de portaria. Vale observar que 13 conselhos gestores foram criados no ano de 2015, mesmo ano de criação da SEMA e extinção do CONPAM (Lei Nº.15.773, de 10 de março de 2015) que marcou

uma mudança administrativa na gestão do meio ambiente no estado do Ceará e outros três, nos anos seguintes.

A publicação dos regimentos internos também guarda uma relação com as mudanças na gestão das UCs promovidas pela SEMA, sendo a maioria posterior ao ano de 2015. Consideramos, aqui, apenas os regimentos finalizados e publicados, mesmo que durante o período da pesquisa, alguns regimentos estavam sendo revisados e conselhos reformulados. A composição original de sete conselhos ainda não cumpre o critério da paridade entre os representantes do poder público e da sociedade civil. De acordo com as entrevistas com os gestores, a orientação a ser seguida é garantir a paridade, como orienta o SNUC e regulamenta a IN nº 04/2015 da SEMA.

O gestor da Unidade tem um papel central no processo de criação ou revisão dos regimentos internos. A equipe técnica da Coordenadoria de Biodiversidade (COBIO) oferece uma minuta padrão do regimento, previamente elaborada, a ser apresentada pelo gestor da UC e discutida na reunião do Conselho. A composição do conselho normalmente é o que gera maior discussão. Depois das possíveis alterações e o Regimento é aprovado e encaminhado para a COBIO afim de que sejam encaminhadas as providências de publicação através de portaria do Secretário da SEMA, com devido registro no Diário Oficial do Estado (DOE).

Perguntado aos gestores como os conselheiros participaram do processo de construção ou revisão do Regimento Interno, percebemos que em 10 conselhos houve intervenção nos membros no processo de elaboração ou revisão do Regimento; em quatro participaram em forma consultiva; em três ainda não há Regimento e para mais três, não foi possível responder, pois o regimento é anterior ao seu período como gestor, portanto não acompanhou o processo.

De forma geral, observamos que o Regimento tem mais uma função protocolar, marcado pelo seu caráter técnico-burocrático, ao contrário do Plano de Manejo que é visto, pelos conselheiros, como um parâmetro para gerir a UC no seu cotidiano.

As reuniões dos conselhos costumam ser públicas e abertas à comunidade. É comum que gestores, além da convocatória formal aos conselheiros, anunciem as reuniões na rádio local, convidando a comunidade. Portanto, não é raro que, além dos conselheiros, estejam presentes pessoas interessadas em fazer parte conselho, ou a figura do “convidado”. Embora não sejam formalmente conselheiros daquele período, alguns atuam como “conselheiro informal” dada a assiduidade e legitimidade que adquirem no grupo. A depender da pauta da reunião, aumenta a presença de membros da comunidade,

estudantes ou outros interessados. Temas mais polêmicos, que dividem interesses e opiniões ou têm maior impacto na comunidade, costumam atrair mais gente.

Observamos que as listas de frequência que serviram de base para esta pesquisa, não seguem um modelo padrão único. Ou seja, algumas constam mais elementos de identificação, como: nome, instituição, contato, assinatura e designação se é membro suplente, titular, representante enviado, convidado ou ouvinte. Muitas, porém, são apenas uma lista de assinaturas, contato de e-mail e telefone, ora com, ora sem a identificação da instituição que representa, dificultando o entendimento de quem é e quem não é, de fato, conselheiro daquele período. Além disso, há recorrência de incompletudes no preenchimento. Portanto, na contagem dos presentes que consta na tabela, consideramos todos os que assinaram as listas, que costumam ser vistos como "participantes", às vezes, indistintamente de ser conselheiro formal ou não.

Ademais, talvez pelo caráter consultivo do conselho, ou por alguns estarem sendo reestruturados, observamos o esforço dos gestores em mobilizar os conselheiros, mas também em conquistar mais participantes interessados e comprometidos. Mediante o ressentimento de que muitos conselheiros não comparecem e nem enviam suplentes, aqueles interessados passam a ser valorizados dentro do contexto. Podemos observar, portanto, que há certa abertura e flexibilidade dos gestores das UCs quanto à participação de "não conselheiros". A ideia de que quanto mais pessoas interessadas melhor, foi comum nas entrevistas.

As reuniões dos conselhos acontecem a cada dois ou três meses e, às vezes, com intervalo de tempo ainda maior. Funcionam também como momentos de reencontros e socialização entre os presentes. Normalmente, a gestão providencia café, bolo, suco, biscoito, salgados e frutas servidos antes ou depois das reuniões.

Nos conselhos, dificilmente se usa o voto como forma de decisão. Portanto, ouvir, falar, opinar, debater, propor, indicar, denunciar são práticas que podem ser utilizadas pelos participantes, quer sejam conselheiros ou não, desde que tenha obtido alguma legitimidade naquele espaço.

Embora o funcionamento dos conselhos sejam distintos em cada UC, podemos identificar algumas características comuns observadas durante o período pesquisado, como: o esforço do gestor na convocação dos membros; rotatividade de representantes; presença de não conselheiros; fase de reestruturação de conselhos com a substituição de entidades; maior presença de setores da comunidade a depender dos assuntos discutidos; reuniões dos conselhos combinadas com outras atividades como oficinas e palestras.

Quando a UC tem uma equipe maior, o trabalho de convocação é atribuído ou dividido com outro servidor, mas geralmente, esse papel é exercido pelo gestor que, de certa forma, sente-se responsável, na condição de presidente do conselho. Os relatos quanto a esta questão têm uma dupla conotação: o empenho nas estratégias de convocação e a incerteza se os membros comparecerão.

Pela leitura das atas, observamos que nas reuniões em que a quantidade de participantes é desproporcionalmente superior à quantidade formal de representantes, essa presença é motivada por algum assunto específico, de maior aderência à comunidade e/ou trata-se de algum evento diferenciado, aberto à comunidade (formação, campanha, ação educativa, comemoração, palestra, audiência pública) que algumas vezes são realizadas de forma concomitante com a reunião do conselho ou contadas como tal.

Em 2017, doze conselhos e em 2018, treze tiveram uma frequência média de participantes abaixo do número total de conselheiros. Ou seja, em média, cerca de 60% dos conselhos não atingem o número de participantes igual ou superior ao total de conselheiros definido nos seus regimentos. Esse indicador, porém, é meramente ilustrativo do funcionamento formal dos conselhos, não está diretamente relacionado à qualidade ou efetividade da participação e da deliberação. Todas as reuniões consideradas nesta análise atingiram o quórum.

Os gestores de UCs têm “metas” a serem cumpridas de acordo a orientação da COBIO, entre elas, realizar cinco ou seis reuniões anuais do conselho, o que nem sempre é uma tarefa simples. Portanto, é comum que os gestores procurem otimizar os encontros, articulando com outras atividades que também reúnem os conselheiros em torno das questões da UC. Normalmente, a primeira reunião do ano ou a última do ano anterior são voltadas para o planejamento, no qual costumam ficar agendadas as reuniões que devem acontecer ao longo de um período. Isso, porém, não é suficiente para que as reuniões sejam lembradas pelos conselheiros. É necessário todo um esforço de convocação que antecede cada reunião do conselho, como demonstraram alguns depoimentos.

No geral, em 2017, 35% dos conselhos tiveram a quantidade de reuniões menor do que o esperado e em 2018 foi 62%. Os fatores relacionados a esses resultados são variados e de difícil generalização. Podem ser influenciados tanto pela intensidade de chuvas que atrapalhou o deslocamento, por aspectos burocráticos ou políticos ou por questões pessoais dos conselheiros. Vale lembrar que as reuniões dos conselhos dependem diretamente da mobilização, convocação, infraestrutura e, algumas vezes, até que o gestor da unidade favoreça o deslocamento de alguns representantes.



Quantos representantes deve ter o conselho para funcionar bem? Essa é uma questão sempre presente em períodos de criação ou reformulação dos conselhos. A definição da quantidade ideal e de quais entidades devem estar representadas, só pode ser avaliada considerando-se o conhecimento do contexto de cada UC. A percepção dos gestores foi bastante variada quanto a esse tema, desde aqueles para os quais a quantidade não é um fator relevantes, aos que defendem um número mais reduzido para facilitar a mobilização e convocação e os que defendem um número ampliado para garantir maior representatividade. Na prática, o que se busca é o bom senso, considerando os critérios de representação instituídos pela legislação pertinente aliado ao conhecimento da realidade de cada UC.

A esse respeito, consideramos que o fator “média de participantes” quando comparado ao “total de conselheiros”, pode ser uma ferramenta importante para avaliar a adequação da expectativa de representação, com o real interesse por parte do público e capacidade de mobilização por parte do gestor, tomando como base a experiência do biênio 2017-2018. Ou seja, se, em cada UC, a média dos conselheiros que efetivamente comparecem é significativamente inferior à quantidade de conselheiros definida formalmente, pode ser um indicador que a expectativa foi superior ao que a prática indica.

O mesmo se aplica para a situação inversa, se a média dos conselheiros que frequentam for superior à quantidade prevista formalmente, pode ser um sinal que há um potencial de participação que pode ser aproveitado.

### **3. A PARTICIPAÇÃO NOS CONSELHOS GESTORES**

A gestão de Unidades de Conservação não pode prescindir de um aparato institucional para promover os fins para os quais foram criadas. Dessa forma, sempre vem acompanhada de normas e regulamentos para orientar a sua gestão. No Brasil, a principal inovação voltada para a essa gestão foi a criação do SNUC que passou a ser o principal marco regulatório das UCs brasileiras, que institucionaliza a prática da gestão participativa nestas e estabelece que cada uma tenha seu próprio conselho, consultivo ou deliberativo, garantindo a representação dos diferentes interesses ligados à UC, considerando a paridade entre o poder público e sociedade civil. Acompanhando as

diretrizes do SNUC, o governo do estado do Ceará, dispõe de uma legislação própria para as UCs estaduais.

No geral, a legislação estadual reproduz os princípios do SNUC e não traz novidades quanto a questão da participação. A IN nº 04/2015 disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para a formação, implementação, modificação e funcionamento de conselhos consultivos e deliberativos em UCs estaduais, tratamento da matéria em detalhes. A vantagem de se ter uma legislação estadual é a regulamentação de práticas institucionais, tornando-as mais específicas, servindo de orientação para o cotidiano da gestão das UCs, o que ao mesmo tempo em que oferece uma maior segurança jurídica para o gestor, o imbuído de rigores burocráticos.

A participação é, de fato, um imperativo da gestão ambiental consolidada no SNUC e, nas UCs ela aparece na forma de consultas públicas, ainda que não deliberativas, nas oficinas para o Plano de Manejo, com ênfase para a participação das comunidades tradicionais, e nos conselhos consultivos ou deliberativos, com representação paritária entre poder público e sociedade.

A nosso ver, o princípio da participação no processo de gestão das UCs, recai sobre a aceitação de quatro premissas: a) coexistem diferentes interesses divergentes na área de UC; b) a representação desses interesses é fundamental para a resolução de possíveis conflitos; c) a participação dos interessados é capaz de produzir melhores resultados tendo em vista os objetivos da Unidade; e d) a participação é um princípio ético da gestão do meio-ambiente e indispensável na busca da sustentabilidade.

Na prática, a responsabilidade por criar os espaços e condições para essa participação é do órgão gestor da Unidade que, no caso da grande maioria das categorias de UC, é o órgão público de gestão do meio ambiente, seja do ente federal, estadual ou municipal. Portanto, o setor público assume o papel de atuar como indutor da participação, mesmo que as condições não sejam favoráveis ou que, aparentemente, não exista interesse espontâneo por parte dos atores locais, o que pode fazer dele um mero instrumento burocrático.

## 4. CONCLUSÕES

De acordo com os dados discutidos nesta pesquisa, podemos concluir que o processo de criação da maioria das UCs estaduais cearenses durante os anos 1990 e início dos 2000, não envolveu práticas de participação social mais significativas como consulta à comunidade ou audiências públicas. As exceções são as UCs APA da Lagoa do Uruaú, a APA da Serra de Baturité, nas quais a incidência de conflitos de interesse por conta da especulação imobiliária e fluxo turístico são maiores e a o Parque Estadual do Cocó, localizado em uma das áreas urbanas mais valorizadas de Fortaleza, cuja regulamentação se deu apenas em 2017 e registra um histórico de conflitos e manifestações. Há uma percepção comum entre os gestores de UCs de que onde os conflitos são mais candentes, há também uma maior “participação social”.

De forma geral, a participação institucionalizada nas UCs estaduais começa a ser requerida e articulada mais sistematicamente pelo órgão gestor, quando há necessidade de atender à legislação em função do cumprimento dos prazos e requisitos normativos. No Ceará, a criação do CONPAM, em 2007 reformulou a estrutura da Administração Estadual do Meio Ambiente. Ainda que permanecesse vinculado à SEMACE, houve uma “divisão de tarefas”, o CONPAM passou a assumir a responsabilidade de formular, planejar e implementar a Política Estadual do Meio Ambiente e a SEMACE de cuidar do licenciamento, monitoramento e fiscalização.

Em 2015, houve uma nova e significativa mudança na gestão ambiental do Estado. Pela Lei Nº 15.773, de 10 de março de 2015, criou-se a SEMA e extinguiu-se o CONPAM. Nessa nova estruturação inverteu-se a ordem de vinculação. A SEMACE manteve-se como autarquia, mas passou a ser vinculada à SEMA. O Conselho Estadual do Meio Ambiente (COEMA) ficou como o terceiro elemento desse tripé. Na prática, a SEMA assumiu as funções do CONPAM enquanto órgão de planejamento e execução das políticas públicas ambientais de forma geral, ampliando o escopo da sua missão e a SEMACE passou a se concentrar nas funções consideradas mais técnicas que já representavam a maior parte trabalho por ela realizado.

Os resultados apresentados neste estudo, contemplando os anos de 2017 e 2018, refletem a fase de mudanças iniciadas com a criação da SEMA. Vale ressaltar que, dentro da estrutura administrativa do CONPAM, já exista a COBIO enquanto coordenadoria responsável, entre outras atividades, pela gestão das unidades de conservação estaduais.

Com a criação da SEMA, a COBIO foi transferida para lá, junto com seus servidores, na condição de “cedidos” pela SEMACE uma vez que desde a sua criação, em 2015, não houve concurso específico para a SEMA. A partir de 2015, houve uma redução no quadro dos gestores de UCs, de 23 para 15 e a gestão de mais de uma UC passou a ser responsabilidade de um mesmo gestor. Os depoimentos registram, no entanto, que se iniciou um período ao mesmo tempo de maior estabilidade, mas também de sobrecarga de trabalho. Como o funcionamento dos conselhos dependem diretamente da atuação do gestor da Unidade, responsável pela mobilização, convocação e pela sua presidência, passaram também por períodos de descontinuidade.

O funcionamento regular dos conselhos e a iniciativa de criação de 14 planos de manejo também foram vistos, pelos gestores, como avanços conquistados nos últimos anos. No entanto, os desafios quanto a participação foram relatos frequentes, sobretudo relacionado à assiduidade e compromisso dos membros com os objetivos da Unidade. Para além do esforço no processo de convocação e organização das reuniões dos conselhos, percebemos, por parte dos gestores, uma tolerância e até desejo de que as reuniões agreguem uma quantidade relevante de pessoas interessadas e dispostas a participar, ainda que não sejam formalmente conselheiros. Por quantidade relevante, entende-se um número que não fica muito abaixo do que formalmente foi definido para cada conselho. Entre as UCs estaduais, o menor conselho tem 10 membros, e o maior, 32. Talvez pela dificuldade no comparecimento e a rotatividade dos representantes, essa abertura signifique a possibilidade de que as questões da Unidade sejam realmente debatidas por um coletivo mais expressivo, que a insistência em convocar somente os conselheiros formalmente constituídos poderia comprometer.

Embora as funções de gestão da unidade não se confundam com o papel dos conselhos, na sua grande maioria, consultivos, há uma expectativa de que os conselheiros atuem como parceiros, agregando as suas competências individuais e as responsabilidades da organização ou entidade que representa às necessidades e demandas da unidade. Sendo assim, os desafios para promover uma participação institucionalizada ainda estão presentes nas UCs estaduais do Ceará e demandam maior esforço do Estado e da sociedade para que sejam mais efetivos no propósito de auxiliar a gestão das UCs.

## REFERÊNCIAS

ABERS, R.; BULOW, M. *Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade?* Sociologias, Porto Alegre: ano 13, no 28, set./dez. 2011, p. 52-84 (Dossiê).

ALMEIDA, C.; CAYRES, D. C.; TATAGIBA, L. *Balanço dos estudos sobre os conselhos de políticas públicas na última década*. São Paulo: Lua Nova, nº 94, p. 255-294, publicado em abril de 2015.

AVRITZER, L. (Coord.) *Democracia, Desigualdade e Políticas Públicas no Brasil*. Belo Horizonte: PRODEP, 2009 (Relatório de Pesquisa).

AVRITZER, L. (Coord.) *A Dinâmica da Participação Local no Brasil*. Belo Horizonte: PRODEP, 2013 (Relatório de Pesquisa).

AVRITZER, L. *Teoria democrática e deliberação pública*. São Paulo: Lua Nova, n. 50, p. 25-46, 2000.

AVRITZER, L. *Por que o novo decreto de Dilma não é bolivariano*. Carta Capital, 2014. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/por-que-o-novo-decreto-de-dilma-nao-e-bolivariano-8992/>. Acesso em 30 de abril de 2020.

BERNARDINE, C. S. M. *Conflitos Ambientais em Fortaleza/Ce: As Dunas do Cocó como alvo do jogo urbano*. Fortaleza: PRODEMA, 2014 (Dissertação apresentada à coordenação do Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Ceará, para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente).

BRASIL. *Gestão Participativa do SNUC*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente/Secretaria de Biodiversidade e Florestas/ Diretoria do Programa Nacional de Áreas Protegidas/Programa Áreas Protegidas da Amazônia, 2004. p. 206.

CAVALCANTE, P. L. C.; LOTTA, G. S. (orgs). *Burocracia de médio escalão: perfil, trajetória e atuação*. Brasília: ENAP, 2015.

DAGNINO, E. *Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando*. In: DAGNINO, E. (org). *Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización*. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, p. 95-110, 2004.

LAVALLE, A. *Participação: valor, utilidade, efeitos e causa*. In: PIRES, R. R. C. *Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação*. Brasília: Ipea, 2011.v. 7 (Diálogos para o desenvolvimento) p. 33-42.

LAVALLE, A.G. *Participação (des)igualdade política e democracia*. In: MIGUEL, L. F (org.) *Desigualdades e Democracia: o debate da teoria política*. Editora Unesp, São Paulo, 2016.

LASCOUMES, P.; LE GALES, P. *A ação pública abordada pelos seus instrumentos*. Pós Ci. Soc., v. 9, n. 18, p. 19-44, jul./dez. 2012.

LE GALES, P. *Sociologia da ação pública*. Maceió: Editora da Ufal, 2012b.

NASSUNO, M. *Burocracia e Participação: A experiência do orçamento participativo em Porto Alegre*. 2006. 253 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília - UnB, Brasília: 2006.

PIRES, R. R. (org). *Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação*. Coleção Diálogos para o Desenvolvimento, volume 7. Brasília: IPEA, 2011.

PIRES, R. R.; VAZ, A. *Participação social como método de governo? Um mapeamento das interfaces socioestatais nos programas federais*. Texto para discussão 1707, Brasília: IPEA 2012. Disponível em: [http://www.cgu.gov.br/ouvidoria/documentos/mapeamento\\_interfaces\\_Pires%20Vaz.pdf](http://www.cgu.gov.br/ouvidoria/documentos/mapeamento_interfaces_Pires%20Vaz.pdf). Acesso em 10 de abril de 2015.

SAITO, C., RUSCHEINSKY, A., da Purificação de Bastos, F., Bandeira Almeida Nunes, J., Fernandes Silva, L., & Carvalho, L. M. de. (2011). *Conflitos Socioambientais, Educação Ambiental e Participação Social na Gestão Ambiental*. Sustentabilidade em Debate. Disponível em: <https://doi.org/10.18472/SustDeb.v2n1.2011.3910>. Acesso em: 04 de maio de 2020.

SAITO, C. H.; DOS SANTOS, I. Â. *A mitificação da participação social na política nacional de recursos hídricos: gênese, motivação e inclusão social*. Geosul, Florianópolis, v. 21, n. 42, p. 7-27, jan. 2006. ISSN 2177-5230.

SANTOS, B.; AVRITZER, L. *Para ampliar o cânone democrático*. In: Santos, B. S. (org.). *Democratizar a democracia – os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p.39-82.

SOUZA, V. S. de Jesus. *A extinção de conselhos de participação popular na administração pública federal e o risco da democracia simbólica no Brasil*. Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/index.php/redu/article/view/6399>. Acesso em: 04 de maio de 2020.

TENÓRIO, F. G. *O Mito da Participação*. Revista de Administração Pública. v.4. n. 3, 1990 (p. 162-164).

VENTURA, M. *Decreto de Bolsonaro reduz e altera composição do Conselho Nacional do Meio Ambiente*. O Globo. 29 de maio de 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/decreto-de-bolsonaro-reduz-altera-composicao-do-conselho-nacional-do-meio-ambiente-23702598>. Acesso em: 04 de maio de 2020.

Economia solidária  
Numa ação consistente  
Mostra que somos pessoas  
Muito mais inteligente.

É esse objetivo  
Acabar com a monarquia  
Do trabalho ao produto  
Tem respaldo, tem valia  
Todo cliente é amigo  
E não tem hipocrisia.

No clube de troca e serviços  
Em cada encontro é lembrado  
Que o uso do dinheiro  
Nem sempre é valorizado  
Basta um gesto solidário  
Pra senti-se respeitado.

Não precisa de dinheiro  
Mas sim, saber produzir  
Para trocar seu produto  
Com quem á de consumir  
Valorizar o que tem  
E lá nas feiras exibir.

Nessa alegria constante  
O grupo se fortalece  
Convida a sociedade  
Pra ver o que acontece  
Com proposta de mudança  
A economia agradece.

Clube de troca e serviço  
Idéia renovadora  
Pela reciprocidade  
Da classe trabalhadora  
Trabalho emprego e renda  
Numa ação motivadora.

Na base da união  
Na força de cooperar  
O associativismo  
Modifica o seu pensar  
Fortalece a agricultura  
De base familiar.

ISBN: 978-65-88329-16-0

CRL



9 786588 329160

Cordel: Economia Solidária, Trabalho, Emprego e Renda  
Autoria: Lindicássia Nascimento

Organização:

Apoio:

